

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA

ÁUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE

PODER, ESTADO E CAPITAL NOS PROCESSOS DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO  
NO CAMPO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO-PR

MARINGÁ-PR

2013

ÁUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE

PODER, ESTADO E CAPITAL NOS PROCESSOS DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO  
NO CAMPO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO-PR

Tese em nível de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia. Linha de Pesquisa: Organização do Espaço Habitado.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

MARINGÁ-PR

2013

ÁUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE

PODER, ESTADO E CAPITAL NOS PROCESSOS DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO  
NO CAMPO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO-PR

Tese em nível de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia. Linha de Pesquisa: Organização do Espaço Habitado.

Aprovado em **10 de setembro** de 2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elpidio Serra  
Orientador - UEM

Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva  
Membro convidado - UEM

Prof. Dr. Osvaldo Hidalgo  
Membro convidado - UEM

Prof. Dr. Nair Glória Massoquim  
Membro convidado - FECILCAM

Prof. Dr. Antônio Nivaldo Hespagnol  
Membro convidado - UNESP/PP

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, em especial aos meus avôs(in memoriam) Oscar Viana, Olíce Ferreira Viana, Honório Carlos de Andrade e Benedita Domingues de Jesus. Trabalhadores rurais que vieram com seus filhos na marcha do café para o estado do Paraná e se territorializaram e com o processo de 'modernização conservadora' no campo se des-re-territorializaram.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer pela elaboração dessa tese, significa que o percurso está próximo de seu fim, ou começo de um novo pensar. Estou exaustivamente cansada, afinal realizar uma pesquisa em que abrange 14 municípios, com vários territórios para serem analisados não é nada fácil. Porém, não posso deixar de negar que foi um trabalho prazeroso. Porque minha caminhada não foi solitária, junta a mim estiveram vários companheiros e companheiras. Neste sentido, quero expressar meus agradecimentos.

Aos meus (amigos) orientadores da tese, o Professor Doutor Elpídio Serra, orientador da UEM, o Professor Doutor Marcos Aurélio Saquet, da Unioeste, co-orientador, bem como o co-orientador estrangeiro, Professor Doutor Egidio Dansero da UNITO – Itália.

Ao apoio financeiro recebido pela Fundação Araucária, pois sem este, seria praticamente impossível realizar a pesquisa. Também ao apoio financeiro recebido pela CAPES, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Às amigas professoras Nair Glória Massoquim e Márcia da Silva pelo incentivo e, meus agradecimentos pelos valiosos comentários por ocasião da defesa de Qualificação.

Aos meus familiares, em especial aos meus queridos pais Zélio Antônio Viana e Agenir de Andrade Viana pelo incentivo, ajuda em todos os momentos, ao Carlinhos pelas palavras de incentivo e compreensão e aos meus queridos filhos Victor e Oscar, razão da minha existência e luta.

Às amigas (irmãs e filhas) Juliana Viana, Viviane Aparecida Silva, Josiane Aparecida Viana e Sauriane de Fátima Viana que me ajudaram num momento difícil.

Aos meus amigos e orientados, que contribuíram muito para o andamento da pesquisa, Edson Yokoo, Fabio Sexugi, Tiago Teixeira, Wagner Farias, Ângelo Marcotti, Leonor de Mattos, Tatiane Rodrigues dos Santos, em especial a Viviane Aparecida Silva, Sauriane Aparecida Viana e Marina Ribeiro.

A Secretária do Programa de pós-graduação da Geografia Mirian, sempre pronta para nos atender, bem como todos os professores.

Às pessoas consultadas na EMATER, SEAB, ITCG, Arquivo Público do Paraná, IPARDES, IBGE, Prefeituras Municipais dos quatorze municípios pesquisados, pelas importantes informações que permitiram avanço nas discussões.

Agradecimento especial a todos os representantes entrevistados, das Cooperativas agropecuárias, Cooperativa de pequenos produtores rurais, Agroindústrias, representantes de assentamentos e acampamentos, de associações de produtores rurais e vilas rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, que gentilmente me atenderam.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa, o meu muito obrigado.

## RESUMO

Na presente pesquisa, fizemos uma discussão e reflexão das relações de poder, o Estado e o capital nos processos de des-re-territorialização, no espaço rural da Microrregião Geográfica de Campo Mourão - PR. Nessa perspectiva, estabelecemos as contribuições analíticas e conceituais com a experimentação empírica para a leitura dos territórios. Assim, nossa reflexão se estendeu ao processo de territorialização movido pela colonização, na qual havia grande interesse do Estado com a venda das terras para povoar as áreas de matas, ocupar com culturas e uso de técnicas mais avançadas, para o desenvolvimento econômico. Também discutimos o processo de desterritorialização movido pelo avanço das relações capitalistas no campo, sobretudo a partir da década de 1970. Neste período, as pequenas propriedades foram se incorporando às médias e grandes propriedades, ocasionando a (re) estruturação fundiária, bem como a expropriação e expulsão de milhares de trabalhadores rurais, ou seja, a desterritorialização da população rural. Igualmente, abordamos as novas e velhas territorialidades que surgem provocadas pela modernização da agricultura. Desse modo, simultaneamente à desterritorialização, há a reterritorialização, que condicionam mutuamente e resultam da energia de trabalho, um movimento dialético de continuidade e descontinuidade. Em suma, estudamos as territorialidades das cooperativas de produção agropecuária e de agricultura familiar, das agroindústrias, das associações de pequenos produtores rurais, de assentamentos e acampamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, bem como das vilas rurais. Foi nessa perspectiva, que centramos nossos desdobramentos teórico-metodológicos para análise e interpretação dos processos de des-re-territorialização, na região. Os resultados da pesquisa da tese indicaram a existência de dois territórios, o de *luta* e o do *capital*.

**Palavras-chave:** Poder. Estado. Capital. Território. Colonização. Modernização da Agricultura.

## **ABSTRACT**

In this research we did a discussion and reflection concerning the power relations, the State and the capital in the de-re-territorialisation processes in rural areas of the Geographic Microregion of Campo Mourão - PR. In this perspective were established the conceptual and analytical contributions with empirical experimentation to interpret the territories. Thus, our reflection was extended to the process of territorialisation by colonization, in which there was a great interest of the State in selling the land to populate the areas of forests, occupying these areas with cultures and use of more advanced techniques for economic development. We also discussed the process of deterritorialization moved by the advance of capitalist relations in the rural areas, especially from the 1970s. In this period, small farms were being incorporated by medium and large properties resulting in a (re) structuring land and in a dispossession and expulsion of thousands of rural workers, i.e., the deterritorialisation of the rural population. Also, we discuss about new and old territorialities arising caused by the modernization of agriculture. Thus, while there is deterritorialisation there is simultaneously a reterritorialisation, which condition and result of energy work, a dialectic movement of continuity and discontinuity. In sum, we studied the territorialities of agricultural production of the cooperatives and family farms, of the agricultural industries and associations of small farmers, of the settlements and camping linked to the Movimento dos Trabalhadores Rurais - MST, as well as the rural villages. It was in this perspective that we focused our theoretical and methodological developments to analyze and interpret the processes of de-re-territorialisation in the region. The research results of this thesis indicated the existence of two territories, the struggle and the capital.

**Keywords:** Power. State. Capital. Territory. Colonization. Modernization of Agriculture.



## **RIASSUNTO**

Questa ricerca porta la discussione e la riflessione sui rapporti di potere, lo Stato e il capitale nel processo de/ri/territorializzazione nelle zone rurali della Microrregione geografica di Campo Mourão – Stato del Paraná, Regione Sud del Brasile. Nella ricerca, abbiamo stabilito i contributi analitici e concettuali, con la sperimentazione empirica per la lettura dei territori. Così, la nostra riflessione è stata estesa al processo di territorializzazione mossa dalla colonizzazione, sul quale aveva un grande interesse dello Stato rispetto alla vendita delle terre per popolare le aree di boschi, occuparle con colture e con tecniche più avanzate, per lo sviluppo economico. Abbiamo anche discusso il processo di deterritorializzazione mosso dall'avanzata dei rapporti capitalistici nelle campagne, in particolare dagli anni '70. In questo periodo, le piccole aziende agricole venivano incorporate alle medie e grandi proprietà, risultando nella (ri) strutturazione del territorio, così come l'espropriazione e l'espulsione di migliaia di contadini, in altre parole, la deterritorializzazione della popolazione rurale. Inoltre, si discute sui nuove e vecchie territorialità che nascono causate dalla modernizzazione dell'agricoltura. Così, contemporaneamente alla deterritorializzazione, c'è la riterritorializzazione, che si condizionano mutualmente e risultano dall'energia del lavoro: un movimento dialettico di continuità e discontinuità. Insomma, abbiamo studiato le territorialità delle cooperative di produzione agricola e di allevamento e delle agricole famigliare, delle industrie agricole, delle associazioni di piccoli contadini, di insediamenti e accampamenti collegati al Movimento dei Lavoratori Rurali Senza Terra (MST), ed i villaggi rurali. In questa prospettiva, che ha centralizzato i nostri sdoppiamenti teorici e metodologici per l'analisi e l'interpretazione dei processi di de/ri/territorializzazione, nella regione. I risultati della ricerca di questa tesi hanno indicato l'esistenza di due territori: quel della *lotta* e quel del *capitale*.

**Parole chiave:** Potere. Stato. Capitale. Territorio. Colonizzazione. Modernizzazione dell'agricoltura.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	21
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	25
<b>1 AS BASES TEÓRICAS DO TERRITÓRIO, DO PODER, DO ESTADO CAPITALISTA E DAS LUTAS DE CLASSES NA CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS</b> .....	29
1.1 O TERRITÓRIO E SEUS AGENTES DE PRODUÇÃO.....	33
1.2 O 'PODER' NO TERRITÓRIO.....	41
1.3 O ESTADO CAPITALISTA: AGENTE DO TERRITÓRIO.....	45
1.4 SIGNIFICAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO.....	54
<b>2 A ATUAÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO</b> .....	58
2.1 A POLÍTICA DE ESTADO NA EFETIVAÇÃO DA COLONIZAÇÃO OFICIAL NO PARANÁ MODERNO.....	58
<b>2.1.1 As Frentes de Expansão e Pioneira (ocupação e colonização)</b> .....	61
<b>2.1.2 A Colonização Oficial e Sua Territorialização</b> .....	73
2.2 A COLONIZAÇÃO OFICIAL E OS CONFLITOS DE CLASSES NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO.....	84
<b>3 O DEVIR SOCIAL E O AVANÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTA NO CAMPO</b> .....	114
3.1 O DEVIR SOCIAL E USO DA TERRA.....	115
3.2 A DINÂMICA DA (DES) TERRITORIALIZAÇÃO PROVOCADO PELO AVANÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO.....	120
<b>3.2.1 A Territorialização do Capital e a Política de Estado</b> .....	120
<b>3.2.1.1 As Políticas de Estado na Dinâmica da Territorialização do Capital</b> .....	136
<b>3.2.2 Concentração da Posse da Terra</b> .....	142
<b>3.2.3 A Desterritorialização do Trabalhador Rural</b> .....	152
<b>4 NOVAS E VELHAS TERRITORIALIDADES, NO CAMPO</b> .....	156
4.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIAS E DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS.....	160

<b>4.1.1 A Territorialização das Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais.....</b>	<b>176</b>
4.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS COOPERATIVAS E DE OUTRAS EMPRESAS PRIVADAS.....	184
<b>4.2.1 A Territorialização das Agroindústrias Familiares ou Doméstica.....</b>	<b>195</b>
4.3 AS TERRITORIALIDADES DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS.....	198
<b>4.3.1 As Associações de Produção: Associação de Produtores de Corumbataí do Sul e Associação Produtora de Leite de Roncador.....</b>	<b>202</b>
4.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	207
<b>4.4.1 A Territorialização dos Acampamentos Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo.....</b>	<b>221</b>
4.5 AS VILAS RURAIS E A (RE) TERRITORIALIZAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL.....	229
4.6 SÍNTESE DOS MODELOS REPRESENTATIVOS DOS TERRITÓRIOS RURAIS.....	241
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>245</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>251</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>266</b>

*“O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual”.*  
(Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2002).

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – QUADRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	32
FIGURA 2 – AS REGIÕES QUE MARCARAM O PROCESSO DE OCUPAÇÃO PARANAENSE.....	66
FIGURA 3– SUBDIVISÕES DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ.....	68
FIGURA 4 – TERRITÓRIO DA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ – C.M.N.P.....	76
FIGURA 5 – REPARTIÇÕES DE TERRAS PELA CMNP.....	78
FIGURA 6 – ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA.....	87
FIGURA 7 – CERTIDÃO DE TÍTULO DE POSSE DAS TERRAS DE JORGE WALTER DO ANO DE 1943.....	89
FIGURA 8 –INTIMAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO AOS HERDEIROS DE JORGE WALTER – 1943.....	90
FIGURA 9 – PLANTA DA FAZENDA DE JORGE WALTER – 1923.....	91
FIGURA 10 – ORÇAMENTO E ARRECADAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, PERÍODO DE 1947-1950.....	97
FIGURA 11 – ÁREA DE COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO.....	103
FIGURA 12 – PLANTA DA GLEBA 9 DA COLÔNIA MOURÃO.....	106
FIGURA 13 – PLANTA DA GLEBA 1 – BARRA BONITA DA COLÔNIA CANTÚ	110
FIGURA 14 – USO DA TERRA NAS DÉCADAS DE 1960 A 2006 NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	119
FIGURA 15 – REPRESENTAÇÃO DO RELEVO E O USO DA TERRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	132
FIGURA 16 – MOSAICO SÍNTESE DAS NOVAS E VELHAS TERRITORIALIDADES NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	159
FIGURA 17– PLANO INTEGRADO DE COOPERATIVISMO NO PARANÁ.....	152

FIGURA 18 – TERRITORIALIZAÇÃO DO PROJETO DE COOPERATIVISMO NORTE DO PARANÁ – NORCOOP.....	163
FIGURA 19 – TERRITORIALIZAÇÃO DA COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO..	169
FIGURA 20 – TERRITORIALIZAÇÃO DA COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA NO BRASIL.....	170
FIGURA 21 – A TERRITORIALIZAÇÃO DA COOPERMIBRA 1997 A 2009.....	173
FIGURA 22 – MUNICÍPIOS CORRESPONDENTES AOS ASSOCIADOS DA COAPROCOR.....	178
FIGURA 23 – TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	212
FIGURA 24 – MOBILIZAÇÕES PARA LEGALIZAÇÃO DO ACAMPAMENTO IRMÃ DOROTHY DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ.....	224
FIGURA 25 – MAPEAMENTO DA DIVISÃO DOS LOTES DO ACAMPAMENTO (PRÉ-ASSENTAMENTO) NOSSA SENHORA DO CARMO...	227
FIGURA 26 – REPRESENTAÇÃO DE UM MODELO DE VILA RURAL.....	229
FIGURA 27 – TERRITORIALIZAÇÃO DAS VILAS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ.....	234
FIGURA 28 – REPRESENTAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO.....	237
FIGURA 29 – MAPA SINTESE DOS TERRITÓRIOS DO ESPAÇO RURAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	244

## LISTA DE FOTOS

FOTO 1– VISTA PARCIAL DE ARARUNA EM 1948.....	108
FOTO 2 – VISTA PARCIAL DA TYSON DO BRASIL ALIMENTOS DE CAMPO MOURÃO.....	191
FOTO 3 – VISTA PARCIAL DO CONDOMÍNIO DE AVICULTURA NO MUNICÍPIO DE ARARUNA.....	192
FOTO 4 – VISTA PARCIAL DE PARTE DA ESTRUTURA ARMAZENAMENTO DE RAÇÃO PARA AVICULTURA NO MUNICÍPIO DE ARARUNA.....	192
FOTO 5 – VISTA PARCIAL DE UM AVIÁRIO DO CONDOMÍNIO DO MUNICÍPIO DE ARARUNA.....	194
FOTO 6 – WERLEINE APARECIDA BOSO MARTINS NA PRODUÇÃO DE DOCE DE GOIABA E APRESENTANDO OS POTES DE TEMPERO.....	198
FOTO 7 – VISTA PARCIAL DAS INSTALAÇÕES DA APROCOR/COAPROCOR.....	204
FOTO 8 – INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO PRODUTORA DE LEITE DO BARRO PRETO – APEBEP DO MUNICÍPIO DE RONCADOR.....	205
FOTO 9 – TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA BEIRA DA ESTRADA NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO NO ANO DE 1997.....	216
FOTO 10 – ACAMPAMENTO DO MST EM LUIZIANA, 1997.....	217
FOTO 11 – OCUPAÇÃO DO BANCO DO BRASIL DE PEABIRU, PELOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	219
FOTO 12 – MANIFESTAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL.....	220
FOTO 13 – VISTA PARCIAL DA FAZENDA SÃO PAULO.....	222
FOTO 14 – OCUPAÇÃO DA ÁREA DO ACAMPAMENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO NO ANO DE 2006.....	225
FOTO 15 – BARRACO DE LONA DE UMA FAMÍLIA NO ACAMPAMENTO NOSSA SENHORA DO CARMO.....	228

## LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

TABELA 1 – INDICADORES SOCIOECONÔMICO DE 2010 DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	30
TABELA 2 – ÁREAS DEMARCADAS PARA COLONIZAÇÃO NO ANO DE 1947 NO PARANÁ.....	101
TABELA 3 – GLEBAS, LOTES E ÁREA DAS CINCO COLÔNIAS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	104
TABELA 4 – INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO PARANÁ 1970 A 2006.....	130
TABELA 5 – INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO 1970 A 2006.....	134
TABELA 6 – COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DO FINANCIAMENTO E O VALOR DA PRODUÇÃO EM DIFERENTES ESTRATOS DE ÁREA NO BRASIL – 1970/1980.....	137
TABELA 7 – COMPARAÇÃO ENTRE VALOR DE FINANCIAMENTOS E DE PRODUÇÃO EM REAIS EM DIFERENTES ESTRATOS DE ÁREA NO BRASIL – 2006.....	140
TABELA 8 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (HA), NAS MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ, DE 1970 A 2006.....	145
TABELA 9 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (HA) DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO DE 1970 A 2006.....	146
TABELA 10 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO 1970 – 2006.....	148
TABELA 11 – POPULAÇÃO RURAL E URBANA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO 1970/2010.....	155
TABELA 12 – PRODUTORES ASSOCIADOS ÀS COOPERATIVAS NA DÉCADA DE 1980.....	164



TABELA 13 – AGROINDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO E FIAÇÕES DE ALGODÃO 1985/1986 NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO.....	187
TABELA 14 NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E ACAMPADAS, PORTARIA E DATA DE CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS, NA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO.....	213
TABELA 15 – VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.....	236
QUADRO 1 – RELAÇÃO DE COLÔNIAS E GLEBAS ENTRE 1947 E 1950...	99
QUADRO 2 – COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIAS E DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS, COM MATRIZ EM MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO.....	166
QUADRO 3 – AGROINDÚSTRIAS E AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO.....	196
QUADRO 4 – ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST.....	211
QUADRO 5 – PRODUÇÃO/PRODUTIVIDADE DO ACAMPAMENTO (PRÉ-ASSENTAMENTO) IRMÃ DOROTHY.....	223
GRÁFICO 01 – A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DO CAMPO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO - 1970 A 2010...	154

## LISTA DE SIGLAS

ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná  
AGROBELTRÃO - Cooperativa dos Agroempreendedores de Engenheiro Beltrão  
AMACOR - Associação Mista Agropecuária de Corumbataí do Sul  
APEBEP - Associação Produtora de Leite do Barro Preto do Município de Roncador  
APROCOR - Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul -PR  
BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná  
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social  
C.VALE - Cooperativa Agroindustrial  
CAI - Complexo Agroindustrial  
CAN- Colônias Agrícolas Nacionais  
CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEASA- Centrais de Abastecimento do Paraná  
CEFSPRG- Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande  
CFP - Companhia de Financiamento da Produção  
CITLA- Colonizadora Clevelândia, Industrial e Territorial LTDA  
CLASPAR - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos  
CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná  
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
COAGEL - Cooperativa Agropecuária de Goioerê  
COAGRU - Cooperativa Agroindustrial União  
COAMO - Agroindustrial Cooperativa  
COAPROCOR - Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região  
COAVRCAN - Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu  
CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná  
COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
COOPERMIBRA - Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil  
COPASA – Companhia de Silos e Armazéns  
COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica  
COPIVA - Cooperativa Mista do Vale do Ivaí LTDA  
COPROLEITE - Cooperativa Regional dos Produtores de Leite  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná  
CTRIN - Departamento de Comercialização do Trigo Nacional  
CUT - Central Única de Trabalhadores  
DAC - Departamento de Assistência ao Cooperativismo  
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf  
DERAL – Departamento de Economia Rural  
DGTC - Departamento de Geografia, Terras e Colonização  
EDUFRUTI - Educação, Formação Técnico e Pedagógico da Fruticultura nos Assentamentos da Microrregião de Campo Mourão  
EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPC – Econômica, Política e Cultural  
FAESP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FAT - Fundo de Amparo do Trabalhador  
FECILCAM - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão  
FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
GETSOP - Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná  
IAP - Instituto Ambiental do Paraná  
IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas  
ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências  
MARIPA - Companhia Madeireira Rio Paraná  
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MEC - Ministério da Educação  
MRH - Microrregião Homogênea  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NORCOOP - Projeto Norte de Cooperativismo  
NPK – Nitrogênio (N), Fósforo (P) e Potássio (K)  
OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PDSE - Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior  
PIC - Projeto Iguaçu de Cooperativismo  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRONAF– Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar  
PT - Partido dos Trabalhadores  
SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro  
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná  
SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento  
SEAGRI - Sistema estadual de Agricultura  
SECR - Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família  
SEED - A Secretaria de Estado da Educação  
SEIPU - Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SERT - Secretaria do Emprego e Relação do Trabalho  
SESA - Secretaria de Estado da Saúde  
SESC - Serviço Social do Comércio  
SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo  
SLOT – Sistema Local Territorial  
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SO – Sudoeste

SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

SULCOOP - Projeto Sul de Cooperativismo

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UNESPAR, Universidade Estadual do Paraná

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNITO – Università degli Studi di Torino – Itália

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## APRESENTAÇÃO

Nossa pesquisa, intitulada “Poder, Estado e Capital nos processos de des-re-territorialização, no campo na Microrregião Geográfica de Campo Mourão -PR” tem como orientador o professor Doutor Elpídio Serra, da UEM, e como coorientador o professor Doutor Marcos Aurélio Saquet, da UNIOESTE.

O tema dessa pesquisa surgiu da dissertação de Mestrado que realizamos em 2005, sobre as “Vilas Rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão”, sob a orientação do Professor Dr. Dalton Áureo Moro (*in memoriam*). Para a pesquisa “vilas rurais”, fizemos um breve estudo das transformações que ocorreram no meio rural, nas últimas décadas, sobretudo no estado do Paraná e na região de Campo Mourão. Na ocasião, almejamos verticalizar os estudos sobre a questão, porém, o objeto era outro. Desse modo, propomos no doutorado a investigação das transformações nas dinâmicas territoriais, no espaço rural da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, visto que estão condicionadas, em grande medida, pelas relações de ‘poder’, do Estado e capital.

Essas mudanças que vêm ocorrendo no espaço rural têm sido objeto de pesquisa do professor Dr. Elpídio Serra, orientador dessa Tese. Dentre os estudos que tem realizado, estão os relativos às cooperativas, aos movimentos sociais de sem terra, os conflitos ao acesso à terra, entre outros, sobretudo no norte do Paraná. Contudo, nossa pesquisa aborda, além dessas questões, o entrelaçamento dos estudos empíricos sobre os conflitos de classes, presentes na dinâmica territorial, com os pressupostos teóricos e metodológicos dos conceitos de território e, por extensão, de des-reterritorialização e territorialidade, bem como as categorias de poder e desenvolvimento, que embora não sejam objetos da Geografia, o seu entendimento se faz necessário, uma vez que estão presentes nas territorialidades e são elementos importantes para análise dos territórios.

Nosso estudo busca maior entendimento relativo aos conceitos de território e de seus correlatos, pautados na perspectiva relacional, em especial basilados nos postulados do geógrafo suíço Claude Raffestin e do geógrafo Marcos Aurélio Saquet. Esse conceito tem sido dotado de muitos significados desde sua origem, especialmente, com métodos e maneiras com que os pesquisadores fazem suas

leituras da realidade. Para avançarmos na discussão, também buscamos no cientista político Nicos Poulantzas os estudos valiosos sobre o Estado como agente econômico e político no processo organizativo das dinâmicas territoriais. Do mesmo modo, utilizamos sua teoria para compreender a articulação do Estado com os agentes do capital, nos processos de des-re-territorialização.

Essas discussões são um tanto complexas, vão além da nossa formação, e se faz necessário buscar teorias que contribuem na análise do objeto, as quais emanam de outras áreas do conhecimento, bem como discussões e orientações dos professores que já vêm de longa data percorrendo o caminho da investigação.

Neste sentido, buscamos na literatura italiana, por meio de estágio no *Dipartimento Interateneo Territorio di Politecnico e Università degli Studi di Torino – Italia*, entre os meses de março a julho de 2012, maior aprofundamento nos estudos sobre território, desenvolvimento, Sistema Territorial Local – SLOT e cooperação descentralizada.

Qualificar o referencial teórico-metodológico dessa tese de doutorado foi fundamental para o avanço na análise crítica do objeto de estudo. Também, estreitamos as relações em termos acadêmicos, sobretudo relativos aos estudos territoriais entre Brasil e Itália. Visto que, na atualidade, as redes e a relação espaço-tempo têm contribuído para que ocorra o engajamento entre pesquisadores de diferentes regiões, países e continentes.

A participação como estudante de pós-graduação no exterior, com apoio dos órgãos de fomentos, neste caso em especial, a CAPES, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), amplia a visão de mundo, a formação científica e cultural, resultando em benefício à sociedade. Neste sentido, enfatizamos que todos os doutorandos deveriam experimentar e vivenciar essa experiência. Do mesmo modo, reforçamos que a vivência em universidades de prestígio traz uma vivência ímpar ao pós-graduando em geografia, notadamente em países onde há base e sustentação teórica de clássicos da Ciência Geográfica.

Em outras palavras, buscamos analisar a concepção teórica e metodológica da perspectiva da Geografia Italiana, uma vez que os desdobramentos dos conceitos de território e de seus derivados têm como referência os estudos dos geógrafos italianos, sobretudo, a partir da década de 1960.

Essas discussões, à luz dos geógrafos italianos, já se destacam em vários livros, e têm influenciado o pensamento de muitos pesquisadores, dentre os quais Marcos Saquet, que vem de longa data, buscando elementos e subsídios para interpretação dos territórios e das territorialidades dado as complexidades das relações sociais, que se constituem na atualidade. Na sua obra “Abordagens e Concepções de Território”, publicada em 2007 pela Expressão Popular, faz uma abordagem da tendência relacional e híbrida, que segundo o autor é mais próxima do real. Destaca, sobretudo, as ideias do geógrafo Geuseppe Dematteis, que apresenta uma preocupação com as relações geográficas, tanto verticais, como horizontais, isto é, “com as condições e com as articulações territoriais” para o desenvolvimento, bem como as contribuições de Massimo Quaini, Governa e Claude Raffestin (este passou a viver um tempo em Torino, colaborando e estimulando várias pesquisas no *Dipartimento Interateneo Territorio di Politecnico e Università degli Studi di Torino*).

Claude Raffestin se tornou muito conhecido no Brasil, no início da década de 1990, quando sua obra “Por uma Geografia do Poder” foi, traduzida para o português. Nesta obra, entre outras, fez importantes contribuições, especialmente ao confrontar os conceitos de espaço e território.

Do mesmo modo, as contribuições dos pesquisadores mais recentes têm sido valiosas, como Dansero, Giaccaria, para qualificar as discussões da abordagem territorial, especialmente importante contribuição no campo teórico-metodológico acerca do desenvolvimento local.

Ideias que também têm nos influenciado, por meio do acesso a literatura italiana, especialmente de Raffestan e Dematteis, bem como a aproximação da nova geração de geógrafos da Escola de Turinesa, como Dansero, co-orientador estrangeiro, Giaccaria, dentre outros.

Em resumo, trata-se de uma rede (i) material que se transforma em ações concretas, e que buscamos nessa rede qualificar nosso entendimento para a Tese e, nessa ocasião, apresentamos e defendemos no Programa de Pós-Graduação de Geografia na Universidade Estadual de Maringá.

Defendemos a Tese de que o Estado sempre esteve articulado com o capital para ocupação territorial, com vista ao progresso econômico. Porém, nem todos os sujeitos sociais dos territórios dessa dinâmica são atendidos. Com o processo de

desenvolvimento de modernização – mecanização agropecuária, muitos desses sujeitos, especialmente os descapitalizados, são desterritorializados do meio rural. Esse processo que vem ocorrendo no Paraná, sobretudo a partir da década de 1970, tem resultado no surgimento de novas territorialidades, que se concretizam originando novos territórios no meio rural. Dentre os quais, associação de pequenos produtores, pequenas cooperativas agropecuárias, vilas rurais, acampamentos e assentamentos de sem terra. Territórios fruto da luta para permanência ou acesso à terra.



## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século passado, testemunhamos mudanças significativas ocorridas no território brasileiro, condicionadas, em grande medida, pelas relações de poder do Estado e do capital. Este poder manifestado por intermédio desses agentes organiza o território, visto que controlam e dominam a população e os recursos naturais. Assim, o território é formado no espaço geográfico a partir de complexas relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Essas relações são visivelmente averiguadas no estado do Paraná, em especial na região de Campo Mourão, com o novo modelo de produção e de reprodução ampliada do capital que se intensificou com o avanço tecnológico, concomitante à disseminação das culturas mecanizadas. Tal evento resultou na ampla utilização dos novos meios de produção, condicionadas e facilitadas pelas políticas de Estado. Este serviu de agente à solidificação do capital internacional, representado pelas grandes empresas estrangeiras.

Partimos da perspectiva de Poulantzas (2000) para destacar o poder do Estado, enquanto agente importante no processo organizativo e articulado com os agentes do capital, visto que representa e organiza os interesses da classe dominante. Do mesmo modo, discutimos a articulação desses agentes, nos processos de des-re-territorialização na Microrregião Geográfica de Campo Mourão.

Neste sentido, com a pesquisa estabelecemos as contribuições do aporte analítico e conceitual do território e de seus correlatos com a experimentação empírica, para compreensão desses processos de des-re-territorialização.

Para melhor apreensão do objeto de estudo, trabalhamos com o tempo histórico, das sucessões, do processo histórico da territorialização movido pela ocupação espontânea e colonização dirigida, que se efetivou nas primeiras décadas do século passado. Porém, para entender as desigualdades presentes nas territorialidades, consideramos o tempo da simultaneidade, que Santos (2006) denomina de tempo concreto das coexistências. E Saquet (2004, p. 141) parafraseando Santos adjectiva-o “de tempos rápidos e lentos, que se manifestam diferentemente de um lugar para outro e no interior de cada lugar”. Assim, para entender a tessitura territorial da área de estudo, temos que entender a dinâmica

tempo-espaço fundada no movimento contraditório e nos ritmos diferenciados existentes, sobretudo, a partir dos processos de ocupação espontânea e colonização oficial. Evento marcado por conflitos entre ocupantes e colonizadores, legitimado pelas ações do Estado. Outra questão que abordamos na pesquisa é o processo de desterritorialização movido pelo avanço das relações capitalistas no campo, sobretudo a partir da década de 1970. Neste período, as pequenas propriedades foram incorporando-se às médias e grandes propriedades, ocasionando a (re) estruturação fundiária. Entre as variáveis que explicam esta mudança, destacam-se: a erradicação dos cafezais, provocada pela política de Estado de desestímulo à cafeicultura, simultaneamente a superprodução ocasionando o desequilíbrio entre a oferta e a procura; o Estatuto do Trabalhador, que dificultou a relação empregado e empregador; as geadas constantes, especialmente a de 1975; a política do Estado ao incentivo à exportação de grãos (oleaginosas) em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno

Neste sentido, para discutir essa dinâmica territorial, temos que pensar na perspectiva do desenvolvimento, visto que os novos territórios, bem como a des-reterritorialização resultam de uma política pública contraditória de desenvolvimento rural denominada de “modernização agropecuária”, caracterizada por cinco implicações articuladas: *parcial/desigual*, *conservadora*, *dolorosa* (GRAZIANO DA SILVA, 1996), autoritária e devastadora. Seguramente, esse processo, no Brasil, foi benéfico ao desenvolvimento da agricultura capitalista, o mesmo não ocorreu com a população do campo, que foi desterritorializada do campo, especialmente no estado do Paraná que registrou o maior índice de êxodo rural do país.

Todavia, simultaneamente à desterritorialização há reterritorialização, que condicionam mutuamente e resultam da energia de trabalho, um movimento dialético de continuidade e descontinuidade, ou seja, no processo de desterritorialização há a perda do território e na reterritorialização “uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O velho é recriado no novo”. (SAQUET, 2008, p. 51).

É nesta perspectiva que centramos nossos desdobramentos teórico-metodológicos para análise e interpretação dos processos de des-reterritorialização na região. Em outras palavras, tecemos nossas análises nas *novas* e *velhas*

territorialidades que surgem no campo, com o avanço das relações capitalistas de produção.

Em síntese, estudamos as territorialidades, das cooperativas de produção agropecuária e de agricultura familiar, das agroindústrias, das associações de pequenos produtores rurais, de assentamentos e acampamentos, bem como das vilas rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão.

A pesquisa tem um caráter teórico e empírico, que efetivamos em dois momentos. No primeiro, fundamentamos, em nossa avaliação, o processo de apropriação e produção territorial na Microrregião Geográfica de Campo Mourão, considerando como elo central de nossas análises a abordagem e concepções de território e seus derivados. Partimos da perspectiva relacional de Claude Raffestin, uma vez que abordamos os movimentos e a questão das relações de poder, com ênfase ao Estado e ao capital. Contudo, reconhecemos os diferentes poderes, inerentes a todas as relações.

Para tratar teoricamente das abordagens e das concepções com respeito à temática proposta, buscamos em RAFFESTIN (1993 e 2009) a análise econômica, política e cultural do território, bem como as discussões sobre poder; em SPOSITO (2004); SAQUET (2004, 2007 e 2009) que propõem uma interpretação das interfaces do território, ou seja, uma análise considerando as dimensões econômica, política, cultural e natural. Em LEFEBVRE (1991), na contribuição das discussões de produção do espaço, bem como SANTOS (2000, 2002, 2006 e 2008); SILVA (1991 e 2004). Em GRAMSCI (1987); POULANTZAS (1974,1977 e 2000); IANNI (2004); CARNOY (1988), dentre outros, em suas análises acerca do poder e do Estado.

Nesta fase, analisamos os aspectos históricos da formação territorial da região, sobretudo a partir da ampliação das relações capitalistas, em especial ao período da colonização. Evento que, assinalamos como construtor da territorialização, resulta na expressão concreto-abstrata da multidimensionalidade de uma rede de relações sociais marcadas pelo poder.

Para tratar teoricamente das questões de colonização e, sobretudo da modernização agropecuária em diferentes escalas - nacional e regional utilizamos, como base teórica, os estudos de: GRAZIANO da Silva (1981, 1993, 1996 e 1999); SERRA (1991); PADIS (1981), FLEISCHFRESSER (1988); MARTINS (1984, 1991 e

1995); MORO (1991); WACHOWICZ (2001 e 2002); WESTPHALEN (1988); N. BERNARDES (1953), dentre outros. Do mesmo modo, buscamos auxílio de materiais bibliográficos e informativos, por meio de órgãos como: ITCG, MUSEU HISTÓRICO, IBGE, EMATER, SEAB, DERAL, Prefeituras Municipais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas de Produção Agropecuárias e Agroindústrias, dentre outros.

No segundo momento, tratamos da pesquisa empírica. Nesta, abordamos as novas e velhas territorialidades que surgem após a década de 1970, no espaço rural da Microrregião Geográfica de Campo Mourão. Assim sendo, efetivamos a pesquisa por meio de entrevistas e depoimentos dos agricultores, trabalhadores rurais e representantes das cooperativas e agroindústrias e assentados. Para a formulação das entrevistas, utilizamos técnicas de conversação e questionamento procurando induzir o mínimo possível a resposta do entrevistado.

Na pesquisa empírica, trabalhamos com o território descontínuo (ou território rede). Para tanto, observamos as redes de comunicação e circulação, empresas rurais, silos e cooperativas, assentamentos, dentre outros, que vão se materializando no território, diferenciando os lugares, resultando nas formas espaciais da região.

Após a coleta de todos os dados e informações, estes serviram para análise, interpretação, reflexão dos fatos e fenômenos estudados. Ainda na pesquisa, realizamos o mapeamento dos principais agentes organizadores do espaço.

A Tese está dividida em quatro seções. Na primeira, discutimos brevemente sobre as bases teóricas do território, do poder, desenvolvimento, do Estado capitalista e das lutas de classes na construção e análise dos territórios.

A seção segunda aborda a atuação do Estado no processo de territorialização na região de Campo Mourão.

A seção terceira é dedicada ao *devoir* social e o avanço das relações capitalistas no campo.

E a quarta e última seção faz um levantamento geral dos principais territórios do meio rural.

## **1 AS BASES TEÓRICAS DO TERRITÓRIO, DO PODER, DO ESTADO CAPITALISTA E DAS LUTAS DE CLASSES NA CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS**

Essa seção apresenta nossa reflexão sobre algumas bases teóricas que norteiam a geografia, em especial ao conceito de território e seus correlatos, o Estado capitalista, como um agente político e econômico do território. E sobremaneira, nas lutas de classes e as contradições que se manifestam nos territórios, no espaço rural da Microrregião Geográfica de Campo Mourão.

Essas lutas são visivelmente averiguadas quando observamos as contradições que ocorrem no espaço rural regional, ou seja, a região é constituída de grandes proprietários de terras, que se constituem em empresários rurais, associados de cooperativas de produção agropecuária – agronegócio -. Por outro lado, também se concentra um número significativo de trabalhadores rurais sem terra, assentados e acampados, com o objetivo de permanência e acesso à terra.

O que se coloca em questão é a necessidade de compreender quais são, em última análise, os interesses comuns de grupos e classes sociais vinculados ao agronegócio. E até que ponto os sem terra, no seu conjunto, se contrapõe ao agronegócio, com a exploração econômica, em áreas de pequenas propriedades, com a produção de subsistência e de pequena escala. Neste contexto, também encontramos, os pequenos produtores rurais que se organizam em associações e pequenas cooperativas, denominadas de cooperativas da agricultura familiar, com o mesmo propósito, acesso e permanência.

Há também os ‘vileiros’ que foram territorializados pelo governo paranaense nas vilas rurais para atender o agronegócio, servir como exército de reserva para as agroindústrias e empresas rurais, uma vez que os trabalhadores rurais volantes, os ‘boias frias’, assim denominados, já estavam em número reduzido na região, por conta dos avanços tecnológicos no campo e do predomínio das culturas mecanizadas, soja e milho.

Em meio ao aparente desenvolvimento da Microrregião, há municípios que apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano se comparado a outras regiões do estado e do país, embora, considerada desenvolvida em termos de

produção agrícola, apresenta enormes índices de desigualdades sociais entre seus atores internos.

Analisando-se os indicadores socioeconômicos da região mostrados na Tabela 1, entre eles, população, taxa de pobreza, IDH e taxa de analfabetismo, verifica-se que nela há municípios com taxa de pobreza acima de 45% (com ganhos de menos de meio salário mínimo), a exemplo do município de Corumbataí do Sul, que registra um IDH de 0,678, com uma taxa de pobreza de 48,60%, e taxa de analfabetismo de 23,3%.

**TABELA 01**  
**INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE 2010 DA MICRORREGIÃO**  
**GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO**

Microrregião Geográfica de Campo Mourão	Total de População	Taxa de Pobreza (1/2 salário/pessoa)	População Economicamente Ativa	IDH-M	PIB Per Capita (reais)	População Rural	Taxa Analfabetismo %	Índice de Gini Conc. Renda
Araruna	13.419	27,61	7.464	0,732	14.374,07	2.944	13,8	0,52
Barbosa Ferraz	12.656	41,87	5.938	0,700	6.901,28	3.075	22,9	0,60
Campo Mourão	87.194	20,74	46.283	0,774	19.918,33	4.518	10,7	0,57
Corumbataí do Sul	4.002	48,60	2.234	0,678	7.201,09	1.875	23,3	0,52
Engenheiro Beltrão	13.906	24,18	6.956	0,762	14.992,99	1.628	14,0	0,59
Farol	3.472	45,30	1.708	0,701	18.161,91	1.454	21,8	0,60
Fênix	4.802	30,10	2.401	0,736	13.618,23	807	19,1	0,54
Iretama	10.622	41,12	5.129	0,699	6.656,93	4.435	22,2	0,62
Luiziana	7.315	46,25	3.434	0,704	19.915,42	2.559	18,6	0,55
Mamborê	13.961	38,26	6.773	0,745	18.393,43	4.977	13,8	0,58
Peabiru	13.624	31,90	6.640	0,736	9.755,96	2.615	15,3	0,55
Quinta do Sol	5.088	35,49	2.763	0,712	13.086,68	1.277	21,6	0,56
Roncador	11.537	46,25	6.042	0,701	12.038,48	4.417	18,6	0,59
Terra Boa	15.776	18,75	8.899	0,744	13.459,10	2.725	15,0	0,47

FONTE: IBGE, 2010 - IPARDES, 2010 – Org.: Andrade, Áurea (2012).

Os baixos indicadores desse município e de outros são atribuídos, em parte, à falta de infraestrutura nas áreas territoriais periféricas, que passaram da condição de distritos à de unidades administrativas municipais sem que se elaborasse um plano de desenvolvimento, especialmente para as áreas de produção agrícola (MASSOQUIM, 2010).

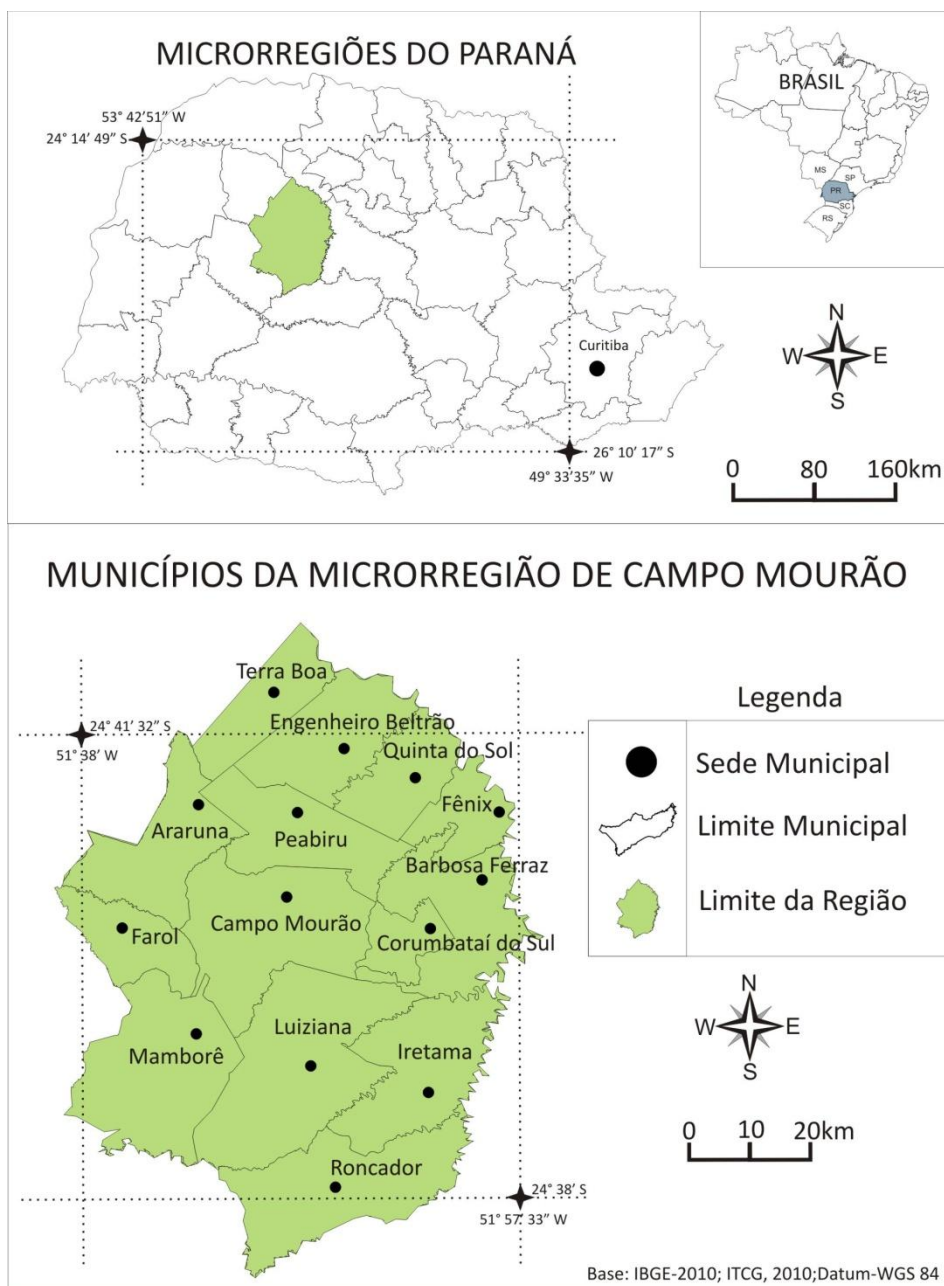
Outro aspecto importante para o entendimento das desigualdades territoriais é o novo modelo de produção e reprodução ampliada do capital no campo, o qual nas últimas décadas tem apresentado um crescimento significativo na economia brasileira, porém não foi acompanhado do pleno desenvolvimento social, uma vez que milhões de brasileiros ainda vivem em estado de pobreza, em suma, de

insuficiência de renda para satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. (SANDRONI, 1994).

Neste sentido, observamos fortes relações de poder na região, o que nos conduziu a buscar suporte teórico dessa categoria, para compreender como essas relações se manifestam nos territórios. Em outros termos, tratamos o conceito de poder, como um “pano” de fundo de nossa análise das relações sociais e das lutas de classes na efetivação de territórios e, em especial, para o entendimento dos processos de des-re-territorialização na área de pesquisa, uma vez que esta abordagem conduz à compreensão das relações de produção e (re)-produção do território.

Ainda que a pesquisa faça uma discussão de território, o recorte espacial corresponde à Microrregião Geográfica de Campo Mourão, conforme critério do IBGE. Contudo, não discutimos o conceito de região, e do mesmo modo, não analisamos o objeto de pesquisa pela categoria região. Nossa análise se realiza por meio da categoria território. Como esse se refere às complexas relações sociais, transcende a região, embora, a medida em que deparamos, mesmo em se tratando de categorias de análise distintas, todas estão imbricadas.

A área de estudo compreende 14 municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa (Figura 1), com uma população de 217.374 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010, em uma área de 7.069,8 Km<sup>2</sup>, polarizada por Campo Mourão.



**FIGURA 1 – QUADRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.**

Fonte: IBGE, 2010. Org.: Andrade, Áurea (2011).

O recorte espacial foi necessário, visto que alguns dos territórios não correspondem a um único município e para maior entendimento da articulação do Estado e do capital, no espaço rural da Microrregião, e, sobretudo a análise dos conflitos de classes que emergiram desde o processo de colonização e perduram até a década de 2010. Em outros termos, o recorte espacial mais amplo nos permite



apontar o predomínio do agronegócio, por meio de agroindústrias, empresas rurais e cooperativas de produção agropecuárias e como esses agentes estão articulados com o Estado, e, ao mesmo tempo, como este tem atuado em benefício da classe dominante.

Em resumo, como o Estado atua sobre a “esfera especial da realidade”. Do mesmo modo, esse recorte nos permite analisar os grupos de resistência, ou seja, as classes que tentam contrapor ao agronegócio para continuar e lutar pela e na terra. A exemplo, temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST atuando fortemente em assentamentos e acampamentos, em cinco municípios da região. Há também outros grupos de trabalhadores rurais que não estão engajados em movimentos sociais, mas que se organizam em associações e pequenas cooperativas para continuar a viver na/da terra. Como exemplo estudamos as territorialidades da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Corumbataí do Sul – COAPROCOR, a Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu - COAVRCAN, a Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – PR – APROCOR, a Associação Produtora de Leite do Barro Preto do Município de Roncador - APEBEP, dentre outros, todas pertencentes à área em estudo.

Para entender como se dá essas complexas relações sociais nos diferentes territórios do cenário rural da Microrregião, faz-se necessária uma discussão dos pressupostos teórico-metodológicos dos conceitos basilares da pesquisa. A começar pelo conceito de território, que tratamos a seguir.

## 1.1 O TERRITÓRIO E SEUS AGENTES DE PRODUÇÃO

As discussões pertinentes ao conceito de território, na ciência geográfica, são marcadas por uma grande controvérsia desde sua origem até o presente momento. Contemporaneamente, esse debate voltou com força nos estudos realizados por geógrafos italianos, tendo em vista relevância desse conceito para interpretação das complexas relações sociais, sobretudo pós-segunda Guerra Mundial.

No Brasil, esse debate tem-se fortalecido nas últimas décadas, sobretudo na perspectiva multidimensional e multiescalar, contrariando a ideia inicial do conceito dimensional realizado desde o século XIX, pelo geógrafo alemão Frederic Ratzel,

em que o entendimento de território estava vinculado à área e apropriação de recursos naturais. Do mesmo modo, sua ideia estava centrada no referencial político do Estado, ou seja, este era considerado o único *locus* de poder. O território era uma área que alguém possuía espaço conquistado e dominado por uma comunidade, por um Estado. Em resumo, o território era entendido como Estado-Nação propriamente dito, “sem território não pode haver Estado”. E este era responsável pela conquista de novos territórios.

Assim, Ratzel assegurava que:

A população dos Estados de território extenso, devido à grandeza de seu habitat, tem espírito de expansão e de conquista, de otimismo e juventude. Ao contrário, as unidades políticas que habitam territórios exíguos, são pessimistas, atingem cedo a maturidade do espírito, tem uma psicologia acentuadamente particularista, são estacionários e possuem pouca virilidade.( RATZEL, s/d, *apud* AZAMBUJA, 1959, p. 48).

Para Moraes (2008, p. 53), discutir os territórios contemporâneos é discutir os “espaços exercício do poder estatal principalmente”. Claro que está se referindo aos “Estados territoriais” de Ratzel. Moraes não trabalha a visão antropológica do território, isto é, o espaço identitário e cultural. Porém, enfatiza a importância da recuperação histórica da formação dos territórios, “num resgate retrospectivo dos processos que levaram à conformação das áreas de dominação estatal”. Quando Moraes (2008) enfatiza o Estado, não significa que seu entendimento é reduzido à concepção de Ratzel. Ele enfatiza a importância do Estado na formação dos territórios, desde a base da formação do Estado Moderno.

A espacialidade do Estado Moderno, que está na base da formação dos territórios estatais-nacionais do século XIX, tem sua gênese no processo de centralização do poder que objetiva na Europa as monarquias absolutistas. Tal processo supera a extraterritorialidade que acompanha a estrutura política da ordem feudal, em que os Estados monárquicos se sustentam pelos mecanismos da vassalagem e da suserania, os quais impediam uma efetiva centralização do poder na figura do rei, logo impossibilitando que este projetasse a área de sua jurisdição formal numa unidade territorial fixa e efetiva. (MORAES, 2008, p. 55).

Recentemente, com a retomada dos estudos de geografia política e de geopolítica, o conceito de território voltou a ser utilizado, porém com outra perspectiva.

Para Santos (2000, p. 22), o território em si, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para análise social quando consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam.

Andrade (1995, p. 19), em sua obra a “Questão do Território no Brasil”, aborda que, em meados do século XX, François Perroux chamava atenção para que as empresas motrizes, controlando instalações e explorando nas áreas mais diversas do globo, eram muitas vezes mais importantes que as nações e os próprios Estados. Este fato é comprovado hoje com o processo de globalização da economia que faz diminuir a importância política e a soberania dos Estados.

Neste sentido, Santos (2000) ressalva que a globalização amplia a importância desse conceito. Em parte, por causa da competitividade, cujo exercício levado a uma busca desesperada de uma maior produtividade, dependendo de condições oferecidas nos lugares do consumo. Há lugares mais apropriados para aumentar o lucro de alguns, em detrimento de outros. Isso só foi possível porque os lugares e o mundo tornaram-se conhecidos. Portanto:

A globalização re-valoriza os lugares – de acordo com que podem oferecer às empresas – potencializando a competitividade. Entre o território tal como ele é a globalização tal como ela cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos(SANTOS, 2000, p 22).

Para Andrade (1995, p 20), a formação de um território gera às pessoas que nele habitam a consciência de participação, provocando um sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. Em síntese, a territorialidade é um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social (Estado, grupos sociais, empresas). Há também a perda desse território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições sociais, a

desterritorialização. Contudo, coma desterritorialização surgem novos territórios e novas territorialidades.

De acordo com Moraes (2008), sobre o território ainda cabem algumas considerações no que tange ao seu significado.

cabem algumas palavras sobre o próprio conceito de território e de sua utilização em detrimento de outros mais usuais na literatura geográfica, como hábitat, região ou área. Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção de Terra como um território. Logo esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural. (MORAES, 2008, p. 45).

Para nós, esse debate é muito complexo, portanto, considerando nossos objetivos, priorizamos apresentar em linhas gerais a questão da identificação do conceito de território e seus correlatos, bem como a concepção adotada a partir dos geógrafos Claude Raffestin e Marcos Saquet, em virtude da perspectiva multidimensional com a qual trabalham, isto é, reconhecendo as dimensões, política, econômica, cultural e natural, bem como as redes e as relações de poder.

Assim, em primeiro lugar apresentamos, nesta subseção, uma perspectiva mais genérica sobre a questão conceitual do território para, na sequência, desenhar o cenário do debate do poder nas relações sociais, e por fim, o Estado capitalista como um dos agentes de conformação do território. Em outras palavras, versamos o fundamento da nossa análise no Estado de classe, nos conflitos de classe, que resultam nos processos de des-re-territorialização.

Antes, porém, de avançar na identificação do conceito de território, faz-se necessário desenvolver a discussão do espaço social, aqui entendido como sendo objeto da Geografia.

Conforme Santos (2002, p. 150-151), o espaço é objeto de preocupação desde os filósofos gregos, com inúmeras significações, porém o que nos interessa na geografia é o espaço humano ou espaço social. Sobre o espaço social são oportunas as considerações de Silva (1991):

A geografia, através de sua história, vem se comportando como um emaranhado de questões diversificadas, fruto de uma divisão daquilo que é visualizável; isso faz dela uma mera disciplina que

trata da aparência. Onde está a ciência? É com essa preocupação que os geógrafos críticos vêm se empenhando na procura do fortalecimento do seu objeto, ou seu sujeito como alguns preferem. A nosso ver não há ciência sem objeto, e o espaço social é objeto da geografia; objeto entendido enquanto movimento, processo. (SILVA, 1991, p. 11).

No entanto, é na Geografia teórico-quantitativa, a partir de 1950, que o espaço aparece como um conceito. Porém, de acordo com Sposito (2004) foi na Geografia Crítica de fundamento marxista que houve maior debate acerca do conceito de espaço, sobretudo com Milton Santos, Horácio Capel, Richard Peet, Henri Lefebvre, entre outros.

Segundo Santos (2002), a definição do espaço é árdua, porque a tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço social é a natureza modificada pelo homem através de seu trabalho: “O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”. (SANTOS, 2002, p. 153).

Além disso, em outra obra, Santos (2002) assevera que o espaço deve ser estudado por meio de quatro categorias: *forma, função, estrutura e processo*. Sintetiza que o espaço é um campo de forças, porém desigual. Não podemos deixar de considerar a lógica capitalista, vale lembrar que a evolução espacial se constitui de modo diferente em todos os lugares, porque a lógica capitalista é a promoção das desigualdades.

Para Lefebvre na obra “*Espaço y política*” (1976, *apud* SPOSITO, 2004, p. 89), o espaço não é simplesmente um instrumento, é o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Está essencialmente vinculado com a reprodução das relações de produção.

Ainda de acordo com Lefebvre (1973, p. 17), o espaço social “é o lugar da reprodução das relações de produção, (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção), é simultaneamente ocasião e instrumento duma planificação (ordenamento do território), duma lógica de crescimento”.

Para o autor, há dois tipos de espaço, o abstrato e o espaço social. O primeiro está vinculado à lógica formal - a matemática, a epistemologia. No momento em que este espaço formal foi pensado e, ao transpor para o espaço social, implica em um

movimento. Um movimento dialético. E é neste campo do pensamento dialético que o espaço compreende as contradições<sup>20</sup>.

De acordo com Silva (1991, p. 19), compreender o espaço geográfico na concepção marxista, ou no raciocínio dialético<sup>21</sup>, expressa uma visão de totalidade, isto é, apreendê-lo em sua essência, “com todos os conflitos, contradições, mediações, que se articulam num processo incomensurável, interminável”. Em resumo, a autora garante que o espaço “é uma síntese, guardando uma diversidade, submetida ao fator lugar com todas as suas manifestações contraditórias, centradas nas relações humanas, coisificadas nas relações humanizadas entre coisas, e nas relações predatórias entre a classe dominante e a natureza” (SILVA, 1991, p. 21).

No entanto, espaço não pode ser confundido com território. Este está ligado às relações de poder, quer se faça referência ao poder público, quer ao poder das grandes empresas que ignoram as fronteiras políticas (ANDRADE, 1995) e dos indivíduos. Do mesmo modo, Costa (2008), parafraseando Raffestin, considera que os geógrafos vêm, equivocadamente, confundindo o conceito de território com o de espaço. Este consiste no conceito central e “apenas quando os ‘atores’ se apropriam de um espaço é que se torna território, ou seja, ‘territorializam’ o espaço”.(COSTA, 2008, p. 320).

Ademais, a diferença basilar está entre o uso e a concepção do território, uma vez que, ao analisar é necessário estabelecer os referenciais teóricos e epistemológicos e submetê-los ao crivo da experiência empírica, e, depois, reconstruí-lo de forma analítica, articulado multidimensionalmente, na relação dialética espaço-tempo<sup>22</sup>.

Segundo Raffestin (1993), o caráter relacional do território com a interação e relações de poder, redes de circulação e comunicação, dominação de recursos naturais, entre outros, indica relações sociais nas dimensionalidades, cultural, econômica e política. Para o autor, historicamente as sociedades se territorializam, desterritorializam e reterritorializam, numa sucessão de diferentes territorialidades,

---

<sup>20</sup> A contradição torna-se mais precisa quando a ordem longínqua, a ordem das relações sociais, das relações de produção à escala global e, portanto, da sua reprodução, invade brutalmente as relações próximas (a vizinhança, a natureza em redor da cidade, da região, das comunidades locais). (LEFEBVRE, 1973, p. 19).

<sup>21</sup> O raciocínio dialético é a antítese do raciocínio formal corresponde a só um momento da lógica dialética. Enquanto na lógica formal se raciocina em linha reta, como se o raciocínio pudesse ser representado geometricamente por um segmento retilíneo, na dialética se caminha em todas as direções (SILVA, 1991, p. 20).

<sup>22</sup> A reflexão dialética considera a diversidade unidade do *tempo-espaço*. “O tempo é realizado no espaço produzido (resultado) e este para realizar-se é o próprio tempo das ações do trabalho. Ambos são abstratos na sua generalização e se revestem de materialidade pelo trabalho. Por meio do trabalho realizado estamos neles, somos e o que criamos e produzimos também. No espaço/tempo exteriorizamos nossos valores morais – étnicos, enquanto seres políticos” (SILVA, 2004, p.16).

materiais e imateriais. Na territorialização há limites, ajuste e distinção. Porém, a desterritorialização é provocada, especialmente, pelas inovações e sua difusão (SAQUET, 2007).

Como afirma Saquet (2007), o território resulta das relações sociedade/natureza e é condição para a reprodução social; campo de forças historicamente determinadas.

As forças sociais efetivam o território, o processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão certa forma e determinados conteúdos ao território e aos territórios (SAQUET, 2007, p. 127 - 128).

Assim, o autor sintetiza que o território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-tempo pelo exercício do poder, como já enfatizamos, por determinado grupo ou classe social. Assim, pelas territorialidades cotidianas, que são, simultaneamente, resultado e condicionantes da territorialização e do território. Além disso, as forças econômicas, políticas e culturais também determinam a desterritorialização e a reterritorialização.

A desterritorialização e a reterritorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC, sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A desterritorialização num lugar significa reterritorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território. (SAQUET, 2007, p. 129).

Ainda de acordo com Saquet (2007):

[...] vivemos territorialidades distintas e plurais, múltiplas, tanto política como econômica e culturalmente, num único movimento. As relações religiosas modificam-se e permanecem; alteram-se relações entre os Estados, que também têm elementos que são conservados; as relações entre os Estados e as empresas; enfim, há novas territorialidades, reterritorializações, constantemente, que contêm, em si, o velho: há des-continuidade históricas e

multiescalares; um movimento processual e relacional, de apropriação, dominação e produção (i) material e (material-imaterial) do território. (SAQUET, 2007, p. 158).

Discutir território, também é discutir o cotidiano, visto que nele acontecem as relações sociais, ou seja, é a partir do indivíduo e de suas relações com os outros, numa interação com o meio, que os territórios são formados historicamente. Desse modo, é necessário compreender o cotidiano historicamente condicionado, numa concepção dialética, de movimento contínuo e descontínuo, de contradição e de dominação.

Segundo Tedesco (2003, p. 145-146), após revisão das obras de Lefebvre, ressalta que ele considera as “continuidades e discontinuidades, o que é cíclico e linear, a reprodução das relações de produção, seu poder de normalização. Porém, suas análises revelam o potencial crítico e inventivo dos grupos e dos indivíduos, a forma que o micro e o macro se relacionam”.

Lefebvre (1978) entende o “cotidiano como lugar de uma possível apropriação do devir social; dialeticamente, como geral e singular; como um atributo social e individual; como permanente repetição e mudança”. (*apud* TEDESCO, 2003, p. 148).

Ainda para Lefebvre cotidiano é:

[...] ao mesmo tempo concreto e abstrato, institui-se e constitui-se a partir do vivido. Com isso ele traz o vivido ao pensamento teórico e mostra aí uma certa apropriação do tempo, do espaço, do corpo e da espontaneidade vital [...]. O cotidiano, ele próprio, é a mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total do sociedade. (LEFEBVRE, 1978, *apud* TEDESCO, 2003, p. 148).

Enfim, a organização do território acontece na vida cotidiana, por meio das relações sociais e das relações sociedade/natureza. Raffestin (2009, p. 26) afirma que “para construir um território, o ator projeta, no espaço, um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade”. O território é resultado das territorialidades tecidas pelos homens, é manifestação de poder, onde se distinguem os poderes: o Poder do Estado e o dos diversos poderes presentes na sociedade. O poder formalizado pelo Estado, por meio de instituições e aparelhos que garantem a



sujeição dos indivíduos, é mais visível. Já os diversos poderes, inerentes a todas as relações, é mais difícil ser apreendido.

Assim sendo, para análise dos processos de des-re-territorialização que se efetivam na Microrregião de Campo Mourão, discorreremos, de modo sucinto, o entendimento do conceito de “Poder”.

## 1.2 O ‘PODER’ NO TERRITÓRIO

Para aprofundarmos no entendimento de poder e como se revela nas relações sociais, partimos de quatro questões que a princípio parecem ser muito simplistas. O que é “poder”? O que significa “relações de poder”? Quem tem o poder? Como o poder se manifesta nos territórios? Porém, essas questões não são tão simples de serem respondidas, visto que o ‘Poder’ sofre variação no tempo e espaço e, em especial a corrente teórico-metodológica adotada.

Não fomos pretensiosos a ponto de provocar uma nova discussão do conceito de poder, tão pouco situá-lo de acordo com a história, apenas buscamos compreendê-lo para interpretação e análise dos territórios. Temos consciência de que “poder” é um tema complexo. Nesta ocasião, apenas desejamos elucidar de que poder estamos falando, como entender esse conceito e instrumentalizar para a compreensão das relações sociais tecidas nos territórios do espaço rural da microrregião de Campo Mourão, ou seja, o poder como um dos aportes para análise das territorialidades tecidas na área da pesquisa.

Na busca e apreensão da palavra ‘Poder’, vários dicionários foram consultados. A palavra deriva do latim *possum*, *potes*, *posse*, *potui* ‘Poder, ser capaz de’ Ter poder, ser eficaz; a conjugação de *possum* decorreu do contágio do verbo *poteo*, *potēre* que deu o tema do *perfectum potui*, o do particípio presente *potens* e da locução composta do adjetivo *potis* ‘senhor, possuidor’ de, “que exerce o poder sobre, poderoso, capaz de, que pode”. (FARIA, 1967, p. 770-773). Na língua portuguesa, de acordo como o Dicionário Aurélio (2009), ‘Poder’ tem vários significados, dos quais a “capacidade ou possibilidade de fazer uma coisa, ou direito de agir, de decidir, de mandar. “Ter faculdade de: O soberano podia determinar, a seu gosto, a política do Estado”. (FERREIRA, 2009, p. 1584). O Dicionário de Política apresenta como definição a “capacidade ou a possibilidade de agir, ou de

produzir efeitos. Tanto pode ser referido a indivíduos e a grupos humanos”. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1986, p. 933).

Segundo Raffestin (1993), organizar a reflexão em torno do poder não é nada original, no entanto para o geógrafo ainda é um novidade, visto que quase sempre é rebelde à “introdução de noções que não são objeto de uma tradução espacial imediata”. Assim, o poder não é uma categoria espacial, nem temporal, porém “está presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo”. (RAFFESTIN, 1993, p. 5-6).

O poder é constituído de uma ambiguidade, se por um lado o poder, com letra maiúscula, é estabelecido pelos aparelhos complexos que se manifestam no território, por outro lado há concepção multidimensional, o poder, com letra minúscula, demanda “como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação”. (RAFFESTIN 1993, p. 51-52). Desse modo, não podemos, na atualidade, dada a complexidade das relações sociais, atribuir somente ao Estado capitalista a detenção do poder. O Estado é uma das formas de poder, sem, no entanto, ser o único na sociedade de classes. Neste sentido, o poder é relacional, não é um monstro como descreviam os filósofos franceses em que os súditos, sempre temerosos, se ajoelhavam diante dos seus reis.

Em resumo, o poder não é quantidade ou coisa que se possui, nem tão pouco uma qualidade atrelada a uma essência ligada a uma classe, ou mesmo a uma classe na acepção de reunião de agentes, depende e origina de um sistema relacional. (POULANTZAS, 2000).

Nesta mesma perspectiva, Raffestin (1993) pondera que a relação está na troca material, mas também é co-extensiva e co-fundadora de todas as relações sociais. Nesta abordagem, as relações podem ocorrer de várias maneiras e por uma série de elementos que a compõem. Assim, consideramos como elementos os “atores, a política dos atores – ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades -, a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação”. (RAFFESTIN, 1993 p. 32-38).

Para Poulantzas (2000, p. 149), o poder político, cujo referencial é especialmente o Estado, “relaciona-se com a organização de poder de uma classe e a posição de classe na conjuntura (entre outros fatores, organização em partido),

com as relações de classes constituídas como forças sociais, logo com um campo estratégico propriamente falando”. Do mesmo modo, o autor afirma que:

Só se pode entender por poder de Estado o poder de algumas classes (dominantes), ou seja, o lugar dessas classes na relação de poder frente às outras (dominadas), e, ainda mais, na medida em que trata-se aqui de poder político, a estratégica relação de forças entre essas classes e suas posições. [...]. O Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício do poder, mas que não possui poder próprio. Eu insistia no fato de que as lutas políticas, que se referem ao Estado e que atuam sobre eles (pois as lutas populares não se esgotam nunca no Estado) não lhes são exteriores mas estão inscritas em seu arcabouço, motivando conclusões políticas. (POULANTZAS, 2000, p. 150).

Conforme Raffestin (1993, p. 53), com base nos pressupostos de Foucault:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

Porém, de acordo com Poulantzas (2000), em princípio, há um Estado, um poder, que se tenta explicar de múltiplas maneiras, com o qual as classes dominantes estabeleceriam uma aliança, de maneira sutil, evocando-se os grupos de pressão que agem sobre o Estado. Neste sentido, o autor assegura que:

Por poder se deve entender a capacidade, aplicada às classes sociais, de uma, ou determinadas classes sociais em conquistar seus interesses específicos. O poder referido às lutas de classes é um conceito que designa o campo de sua luta, o das relações de forças e das relações de uma classe com outra: os interesses de classe designam o horizonte de ação de cada classe em relação às outras. A capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesses) de outras classes: o campo do poder é portanto estritamente relacional. (POULANTZAS, 2000, p. 149).

O autor complementa que o poder de uma classe expressa, de início, seu lugar objetivo nas diferentes dimensões “econômicas, políticas e ideológicas, lugar que recobre as práticas das classes em lutas, ou seja, as relações desiguais de dominação/subordinação das classes estabelecidas na divisão social do trabalho”, e que consiste em relações de poder. (POULANTZAS, 2000, p. 149).

Considerando as proposições de Poulantzas e Raffestin, o poder se manifesta na relação, portanto, é relacional.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986), se considerarmos efetivamente o Poder como fundamento social (relações sociais), este “torna-se mais preciso, e seu espaço conceitual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem em determinar o comportamento do outro: Poder do homem sobre o homem. O homem não é só sujeito, também é objeto do Poder social”. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1986, p. 933)

Para Poulantzas (1975), os aparelhos de Estados não têm poder por si mesmo, ou seja, as instituições ou órgão estatal não têm poder enquanto tal. Em vez disso, o Estado ‘materializa e encontra as relações de classes, as quais são precisamente definidas pelo conceito de ‘poder’. Para Poulantzas não é a hierarquia que cria as classes sociais, mas as classes sociais que produzem a configuração particular de poder no aparelho do Estado. Em suma, “o aparelho de Estado está inerentemente marcado pela luta de classes”. (POULANTZAS, 1975 *apud* CARNOY, 1988, p. 142)

Nesta perspectiva, Poulantzas assegura que:

[...] todo poder (e não somente um poder de classe) só existe materializado nos aparelhos (e não somente nos aparelhos de Estado). Esses aparelhos não são simples apêndices do poder, porém detêm um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder/aparelhos, e mais particularmente luta de classes/aparelhos, é a luta (das classes) que detêm o papel fundamental, luta cujo campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/subordinação político-ideológica. As lutas sempre detêm primazia sobre os aparelhos-instituições, e constantemente os ultrapassam. (POULANTZAS, 2000, p. 43).

Ainda de acordo com Poulantzas (2000), não há como negar a relação entre o poder e as classes dominantes:

[...] haveria em princípio um Estado, um poder, que se tenta explicar de múltiplas maneiras, com o qual as classes dominantes estabeleceriam, em seguida, tais ou quais relações de vizinhança ou de aliança. Percebem-se estas relações de maneira mais ou menos sutil, evocando-se os grupos de pressão que agem sobre o Estado ou as engenhosas e sinuosas estratégias que se propagariam nas malhas do poder e que se moldariam aos seus dispositivos. Esta representação levaria sempre o seguinte: o Estado e o poder seriam constituídos de um núcleo inicial impenetrável e de um “resto”, que as classes dominantes, agindo por fora, poderiam influenciar ou no qual poderiam se introduzir. É, no fundo, tomar a imagem renovada do Estado pela de Jano ou, melhor, ainda, pela que já obcecava Maquiavel: Poder - Centauro – metade-homem, metade-fera. O que muda de um autor a outro é que ora a face-homem, ora a face-fera se coloca do lado das classes. (POULANTZAS, 2000, p. 10).

Para Raffestin (1993), as relações de poder, mesmo as derivadas do trabalho, são intrínsecas às outras relações. O poder vem de baixo, ou seja, vem do “povo”, sobretudo da classe trabalhadora, já que o poder está no trabalho. E do mesmo modo, assegura que o poder “é intencional e não subjetivo, uma vez que a transformação pelo trabalho não se concebe sem uma intencionalidade e que a não subjetividade é evidente, pois o trabalho está encerrado numa organização que ultrapassa e, ao mesmo tempo, dá significado ao sujeito”. (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Em resumo, as relações de poder são complexas e acontecem em todas as classes sociais, essas relações não ocorrem de modo natural pelos homens, mas pela defesa de interesses políticos, econômicos, culturais e ambientais.

### 1.3 O ESTADO CAPITALISTA: AGENTE DO TERRITÓRIO

O Estado foi objeto de estudo de diversos pensadores, cientistas políticos que se indagam: o que é o Estado? Em que consiste sua essência e sua organização? Quais as funções que exerce? E a quem serve? Contemporaneamente com a Antropogeografia ou Geografia Humana esse debate tem aumentado.

A questão do Estado é muito complexa. Porém, nesta pesquisa não discutimos uma teoria de Estado, mas efetivamos uma discussão de Estado enquanto agente de classes, defensor e organizador dos interesses da classe dominante. Sua articulação com o capital, resultando em profunda influência nas

relações sociais, em síntese nas relações de poder, nas territorialidades e na efetivação de territórios.

Queremos deixar claro que não consideramos o Estado como agente centralizador, o único agente de poder dos territórios, como foi discutido nos pressupostos teóricos e conceituais de Frederic Ratzel, no século XIX. Embora, para alguns cientistas políticos, a Antropogeografia ou Geografia Humana de Ratzel tenha recrudescido a discussão, vinculando as correlações entre o meio natural (físico) e a organização social (AZAMBUJA, 1957, p. 47). Tal discussão não responde mais ao contexto espaço-temporal da atualidade. No entanto, comungamos em parte do pensamento de Iná Elias de Castro (2009, p. 78) de que o “Estado não deixou de ser capaz de engendrar ações que afetam profundamente o espaço, para dentro e para fora dos seus limites territoriais”. Desse modo, discutimos a concepção de Estado, especialmente fundamentado nos pressupostos de Poulantzas, a relação de poder na perspectiva relacional, as contradições e a lutas de classes. Porém, para melhor esclarecimento, buscamos os desdobramentos de outros autores que complementam nossa reflexão, sobretudo a análise dos territórios que se configuram no espaço rural da microrregião de Campo Mourão.

Abordar a temática Estado e território, ainda que de modo sucinto, se faz necessário, mesmo esta se consistindo em uma questão secular na Geografia. Assim, nos limitamos às considerações sobre o entrelaçamento desses dois conceitos e principalmente o papel do Estado nas territorialidades.

Moraes (2008), ao discutir “Território e História no Brasil”, salienta que no mundo moderno o Estado e o território são conceitos fundamentalmente entrelaçados. Ao remeter-se ao Estado imediatamente o atrelamos a um território. Assim define com mais clareza que:

Os qualificativos do Estado Moderno – uma forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial. De todo modo, a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. Trata-se de um Estado territorial. (MORAES, 2008, p. 51).

O autor também assevera que a construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre. Assim, a fusão Estado e território ocorre como um processo, porém lentamente, no qual aquela extensão areal deve ser organizada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural.

O Estado Moderno “é basicamente um sistema jurídico”, o poder que ele exerce não se baseia exclusivamente na coerção (violência), mas sim naquela força abrandada e racionalizada, empregada em conformidade a um conjunto de regras válidas tanto para os que obedecem como para aqueles que mandam. Esta exigência de respeito à ordem jurídica, que pressupõe a existência de mecanismos que impeçam o comportamento irregular do Estado, é uma decorrência do aumento da complexidade moderna e da necessidade de novas formas de organizações, resultantes do processo de industrialização, que se iniciou no século XIX (FARIA, 1978, p. 78).

Durante muito tempo predominou essa concepção jurídica de Estado. Porém, Luis Sá (1986) assevera que, não é possível entender a complexidade do Estado apenas pelo viés jurídico.

A tradução em normas jurídicas da dominação política, econômica e ideológica, o modo como a lei estrutura e regulamenta a actividade das instituições estatais é importante. Mas está longe de permitir saber como funcionam realmente as instituições, como evoluem. Está longe de permitir compreender o conjunto dos conflitos inerentes ao exercício do Poder, as interferências entre o sistema político e o sistema econômico e o papel do Estado nesses sistemas (SÁ, 1986, p. 20).

Ainda para Sá (1986), a compreensão da natureza de Estado está longe de ser entendida, especialmente por haver conflitos de classes, nos sistemas político e econômico. Assim, o papel do Estado fica oculto, não podendo apresentar a sua verdadeira essência e objetivos plenos.

Nicolau Maquiavel, na obra “O príncipe”, discutia a realidade das coisas, Estados, governos e súditos, como eram em seu tempo. O príncipe (leia-se governo) deveria encarnar-se como leão, firme e poderoso e a uma raposa astuta e esquiva. Em suma, a política deveria ter outras normas, não aquelas postas em seu tempo.

Assim, tentou ensinar que não se deve ter normas rigorosas e sim pensar sutilmente os caminhos e ações para cada situação.

De acordo com Castro (2009, p. 73 - 74), para Maquiavel, a substituição das antigas formas de poder político territorial, que tornaram a Itália enfraquecida e fragmentada, era tarefa de um príncipe novo, novas leis e novos regulamentos. Só assim seria possível resgatar sua força e sua redenção. A autora considera que a centralização do poder político nas mãos do príncipe que se encontrava disperso, entre vários atores e instâncias sociais, era a grande inovação para a Itália resistir às invasões e à fragmentação do seu território.

Nesta obra, o autor também discutiu os interesses antagônicos na constituição de um Estado Moderno, o povo e a classe dominante, “os poderosos”. Assim, afirma que:

[...]. O principado é instituído pelo povo pelos poderosos, segundo a ocasião aproveitada por uma dessas forças: quando os poderosos veem que não podem resistir ao povo, começam a favorecer um deles até torná-lo príncipe (governo), a fim de poder saciar o próprio apetite à sua sombra; por seu turno, quando o povo percebe que não pode resistir aos poderosos, favorece um deles e o torna príncipe (governo) a fim de ser protegido pela sua autoridade. Aquele que chega ao principado com ajuda dos poderosos se mantém com mais dificuldades do que quem se torna príncipe com o apoio popular, porque está cercado de homens que se creem ser iguais e por isso não pode comandá-los nem governá-los como quiser. Mas quem chega ao principado (governo) pelo favor do povo se encontra só. [...] Além disso, não é possível satisfazer aos poderosos com honestidade e sem prejudicar os outros, mas, ao povo, sim: porque as metas do povo são mais honestas que as dos poderosos, pois estes querem oprimir, e aquele, não ser oprimido. (MAQUIAVEL, 2010, p. 77-78 grifo nosso).

Evidentemente, Maquiavel discutia os interesses antagônicos dos grupos sociais, porém não apresenta a ideia de conflitos de classes, apenas evidencia que o governo ao assumir o Estado precisa se conciliar com os diferentes grupos. Analisando a sua ideia, ele nos sugere que o Estado, por meio do governo, é uma instituição que deve ser um agente de conciliação de classes. Ao contrário de sua ideia, Engels na obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, o Estado é um produto do antagonismo inconciliável de classes. Em resumo, na sua análise histórica, Engels assiná-la que:



O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “ a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1985, p. 191).

Modernamente, essas duas concepções não são as únicas. Por trás de cada corrente do pensamento político há uma concepção do fundamento e natureza do Estado. O modo como as diferentes classes, partidos políticos e, sobretudo, os teóricos entendem o Estado, reflete nas noções e conceitos que adotam e disseminam. Desse modo, há teóricos que classificam os elementos de Estado como uma coletividade, qual seja, um povo, uma comunidade política, uma ou várias nações, o poder político e o território. Nesta perspectiva de Estado, o contrário que estamos discutindo, não faz referência à existência de classes sociais, logo, a luta de classes e a relação do Estado com essas classes é um conceito estritamente jurídico. (SÁ, 1986).

Não discutimos as inúmeras teorias não-marxistas de Estado, mas apenas as que consideramos mais importantes para nossa pesquisa. É importante salientar que antes das teorias dos desdobramentos da tradição marxista, houve correntes teóricas opostas de filósofos políticos dos séculos XVII e XVIII que ainda influenciam alguns Estados-Nação.

Essas teorias, segundo Sá (1986), só servem para esconder a natureza do Estado e que as inúmeras “correntes não-marxistas coincidem nos aspectos centrais: escondem a essência de classe e os fins últimos do Estado”. Ressalta do mesmo modo que:

A teoria não marxista concebe-se como uma teoria não acabada, aberta, em permanente enriquecimento com o fluir da própria vida, das novas realidades e experiências. E nesse processo de permanente enriquecimento há naturalmente lugar para o debate, na procura comum das formas de conhecer a realidade e dos caminhos para a transformar.

A teoria marxista-leninista vem romper abertamente com a tradição falseadora da essência e natureza do Estado. Este deixa de ser encarado como uma entidade mítica, identificado com a própria 'coletividade' ou 'povo' organizado, às vezes pseudo legitimado por uma vontade divina, outras vezes 'a realidade em acto da ideia moral objetiva' (Hegel). Toda esta aparência de que o domínio de uma determinada classe seria apenas o domínio de determinadas ideias cessa[...] logo que [...] deixa de ser necessário apresentar o interesse particular como geral ou 'o geral' como dominante. (SÁ, 1986, p. 29 [sic]).

Para Carnoy (1988), os fundamentos marxistas estão sujeitos a diversas interpretações, o qual considera três pontos essenciais. Assim discorre que Marx considerava:

a) As condições materiais de uma sociedade como base de sua estrutura social e da consciência humana. A forma de Estado, portanto, emerge das relações de produção, não do desenvolvimento geral da mente humana ou do conjunto das vontades humanas. Na concepção de Marx, é impossível separar a interação humana em uma parte da sociedade da interação em outra: a consciência humana que guia e até mesmo determina essas relações individuais é o produto das condições materiais – o modo pelo qual as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas [...]. Marx colocou o Estado em seu contexto histórico. Não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo.

b) Marx defendia que o Estado, emergindo das relações de produção, não representa o bem-comum, mas é a expressão política da estrutura de classe inerente à produção [...]. O Estado é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista. Ele não está acima dos conflitos de classes, mas profundamente envolvido neles [...]. Porque a burguesia tem um controle especial sobre o trabalho no processo de produção capitalista, essa classe dominante estende seu poder ao Estado e a outras Instituições [...].

c) Outro ponto fundamental é que na sociedade burguesa, o Estado representa o braço repressivo da burguesia. A ascensão do Estado como força repressiva para manter sob controle os antagonismos de classe não apenas descreve a natureza de classe do Estado, mas também sua função repressiva, a qual no capitalismo, serve à classe dominante, à burguesia. (CARNOY, 1988, p. 65,66,67-70).

Como bem deixamos claro de início, os pressupostos que emanam a pesquisa é o fundamento da análise de classe do Estado, visto que uma sociedade capitalista de classe se resume em luta de classes é, contudo uma luta política (MARX E ENGELS, 2008). Ainda de acordo com os desdobramentos marxistas, o Estado, não necessariamente precisa existir se fosse possível a conciliação das

classes sociais. O Estado é uma instituição “de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão”.(LENIN, 2007, p. 25).

Existem, no entanto, duas defesas de Poulantzas (1977) sobre a natureza do Estado. A primeira emerge de uma visão estruturalista de Estado, em suas primeiras obras. Enquanto teórico, ele faz referência às diferentes relações que o Estado estabelece com e entre as classes sociais, dependendo do estágio de desenvolvimento do capitalismo. Assim, assegura que “o Estado capitalista, com direção hegemônica de classe, representa, não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus interesses políticos.”o Estado é o centro do poder político das classes dominantes. Portanto, é responsável de organizar e integrar a burguesia e o bloco do poder na medida em que possui uma aparente autonomia. (POULANTZAS, 1977, p. 185).

Mas afinal, a quem serve o Estado? Qual a sua relação com as classes dominantes? E com as dominadas, há uma relação? Essas questões são difíceis de serem respondidas a priori, porém, buscamos esclarecê-las, pelo menos em parte.

É oportuno lembrar que o Estado em sua exterioridade se apresenta em defesa do povo, porém sua gênese é arraigada à burguesia. Nesse sentido, discutimos a natureza contraditória do Estado, visto que por um lado se trata de um instrumento da classe dominante, do outro lado faz defesa da população menos favorecida.

Sobre esta questão são oportunas as considerações de Poulantzas (1977) que enfatiza essa contradição, ou seja, aborda que uma das características do Estado capitalista é a defesa dos interesses das classes dominadas. Essa decorre da “autonomia específica, nas formações capitalistas, da luta política e da luta econômica, do poder político e do poder econômico”.(POULANTZAS, 1977, p. 185). Assim, define-o com mais clareza:

O Estado comporta, inscrito nas suas próprias estruturas, um jogo que permite, dentro dos limites do sistema, uma certa garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas. Isto faz parte da sua própria função, na medida em que essa garantia é conforme à dominação hegemônica das classes dominantes, quer dizer, à constituição política das classes dominantes, na relação com esse Estado, como representativas de um interesse geral do povo. [...]. (POULANTZAS,1977, p. 185).

É exatamente para assegurar os interesses da classe dominante que o Estado precisa manter uma aparência de legitimidade<sup>23</sup>, de representatividade, neutralidade. Segundo Sá (1986), mesmo com os teorizadores e políticos fascistas, ocultavam a natureza e objetivos do Estado, visto que organizavam eleições, diziam-se democráticos orgânicos e defensores do povo, ocultando o “seu papel essencial na luta de classes e na manutenção ou instauração de determinadas relações de produção”. ( SÁ, 1986, p. 22).

A segunda defesa de Poulantzas encontra-se em uma de suas últimas obras “O Estado, o poder, o socialismo”. Nesta obra, ele avança no conceito de Estado, reformula sua análise no contexto da luta de classes, de tal modo, que passa a considerar o movimento dialético da aparente autonomia e as contradições. Admite a existência da luta de classes no bojo dos aparelhos do Estado, enfatiza o papel dos movimentos sociais na configuração desse Estado.

Poulantzas (2000) discorre que:

O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante. [...] o papel do Estado não se limita à dupla repressão + ideologia.

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de idéias ou de representações. Compreende uma série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. [...] a ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante.

Desse modo, a ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia [...]. (POULANTZAS, 2000, p. 26 - 27).

Segundo Carnoy (1988), nesta formulação, Poulantzas define como se dá a relação do Estado com a classe dominante. Explica que os aparelhos de Estado materializam e condensam as relações de classe, de uma forma ou de outra, procuram representar os interesses da classe dominante. Do mesmo modo,

---

<sup>23</sup> Legitimidade deriva de legítimo, que, por sua vez, se origina do latim *legitimu* (*legitimus, a um*), que significa em conformidade com a lei. A palavra lei – *lex*– designava, em Roma, diversos tipos de atos jurídicos, porém mais especialmente os atos que emanavam das autoridades públicas ( José Eduardo Faria. Poder e legitimidade. São Paulo: Perspectivas, 1978.p. 9).

argumenta que o Estado independente do estágio do capitalismo (concorrencial ou monopolista) está separado da estrutura econômica, assim assegura uma aparência de autonomia.

De acordo com Poulantzas (2000), para discutir teoricamente o caráter científico do Estado capitalista se faz necessário, efetivamente, explicar e analisar “a reprodução e as transformações históricas de seu objeto, nos lugares em que essas transformações estão ocorrendo, nas diversas formações sociais, lugares de luta de classe”, (POULANTZAS, 2000, p. 23). Em síntese, a teoria de Estado não pode ser desvinculada da história de sua constituição e da sua reprodução.

Ianni (2004), em sua obra “Estado e Capitalismo”, discute a interferência do Estado no processo de acumulação de capital. Para o autor, analisar o Estado é uma forma de conhecer a sociedade, uma vez que esta funda o Estado e este é constitutivo dela. Porém, quando se refere à sociedade, refere-se a grupo de poder, de tal modo que “as forças sociais que predominam na sociedade, em dada época, podem não só influenciar a organização do Estado como incutir-lhes tendências que influenciam o jogo das forças sociais e o conjunto da sociedade” (IANNI, 2004, p. 7).

Ainda de acordo com Ianni (2004, p. 11-12), o Estado centraliza suas ações sobre a esfera especial da realidade, “que é a acumulação de capital”. Qualquer interferência sobre outras esferas decorre desse processo de acumulação. Esta é uma das razões da tendência de monopólio do capital financeiro, por meio de medidas fiscais, cambiais, monetárias. O autor afirma que:

[...] essa tendência não implica a constituição de um capitalismo de Estado. Como revelam todas as manifestações do intervencionismo, este é sempre uma necessidade do sistema de mercado, resultado e condição da apropriação privada. As medidas governamentais são inevitáveis, para que as forças do mercado (numa época como a da industrialização, em que as tensões e distorções se acumulam com a velocidade das transformações estruturais) possam concretizar-se da melhor forma possível, em consonância com a preservação e progresso do sistema.

[...]. As medidas postas em prática pelo Estado não se destinam a produzir lucro. Essa categoria não é fundamental sequer às ações empresarias do Estado. (IANNI, 2004, p. 12).

Ianni é categórico ao enfatizar que o Estado atua fortemente na esfera ‘espacial da realidade’, conduzindo as discussões para a acumulação de capital. No

entanto, Poulantzas (2000) nos chama atenção para não considerarmos o Estado como simples apêndice do econômico. “A relação do Estado e da economia se converteria, no máximo, na famosa ‘ação retroativa’ do Estado sobre uma base econômica, considerada no essencial como auto-suficiente. Trata-se aí da concepção economicista-mecanicista tradicional do Estado”. (POULANTZAS, 2000, p. 14).

Em resumo, as discussões acerca do território, do poder, são necessárias para compreensão dos problemas agrários na dinâmica territorial brasileira, visto que são resultantes da articulação do Estado e do capital, a começar pelo processo desencadeado pela implantação de inovações tecnológicas que permearam o setor agropecuário. Em síntese, os agentes do capital e Estado estimularam o processo produtivo, provocando a acumulação e a reprodução ampliada do capital, conseqüentemente, resultando em profundas implicações territoriais.

#### 1.4 SIGNIFICAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Apesar de Sanchs (2007) considerar que os últimos cinquenta anos, vivemos a era do desenvolvimento, ainda assim, temos muito que nos empenhar com pesquisas que contribuam para refletir sobre os significados do desenvolvimento: Desenvolvimento do quê e para quem? Notadamente, nesse momento de crescente globalização, econômica, política, social e cultural.

Neste sentido, meio século se passaram e a discussão do conceito de desenvolvimento, apesar de ser muito debatido, ainda é muito emblemática, uma vez que toda a teoria do desenvolvimento é sempre complexa (HETTNE, 1986). Além do mais, como definir desenvolvimento uma vez que no mundo há diferentes formas de desenvolvimento. Assim, não existe uma definição aceita para este termo, isto é, por mais que o pesquisador busque uma definição sempre haverá um questionamento, como assegura Minoia (2009):

Non esiste, tuttavia, una definizione comunemente accettata di questo termine, il cui significato si è evoluto originando paradigmi di riferimento differenti, che comportano obiettivi politici diversi e una diversa visione del rapporto tra società umane ed ambiente, dell'uso delle risorse e dei criteri con cui organizzare un territorio. Proprio per le sue conseguenze economiche, sociali ed ambientali, il termine “sviluppo” non è neutro, ma ha una forte valenza politica, ed è quindi

importante considerare anche chi lo definisce, secondo quali obiettivi e modalità. Chi definisce lo sviluppo, infatti, opera una scelta e semplifica ambiti di elevata complessità, orientandoli in contesti di senso. (MINOIA, 2009, p. 350 *apud* BRUSAROSCO, 2011, p. 17).<sup>24</sup>

Além de Hettne (1986), Hodder (2001), dentre outros tentam esclarecer sobre as dificuldades de definição e clareza no que se refere a desenvolvimento.

O termo vem de uma longa trajetória, vinculada à história ocidental e tem orientado as nações emergentes na sua viagem através da história, depois da Segunda Guerra Mundial. (SANCHS, 2007).

A consagração do termo, segundo Brusarosco (2011, p. 18) com base em Rist 1997; Esteve, 1998 e; Black, 2004, se deu com o discurso de Harry S. Truman no dia em que assumiu a presidência dos Estados Unidos (20 de janeiro de 1949). Truman foi enfático, na ocasião usando a palavra “subdesenvolvimento”, referindo-se às regiões economicamente atrasadas. Desse modo, a ideia de subdesenvolvimento nasceu como um produto pós-colonial e pós-bélica em um contexto político e econômico fortemente influenciado pela Guerra Fria, e da necessidade dos Estados Unidos conter a influência Soviética. Em outras palavras, Sanchs (2007, p. 28) analisa o discurso de Truman como uma conceituação de diretrizes para constituição de planos de desenvolvimento.

Nel 1949, il presidente Truman sosteneva l'obbligo per gli Stati Uniti di offrire aiuto economico e finanziario al di là dei propri confini come contributo del Mondo Libero alla stabilità mondiale e per un corretto sviluppo politico. Il discorso di Truman era posto a conclusione di un fondamentale processo di riconcettualizzazione le cui linee guida erano definite da due piani di sviluppo: il Piano Morgenthau, privilegiato sia da Roosevelt che da Churchill nel 1944, e il Piano Marshall, che fu posto in atto nel 1948. Il Piano Morgenthau prevedeva un percorso di sviluppo di una pericolosa nazione industriale in uno Stato agricolo. (SANCHS, 2004, p. 28).

---

<sup>24</sup> Tradução “No entanto, não há uma definição comum aceita deste termo, cujo significado evoluiu dando origem a diferentes paradigmas de referência, que envolvem diversos objetivos políticos e uma visão diferente da relação entre a sociedade e o meio ambiente, do uso de recursos e critérios com a organização de um território. Por causa de seus problemas econômicos, sociais e ambientais, o termo “desenvolvimento” não é neutro, mas tem uma política forte, por isso, é importante considerar que o define, o que seriam os seus objetivos e métodos. Quem define o desenvolvimento, na verdade, faz uma escolha e simplifica a campos de alta complexidade, apontando em um contexto de significado”. (MINOIA, 2009, p. 350 *apud* BRUSAROSCO, 2011, p. 17).

“Em 1949, o presidente Truman apoiou a necessidade dos Estados-Membros a prestar ajuda econômica e financeira para além de suas fronteiras como uma contribuição do mundo livre para a estabilidade mundial e adequado desenvolvimento político. O discurso de Truman foi criado no final de um processo de reconceituação fundamental das diretrizes para a qual foram definidos por dois níveis de desenvolvimento: o Plano Morgenthau, ter o privilégio de Roosevelt para Churchill em 1944, e do Plano Marshall, que foi posto em prática em 1948. O Plano Morgenthau previu um caminho de desenvolvimento de uma nação industrial perigosa em países agrícolas”. (SANCHS, 2007, p. 28).

Considerando os pressupostos de Sachs e, do mesmo modo, é oportuno a de Hettne (1986) quando nos remete à reflexão de que a teoria do desenvolvimento sempre esteve intimamente ligada à estratégia de desenvolvimento (por exemplo, mudanças na estruturação econômica e as instituições sociais, levadas a cabo para encontrar soluções consistentes e duradouras para os problemas enfrentados pelos tomadores de decisão). Do mesmo modo, salienta que a teoria do desenvolvimento teve origem a partir dos países subdesenvolvidos, com base na premissa implícita que a condição da sociedade não era satisfatória, o que seria necessário uma mudança.

Para Hodder (2001, p. 19-20), o desenvolvimento pode ser considerado um processo econômico, social e político que comporta um constante melhoramento da qualidade de vida de uma parcela da população. E isso implica não somente a dimensão econômica como também social e política, isto é, um processo contínuo e não apenas temporal. O conceito de igualdade e equidade são considerados objetivos centrais do processo de desenvolvimento. Porém, não consegue eliminar as desigualdades.

Dansero (2008), interpretando as ideias de Hettne (1986) e de Power (2003) afirma que nos estudos de desenvolvimento há duas formas de entender, na perspectiva *positiva* e *normativa*. Na primeira, o desenvolvimento pode ser visto como um “processo histórico de mudanças sociais quando uma sociedade é analisada na sua transformação considerando um longo período”. Na dimensão *normativa*, pode ser pensada “como uma descrição, com medida, e com objetivo do bem estar de uma sociedade desejável”. (DANSERO, 2008, p.18). Em resumo, a primeira refere-se ao estudo do desenvolvimento como realmente é, e a normativa como deveria ser. O autor também chama atenção que se trata de uma importante distinção, mesmo considerando as críticas que o conceito de desenvolvimento tem recebido.

Segundo Hodder (2001), o estudo do desenvolvimento pode ser endereçado partindo de posições diversas. Isso representa um campo interdisciplinar muito complexo. Todavia, é difícil estabelecer qual a mais adotada ou pertinente: economia, sociologia, agrária, política, geografia, ou outra. Para o geógrafo, assim como para outro estudioso, deve ser consciente de que um estudo sobre



desenvolvimento, seu trabalho deve ser considerado como complementar com trabalhos de outros pesquisadores de outras áreas do conhecimento.

Entretanto, nossa reflexão está centrada sobre o desenvolvimento não somente do ponto de vista teórico-metodológico, como também das práticas políticas de Estado e capital, bem como de outros agentes que atuam no território.

De acordo com Dematteis e Governa (2005), a discussão e reflexão sobre o desenvolvimento comprova a dimensão territorial, ou seja, no interior do processo de desenvolvimento e das políticas de sua promoção. Essas discussões, sobretudo na década de 1990, destacam o território como um espaço onde os atores são centrais para conquistar o desenvolvimento, tais discussões são reforçadas nas vastas produções científicas de publicações internacionais, na ocasião. Neste sentido, Dematteis e Governa (2005) salientam que essas reflexões emergem em razão da crescente internacionalização da economia, necessárias às barreiras que limitam a extensão geográfica dos circuitos, a intensificação da interação de longa distância e da interdependência entre os lugares, ubiquidade da competição, da ideologia, a mudança da relação entre fatores *mobili* e *imobili* (podemos entender como fixo e fluxos – Milton Santos) do desenvolvimento. Desse modo, o território passa ser focado a nível local, no interior do processo. (DEMATTEIS E GOVERNA, 2005 p. 15 -16).

Em termos de definição o desenvolvimento é muito emblemático, tendo em vista a vasta literatura que aborda sobre sua análise e importância, sobretudo relativo a especificidades dos lugares para o processo de desenvolvimento.

A seção, a seguir, discute como essa articulação entre o Estado e o capital se revelou no processo de territorialização, para o desenvolvimento rural regional e como esse desenvolvimento se efetivou.

## 2. A ATUAÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

*“A propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento, transformação e possibilidades de transformação”. (MARTINS, 1995).*

Nesta seção, abordamos sobre a ocupação espontânea e dirigida na Microrregião Geográfica de Campo Mourão e o papel do Estado no bojo da expansão do capital no campo. Vale ressaltar, mais uma vez, que tratamos o Estado como agente articulador, organizador dos interesses do capital, no processo de desenvolvimento rural. Esse desenvolvimento que se instaurou no espaço agrário deu origem a novas relações de produção. Essas relações se tornaram cada vez mais complexas, engendrando-se as condições materiais e históricas para o desenvolvimento geoeconômico, isto é, para produção e reprodução ampliada do capital, fato que desencadeou conflitos de classes entre posseiros, ocupantes, companhias colonizadoras e Estado.

### 2.1 A POLÍTICA DE ESTADO NA EFETIVAÇÃO DA COLONIZAÇÃO OFICIAL NO PARANÁ MODERNO<sup>25</sup>

Neste item, discutimos o processo de colonização, também denominada de colonização dirigida, realizada pelo Estado ou por empresas imobiliárias. Quando nos remetemos ao termo colonização, queremos que fique claro que não se trata do processo de frente de expansão ou frente pioneira, ambas frentes de ocupação territorial e que são processos também, de territorialização do capital.

---

<sup>25</sup> Segundo Westphalen, C.M; Pilatti Balhana, A; Pinheiro Machado (1977, p.5), o ‘Paraná Moderno’, corresponde ao Norte Paranaense, “da agricultura do café que, pelas origens e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada a São Paulo”.

Colonização, neste contexto, é discutida enquanto apropriação da terra em propriedade privada, mediante concessão do Estado às companhias colonizadoras ou a colonização realizada pelo próprio Estado.

Desse modo, a opção por elaborar uma pesquisa com recorte temporal/espacial e conceitual é justificável em razão da proposta ampla em relação ao tempo para análise, que se estende entre as décadas de 1940 e 2010.

Assim, buscamos esclarecer, de início a etimologia colonizar, apesar de ser um assunto bem discutido em Geografia, História, Antropologia, Sociologia entre outras áreas afins. No senso comum, está associada à ocupação de terra por grupo de pessoas oriundas de outro país ou região. Mesmo nas diferentes áreas do conhecimento o termo colonizar tem significados diferenciados.

Para o entendimento da questão, partimos do conceito 'colonizar' presente no dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa: a “subordinação de territórios com populações primitivas aos povos de civilizações mais avançadas” (MAIA JR; PASTOR, 1997. p. 272). Nesse sentido, corroboramos com a ideia de que colonizar nos remete ao entendimento de ocupação humana associada ao progresso econômico. Consequentemente, essas relações resultam em conflitos, uma vez que as terras destinadas à colonização, normalmente, encontram-se ocupadas por populações tradicionais, isto é, posseiros, índios e até mesmo grileiros<sup>26</sup>, bastante comum no Paraná. Do mesmo modo, para Laranjeira (1983, p. 3), o termo “colonizar traz, basicamente, o sentido de ocupação territorial, combinado com a ideia de desenvolvimento de uma atividade econômica”. O autor também assegura que há outros sentidos de colonizar.

[...] pressupor o esforço de estabelecer em algumas áreas certos grupos de pessoas, quando, então, duas espécies de contingentes distinguem dois tipos de ocupação:

- 1) Ocupação do território por imigrantes, pessoas físicas estrangeiras;
  - 2) Ocupação do território por nacionais, que se instalam em regiões onde não nasceram, mas que permanecem em seu próprio país.
- Como fato político, todavia, colonizar pode ganhar outros sentidos.

---

<sup>26</sup> Correspondem aos falsários de terras, estes falsificavam provas usando folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitavam escritas fora do uso, descolavam velhos selos, envelheciam propositadamente os documentos, arrancavam páginas dos registros de Cartório, assassinavam pessoas, dentre outros feitos, alegando ser os 'donos da terra'. Em todo o Paraná foi uma prática comum, todos conheciam, alguns se tornaram famosos inclusive na região de Campo Mourão, Ubá, Corumbataí e Guavirova. Sobre esse assunto consultar as obras de: MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984 e WESTPHALEN, C. M; MACHADO, B. P; BALHAMA, A. P. Ocupação do Paraná. Curitiba: AGEN, 1988.

Quando se diz, por exemplo, que o Brasil foi uma imensa colônia de Portugal, com seus históricos contingentes de lusitanos, o sentido de ocupação da terra se alia, visceralmente, à idéia da possessão. (LARANJEIRA, 1983, p. 3).

O autor conclui que a colonização é um processo de povoamento seletivo, para exploração econômica da terra. Todavia, tais proposições demonstram a relação do Estado para o progresso econômico, sempre agindo como agente de classe, colocando-se em favor de uma parcela da sociedade. Nesse caso, promovendo o “povoamento seletivo”, como o próprio nome traz. Em suma, não são todos que têm acesso à terra, mas aquela parcela que dispõe de capital ou tem a possibilidade de vir a obter algum capital, mediante o trabalho familiar. Contudo, o objetivo central está na promoção do avanço das relações capitalistas no campo. Com esse propósito, em algumas ocasiões, o Estado age não só como agente político do capital, mas como um agente econômico no processo de colonização.

Isso é comprovado quando analisamos a política nacional de desenvolvimento agrário na década de 1940, sobretudo a partir do Decreto-Lei n. 3059 de 14 de fevereiro de 1941, que dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais - CAN, nos estados de Mato Grosso, Goiás, Amazônia, Pará, Piauí e Paraná.

Lenharo (1986), ao estudar o processo de colonização e trabalho na Amazônia e no Nordeste, assegura que nesse período, especialmente no Governo de Getúlio Vargas, estabeleceu-se uma política de colonização com base ideológica, no momento em que o povo estava unido e marchava, sob o comando do Estado, em busca de novas fronteiras. Na esteira dessas discussões, Gregory (1997) também discorre que:

No período Vargas, as ações oficiais do governo, baseadas no nacionalismo e assentadas sobre um Estado fortalecido e centralizador, objetivam buscar a integração. No que tange à ocupação do território, foi promovida uma ação administrativa agressiva através do programa “Marcha para Oeste”. Em regiões de fronteiras nacionais, como era o caso do Sudoeste e do Oeste Paranaense, onde a população e a economia possuíam laços estreitos com argentinos e paraguaios, a atuação do poder público buscava evidenciar e explicar os sentimentos nacionalistas. Até impô-los, quando necessário. (GREGORY, 1997, p. 84).

Nesta perspectiva, Serra (1991, p. 38) enfatiza que a ‘Marcha’, “objetivava não só integrar o sudoeste paranaense, mas todas as regiões interioranas do país, ao contexto do desenvolvimento nacional”. Considerava-se que o Estado era centralizador e promovia ações administrativas enérgicas, pautado numa ideologia que forçosamente tendia à territorialização do povo, no sentido de ocupação das áreas fronteiriças. Em outras palavras, a conquista do Oeste significava, para o regime, a conexão territorial com base simbólica de união de todos os brasileiros. Nesse contexto, as colônias agrícolas nacionais eram consideradas uma prioridade da política de colonização do Estado Novo.

Assim, a política de colonização foi pautada na promoção do deslocamento da fronteira econômica, que se estendeu também ao estado do Paranáe incluiu, principalmente, o Oeste paranaense, que se encontrava com baixa densidade populacional, pois um dos objetivos do Estado era desenvolver a ocupação das áreas em regiões em que a produção econômica do setor agrícola encontrava-se pouca estruturada.

### **2.1.1 As Frentes de Expansão e Pioneira (ocupação e colonização)**

Antes, porém, de aprofundarmos na questão do processo de colonização oficial, especialmente na região de Campo Mourão, fazemos uma breve discussão das frentes de expansão, também denominadas de ocupação tradicional.

Esclarecemos que este não é objeto de análise da pesquisa, mas é necessário para o entendimento das relações de poder, do papel do Estado, dos conflitos de classes entre categorias precárias e colonizadores no processo de territorialização na região de estudo.

Para Martins (2009), os estudiosos de frentes de deslocamento da população no Brasil se deparam com duas concepções diferentes: uma realizada pelos geógrafos e outra pelos antropólogos e, também pelos etnólogos. A primeira é discutida desde 1940, sob a designação inicial de zona pioneira e, na década seguinte, passou-se a utilizar o termo frente pioneira. A segunda discute como frente de expansão ou fronteira de civilização vinculada às atividades econômicas e, de certo modo, regulada pelo mercado.

O mesmo autor também explica:

Entendo que essas distintas e, de certo modo, desconstruídas perspectivas levam a ver diferentes coisas porque são expressões diferentes da mesma coisa.

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que supunham os que empregam essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. (MARTINS, 2009, p. 135).

A designação de expansão é criticada pelo geógrafo americano Preston Jemes (1940), pois ao estudar a colonização brasileira, em especial a expansão para oeste, observa que povoar uma região despovoando outra não é expansão. Do mesmo modo, observa que a marcha de expansão não é marcha de deslocamento. Para ele, a primeira possui alguns elementos que diferem da segunda:

- a) Em primeiro lugar, os excedentes apresentados pelo crescimento vegetativo do próprio núcleo em expansão. Os filhos e netos dos colonos, casais jovens, todos os que não encontrando mais no núcleo terras suficientes ou boas para novos estabelecimentos e não visando subdividir os lotes e pulverizar a propriedade, se afastam do centro e vão ambiciosamente e confiantemente desbravar as suas abas.
- b) Em segundo lugar, entram em expansão os elementos adventícios, procedentes de outras zonas já saturadas. São excedentes demográficos que se acham nas mesmas condições, atraídos, porém, pela fama do núcleo procurado;
- c) Em terceiro lugar, há que levar em conta os trabalhadores individuais, jornaleiros, biscateiros que em qualquer zona do país, não têm estabilidade e constitui um elemento móvel, nômade a procura de trabalho.
- d) O elemento imigrado estrangeiro, localizados pelos poderes públicos ou por empresas colonizadoras, que vem trazer sua contribuição étnica.
- e) Elementos urbanos, atraídos de cidades do país onde se formaram como médicos, engenheiros, professores, comerciantes, técnicos, em suma em todas as profissões liberais necessárias a um núcleo de expansão. (PRESTON JEMES, 1940, *apud* CARVALHO, 1941, p. 126).

Diante das considerações de José de Souza Martins e de Preston Jemes, não há um consenso entre as definições e entendimento, isso significa que mesmo em se tratando de frente de expansão não existe uma homogeneização de ideias, ou seja, muitas vezes, essas se divergem entre os teóricos. Para um, frente de deslocamento não é expansão e para outro é sinônimo de frente pioneira. Contudo,

temos que considerar que o movimento em si resulta no desaparecimento da população tradicional, indígenas, ocupantes, dentre outros.

Esse processo no Paraná foi bem heterogêneo, isto é, ocorreu em diferentes fases. Alguns historiadores atribuem essas diferentes fases à ampla área territorial, associada às características físicas naturais. Em seus aspectos geo-históricos, tal processo é dividido em 'Tradicional' e 'Moderno', este último conhecido também como 'Nortista'. Porém, a regionalização do processo de ocupação no território paranaense diverge entre os pesquisadores.

Segundo Souza (1968), o povoamento e a colonização do Paraná “foram feitos a partir de quatro elementos, cuja ação foi dividida, no tempo, em três fases sucessivas”. A primeira corresponde à ocupação pioneira, dos portugueses no litoral e dos espanhóis no oeste paranaense. A segunda, corresponde ao processo de ocupação e povoamento do primeiro e segundo planalto e a terceira fase caracterizada “pelo desenvolvimento da cultura do café no Norte e pela ocupação da região SO”. (SOUZA, 1968, p. 49).

Para Wachowicz (2002, p. 279), “em consequência das fases históricas que condicionam a colonização do território paranaense, podemos dividir a ocupação do estado em três áreas histórico-culturais”. A primeira corresponde ao Paraná Tradicional, a segunda, ao Norte do Paraná e a terceira, à região Oeste Paranaense.

Na primeira fase, o processo de ocupação se fez a partir do século XVII, com a exploração extrativista do ouro; enquanto isso, do lado ocidental do território, os espanhóis também realizavam seu povoamento: “eles fundaram em 1557 a *cidade Real Del Guayra* e Vila Rica”, em 1576 (na confluência do rio Corumbataí e Ivaí, onde na atualidade corresponde a nossa área de estudo). “A finalidade desta colonização era a escravização dos indígenas. Esses territórios espanhóis foram destruídos pelo bandeirante paulista Antonio Raposo Tavares, em 1632”. (SOUZA, 1968, p. 47); no século XVIII ocorreu a exploração do comércio e desenvolvimento da pecuária extensiva; no século XIX houve a exploração econômica extrativista da erva-mate e madeira, permeada pela agricultura de subsistência.

Para Westphalen; Machado; Balhana (1988), o Paraná Tradicional, a ocupação e a propriedade da terra estabeleceram-se pela posse inicial e pela concessão de sesmarias. Essas posses foram feitas e exploradas pelos ricos e poderosos homens de negócios do estado Província de São Paulo e da Vila de

Paranaguá. Os autores salientam que esses proprietários “sempre foram absenteístas, e as primeiras fazendas à margem do caminho que de Curitiba ia para Sorocaba e São Paulo. Por essa estrada, os fazendeiros mandavam conduzir as suas boiadas para São Paulo, Minas e Rio” (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p.8-9), além do mais, ao longo desse caminho, faziam com que parte de seus escravos tomassem posse da terra onde conduziam algumas cabeças de gado, depois, requeriam, junto ao Estado<sup>27</sup>, o direito a sesmarias.

Segundo Vinhas (1972), a sesmaria era o sistema de repartição de terras que institucionalizou-se na primeira metade do século XVI em resultado da doação de enormes extensões de terras. Variava de acordo com a condição social e a influência do aquinhado, que recebia de uma a quatrocentas léguas. Esta, segundo Vinhas, mal ou bem, cumpriu o “papel histórico nas primeiras décadas do século XIX, quando se verificaram importantes mudanças no plano jurídico”, por meio da Lei de Terras de 1850.

Ainda de acordo com o autor, “as terras devolutas ficaram expostas à ocupação voluntária, dependendo a posse e a ocupação da ação dos emigrantes e aventureiros”. (VINHAS, 1972, p. 26).

Para Serra (1991), as sesmarias bem como o ano de 1614 constituem-se em “referenciais para estudos voltados aos processos de repartição e apropriação da terra agrícola no Paraná; paralelamente, os mineradores paulistas é que vão se constituir nos primeiros povoadores do território” (SERRA, 1991, p.16). Contudo, não devemos esquecer da tentativa do processo de ocupação, pelos espanhóis, conforme abordamos, porém sem sucesso.

Na opinião de N. Bernardes (1952), os Campos Gerais se tornaram imediatamente zona produtora, contribuindo para o alargamento das tropas que seguiam para São Paulo. Em tal época, Bernardes assegura que os tropeiros, que circulavam no sentido norte e sul, procuraram se estabelecer em fazendas. “Assim, nos anos de 1710 em diante, as sesmarias iam sendo requeridas em números cada vez maior e os currais (fazendas) se foram repetindo ao longo do caminho de tropas”. (N. BERNARDES, 1952, p. 135).

Nessa perspectiva, Martins (1944) afirma que as atividades dedicadas à criação pastoril dos Campos Gerais ao longo do caminho de São Paulo, aos campos

---

27. Por Estado nesta questão nos referimos ao organismo político-administrativo e jurídico, uma estrutura de poder de intervenção na sociedade, nessa ocasião Coroa Portuguesa ou Governo Imperial.



da Vacaria, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, foram responsáveis para o surgimento de novos “arraiais dos quais nasceram Jaguariaiva, Castro, Ponta Grossa, Palmas e Lapa e, no raio de ação dessas cidades de hoje, outros povoadores de criadores”. (MARTINS, 1944, p. 243).

Esses caminhos, também conhecidos como estradas de tropas, foram aos poucos adentrando em direção ao ocidente, conforme Westphalen; Machado; Balhana (1988).

Da linha da estrada das tropas, as fazendas foram adentrando para a linha dos confins ocidentais dos Campos Gerais. Atravessam os matos da Serra da Esperança, ocupando os campos de Guarapuava. Daí, atravessam as matas do rio Iguaçu, ocupando os campos de Palmas. Marchando mais para o sul, a comunidade campeira dos Campos Gerais, entrou nos campos de São João, de onde retrocedeu ao encontrar a expansão, em sentido contrário, dos fazendeiros do planalto catarinense. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 9).

Sobre essa questão, N. Bernardes (1952) salienta que essa fronteira de povoamento que pouco afastava-se das bordas dos Campos Gerais, em meados da década de 1860, começou a se deslocar em direção ao Oeste vagarosamente, e “depois ora mais ora menos rapidamente, conforme o local e as circunstâncias, o avanço desta fronteira acelerou-se de tal modo a partir de 1900 que bastou mais meio século para quase alcançar as barrancas do rio Paraná”. (N. BERNARDES, 1952, p. 64).

Segundo Wachowicz (2002, p. 280), “no final do século XVIII e parte do século XIX, os Campos Gerais detinham a hegemonia na ainda pacata sociedade paranaense”. Nesse período, essa sociedade já se encontrava consolidada. Porém, cabe destacar que a referida sociedade foi fundada no latifúndio, à base do trabalho escravo e com apoio do Estado, à concessão de terras por meio das sesmarias e até de modo desonesto, conforme citado. O autor também assevera que o poder político até pouco tempo decorria quase que exclusivamente do Paraná Tradicional. Poder “exercido de forma oligárquica, tendo por base o latifúndio e a estrutura patriarcal das principais famílias criadoras de gado dos Campos Gerais”. (WACHOWICZ, 2002, p. 281-282). Quadro que só vai mudar no período republicano, momento em que a elite campeira se vê obrigada a realizar alianças com políticos de outras regiões do estado do Paraná para se manter no poder.

Para N. Bernardes (1952), foi na segunda metade do século XIX que o estado do Paraná assinalou uma nova fase de ocupação associada à atividade econômica, ou seja, uma nova fase na economia, deixando a tradicional estrutura latifundiária por uma estrutura de 'colonos'. As terras do sentido oeste do estado passaram a ser valorizadas tal como as terras dos Campos Gerais.

Essa nova fase de ocupação no Paraná efetivou-se de modo diferenciado, especialmente em termos culturais e econômicos. Da mesma forma, o denominado Paraná Moderno dividiu-se em duas grandes regiões: o Grande Norte e o Oeste Sudoeste, conforme Figura 2.

O Paraná Moderno teve sua fase de ocupação melhor concretizada no início do século XX e corresponde a uma fase mais recente, com suas peculiaridades tanto quanto aos métodos e técnicas diferenciadas para a ocupação e uso da terra, quanto à estrutura populacional, que recebeu migrantes de várias regiões do país. Considerando essa subdivisão, a região de Campo Mourão corresponde à Grande Região Norte, porém, localiza-se em uma área de transição entre três frentes de ocupação do estado do Paraná.

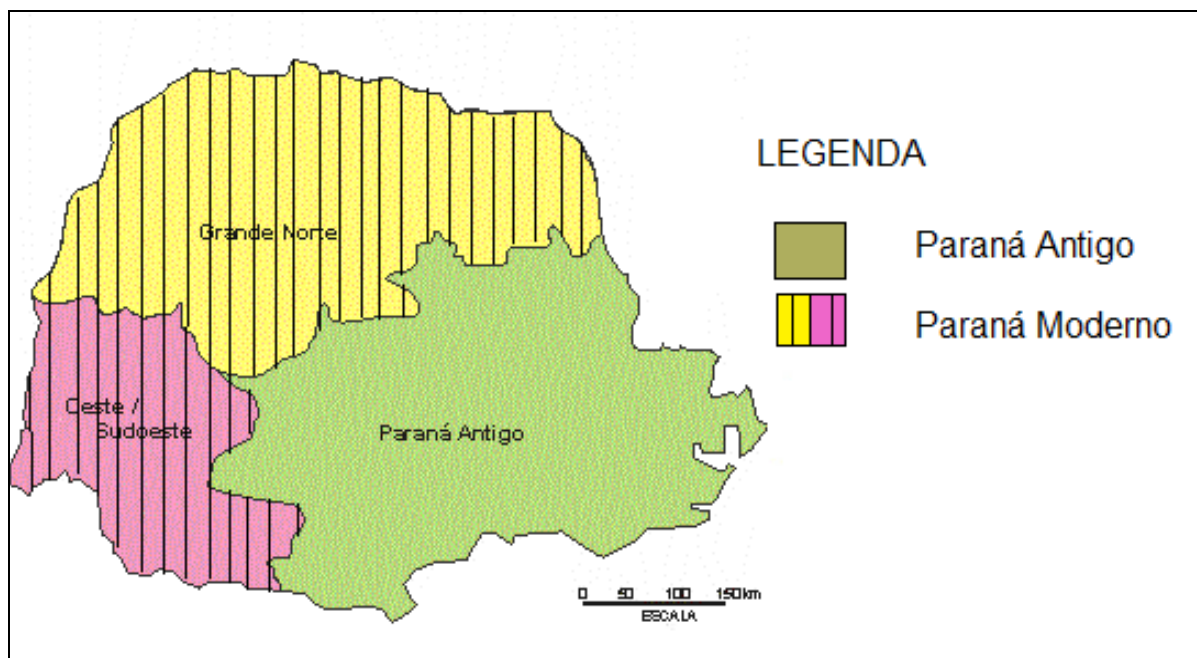


FIGURA 2 - AS REGIÕES QUE MARCARAM O PROCESSO DE OCUPAÇÃO PARANAENSE.

Fonte: Fleischfresser, 1984 – Org.: Andrade, Áurea (2011).

As comunidades regionais do Norte do estado efetivaram-se “com migrantes paulistas, mineiros, nordestinos e outros, e com a agricultura do café; e do Sudoeste

e Oeste do estado, com criadores de suínos e plantadores de cereais, vindos, sobretudo, do Rio Grande do Sul”. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 5).

Contudo, as primeiras tentativas de ocupação do Paraná Moderno deram-se mais por razões de ordem geopolítica, isto é, para amenizar a invasão do que para colonizar a região. A “expansão rumo ao Norte paranaense, com o estabelecimento da colônia militar do Jataí e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra; ou aquelas do último quartel do século, rumo ao Oeste do Paraná, com as colônias militares de Foz do Iguaçu e de Chopim” não apresentavam função no sistema. Além da falta de estrutura de mercados e transportes para colocar a produção agrícola dessas colônias, tais fatores contribuíram para a não apropriada “ocupação colonizadora da terra”. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p.15).

Os autores asseguram que havia uma preocupação do presidente da Província do Paraná com a invasão dos fazendeiros paulistas na região Norte:

Já, em 1892, na Mensagem ao Legislativo Estadual, o Presidente do Estado do Paraná pedia ao Congresso uma lei de terras que pudesse prevenir as invasões dos fazendeiros paulistas, plantadores de café, em plena expansão no vale do Paranapanema, cujas terras eram “tão ambicionadas pelos mineiros e paulistas e que, por estes últimos eram consideradas, para a cultura do café, como prolongamento do território do seu Estado. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 02).

As primeiras ocupações espontâneas, ou invasões, cruzaram o alto do rio Itararé, ainda na década de 1860. Em 1862, iniciou-se o primeiro povoamento do Norte paranaense, denominado de Colônia Mineira, cujo nome já indica a origem desses povoadores. Depois da Colônia Mineira, surgiram outras cidades na região. Todos atraídos pela qualidade das terras, que fora um dos principais elementos responsáveis pela propagação à colonização da região.(N. BERNARDES, 1952).

Esse movimento de ocupação, exploração e uso da terra com a cafeicultura caracterizou-se por três momentos diferenciados: o Norte Velho, área de ocupação espontânea se valendo do prolongamento do estado de São Paulo, pela região de Ourinhos; o Norte Novo e o Norte Novíssimo, áreas de colonização executadas por companhias colonizadoras, conforme a Figura 3.

Segundo Monbeig (1984, p. 192), “a migração do café, que se acelerou, era frequentemente dirigida por grandes proprietários das zonas de terra roxa”, em virtude das suas iniciativas individuais e do prestígio na sociedade, investiam na penetração de novas áreas.

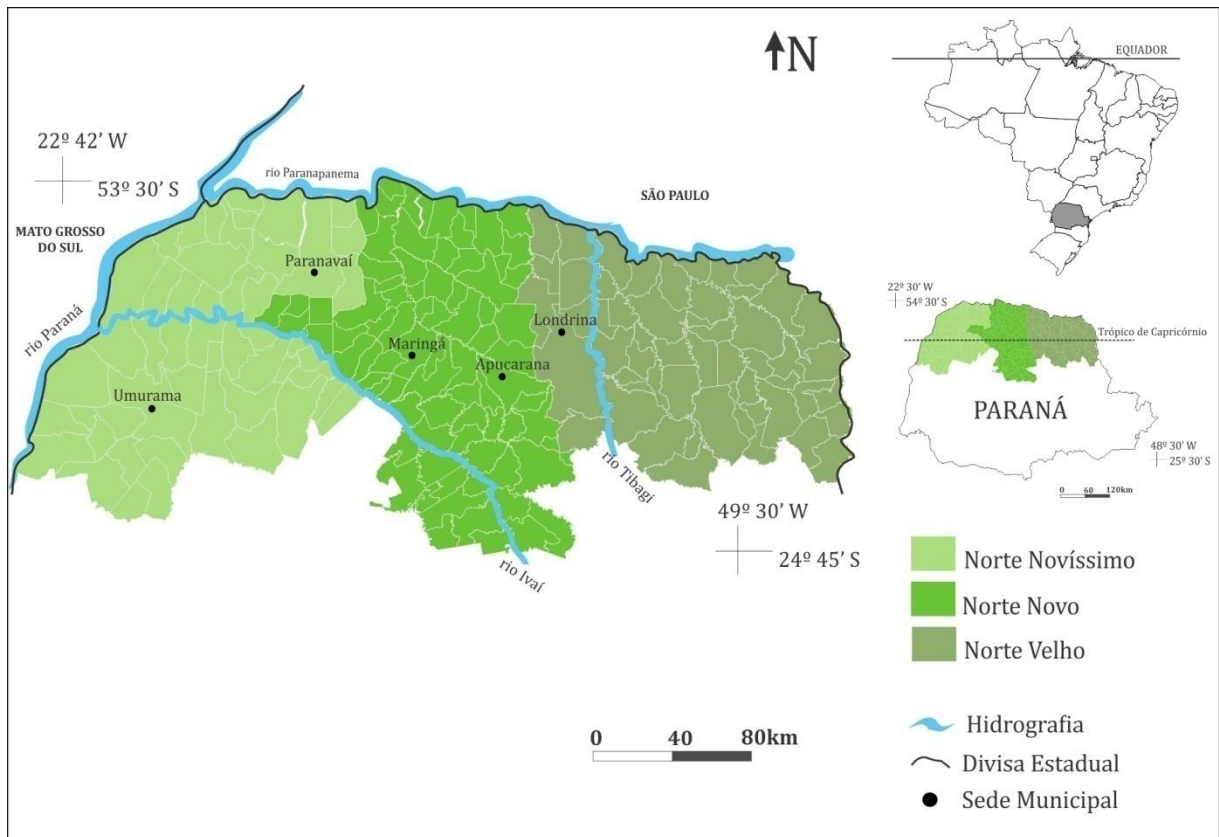


FIGURA 3 - SUBDIVISÕES DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ.  
Fonte: IBGE, 1973 - Org.: Andrade, Áurea (2013).

Outros grandes proprietários e povoadores de várias regiões, especialmente paulistas, puseram-se em marcha para a nova região. Esse povoamento espontâneo vinha se processando paulatinamente no século XIX, implantando uma cafeicultura com base no modelo paulista.

Para Hespanhol (1990, p. 47), a expansão da cafeicultura do Norte paranaense é derivada da expansão dos cafeeiros paulistas, fato que implicou na subordinação da região ao estado de São Paulo. O autor justifica que “a população, os capitais e os financiamentos eram, na maioria, provenientes daquele estado, além do que, inexistiam meios de comunicação entre o Norte e o restante do Paraná”.

A ocupação do “Norte Velho” se fez primeiro pelos mineiros, seguidos dos paulistas, todos atraídos pela qualidade dos solos.

Thomas Pereira da Silva, mineiro atraído pela forma da exuberância das terras vizinhas ao rio Itararé, vem para região e adquire, em território paranaense, à margem esquerda do Itararé, vasta área de terras, as quais fazem convergir grande número de seus conterrâneos, dando origem, em 1862, a um núcleo urbano inicialmente chamado de colônia mineira. (PADIS, 1981, p. 86).

Vencido o rio Itararé, o fluxo migratório foi se consolidando no Norte Velho, formando vários núcleos populacionais, como: “Tomasina em 1865, Santo Antônio da Platina em 1866, Wesceslau Braz e São José da Boa Vista em 1867, Jacarezinho 1900, Cambará 1904, Bandeirantes 1921, Cornélio Procópio 1924 e Andirá 1926” (N. BERNARDES, 1953, p. 448).

Serra (1991) considera que apesar da efetivação desses núcleos urbanos, o intenso movimento de ocupação espontânea pelos mineiros e paulistas foi muito desordenado, provocando inquietação do governo Francisco Xavier da Silva, que estabeleceu normas, autorizando a venda de terras e ampliando a área até o vale do Paranapanema.

A preocupação do governo impingia dois interesses: por um lado, estabelecer ocupação planejada e, por outro, acabar com a forma de apropriação de grandes extensões de terras, tendo em vista que “na época adquirir terras do Norte do Paraná não significava comprar, transacionar terras devolutas, mas simplesmente tomar posse e depois requerer o direito de propriedade junto ao Estado” (SERRA, 1991, p. 30).

Ainda de acordo com Serra (1991), o processo inicial de apropriação ocorreu por meio de concessões fraudulentas ou por grilagens de grandes extensões de terras. Esses acontecimentos foram molas propulsoras à constituição da oligarquia agrária paranaense que tornou-se, durante um longo tempo, resistente às intervenções do Estado “no contexto da estrutura agrária pioneira”.

Para mudar toda essa estrutura, uma das primeiras medidas dos interventores federais no Paraná foi “retornar ao patrimônio público todas as terras até então desviadas através da prática de grilagem e todas as terras objeto de concessões que, por um motivo ou outro, não estavam cumprindo as finalidades para as quais haviam sido outorgadas”. Desse modo, possibilitando “estabelecer

uma nova ordem na ocupação do espaço, tendo a colonização como um processo básico”. (SERRA, 1991, p. 72).

O Relatório dos Serviços Executados pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC, durante o ano de 1942, apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, senhor Angelo Lopes, pelo então Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização senhor Antonio Batista Ribas, informa que:

Tais concessões resultaram em verdadeiro fracasso para os serviços de colonização, que se procurou estimular por meio de preços exigidos e quiçá irrisórios, computados para o valor das terras concedidas, havendo prevalecido por parte dos concessionários unicamente o interesse especulativo, a ambição de fazer fortuna rápida, muito embora para tal se impuzesse o sacrifício de objetivo altruístico da colonização.

[...]

Tal situação, de verdadeiro escândalo administrativo, determinaram ao meu governo a lavratura de decretos moralizadores, objetivando a anulação de tais títulos e tornando sem efeitos os contratos assinados, por não terem sido cumpridas as obrigações nos mesmos vinculadas, facultando, no entanto, dentro de prazos pré-estabelecidos, a revalidação de direito que se fundassem em títulos legítimos e legais. (1942, p. 111 [sic]).

Observamos que o objetivo do Estado com as concessões era ocupar todos os espaços para o progresso econômico, balizados pela Lei n. 1. 642 de 05 de abril de 1916. No entanto, a medida não teve êxito. Para resolver tal situação, o Estado agiu como agente político, teve que se utilizar de meios legais e até 'morais'.

Apesar da tentativa de colonização, somente a partir da “segunda década do século XX, quando o Estado passa, ele próprio, assumir projetos de colonização e, em seguida, a estimular a iniciativa privada para a mesma empreitada” (SERRA, 1991, p. 30).

Nesse contexto, podemos incluir o projeto de colonização implantado no Norte Novo. Apesar da ocupação também ter influência pela frente que avançava vindo do Norte Velho, a colonização foi conduzida pelas companhias de terra que, segundo Monbeig (1984), praticavam a especulação das terras, assunto que tratamos na subseção “colonização oficial regional”. A ocupação nessa região, iniciada em 1925, vai originar centros urbanos importantes como Londrina, e na sequência, Arapongas, Apucarana, entre outras.

O Norte Novíssimo, segundo Souza (1968), as características desta ocupação, iniciada em 1940, assemelha-se a do Norte Novo, ou seja, dirigida em grande medida pelas companhias de terras. Para Hespanhol (1990, p. 45), esta se constitui “na área de ocupação mais recente de todo o estado, estende-se da margem esquerda do rio Ivaí ao Norte/Nordeste até a margem direita do rio Piquiri ao sul/sudeste, limitando-se a Oeste com o Estado de Mato Grosso do Sul, servindo como limite natural o rio Paraná”, conforme se pode observar na Figura 3.

Ainda no Paraná Moderno, não podemos deixar de destacar o processo de ocupação do Oeste/Sudoeste paranaense, que também tem uma história diferenciada do Norte do Paraná.

Segundo Yokoo (2002, p. 28), a ocupação se fez nas áreas florestadas para a extração da madeira e “para a coleta das folhas de erva mate nativa existente em grandes quantidades nas matas de sub-bosques da região”. Isso proliferou até a introdução da primeira corrente povoadora vinda do sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), em que seus integrantes passariam a ocupar as terras, antes exploradas pela extração da erva-mate e da madeira, com criação extensiva de suínos e produtos agrícolas de subsistência. Período em que, apenas alguns ocupantes denominados de caboclos permaneciam na área que era denominada como região de perfeito isolamento.

A partir da década de 1940, o Oeste e o Sudoeste paranaense passaram a ser ocupados intensivamente, embora havia tentativas anteriores de colonização da região com a criação das agrocolônias militares de Chopim, Chapecó e de Foz do Iguaçu. Nessa região, em especial o Oeste, foi permeada por algumas companhias colonizadoras de capitais nacionais. Contudo, as concessões de terras cedidas pelo Estado para essas companhias, com a finalidade de colonização, não se concretizaram em razão das mesmas serem empresas madeireiras e ferroviárias e somente devastaram os recursos florestais da região. (YOKOO, 2002).

Apesar de toda ação realizada pelo governo do Paraná no processo de colonização, este atendia aos propósitos de uma política nacional de colonização, fundamentada no nacionalismo propagado pelo Estado Novo. Período em que o poder do Estado era dimensional, centralizador, regulado na defesa das fronteiras.

Para o fortalecimento do Programa “Marcha para o Oeste”, no ano de 1941, o governo federal decretou a Lei n. 3059 de criação das Colônias Agrícolas Nacionais,

conforme já citado. Esta Lei garantia que as despesas com infraestrutura, construção e conservação de principais vias de acesso, a fundação, instalação e manutenção das colônias eram de responsabilidade da União. Em seu artigo 2º consta que “as colônias serão criadas por um decreto executivo e fundadas em grandes glebas de terras que deverão reunir as seguintes condições: a) situação climática e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região; b) cursos permanentes d’água para a produção de energia hidroelétrica”.

Do mesmo modo, a lei instituía a necessidade de um plano geral de colonização e estabelecia que os lotes não poderiam ultrapassar 50 hectares, bem como incentivos à produção. No artigo 12, podemos observar alguns exemplos de benefícios aos colonos:

Os lotes, casa e quaisquer benfeitorias nele existentes serão concedidos gratuitamente, observadas as seguintes condições: a) o colono terá o domínio útil do lote, nele residindo e recebendo, para a sua exploração agrícola, sementes e material agrário mais urgente; b) de acordo com a região e possibilidade de escoamento da produção agrícola para os centros de consumo, será marcado o prazo em que lote deverá ser utilizado agricolamente em condições satisfatória de técnica de extensão; c) findo o prazo a que se refere o item anterior e preenchidas as demais condições constantes deste decreto-lei, o colono receberá em plena propriedade o lote, a casa e o material agrícola em seu poder, independente de qualquer pagamento. (BRASIL, Lei n. 3059, 1941).

Ainda, visando a uma política de colonização com vista ao desenvolvimento econômico, o Estado decretou em 1943, a Lei n. 6.117, que vai regular a fundação dos Núcleos Coloniais. Nesse sentido, observamos que o Estado estava mais preocupado em povoar as áreas de florestas para produção agrícola. Assim, limpar o “terreno” para concretizar a agricultura comercial para grande escala, visto que, em nenhum momento, a lei faz referência à população indígena e cabocla que ocupavam as áreas destinadas à criação dessas colônias, inclusive as colônias que compreendem a Microrregião de Campo Mourão.

Vale lembrar, que na política de Estado na ocupação de territórios, o poder é evidente, visto que usa de força na medida em que não há uma preocupação com os povos já territorializados.



## 2.1.2 A Colonização Oficial e Sua Territorialização

Até a década de 1950, o estado do Paraná apresentava, aproximadamente dois terços de suas terras sem efetiva colonização. Observa-se que até a década de 1930, momento em que surgiram novas estruturas, o Paraná Moderno passou a ser efetivamente ocupado (SORIANO, 2002), com diversos territórios. Fato que atribuímos, em grande medida, à política nacional de colonização, visto que a União estava investindo para que as áreas ainda ocupadas por florestas fossem exploradas pela agricultura capitalista. Dessa forma, precisava que todo território nacional fosse ocupado mais rápido possível com a introdução das culturas modernas.

Ainda para atender ao capital, o próprio Estado repassa as melhores terras às companhias colonizadoras privadas, ficando as terras impróprias ou consideradas pouco produtivas à responsabilidade do Estado o processo de colonização. Wesphalen; Machado; Balhana (1988), do mesmo modo, alegam que o Estado não tinha condições financeiras e estruturais para realização da colonização da região e, tentam justificar as razões da entrega das terras às companhias colonizadoras (capital privado), que passam a cumprir a função de colonizadora do Norte Paranaense e, posteriormente, de outras regiões.

Para Serra (1991), a colonização realizada pelas empresas privadas foi uma das grandes responsáveis pela organização da estrutura fundiária do Paraná.

A participação mais efetiva da colonização empresarial vai ocorrer a partir de uma situação em que o Estado, precisando, mas, não podendo incorporar estágios desenvolvimentistas ao processo de ocupação de terra, recorre às empresas de colonização, com as quais passa a manter uma relação de troca. Ou seja: em troca do favorecimento na concessão de grandes áreas de terras devolutas, mediante pagamentos apenas simbólicos, o Estado obtém das empresas a aplicação de seu capital financeiro e de sua experiência na estruturação do espaço urbano e rural do território. Em conseqüência, se estabelece a perfeita sintonia entre os interesses políticos do Estado e os interesses econômicos dos grupos empresariais. O Estado abre mão do lucro na venda da terra aos pequenos, médios e grandes compradores individuais, que fica com os empresários, mas em compensação recebe sem ônus para os cofres públicos, o espaço organizado e dotado de toda uma infraestrutura que vai viabilizar uma meta maior, qual seja, o estágio desenvolvimentista. Tal meta torna-se viável, primeiramente através do giro interno do capital financeiro oriundo da mercantilização da

terra e a seguir através da incorporação das terras mercantilizadas ao processo produtivo, via incremento de uma agricultura para o mercado, responsável maior pela expansão do capitalismo no campo.

Dentro deste alinhamento, o que se tem é que a colonização estabelecida no Paraná com a participação da iniciativa privada visou não só a repartição pura e simples das terras devolutas, como também esteve associada a uma atividade econômica emergente, no caso da região Norte configurada pelo avanço da frente cafeeira. As empresas colonizadoras teriam assim, para serem bem sucedidas em seus empreendimentos, que sincronizar a mercantilização da terra com o uso econômico por parte dos compradores, o que se daria com maior facilidade se antes, ou simultaneamente ao avanço da frente colonizadora, fossem providenciadas as “obrigações sociais” em termos de estradas e caminhos ligando os loteamentos aos núcleos urbanos, de armazéns, sistemas de créditos e comercialização de safras, além de outras obrigações voltadas à segurança ao bem-estar social dos produtores rurais. (SERRA, 1991, p. 88-89-90).

Analisando as considerações, Wesphalen; Machado; Balhana (1988) e Serra (1991) mostram que a aparente fragilidade do Estado diante desse processo indica como o Estado agia para conseguir fomentar, concretizar as relações para expansão do capital. Nesse sentido, observamos forte relação de poder do Estado com os agentes do capital – leia-se empresas colonizadoras. Fato comprovado na medida em que o Estado repassa as terras devolutas que, de certo modo, já tinham ‘donos’ (indígenas e posseiros), às companhias colonizadoras. Em síntese, a legitimação do poder político do Estado em benefício do capital.

Nesse sentido, uma das primeiras ações do Estado para a organização do espaço agrário regional foi a parceria entre o governo e as empresas privadas (companhias de colonização), o que Dorfmund atribui a responsabilidade do renascimento do Norte do Paraná.

O verdadeiro renascimento do norte do Paraná deu-se, porém, em 1925 quando um grupo de capitalistas ingleses chefiados por Lord Lovat, Artur Thomas, Willie da Fonseca Davids, visitando a região, e com grande visão industrial percebendo o extraordinário futuro, adquiriram grande extensão de terras fundando a Companhia de Terras Norte do Paraná, com sede em Londrina (DORFMUND, 1963, p. 175).

A autora, de visão baseada nos princípios positivista e do liberalismo, atribui o 'renascimento' do Norte do Paraná às companhias, como se apenas o capital privado, especialmente o capital estrangeiro, fosse capaz de ocupar a região, sobretudo, atribuindo ao grupo todo o progresso regional.

O capital internacional, sob a égide da Paraná *Plantations Company*, grupo inglês, atuou fortemente no Paraná na década de 1930, realizando a colonização de uma grande área equivalente a 515 mil alqueires (Figura 4). Esta adquiriu várias glebas entre os rios Paranapanema e Ivaí, até as barrancas do rio Paraná, e implantou no Norte do estado, um dos modelos de colonização bem sucedido. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988). Contudo, a intenção do grupo era contrair grandes extensões de terras para o cultivo do algodão, tendo em vista que havia uma crise política por parte das colônias inglesas na África, especialmente o Sudão, um dos principais fornecedores dessa matéria-prima. (MONBEIG, 1984).

Instituídas as negociações com a compra desta ampla porção de terras, os ingleses criaram a empresa *holding* "*Brasil Plantations*", com o capital inicial de 1.460.000 libras em ações, o que corresponde a 4.556.952,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e novecentos e cinquenta e dois reais) e 375.000 libras em obrigações, correspondente a 1.170.450,00 (Um milhão, cento e setenta mil, quatrocentos e cinquenta reais)<sup>28</sup>, destinados à produção e à exportação do algodão à Inglaterra. Porém, os planos iniciais com o algodão foram inviabilizados. Como alternativa, os ingleses resolveram lotearem terras e, em 1925, criam "a empresa '*Paraná Plantations*' como controladora, em Londres, das atividades da subsidiária 'Companhia de Terras Norte do Paraná', sediada em São Paulo, e que iria gerenciar o loteamento e a venda das terras". (SERRA, 1991, p. 93).

Isso nos faz lembrar das observações de Santos (2000) em que discute que a globalização (re) valoriza os lugares de acordo com o que pode oferecer às empresas, causando benefícios aos poderosos. Embora, esse movimento, ainda não tanto dinâmico, quanto como em nossos dias, muitos dos lugares no mundo já eram conhecidos, sobretudo pelos capitalistas.

---

<sup>28</sup> Cotação e conversão dia 05.02.2013 – Fonte: Banco Central.

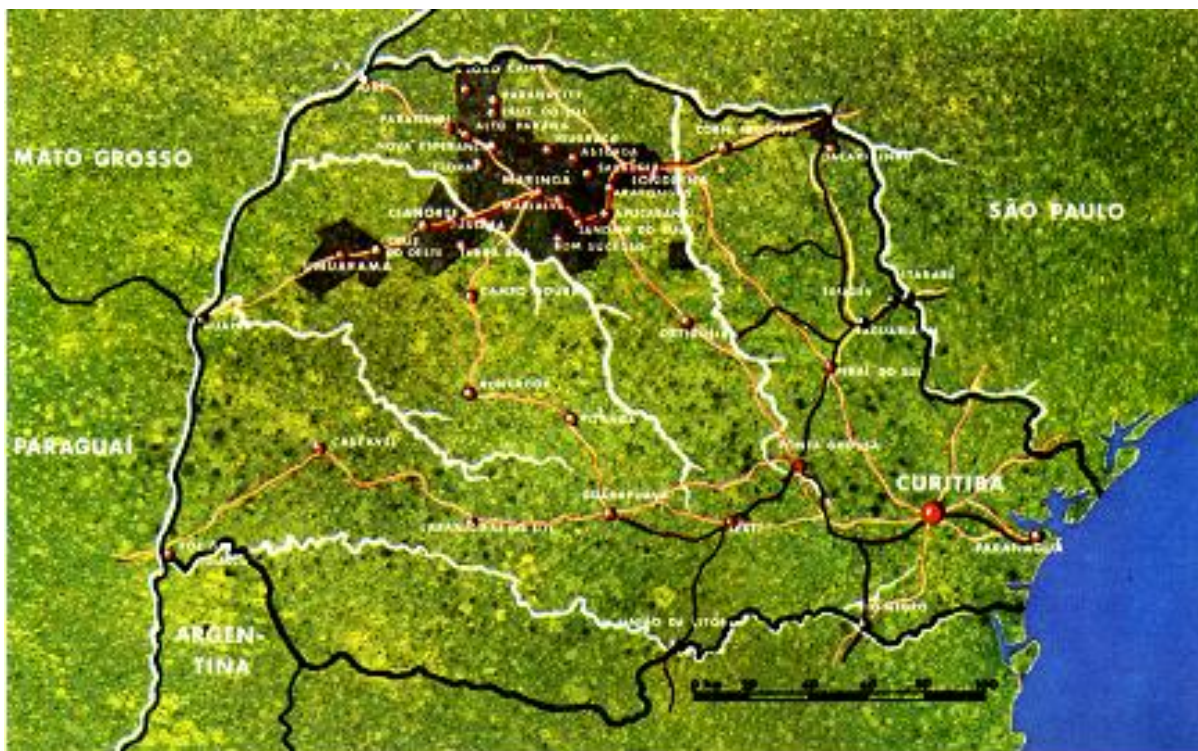


FIGURA 4 – TERRITÓRIO DA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ – C.M.N.P.

Fonte: CMNP, 1975.

O loteamento fez sucesso para as relações comerciais, tanto para a Companhia de Terras Norte do Paraná quanto para as pessoas que adquiriram as terras. Porém, houve conflitos no ‘território’ ocupado pela Companhia com os posseiros e índios. Além do mais, a Companhia se beneficiou dos caminhos e picadas abertas por eles. Porém, esta “criara um corpo policial que encarregou-se de expulsar os índios e os posseiros que se recusassem a negociar suas terras. Teria esse ‘corpo’ atuado tão bem que dele não se teria registros”. (STECA; FLORES, 2002, p. 140).

A desterritorialização desses povos está atrelada ao sucesso do capital. Serra (1991), ao discorrer sobre o sucesso dos empreendimentos mobiliários e do desenvolvimento econômico nas áreas colonizadas, afirma que uma das medidas era “a ‘limpeza’ da área, o que equivalia a vender terras livres de posseiros, intrusos ou outros ocupantes, era conseguida ou por pagamento de indenizações a esses ocupantes, ou com a sua expulsão ou extermínio, via de regra com ajuda de jagunços bem armados. (SERRA, 1991, p. 90).

É importante, contudo, que se ressalte que a luta de classes, neste contexto, assume formas clássicas de opressão, ou seja, a força do capital representado pela Companhia, apoiada pelo Estado, na desterritorialização dos posseiros, ocupantes, dentre outros povos. É oportuno lembrar, mais uma vez, que o Estado em sua exterioridade se apresenta em defesa do povo, porém, observamos nessa relação a sua natureza contraditória.

Além da 'limpeza', esta criou meios para atrair os compradores, especialmente propagandas destacando a fertilidade dos solos da região. Nesse contexto, são oportunas as considerações de Wachowicz (2001):

[...] Os compradores corriam em grande número atraídos que eram pelos preços vantajosos, a fertilidade das terras e pela propaganda da companhia, realizada em nível nacional. Paulistas, mineiros, nordestinos, paranaenses, catarinenses, estrangeiros, etc. corriam em grande número.

Foi tão grande a movimentação de compra de terras, que em apenas um determinado ano, a companhia chegou a vender 60.000 alqueires. Ao lado dos compradores nacionais era grande também o número de estrangeiros: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, poloneses, ucranianos etc. (WACHOWICZ, 2001, p. 270).

Para Serra (2001), a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP teve êxito em seus negócios, em razão de adotar diretrizes bem definidas. Um dos fatores que contribuiu foi a sincronização da venda dos lotes, juntamente com uma alternativa econômica de exploração e uso da terra agrícola - com a cultura do café. Tal medida, entre outras, foi decisiva, caso contrário estariam fadados ao fracasso.

Ainda, Wachowicz (2002) assevera que:

Os lotes rurais eram traçados em forma de longos retângulos, tendo quase todos frente para uma estrada e fundos para um regato ou rio. Desta forma, a estrada sempre passava nas regiões mais elevadas e todos os lotes ficavam inclinados. O tamanho dos lotes variava de 5 a 15 alqueires, mas todos dentro do limite da pequena propriedade rural. (WACHOWICZ, 2001, p. 270).

Analisando as considerações de Wachowicz e a Figura 5, que trata da repartição de terras pela CTNP, a estrutura constituiu-se em uma organização de pequenas propriedades, pelo menos na fase de ocupação pioneira. Esse tipo de estrutura fundiária impulsionou, em especial no 'Norte Novo', praticamente todas as

propriedades ao desenvolvimento da cafeicultura. Assim, a Companhia, sob a lógica capitalista de produção, fez com que a terra se tornasse uma mercadoria valorizada, sincronizando, como já enfatizado, a pequena propriedade com a cultura cafeeira.

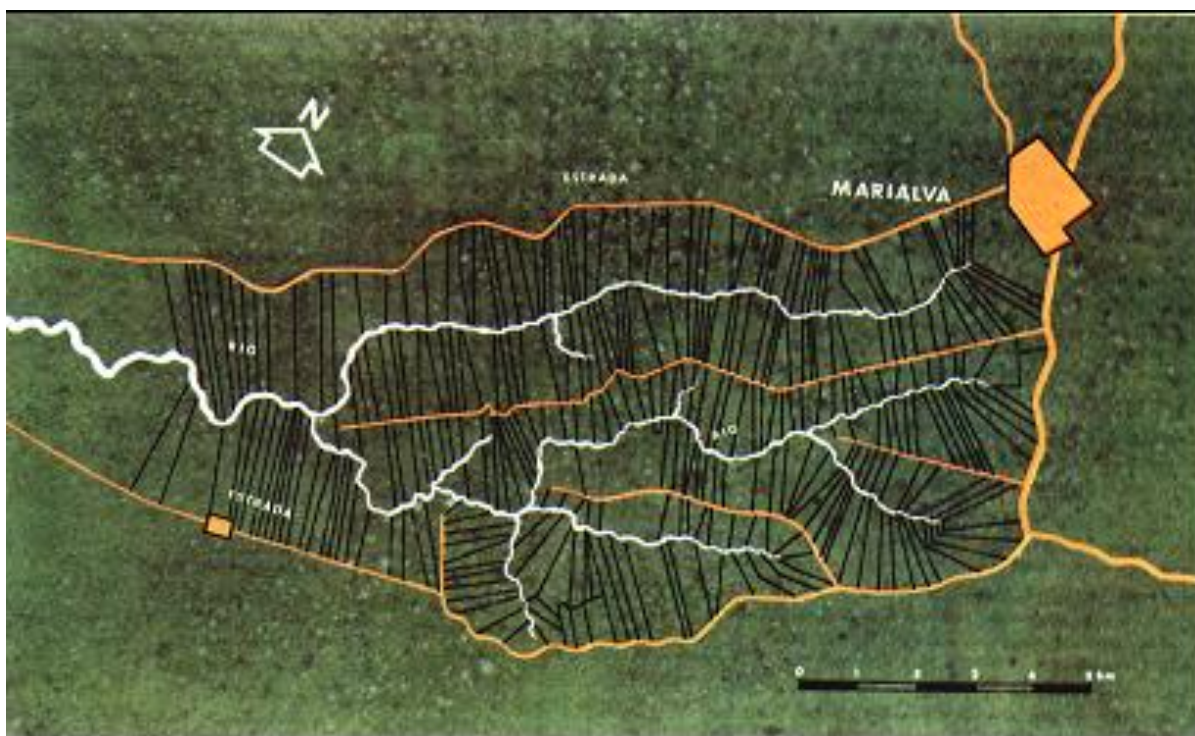


FIGURA 5 – REPARTIÇÕES DE TERRAS PELA CMNP  
Fonte: CMNP, 1975.

A empresa foi também uma das responsáveis da forma espacial do Norte do Paraná. Da passagem do espaço circunscrito à rede, ou seja, da dinâmica de diversos fluxos, especialmente relativos transportes, com a instalação da linha férrea que se materializava, no território, ligando Ourinhos, estado de São Paulo, com Apucarana.

De acordo com Serra (1991), durante a Segunda Guerra Mundial os ingleses colocaram à venda a Companhia de Terras Norte do Paraná e todos os demais empreendimentos, inclusive a estrada de ferro, que foi adquirida por acionistas brasileiros, porém a estrada de ferro adquirida por estes acionistas foi repassada para governo federal por um preço bem abaixo de mercado. Ainda de acordo com Serra, a colonização continuou com a mesma política dos ingleses, o que garantia prestígio junto ao Governo do Paraná, a ponto de pressioná-lo para ampliação da

área de colonização “em mais 30 mil alqueires, ou 70 mil hectares, o que vai elevar a área colonizada, de 515 mil alqueires (1.236.000 hectares) para 546 mil e 78 alqueires (1.310.000 hectares) sendo incorporadas as terras a oeste do rio Ivaí”. Outra mudança foi relativa ao nome da companhia que mudou em 1951 para ‘Companhia Melhoramentos Norte do Paraná’. (SERRA, 1991, p. 102-103).

Entre os anos de 1946 a 1951 outras companhias também atuaram na região. “A partir de 1954, parte do território de Paranavaí, deu origem a novos municípios entre eles Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Paraíso do Norte, Tamamboara e Terra Rica”. (STECA E FLORES, 2002, p. 174). Região em que seu processo histórico de colonização ocorreu no mesmo período de Campo Mourão.

Ao mesmo tempo, também os territórios do Oeste e Sudoeste, estavam sendo ocupados, contudo o processo de territorialização ocorre de forma diferenciada, por se tratar de uma área de fronteiras foi palco de muitos conflitos jurídicos, políticos e sociais, pela posse da terra. Essa porção do território paranaense foi disputada ao mesmo tempo, por companhias colonizadoras, governo estadual, governo federal e os posseiros. (MASSOQUIM, 1999).

As terras do Sudoeste paranaense começaram a ser tituladas pelo governo do estado do Paraná ainda em 1913, quando este cedeu concessão à Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande – CEFSPRG, para a construção de estradas de ferro que ligaria os estados de São Paulo e Rio grande do Sul. Para a construção dessa estrada, o governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque [...] “titulou a Gleba Chopim com a área de 715.080.142 m<sup>2</sup>”. Mais tarde em 01 de outubro de 1920, o Presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, titulou para a mesma Cia a Gleba Missões com a área de 4.257.100.00 m<sup>2</sup>. O território das Glebas Missões e Chopim representa quase todo o atual Sudoeste do Paraná. (LAZIER, 1983, p. 31).

Anos depois, foram constatadas irregularidades nas concessões dessas terras pelo Interventor Federal Mário Alves Monteiro Tourinho, que assumiu o governo no estado do Paraná, entre os anos de 1930 a 1931. Na ocasião, o interventor anulou algumas concessões de terras por meio do Decreto 300 de 03 de novembro de 1930, entre elas as Glebas Chopim e Missões. Com isso, o “Sudoeste do Paraná voltou ao domínio do poder público” (LAZIER, 1983, p. 32).

Outra medida adotada, no Sudoeste, foi à criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório- CANGO, instaurada pelo Decreto n. 12.417 de 12 de maio de 1943, pelo governo Federal Getúlio Vargas, que estabeleceu a criação da colônia e a demarcação das terras com o intuito de auxiliar no povoamento da região (SILVA, 2010).

Contudo, apesar da CANGO ser um órgão criado pelo Estado, seu processo de territorialização ficou ameaçado pelo poder da Colonizadora Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda – CITLA. Companhia que passou a ser proprietária das Glebas de Missões e Chopim, adquirida mediante compra do proprietário particular, Senhor José Rupp. Esse senhor disputava na justiça a posse da terra que havia conseguido do governo de Santa Catarina, as glebas ainda no período do Contestado (com ganho de causa em 1945). Porém, como não consegue indenização do governo federal, negocia as terras com a CITLA. Ao ocupar o território do Sudoeste, a CITLA ficou conhecida como um agente de conflitos, pois não considerou as titulações das áreas emitidas para os imigrantes colonos, familiares vindos do Rio Grande do Sul que, por terem as terras concedidas pela CANGO, recusaram-se a sair da região.

Com relação a essas disputas de terras no Sudoeste paranaense, Wachowicz (1985) faz uma crítica à instauração da CANGO pelo governo federal, uma vez que se tratava de terras que estavam em questão nos tribunais, entre os governos federal e estadual. Sobre isso ressalta: “[...] em 1943 o ditador Getúlio Vargas” criou, dentro da gleba Missões, a colônia agrícola CANGO. A criação desta colônia foi ilegal, pois nem uma das duas partes poderia usar essa terra antes do pronunciamento da justiça.

Ainda com relação a compra das Glebas (Missões e chopim), Serra (1991) aborda que após a tentativa, frustrada, de indenização junto ao Estado, Rupp procura o governo Moysés Lupion para negociar o montante da dívida. O Governador aproveita de seu prestígio político e poder, junto ao Superintendente da SEIPU<sup>29</sup>, que negocia a dívida em troca de concessões de terras.

Lupion aceitou e no total recebeu da SEIPU, em pagamento da dívida, 425 mil e setecentos e trinta e um hectares de terras, uma imensa área que incluía os 300 mil hectares onde o próprio Governo

---

<sup>29</sup> Superintendência das empresas incorporadas ao Patrimônio da União – SEIPU



Federal estava instaurando a colônia agrícola general Osório e ainda as sedes dos municípios de Francisco Beltrão, São Antonio do Sudoeste, Capanema e mais de três mil de pequenas posses. No dia 17 de novembro de 1950 Lupion constitui uma empresa imobiliária em sociedade com um grupo de empresários paranaense – Colonização Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda – CITLA, e assina a escritura de doação lavrada no cartório do 6º ofício de Notas do Rio de Janeiro. (SERRA , 1991, p. 118).

Cabe ressaltar, que Lupion, enquanto governador, manteve uma prática perniciosa, uma vez que a CITLA agia sem entraves, mesmo estando as terras no jugo da Lei, tanto que, em 1952, Bento Munhoz da Rocha (governo eleito pela oposição 1951-1955), se opôs à decisão sobre a propriedade das terras e proibiu o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade de qualquer transação nas glebas de Missões e Chopim. A CITLA passa a registrar instrumentos particulares de compra e venda nos "cartórios amigos", não respeitando nem os contratos federais emitidos pela CANGO. Continuando a realizar a venda das terras, assegurada pela articulação, Estado e capital, uma vez que o governador do Paraná era um dos sócios da empresa colonizadora.

Em 1955, Moysés Lupioné reeleito e revoga a proibição do recolhimento dos impostos. Outras duas imobiliárias também ocupam o território, sendo a Companhia Comercial e Agrícola Paraná, e a Companhia Colonizadora Apucarana. Com elas, prosseguem a coerção contra os colonos, que passam a ser visitados por jagunços e "convidados" a comparecer nos escritórios das companhias para assinar contratos de compra das terras que ocupavam. Na realidade, os colonos queriam regularizar as propriedades, mas se sentiam inseguros quanto à verdadeira posse das terras, e as imobiliárias alardeavam possuir todos os direitos. Fatos como esses culminaram com o Levante dos posseiros de 1957. (MASSOQUIM, 1999).

Com a procura de terras, os preços aumentam e os conflitos também. Sem dúvida, com a intervenção do Estado, nesses conflitos, legitima cada vez mais o seu papel de classe, ainda que essa intervenção não possa ser caracterizada como "planejada" em termos de reprodução do capital.

A ambiguidade do Estado também se funda na medida em que entra na disputa pela obtenção de lucro com as vendas das terras. Já não é mais só uma questão de ocupar as fronteiras, passa a ser uma questão de investimento no território por meio da venda às empresas capitalistas - companhias - que sempre

foram conduzidas por terras de negócio, responsabilizar-se-iam para a distribuição das terras e a colonização da área e ainda reverteria para o Estado o lucro.

Finalmente, os conflitos de terras no Sudoeste só cessaram no final da década de 1960. Francisco Beltrão, assim como a região sudoeste do Paraná, vivia uma etapa de conquista efetiva da terra, resultado da ação desenvolvida pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP, que fora criado pelo presidente João Goulart, através do Decreto n. 51.431, de 19 de março de 1962.(SILVA, 2010).

Jânio Quadros [...] “Sendo eleito Presidente da República um dos primeiros atos foi realmente, desapropriar a área em litígio” (LAZIER, 1983, p. 17). Desapropriou a gleba Missões e parte da gleba Chopim pelo Decreto n. 50.379, de 27 de março de 1961. Sobre novos governos foi criada a GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), sobre o Decreto n. 51.431.

O GETSOP ajudou de todas as formas o Sudoeste do Paraná. Os dados publicados, extraídos do "Relatório Final das Atividades do GETSOP", revelam a verdadeira reforma agrária efetuada no Sudoeste do Paraná, na gleba Missões e parte da Gleba Chopim (SILVA, 2010, p.14).

Nestas condições, também nos deparamos com a colonização no Oeste paranaense, área ocupada há bastante tempo, mas de colonização mais recente. As primeiras concessões de terras a instaurarem-se no Oeste, que deram prosseguimento à colonização, foram de capital inglês, as fazendas “Britania e Mate Laranjeira”, transformadas em 1946 na Companhia Madeireira Rio Paraná – MARIPA de propriedade de Alberto Dal Canale Filho e um grupo de colonizadores alemães, entre eles, Willy Barth.

Contudo, nos últimos anos da década de 1950, as terras para colonização já não eram abundantes, fato que levou o Governo do Estado do Paraná ceder terras a companhias colonizadoras e, ao mesmo tempo, a grupos particulares, praticando “o duplo batismo”<sup>30</sup>. No Paraná, o governo havia emitido títulos para ambiciosos grupos econômicos no Oeste, tais como a DALCANALE e Bento Gonçalves. Tipicamente esses grupos vendiam a terra como se esta tivesse o dobro da extensão real,

---

<sup>30</sup> Duplo batismo – mesma concessão de terras, cedida ao mesmo tempo a duas companhias diferentes.

confiantes de que o Estado encontraria mais terras para cobrir as vendas. (MASSOQUIM, 1999).

Ao mesmo tempo em que a MARIPA, coloniza a região de Toledo em direção a Marechal Candido Rondon, no início da década de 1950, as companhias de menor envergadura também entram no território, dentre elas “Pinho e Terra na Região de Palotina, Madalozzo na região de Santa Helena e a União Oeste e Norte do Paraná entram nas regiões de Nova Aurora, Jesuítas e Assis Chateaubriand, atuando de 1952 a 1960”. (MASSOQUIM, 1999, p.33). A maioria dessas companhias obtinha a concessão a partir de grandes empresas como a DALCANALE e Bento Gonçalves. Conforme na região Sudoeste, aqui também imperava o poder do estado e do capital.

Em algumas áreas, contudo, a terra já estava titulada (havia por exemplo, mais de trinta companhias “colonizadoras” operando no Sudoeste do Paraná ao final de 1950). Relatório do DGTC, sem data), e a única maneira de atender aos pedidos dos grupos era “rebatizar” a terra e vendê-la novamente. Em resumo, “encontrar” terras que não existiam de fato. Esse era o maior incentivo à prática perniciososa da dupla e da tríplice titulação, pelas quais duas ou três propriedades poderiam “legalmente” existir sob diferentes nomes, mas cobrindo aproximadamente a mesma área de terras. (FOWERAKER, 1981, p.148).

Conforme se repetia os títulos de posse, continuavam a chegar na região outras companhias colonizadoras, as quais o diretor gerente da companhia União Oeste denominou de invasoras. Com a constante chegada dessas companhias, a situação foi se complicando. “A companhia passou a tomar medidas drásticas para “limpar” a área. Segundo o Sr. Adisio Figueiredo dos Santos (Diretor Gerente da Companhia), só havia uma maneira de resolver o problema ‘expulsar os invasores’”. (MASSOQUIM, 1991, p. 37). Tal medida conduziu ainda mais a violência na região.

Esses invasores eram expulsos a bala, fogo se combatia com fogo, essa era a única linguagem que eles conheciam, pois eram violentos e sem escrúpulos. Chegaram construir cerca de trinta ranchos da noite para o dia. Nós queimamos os ranchos para acabar com a invasão. Esse fato tumultuou mais a situação, nesse momento o governador seqüestrou a área da colonizadora o que atrapalhou a nossa vida e a dos que já haviam comprado as terras, pois a

companhia já havia vendido 33.000 hectares em lotes agrícolas A.F.<sup>31</sup>.

Os títulos da concessão eram emitidos sem nenhum rigor, portanto não transmitia segurança tanto que, no início do ano de 1958, a Companhia Colonizadora União Oeste perdeu a concessão de terra sobre o efeito de mudança de governo. O então governador do estado, Moisés Lupion, confiscou a área e a decretou como sendo novamente de patrimônio público, classificando-a como terras devolutas. Nesse contexto, não levou em consideração os títulos de propriedade já emitidos pela colonizadora, aos novos proprietários. Pode-se dizer que o então governador, que no seu período de governo deveria apaziguar a situação, contribuiu para a proliferação dos conflitos tanto que:

[...] ao final de 1950, praticou escandalosamente o “duplo batismo” da terra requerida tanto por empresas privadas, como pela União. Quando Lupion e a Dalcanale deixaram de ser amigos de última hora para se tornarem inimigos ferozes, ele titulou terras já atribuídas à Dalcanale. A despeito desse ‘duplo batismo’ não levou em conta titulações anteriores, arrendamentos federais, ou mesmo projetos de colonização e desenvolvimento” (FOWERAKER, 1981, p. 149, *apud* MASSOQUIM, 1999, p. 37).

Diante do contexto, podemos perceber o jogo de interesse do Estado e das companhias colonizadoras na aquisição de terras, denominadas, já na ocasião, como terras de negócio, porém, difícil avaliar esse jogo do Estado e do capital, numa época que tanto se falava em reforma agrária.

O processo de ocupação no Oeste e Sudoeste, assim como em todo território paranaense, consolida-se na década de 1960, com o fechamento das fronteiras agrícolas paranaenses.

## 2.2 A COLONIZAÇÃO OFICIAL E OS CONFLITOS DE CLASSES NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Conforme observamos, o Paraná Moderno teve seu processo de colonização oficial a partir de meados da década de 1930. Porém, como já discutimos, havia

---

<sup>31</sup> Adisio Figueiredo dos Santos - Diretor Gerente da Companhia, em entrevista concedida a Massoquim (1990).

ocupantes em praticamente todo território paranaense. Na região de Campo Mourão, segundo N. Bernardes (1953), não foi diferente, havia pequenos núcleos de povoações.

[...] há ainda a considerar o seguinte: em não poucos casos teve-se que omitir, propositadamente, certas povoações ou pequenos núcleos rurais localizados no âmago da mata deserta. São núcleos formados junto a longas vias de penetração, com função de etapa. Cite-se, como exemplo, Jataízinho e Campo Mourão.

[...] Campo Mourão, povoação surgida anonimamente no interior da zona despovoada e que se tornou uma base de apoio para os batedores do sertão que por aí circulavam visando às barrancas do rio Paraná. Em 1920 já existia aí um minúsculo povoado (sendo assinalado nos mapas da época) quando ainda se processava o povoamento ao longo da estrada entre Guarapuava e Pitanga. (N. BERNARDES, 1953, p. 429 - 430).

As primeiras ações de povoamento, na região, ocorreram por volta da década de 1880, com a expansão dos chamados guarapuavanos fazendeiros, agregados, posseiros. Segundo Soriano (2002, p. 65), no século XIX, em razão de fatores políticos e econômicos, a atenção estava voltada para cerrado<sup>32</sup> da região de Campo Mourão, pelo Estado e pelos pecuaristas capitalizados de Guarapuava. Assim, existiam dois interesses, o primeiro, “envolvia o interesse tanto do Governo Imperial quanto da jovem Província do Paraná” em estabelecer uma via de ligação entre o rio Ivaí e o rio Paraná, bem como para Mato Grosso e fronteira com o Paraguai. O segundo, estava voltado aos interesses dos fazendeiros guarapuavanos, que procuravam expandir suas atividades pecuárias às novas áreas e adquirir o gado no Mato Grosso, motivo pelo qual construíram a estrada Boiadeira, objetivando transportar o gado até as invernadas em Guarapuava e depois destinar ao consumo nos grandes centros urbanos.

De acordo com Simionato (1996), os primeiros expedicionários vindos de Guarapuava chegaram à região de Campo Mourão em 1883, com uma comitiva composta de 120 homens para efetivarem, nessa área, atividades pastoris. Além disso, o grupo tinha como finalidade realizar os primeiros contatos com os indígenas que habitavam as florestas da região.

A influência indígena fora marcante e ainda sobrevive na atualidade, que pode ser observada nas denominações dos municípios e rios que compreendem a

---

<sup>32</sup> A região, especialmente do município de Campo Mourão, “constitui-se de 102 Km<sup>2</sup> de campos cerrados como forma de relictos do Quaternário Antigo”. (MAACK, 2002, p. 269).

região em estudo. Por exemplo, a cidade de *Iretama* (casa das abelhas), *Peabiru* (caminho aterrado), *Mamborê* (lugar distante), *Araruna* (arara [espécie de ave com plumagens azuis]), *Corumbataí* (rio dos peixes corimbás), rio *Ivaí* (rio da flor) e *Piquiri* (rio de peixes pequenos [lambaris]). Contudo, a ocupação primitiva da região foi praticamente dizimada, notadamente pelos bandeirantes paulistas e, posteriormente, em razão dos conflitos entre os indígenas opositores à ocupação dos novos povoadores.

Carvalho (2008), ao estudar o processo de colonização da região de Campo Mourão, dividiu em cinco grupos sociais que se apropriaram dos recursos naturais: os índios *Xetas*, os *Kaigans*, os ervateiros do Paraguai e da Argentina, os pecuaristas guarapuavanos e os lavradores (denominamos de agricultores).

Assim, a ocupação das terras da região de Campo Mourão não se fez sem conflitos, mas foi palco de vários, porém, em períodos diferenciados. Primeiramente, com os ocupantes indígenas e posseiros e no segundo momento, com a participação ativa do Estado, quando este se tornou um agente colonizador, a partir da década de 1940.

Essa porção do território paranaense pertencia à comarca de Guarapuava, conforme pode ser observado na Figura 6, e a alguns influentes fazendeiros, os quais obtinham o título de posse de grandes áreas de terras devolutas.

Para Hespagnol:

[...] englobou 30 nomes de pecuaristas guarapuavanos que declararam possuir desde 1880, uma área em comum de 60 mil hectares, atribuindo-se a posse das mesmas terras denominadas 'Campo Mourão' dando margem a posteriores legitimações de posse de terras nessa região. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA, 1982, *apud* HESPANHOL, 1990, p. 55).

De acordo com Silva (1996), entre 1822 e 1850, a posse tornou-se a única forma de aquisição sobre as terras, fato que no contexto histórico de apropriação territorial, esse período ficou conhecido como fase 'áurea do posseiro'. Esse processo se estendeu por várias décadas na região em estudo.



**FIGURA 6 – ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**  
Fonte: Arquivo Público do Paraná, 2011.

Nesse sentido, não havia posse, considerando o termo, mas sim apropriação indevida ou clandestina, ou seja, ilícita o que em termos claros se chama grilagem de terras. Sobre legitimação de posse é oportuno observar a Figura 7, que trata sobre a Certidão n. 03, folha 158, de 1943, na qual o senhor Jorge Walter requeria o título de legitimação de posse de 32.670 hectares nas terras denominadas de “Campo de Mourão”, por informações do agrimensor Edmundo Alberto Mercer.

As terras requeridas por Jorge Walter estavam em processo judicial. No ano de 1943, a 5ª Inspeção de Terras leva ao conhecimento dos herdeiros que a área requerida precisava ser legalizada, sob pena de serem aplicados os dispositivos

penais do Regulamento de Terras e Código Florestal do Estado, segundo os quais estariam sujeitos a despejos e considerados como invasores de terras se não atendessem dentro dos prazos estabelecidos, conforme Figura 8.

Os conflitos jurídicos nesse período aumentaram expressivamente, visto que na maioria dos casos os governadores, secretários de estado e altos funcionários estavam envolvidos nas negociações de terras, agiam como agentes políticos no processo de regularização. Nessa perspectiva, Westphalen; Machado; Balhana (1988) discorrem que as vendas das terras devolutas ou de antigas concessões às empresas colonizadoras ou a requerentes particulares traria o problema da necessidade de regulamentação da situação dos posseiros nelas encontrados ou a sua retirada, nem sempre pacífica. “O conflito jurídico entre dois ou mais pretensos proprietários que alienavam as mesmas terras a dois ou mais compradores, também agravaria a questão de terras”. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 20).



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COMARCA DE GUARAPUAVA



ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL DE IMOVEIS, HIPOTECAS, TITULOS E DOCUMENTOS

(C. OFFICIO)

Alexandre Clève  
Secretario Vitalicio

Leis Pires Clor  
Substituto

## CERTIDÃO

LIVRO L. 3.º Nº 3.-

fs. 158.-

Certifico. á pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os Livros do Registro de Títulos e Documentos, deste Cartório de 1ª Officio, no Livro R. numero 9988 (L.º 3) de Registro Integral, as suas folhas cento e cinquenta e oito (158), encontrei o registro de teor seguinte: - "ABC- 1.943. NÚMERO DE ORDEN: - 1.744.- MES: - Setembro.- DIA: - 23.- TRANSCRIÇÃO: - De uma certidão: - Lançada no Protocolo A. Sob Nº 1.615.- Apresentada pelo Sr. Solicitador, cidadão Benjamim Teixeira, com seguinte: - João Lacerda Caldas.- Exercicio da Crime a Jury, desta Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná.- Certidão.- Certifico e dou fé, á pedido verbal feito por pessoa interessada, que revendo as suas cartório os autos de uma (a letra "a" está inutilizada com um traço) Sumário Crime, em que são: - A Justiça Publica, autora e réo o Dr. Romualdo Antônio Bagnusa, deles nas suas folhas se verifica constar do Relatório, dirigido ao Excmº Sr. Intervenitor Federal no Estado do Paraná, pelos Srs. Olavo Del Claro e Sérgio Valério, respectivamente 7ª e 12ª Comissário de Terras, entre outras coisas, consta do seguinte tópico: - Nome do Requerente: - Jorge Walter. - Ano: - 1.920.- Situação: - Jampo Mourão.- E ao (a letra "a" está inutilizada com dois traços a tinta, seguiri: - Por informação do Sr. Euzébio Mercier, subscritor que o mesmo fez quem procedeu a solicitação requerida a título de legitimação de posse por Jorge Walter, tendo sido avaliado uma área com cerca de 32,670 hectares.- O senhor Euzébio Mercier recebeu os meus honorários de agrimensor, conforme declarou, sem no entanto dizer se o Comissário de Terras percebeu a importância correspondente.- A respeito da caderneta de campo não conhecemos o seu destino.- E o que se contém a respeito, que bus e fielmente extrai a presente certidão que me reportando ao seu original, em meu poder e cartório junto aos autos aludidos assim que se encontram em andamento, do que tudo dou fé.- Guarapuava, em 12 de Outubro de 1.932.- Eu João Lacerda Caldas, Escriva que a ditatografei, confere, subscrevi e assino.- (foi sobre uma estampilha federal de um craseiro, esta) - Guarapuava, 12 de Outubro de 1.932.- João Inverniz Caldas.- "Reconheço a firma supra e dou fé.- Em testemunho (sinal publico) da verdade.- GUARAPUAVA, 23 de Setembro de 1.943.- Javert Carneiro da Fonseca.- Tabelião. (Caldas está quatro estampilhas federais e estaduais, no valor total de tres craseiros e vinte centavos, inclusive o Escrição e Saude, inutilizadas em forma legal.- Esta conforme o original devolvido a parte, do qual eu Adeodato Torres Nogueira, Oficial Maior e transcrevi, por me ser distribuido, e subscrevi e assino.- Guarapuava, 23 de Setembro de 1.943.- Adelato Torres Nogueira.-

FIGURA 7 - CERTIDÃO DE TÍTULO DE POSSE DAS TERRAS DE JORGE WALTER DO ANO DE 1943.

Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava, 2011.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO

5ª INSPECTORIA DE TERRAS

\*\*\*

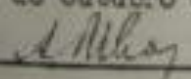
O Eng<sup>o</sup> Inspetor, Sady Silva, pelo presente Edital, leva ao conhecimento dos herdeiros de Jorge Walter e demais interessados, que ocupam as terras denominadas "Campo Mourão", situadas no distrito do mesmo nome, município de Guarapuava, que em virtude do despacho proferido, em 4/12/1934, mandando arquivar o requerimento, protocolado sob nº 2.284, de 24 de Dezembro de 1920, em que Jorge Walter solicitou a legitimação das terras acima citadas, ficam os respectivos interessados intimados para no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar de 8 de Novembro próximo, legalizarem a situação jurídica em as terras que ocupam, a título de compra, respeitada a limitação constataciada em lei, no que concerne a área, sob pena de lhes ser aplicados os dispositivos penais do Regulamento de Terras e Código Florestal do Estado e sujeitos a despejo, na forma da lei, como invasores de terras públicas, si dentro do prazo fixado não atenderem a presente intimação.

E para que ninguém alegue ignorância, publico este e outros de igual teor, na sede desta Inspeção, Prefeitura Municipal, sede do Distrito, sede do Imovel, Imprensa Oficial e em outros lugares públicos, para a sua ampla divulgação.

Guarapuava, 19 de Outubro de 1943

VISTO

Em 27 de Outubro de 1943

  
Engenheiro Diretor

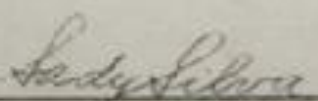
  
Eng<sup>o</sup> Inspetor de Terras

FIGURA 8 - INTIMAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO AOS HERDEIROS DE JORGE WALTER - 1943.

Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava, 2011.



FIGURA 9 - PLANTA DA FAZENDA DE JORGE WALTER – 1923.  
Fonte: Arquivo Histórico de Guarapuava, 2011.

Ainda que os conflitos pela posse da terra, na região, tenham registros a partir de 1880, a ocupação permanente evidente com habitação, na região, só se materializou com a chegada de José Luiz Pereira em 1903, fixando-se onde hoje é a cidade de Campo Mourão (SIMIONATO, 1996). A autora ressalta do mesmo modo que:

[...] o sertanejo, deixa sua terra natal, em São Paulo e embrenha-se para o sul, conduzindo sua mudança em carros de bois, juntamente com seus filhos, sua esposa e sua mãe. Já naquela época, tinha notícias sobre Campo Mourão, porém não conseguiu chegar. [...] fixou-se em Guarapuava e fez muitas tentativas para chegar em Campo Mourão, onde conseguiu finalmente chegar, em 1903. (SIMIONATO, 1996, p. 15).

A região de Campo Mourão, além de ser palco de disputas pelos pecuaristas, também recebia agricultores de diferentes estados, sobretudo de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como discorre Carvalho (2008),

A partir da vinda dos Irmãos Pereira, parece haver um fluxo migratório, primeiro de paulistas, como os Custódio de Oliveira que

chegaram em 1910, depois de migrantes vindos do Paraná Tradicional, em especial dos campos de Guarapuava e, ainda em menor número, de elementos vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e que marcam esta fase, que vai até 1939. (CARVALHO, 2008, p. 41).

Além dos pecuaristas guarapuavanos e dos lavradores que visavam à posse da terra, a região abarcava grandes áreas com erva mate, o que despertou interesses de outros ocupantes.

De acordo com N. Bernardes, (1953), Simionato (1996) e Carvalho (2008), a exploração nativa da erva-mate se fazia em toda região, com ervateiros obrageiros vindos, sobretudo do Paraguai. A *obrage*, segundo Wachowicz (1988), era um sistema de exploração desenvolvida em terras devolutas, com a contratação de trabalhadores de origem guarani, que predominou no Paraguai, Argentina e parte do Brasil, especialmente no oeste paranaense e nos territórios que hoje pertencem ao Mato Grosso do Sul. O autor define com mais clareza:

A *obrage* era uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas pela mata subtropical, em território argentino e paraguaio. Sua existência baseava-se no binômio: mata-madeira. O sistema, assim como aconteceu na região em estudo, era praticamente desconhecido no sul do Brasil. Sua estrutura e terminologia é típica do mundo hispânico – platino [...]. (WACHOWICZ, 1982, p. 11).

Em 1919, na região de Campo Mourão, mais especificamente na localidade do município de Mamborê, instalou-se a exploração de erva-mate.

Anterior ao ano de 1924, a Companhia Mate-Laranjeira, potência Argentina que se dedicava ao cultivo, extração e beneficiamento da erva-mate nativa, existente em grande quantidade na região Sul, cuja firma era administrada por Alica tirano e escravizador que após prometer grandes recompensas a pessoal oriundo do Paraguai, fazia-os internarem-se nas matas virgens a fim de extraírem a erva-mate nativa (JORNAL MAMBURÊ, 06 a 12 julho de 1965, p.01 [sic]).

Segundo Wachowicz (1982), Julio Tomas Allica, apesar de construir um vasto império, não era um proprietário de terras. Adquiriu do governo do Paraná uma área ínfima de 400 alqueires, distribuídos em 200 alqueires às margens do rio Paraná e 200 alqueires à margem do rio Piquiri, de onde se estabeleceu e estendeu seu

domínio e exploração dos ervais para região de Cascavel e noroeste e região de Campo Mourão indo até Pitanga e proximidades de Guarapuava.

Para o desenvolvimento da atividade na região foram constituídos acampamentos, a fim de recolher e processar as folhas antes de enviá-las para os portos do rio Paraná.

Acampamentos tais como, Ronquita, na margem esquerda do Piquiri, e Natividade, na margem direita, no local onde hoje se encontra a cidade de Mamborê. Este último teria sido abandonado em uma tentativa de fuga de trabalhadores, a qual terminou em massacre de vários deles. Mais tarde restabelecido com o nome de Haanam-Amburê, Anmâ Amburê ou Amanhâburê. Por sua vez esse acampamento foi também abandonado em 1924, quando tropas tenentistas, comandado por João Carlos Cabanas, fogem para o Paraguai e a população local vai junto. (CARVALHO, 2008, p. 29).

Apesar das atividades terem se desenvolvido em Mamborê, Wachowicz (1982, p. 65) assegura que, em “Campo Mourão, Allica não explorava propriamente a erva mate. Esta era tirada do vale do Piquiri. Em Campo Mourão, Allica produzia mantimentos e possuía numerosos pastos de criação”.

Para L. Bernardes (1953), ainda que a fronteira demográfica estivesse em expansão à ocupação efetiva, o aproveitamento econômico da nova região não se efetivou. O que de fato houve nessa nova área foi somente uma ocupação escassa de indivíduos que viviam de forma primitiva, em seus velhos ranchos e parques recursos, sem contato com a civilização, qual seja, isolados do ‘mundo’ que na ocasião correspondia ao campos gerais e campos de Guarapuava. A exploração da erva-mate teve pouca influência ou quase nula no processo de povoamento da região, ao contrário da estrada que se edificou entre Guarapuava e Campo Mourão, entre os rios Ivaí e Piquiri.

Com a vinda das expedições surgiram, conseqüentemente, as primeiras picadas através da cerrada mata virgem do Oeste do Paraná. Inicialmente, foram abertas por Edmundo Alberto Mercer, em 1911 e 1923, com o objetivo de facilitar o transporte de gado vindo do Mato Grosso para o Paraná, evitando o caminho através de São Paulo. A picada foi denominada de ‘boiadeira’, aberta em 1911, dirigindo-se de Salto Ubá, no rio Ivaí, passando por Campo Mourão, para Porto

Camargo, no rio Paraná, conforme se pode verificar na Figura 6, que representa a área de abrangência do município de Guarapuava e as vias de acesso.

As investidas pelo interior do Paraná contribuíram para a abertura de picadões ou caminhos, que culminaram para o desenvolvimento de estradas. Segundo Teixeira (s/d, p. 4), Manoel Mendes de Camargo foi pioneiro para condicionar o acesso ao povoamento da região noroeste do estado e para a origem da estrada Boiadeira.

[...] desbravador do sertão paranaense foi o cidadão Manoel Mendes de Camargo, criador e comerciante bem sucedido na cidade de Guarapuava, também proprietário de uma casa comercial na localidade de Pitanga e estar ligado ao comércio de bovinos, enveredou para o vizinho Mato Grosso, no intuito de trazer animais destinados ao abate nos grandes centros, atribuem-lhe como idealizador e empreendedor da estrada Boiadeira. (TEIXEIRA, s/d, p. 4).

O mesmo autora inda argumenta que, em 1918, o empreendedor obteve do Estado a concessão ligando primeiramente Guarapuava à Pitanga, perfazendo 103 Km. “O percurso seguinte, até a localidade de Campo Mourão, atingiu 132 km. E desse ponto até as barrancas do rio Paraná, outros 125 Km”. Nesse sentido, o empreendedor viabilizou a construção da estrada Boiadeira. Em 1919, o Estado editou o Decreto n. 546, regulamentando o contrato para a construção da estrada de tropas, ligando Campo Mourão ao rio Paraná, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 182, de 12 de março de 1919 (TEIXEIRA, s/d). Desse modo, os picadões que ligavam Guarapuava a Mato Grosso contribuíram para o descobrimento dos “campos” e posteriormente para a construção da estrada. Esta foi responsável pelo povoamento da região de Campo Mourão e integração com as demais regiões.

Westphalen; Machado; Balhana (1988) alegam que o estado do Paraná só poderia alienar suas terras por intermédio da lei e atos dos poderes do Estado àqueles que propusessem trocas de serviços em favorecimento da sociedade. A construção de estradas era um dos serviços de interesse de grupos estrangeiros, sobretudo ingleses, em razão da conjuntura imperialista na ocasião, e do Estado, o qual “teve que lançar mão do seu patrimônio de terras, para a implantação de tais serviços” (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 12).

Com esse propósito, concessões de imensas glebas no Paraná foram repassadas à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande em troca da construção da estrada de ferro que liga Guarapuava a Foz do Iguaçu. Na verdade, a construção do ramal ferroviário entre Ponta Grossa e Guarapuava e a continuação, que nunca se tornou realidade, entre Guarapuava e Foz do Iguaçu. Outras concessões foram realizadas para atender os objetivos do Estado.

Nesse sentido, as terras da região de Campo Mourão foram palco de grandes concessões de terras, para tal fim. Em 1928, o governo do estado do Paraná concedeu ao engenheiro civil Joaquim Vicente de Castro uma grande área, que corresponde aos municípios de Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul e Fênix, conforme Figura 11 indica a localização da Fazenda UBÁ. Essa concessão era parte do pagamento da construção de uma estrada que ligava o município de Irati e Itapará.

Em 1929, o Engenheiro Alexandre Beltrão, comissionário de terras “ad roc” procedeu à medição e demarcação de uma gleba de terras sob a denominação de Corumbatay, situada no município de Guarapuava. Trabalho executado por força de contrato firmado entre o governo do estado do Paraná e o engenheiro civil Joaquim Vicente Castro em 25 de agosto de 1928, cujo conteúdo, expressou o compromisso assumido pelo Dr. Joaquim Vicente Castro da estrada de rodagem Irati - Itapará e do governo do estado em pagar os trabalhos da referida construção, metade em terras e metade em dinheiro, para o que foi fixado a preço de RS. 8\$000 por hectare. A gleba a que se refere a mediação ainda abrange a área de 7.033.5387 ha que permanece sob domínio do Estado por constituir o patrimônio histórico de Vila Rica, restando uma área de 69.491,80 hectares (ITCG, 1980, s/p [sic]).

Segundo Hespanhol (1990, p. 56), “a ocupação sistemática da região de Campo Mourão, bem como de toda a área situada ao Sul do rio Ivaí, intensificou-se a partir da década de 1940, com a implementação pelo poder público estadual”. Em outros termos, o Estado resolveu também ser um empreendedor imobiliário, ou seja, se tornar um agente de repartição e venda das terras devolutas e de antigas concessões, em favor do progresso, isto é, tudo em nome do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, são oportunas também as considerações de Westphalen; Machado; Balhana (1988):

A partir de 1939, o Governo do Estado resolveu colonizar também suas terras devolutas e de antigas concessões, no Oeste paranaense, fundando, na margem esquerda do Piquiri, as colônias Piquiri, Cantú, Goio-Bang e Goio-erê, à margem direita do Ivaí as colônias Manoel Ribas, Muquidão e Mourão. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988, p. 18).

A ação do Estado na criação dessas colônias, na região, visava conter a “excessiva expansão e conseqüentemente o isolamento das famílias de agricultores nacionais cuja tendência é a exploração de grandes áreas de mata virgem”. A intenção do Estado também era pôr ‘ordem’ no caos que estava concretizado para, em seguida, continuar uma segunda fase em que o agrimensor precede o povoador (N. BERNARDES, 1953, p. 446).

Conforme Carvalho (2008), a corrente migratória procedente do Norte Paranaense ligada à produção cafeeira, bem como a ação do Governo do estado com a colonização planejada, foram os principais responsáveis pela devastação das florestas na região.

Segundo informações contidas no relatório do Governo Moysés Lupion, de 1947-1951, “praticamente, toda a área devoluta do Estado, já está destinada à colonização da qual derivará uma soma incalculável de benefícios à população e de progresso ao nosso Estado”<sup>33</sup>. Além desse plano de desenvolvimento da colonização, o Estado comandou a medição e demarcação de outras áreas que denominam de “tratados isolados”. Assim, observamos que o Estado estava mais preocupado em colonizar, povoar, limpar toda área com vista aos “incalculáveis benefícios à população”.

Mas, afinal, a qual população estavam se referindo? Uma vez que parte dessa população, que denominamos de precárias, ocupava essas áreas destinadas à colonização, evento que culminou em vários conflitos de terra, entre governo, ocupantes, posseiros e colonizadores.

O interesse do governo, com a venda das terras devolutas, era povoar as áreas de matas, ocupar com culturas com técnicas mais avançadas. Segundo Cancian (1981, p. 85), desde o início da década de 1930, o governo do Paraná com o objetivo de estimular a diversificação de culturas, realizou algumas ações, dentre

---

<sup>33</sup> Moysés Lupion. Relatório Governo 1947-1951, p. 370 – Arquivo Público do Paraná Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>> Acesso em: 02 de set.2010.



as quais a criação do Departamento da Agricultura, para organizar os serviços agrícolas. Uma das medidas desse Departamento foi a distribuição de sementes, sobretudo de trigo.

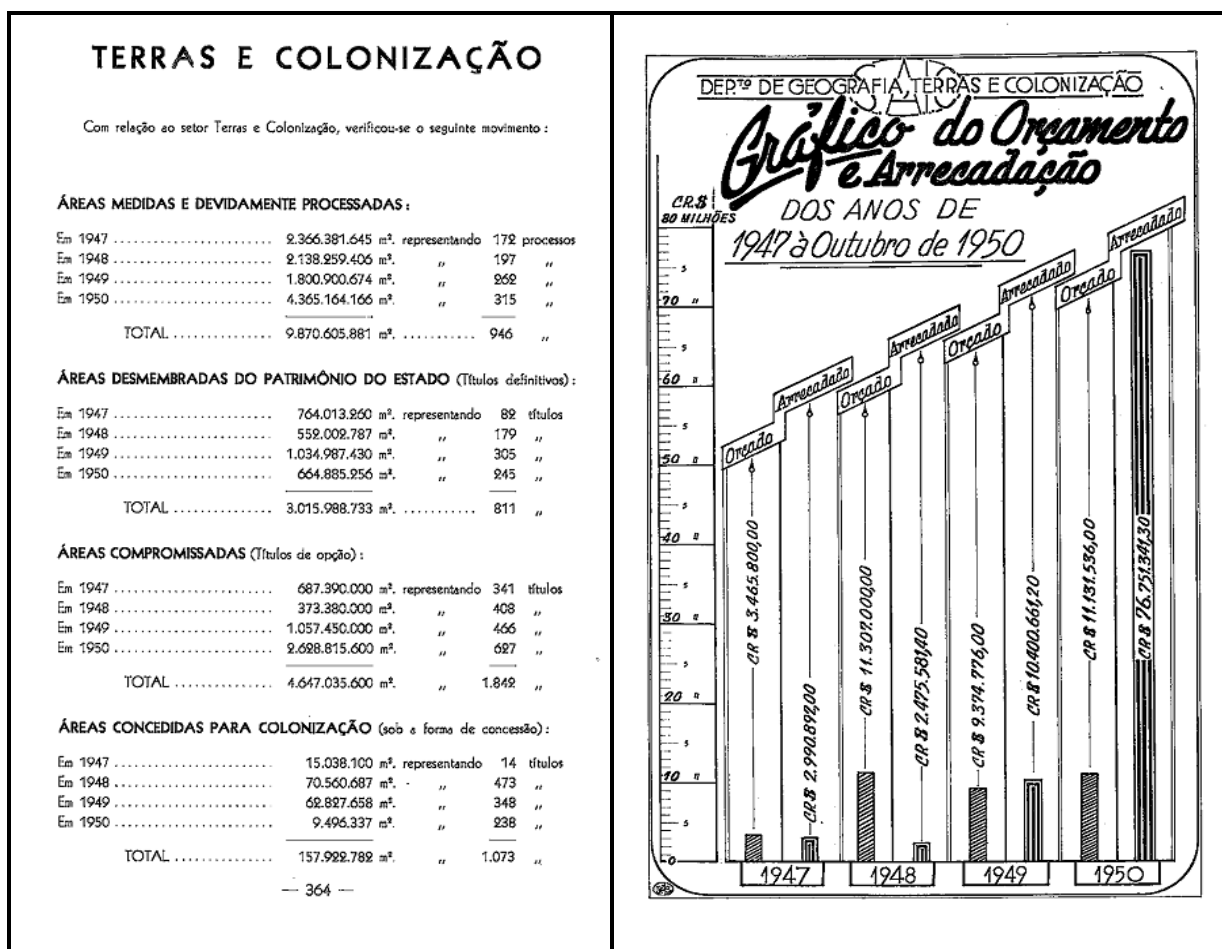


FIGURA 10 – ORÇAMENTO E ARRECADAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, PERÍODO DE 1947-1950.

Fonte: Arquivo Público, Ano de 2010. Org.: Andrade, Áurea (2012).

Observando a Figura 10, que trata do orçamento e arrecadação do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do estado do Paraná, entre 1947 e 1950, os orçamentos são superiores à arrecadação em sua fase inicial. Em 1947, havia um orçamento de Cr\$ 3.465.800,00 (três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e oitocentos cruzeiros) para Cr\$ 2.990.892,00 (dois milhões, novecentos e noventa mil e oitocentos e noventa e dois cruzeiros) de arrecadação. No ano de 1948, ocorreu um orçamento muito superior ao anterior, ou seja, Cr\$ 11. 307.000,00

(onze milhões, trezentos e sete mil cruzeiros) para uma arrecadação de pouco mais de Cr\$ 2.475.581,40 (dois milhões quatrocentos e setenta e cinco mil e quinhentos e oitenta e um cruzeiros e quarenta centavos). Somente no ano de 1950, a arrecadação passou a ser muito superior ao orçamento, de Cr\$ 11.131.536,00 (onze milhões cento e trinta e um mil, quinhentos e trinta e seis cruzeiros) para um total de arrecadação de Cr\$ 76.751.341,30 (setenta e seis milhões, setecentos e cinquenta mil, trezentos e quarenta e um cruzeiros e trinta centavos).

Conforme Cancian (1977), o governo do estado do Paraná, em razão do seu endividamento, visava produzir divisas com a comercialização das terras devolutas. A mesma autora afirma que essa comercialização era uma das fontes mais promissoras. Assim, “loteadas as terras, os impostos de transferência rendiam tanto quanto a própria produção agrícola”. (CANCIAN, 1981, p.32).

Tal objetivo é constatado quando analisamos o Relatório da 5ª Inspeção de Terras ao Engenheiro Civil Sady Silva, diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (1942, p. 285), ao fazer referência à Colônia Mourão.

Para o maior desenvolvimento dessa Colônia, é necessário se fazer o melhoramento da estrada Pitanga-Campo Mourão, visto a maior parte dos colonos que para lá se dirigem, virem do sul do Estado e do Estado de Santa Catarina.

Esses colonos nacionais, elementos bons, que já têm longa prática em lavouras, pelos métodos mais racionais, afrem para esta zona, em suas próprias carroças, e muitos até, em caminhões.(SADY SILVA, 1942,[sic]).

De acordo com Gregory (1997), Moysés Lupion se envolveu em negociações comprometedoras, fato que o tornou conhecido, sobretudo, pelo seu suposto envolvimento com grilagem de terras e problemas agrários no Estado do Paraná. As investidas de Lupion fizeram com que os colonos do Sudoeste do Paraná se rebelassem em 1957, por meio de conflitos armados. Esses colonos também exigiam “a intervenção do governo federal para resolver os conflitos decorrentes das concessões e vendas de terras na região”. (GREGORY, 1997, p. 92).

Os estudos de Gregory, apesar de não aprofundar sobre a questão das irregularidades de Lupion, contribuem para o entendimento dos detentores do poder, qual seja, o papel do governo, do Estado e dos seus agentes no processo de colonização do Paraná.

Outra fonte, não menos importante para compreender as práticas desse governo e de outros, é o livro “O Paraná Reinventado: a Política e Governo”, organizado pelo IPARDES no ano de 1989. Nele constam as políticas e os discursos dos governantes para o processo de povoamento do Paraná, isto é, para modernizá-lo.

O discurso da ‘modernidade’ não era uma característica somente dos governantes de 1947-1982, desde o governo de Manoel Ribas, até mesmo no período em que era interventor (1932-1935), já se encontravam menções nos relatórios.

Nesse sentido, a região em estudo estava incluída em tais objetivos, pois abarcava grandes áreas de concessões e de colonização, as quais o Estado dividiu em colônias, glebas e lotes. Colônia, nesse caso, corresponde a um conjunto de glebas, com lotes demarcados, formando um grupo de pequenas e médias propriedades, para exploração econômica da terra.

Analisando as informações no Quadro 1, no período compreendido entre 1947 e 1950 foram realizadas medições em aproximadamente 180 glebas, em uma área de 1.446,082 hectares, correspondente a 14 colônias, distribuídas em várias regiões do estado do Paraná, das quais seis pertencentes à região de Campo Mourão, objeto de estudo: Colônia Campo Mourão, Colônia Goio-erê, Colônia Goio-Bang, Colônia Cantú, Colônia Muquilão, Piquiri e, posteriormente, também foi criada a Colônia rio Verde, conforme Figura 11.

<b>GLEBAS DESTINADAS A COLONIZAÇÃO</b>					
Para fins exclusivos de colonização providenciou-se, durante o inter-regno 1947-1950 a medição de cerca de 180 glebas, conforme se passa a discriminar:					
Colônia Paranaval.....	31	glebas	Colônia Goio-Bang.....	13	glebas
Colônia Igara.....	3	"	Colônia Cantú.....	13	"
Colônia.....	2	"	Colônia Muquilão.....	20	"
Colônia Centenário.....	4	"	Colônia Piquiri.....	20	"
Colônia Guaraci.....	7	"	Colônia Tapejara.....	7	"
Colônia Interventor.....	5	"	Colônia Boa-Ventura.....	17	"
Colônia Campo Mourão.....	14	"			
Colônia Goio-Erê.....	24	"	TOTAL.....	180	glebas
abrangendo uma área de 1.456.082 hectares de terras ou sejam:					
14.560.820.000 m <sup>2</sup> .					

QUADRO 1- RELAÇÃO DE COLÔNIAS E GLEBAS ENTRE 1947 E 1950.  
Fonte: Arquivo Público do Paraná, 2010.

O Estado, com o objetivo de eliminar os transtornos decorrentes de uma ocupação de terras desordenada e do mesmo modo atrair capital para o Paraná, estabeleceu um plano de ação mais efetivo. Conforme consta no Relatório da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC (1947, p. 94):

Deve-se não obstante reconhecer que essa corrente de braços e capitais para as terras do norte é conseqüência, em grande parte da iniciativa do governo paranaense estabelecendo os seus planos de colonização pois, quando iniciaram os primeiros levantamentos em 1939 e 1940 nas regiões de Campo Mourão, Paranavaí, Iraça e Centenário, eles foram executados em pleno sertão, despovoado e inacessível.

Necessária, entretanto se faz a aceleração dos trabalhos de campo e de escritório, ampliando o campo de ação, para que não se perca a preciosa e inestimável avalanche de braços e capitais espontaneamente procuram o Paraná (DGTC,1947, p. 94, [sic]).

Para efetivação desses objetivos foram escolhidas algumas regiões que consideravam mais adequadas, então, elaboraram um plano de ação. Nele, se fixaram as sedes nas colônias, bem como as extensões das glebas e o número de lotes. Para efeito, a metodologia para verificação na execução em campo partiu do critério básico do levantamento dos perímetros externos, espigões e águas internas, afim de possibilitar o parcelamento em lotes e a construção de estradas de acesso.

Nessa perspectiva, foram adotadas algumas medidas para que não escapassem as exigências legais e técnicas estabelecidas no processo de plano de colonização nacional. Desse modo, o Departamento de Geografia, Terras e Colonização baixou algumas instruções obrigatórias para implantação dos projetos nas regiões paranaenses, conforme consta no Relatório do DGTC (1947):

- a) O levantamento topográfico da linha de perímetro;
- b) O levantamento topográfico das águas internas;
- c) O levantamento altimétrico da gleba;
- d) O levantamento topográfico das sedes, com fixadas das benfeitorias existentes;
- e) O levantamento topográfico dos principais divisores de águas;
- f) Escolha do local para a sede;
- g) O projeto de parcelamento em lotes de toda a área;
- h) O projeto das estradas gerais e vicinais;
- i) O projeto da sede e sua demarcação;
- j) A demarcação dos lotes após a aprovação do projeto;

- k) O memorial descritivo e justificativo dos trabalhos executados. (DGTC, 1947, p. 91).

Analisando as exigências para o plano de colonização, observamos que as diretrizes foram as mesmas que se estabeleceram em 1939 para o projeto de colônias em áreas de faixa de fronteiras.

Ainda conforme as informações contidas no Relatório, dentre os projetos, as colônias foram estabelecidas com as denominações de Jaguapitã, Centenário, Paranaíba, Campo Mourão, Goio-erê, Goio-Bang, Muquilão, Cancã, Cantú e Piquiri, das quais, algumas já “demarcadas em sua totalidade e povoadas e outras, em grande parte, entregues aos lavradores interessados em destiná-las à exploração agrícola” (DGTC, 1947, p. 91). Verifica-se na Tabela 2, que foi demarcada uma área de 326.580 hectares:

TABELA 2  
ÁREAS DEMARCADAS PARA COLONIZAÇÃO NO ANO DE 1947 NO PARANÁ.

Colônia	N. da Gleba	Área em hectares	N. de Lotes
Piquiri	5,-,4, 7, 2	62.912	360
Mourão	4, 8,1,2,6,15	87.000	280
Goio-bang	1	12.000	50
Muquilão	1	15.000	150
Paranaíba	IIIA,6,7,10,12,14,8,9	149.668	439
<b>TOTAL</b>		<b>326.580</b>	<b>1.279</b>

Fonte: Arquivo Público, Relatório do DGTC, 1947 – Org.: Andrade, Áurea (2011).

Nesse período, milhares de famílias de várias regiões do país foram atraídas pelas “terras roxas”, ou seja, área de ocorrência do basalto, originando o Latossolos Vermelhos, propício à agricultura. Essa massa de trabalhadores rurais e de capitais para as terras do norte foi resultado da iniciativa do governo paranaense, estabelecida em seus planos de colonização em 1939 nas regiões de Campo Mourão, Paranaíba, Iraça e Centenário.

Para que esses planos fossem bem sucedidos, uma das ações do Estado foi acelerar os trabalhos de campo e a burocracia, para não perder os capitais e pessoas que espontaneamente procuraram o Paraná. Tendo em vista a existência de terras adequadas à colonização nos sertões dos baixos Ivaí e Piquiri e ao sul, no

vale do rio Paraná, fez-se necessário que o plano de colonização iniciado alcançasse essas regiões, com o objetivo de atender os colonos que não conseguiram o acesso à terra no norte do Estado.

Ao se estabelecer a dilatação do programa elaborado em 1939, é de conveniência a manutenção dos princípios básicos e de rigidez nas normas de sua execução, segundo o Relatório do DGTC (1947), dentre os quais enumeramos:

- 1) Manutenção do princípio de autoridade, punindo a apropriação indevida da terra e a devastação das florestas;
- 2) Estudo preliminar do custo unitário de uma gleba, previstas as despesas gerais de levantamentos, demarcações, vias de comunicações, assistência sanitária, escolar, técnica e administrativa;
- 3) Fixação dos preços da terra e da medição e estabelecimento da forma de pagamento;
- 4) Ocupação da terra concedida após a demarcação da gleba, em lote demarcado, posteriormente ao deferimento da petição;
- 5) Sujeição dos colonos ao regulamento da administração, (preceitos de higiene, educação e trabalho);
- 6) Recolhimento das importâncias provenientes das vendas de terras e das medições sob rubrica especial, a fim de tornar exequível a reversão na sua totalidade, para manutenção dos serviços e beneficiamento das regiões colonizadas;
- 7) Organização do quadro do pessoal sob forma seletiva para a maior eficiência dos trabalhos;
- 8) Aproveitamento imediato do lote, subordinada a essa condição a expedição do título definitivo;
- 9) Proibição dos atos de cessão de direitos ou venda de benfeitorias, salvo em casos especiais de necessidade imediata, atestado pelo administrador da colônia;
- 10) Previsão e execução dos trabalhos de construção de estradas e provimento de água e luz às sedes das colônias;
- 11) Distribuição dos 70% dos lotes a agricultores profissionais e 30% a outros interessados;
- 12) Distribuição de 10% dos lotes a colonos estrangeiros disseminados na gleba;
- 13) Fornecimento gratuito de sementes selecionadas e manutenção de campos agro-pecuários experimentais;
- 14) Assistência médica e escolar, efetiva e obrigatória;
- 15) Organização dos trabalhos estatísticos atinentes à população agrícola e à produção. (DGTC, 1947, p. 94-95).

No princípio da década de 1940, foram iniciados os serviços de medições e demarcações de várias glebas na região, observando as exigências do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do estado do Paraná, ou seja, o levantamento do perímetro, escolha da localização das sedes dos municípios.

A Figura 11 representa as Colônias e Glebas da região. Nela verificamos as sete colônias que abrangem a Mesorregião de Campo Mourão: Mourão, Muquidão, Goio-erê, Goio-Bang, Cantú, Piquiri e rio Verde. Área de concessões, Manuel Mendes de Camargo, Fazenda Ubá e parte da concessão à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná-CMNP.

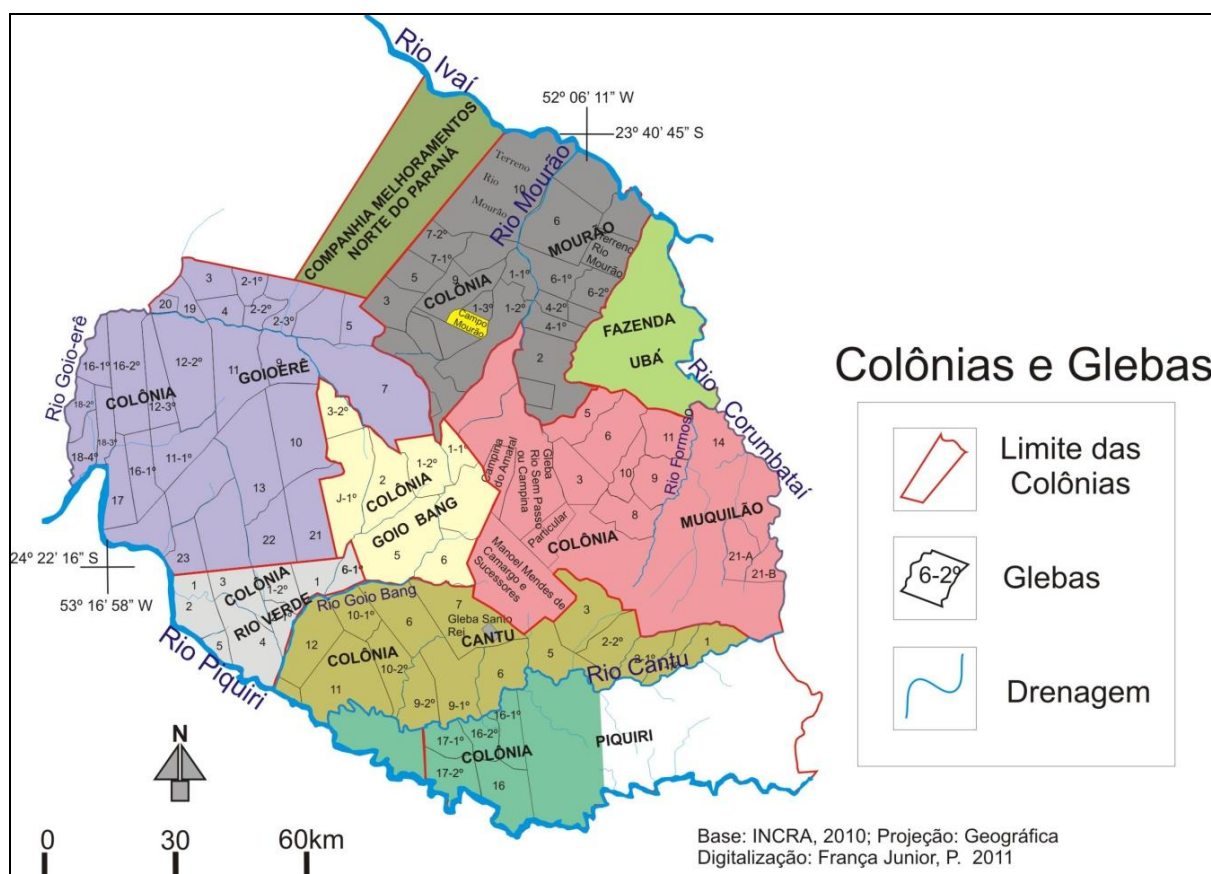


FIGURA 11– ÁREA DE COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO.

Fonte: INCRA, 2010 – Org.: Andrade, Áurea (2011).

Porém, há apenas cinco colônias que correspondem à Microrregião de Campo Mourão, quais sejam: Mourão, Cantú, Goio-Bang, Goio-erê e Muquidão, conforme a Tabela 2. Nessa tabela, observamos que as propriedades variavam de uma colônia para outra, perfazendo uma média de 91,25 ha.

**TABELA 3**  
**GLEBAS, LOTES E ÁREA DAS CINCO COLÔNIAS DA MICRORREGIÃO**  
**GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO**

Colônias da Microrregião de Campo Mourão				
Colônia	N. de Glebas	Área ha	Lotes	Área Média ha
Mourão	14 <sup>34</sup>	171.001,67	1.606	106,48
Cantú	13	201.079,28	1.626	76,22
Goio-Bang	8	105.095,29	2.829	64,63
Goio-erê	21	333.487,08	2.563	117,88
Muquidão	23	216.998,53	2.638	84,67
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>1.027.66,85</b>	<b>11.262</b>	<b>91,25</b>

Fonte: ITCG, 2011 – Org.: Andrade, Áurea (2011).

A Colônia Mourão, situada no distrito de Campo Mourão, então município de Guarapuava, limitava-se ao norte pelo Ribeirão da Lagoa, afluente do rio do Campo, a leste por este Rio e pelo rio 119, ao sul pela estrada Boiadeira, com uma área de 171.001,67 ha, distribuídas em 14 Glebas, em 1.606 lotes.

Segundo informações contidas no Relatório do DGTC (1942), os lotes, foram divididos em áreas que variavam de 10 a 50 alqueires.

De acordo com a letra F das instruções contidas no ofício de autorização a estes trabalhos, a planta da gleba deveria conter não só os levantamentos realizados como também o projeto de loteamento da área demarcada, em lotes de 10 a 50 alqueires, além do projeto geral das estradas, exigências que foi cumprida na organização do processo de demarcação da gleba nº 05, integrante da mesma Colônia Mourão.

Neste ultimo caso foi possível estabelecer o critério da divisão em lotes e a classificação das estradas projetadas, porque então o governo antecipou-se a localização espontânea dos colonos, pôde dividir quase toda a área em pequenas propriedades, pois estes ainda constituíam moradores esparsos nas terras demarcadas. (DGTC, 1942, p. 125 [sic]).

Analisando as informações do Relatório e a Figura 11, que nos dá ideia de como os lotes foram distribuídos na Gleba 9, constatamos que o planejamento estabelecido com as demarcações foi pouco diferenciada em relação às

<sup>34</sup> Segundo o Instituto de Terras Cartografia e Floresta (1987), a Colônia Mourão se constitui de 23 Glebas. Para efeito de medições e vendas das terras dividira numa mesma gleba em partes. Ex. a Gleba nº 01 da Colônia Mourão foi dividida em três partes. A primeira com uma área de 5.510,64 ha, a segunda parte com uma área de 10.211,61 ha e a terceira parte 2.419,02 ha. Totalizando uma área de 18.141,28 ha. Porém, optamos por somar as glebas com mesma numeração, uma vez que há uma única planta que corresponde à Gleba.



demarcações das companhias colonizadoras do Norte paranaense, uma vez que variavam de 10 a 20 alqueires. Essa repartição que se efetivou na Gleba 9 (Figura 12) pode ser atribuída ao tipo de relevo, solo e vegetação. Tais atributos naturais foram importantes no processo de repartição das terras que se assemelhavam às que fizeram fortuna no Norte do Paraná. (N. BERNARDES, 1953).

Ademais, na área da gleba “realiza-se transição dos faxinais, caracterizados pelos herbais e campinas, para as terras de cultura do vale do Ivaí, nas quais a presença de palmitais e a exuberância da vegetação atestam a extraordinária fertilidade do solo” (DGTC, 1942, p. 126).

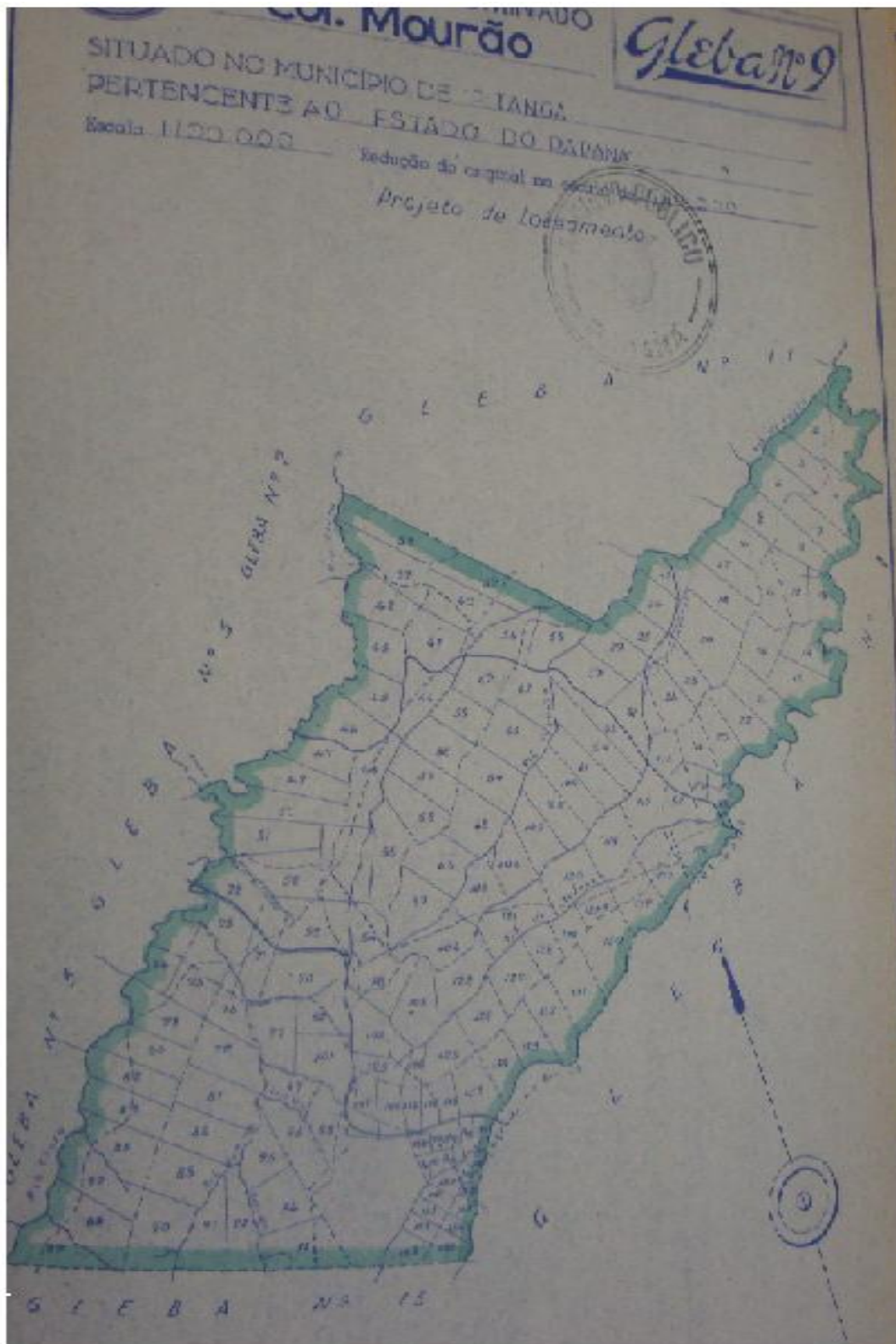


FIGURA 12 - PLANTA DA GLEBA 9 DA COLÔNIA MOURÃO.  
Fonte: Arquivo Público, 2011.

Ainda na Gleba n. 09, os planos das divisões dos lotes visavam territorializar 70 famílias de colonos. Nessa gleba não houve uma homogeneidade na distribuição das terras, segundo informações contidas no relatório, em razão da caracterização imprecisa de parte de uma área reservada para a vila de Campo Mourão, ou seja, a área urbana e algumas estradas carroçáveis.

Outras glebas foram demarcadas nesse período. Na Gleba 11 que se limitava ao norte e nordeste pelo rio Claro, afluente do rio Mourão, a leste e sudeste pelo rio do Campo, ao sul e sudoeste pelo Ribeirão da Lagoa, em uma área de 8.096,7 hectares, distribuídas entre 164 lotes, alguns variavam de 277 a 630 hectares. Na porção sudoeste da Gleba, predominavam áreas de culturas progressivas, ao passo que, as margens do rio do Campo eram revestidas de matas, porém, com algumas clareiras de derrubadas e roças. Na margem direita do rio Claro, predominavam os terrenos revestidos de vegetação, com taquaral e pouca vegetação de Cerrado.

Na Gleba n. 11, foram registradas 36 famílias de ocupantes. “No projeto da divisão em lotes, foram respeitadas essas ocupações; as linhas de divisa, quando abertas, definirão as áreas efetivamente ocupadas e que serão requeridas por compra ao Estado” (DGTC, 1942, p. 129).

De mesmo modo, consta no relatório do DGTC de 1954 o registro de 60 famílias de nacionais<sup>35</sup> na Gleba 5. A gleba corresponde à área do atual município de Araruna. Nesta, a ocupação se deu, especialmente por colonos descendentes de italianos, que vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A família Cazarin foi a primeira a comprar terras na gleba. Zoraido Cazarin<sup>36</sup> conta que

Em 1938 deixamos Joaçaba-SC e mudamos para Guarapuava e em 1942 seguimos para Campo Mourão, juntamente com meu pai, minha mãe e o meu Irmão Luiz que já era casado. Percorremos 23 dias de carroção com a mudança. Ao chegar à Colônia Mourão, ficamos acampados durante 30 dias, na localidade onde hoje é chamado de ‘venda branca’, porque não havia estrada e nem ponte para atravessar o rio Claro, para chegar à Gleba 5, porque nós éramos a primeira família que chegava na Gleba (ZORAIDO CAZARIN, 2012).

---

<sup>35</sup> Os *nacionais*, segundo Silva (2009), era uma definição da “condição pátria das pessoas para quem eram destinadas, e contrapondo indivíduos nacionais a um estrangeiro”. [...] “eram apresentados como vadios, racialmente inferiores, mestiços, indisciplinados e toda uma série inumerável de adjetivos, foi da depreciação do brasileiro que emergiu a valorização do imigrante”. [...] os nacionais eram portadoras de defeitos e deveriam ser protegidos pelo Estado a fim de que se tornassem ‘socialmente úteis’. (SILVA, 2009, p. 235-237-240).

<sup>36</sup> Senhor Zoraido Cazarin, pioneiro do município de Araruna. Entrevista cedida dia 07 de janeiro de 2012.

Somente um ano depois da chegada da família Cazarin, chegou outra família na Gleba, mas em pouco tempo ocorreu um acelerado processo de ocupação. Tanto por ocupantes, como por colonos atraídos pela fama da fertilidade das terras e por ser área de relevo suave ondulado, tal como dos preços baixos. Como relata o senhor Zoraido,

As terras eram boas e baratas, pagamos oitenta cruzeiros o alqueire e ainda pudemos escolher o lote. Eu comprei dois lotes, um de 37 alqueires e um de 37,5. Meu irmão também comprou dois lotes de 45 alqueires. O governo dava cinco anos para pagar. Em 1947, requeremos o título e pagamos em uma única vez.

Apesar do senhor Zoraido ter pago em um única parcela, observando os relatórios do ITCG de 1942, houve ocorrência de muitos casos de pagamentos em até três vezes, em todas as Colônias da região.



**FOTO 01: VISTA PARCIAL DE ARARUNA EM 1948**

Fonte: Acervo particular de – Bigarella, João José, 1948.

A Colônia Mourão teve seu processo de repartição das terras de 1941 a 1975. Iniciada ainda sob domínio de Guarapuava, posteriormente de Pitanga e sua finalização já na emancipação de Campo Mourão. Nessa Colônia, houve registro de várias famílias que foram colocadas pelo Estado, em razão de conflitos pela posse da terra em outras regiões do estado, sobretudo no Norte paranaense. Conforme podemos observar nas considerações do juiz Rafael Rastelli do Cartório Cível do Fórum da Comarca de Porecatu, Processo n. 491/1952<sup>37</sup>:

Não se pode negar que o Estado do Paraná, desde 1940, se dispôs a distribuir terras devolutas aos agricultores que aqui viessem para cultivá-las, o que é fato momentoso e donde resultou a questão dos posseiros, com grande repercussão nacional, e donde originou a criação da Comissão de Terras, para resolver esses casos, estudados todos isoladamente e com a resolução final de indenizar-se cada um de uma gleba em Campo Mourão.

Westphalen; Machado; Balhana (1988, p.31) ponderam que um “grande número de famílias foram transferidas, localizadas, à custa do Estado, em terras devolutas e abertas à colonização, em Campo Mourão, Goio-erê e outras”. Dessa forma, as colônias da região foram utilizadas pelo Estado também para resolver parte de conflitos de outras regiões paranaenses, pelos quais o próprio Estado era um dos responsáveis.

A área correspondente à Colônia Cantú e Piquiri também foi palco de muitos conflitos, uma vez que já se encontrava ocupada por posseiros quando muitos colonos se estabeleceram nas terras devolutas. Quando o Estado vendeu as terras, lotes e glebas inteiras já se encontravam ocupados por posseiros. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, p. 1988).

A Colônia Cantú, situada à margem esquerda do rio Cantú, estendendo-se até o rio Piquiri, abarcava uma área de 201.079,28 hectares, 13 glebas e 1.626 lotes, conforme a Tabela 2. Essa colônia foi autorizada em 1941, quando também deu início a sua demarcação na primeira Gleba denominada de ‘Barra Bonita’, conforme a Figura 13.

---

<sup>37</sup> Maiores informações sobre os conflitos na região de Porecatu - PR, consultar: PRIORI, Angelo. O Levante dos Posseiros: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: Eduem, 2011.

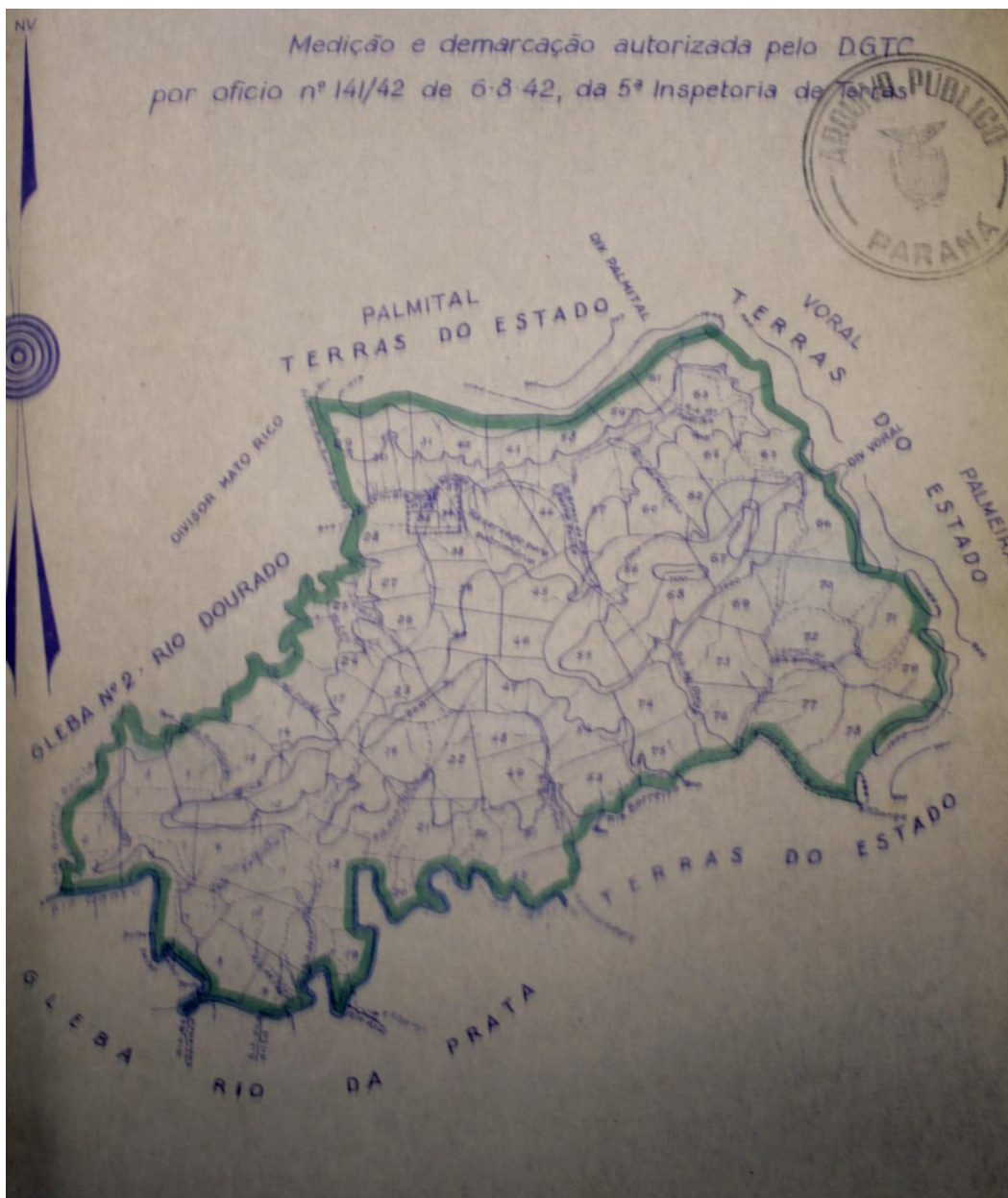


FIGURA 13 - PLANTA DA GLEBA 1 – BARRA BONITA DA COLÔNIA CANTÚ.

Fonte: Arquivo Público, 2011.

Porém, de acordo com o Relatório da 5ª Inspetoria, poucas medições estavam sendo executadas (1942, p. 289):

Em conseqüência da falta de Agrimensores, foram poucas as medições executadas, de tratos de terras isolados. Conta esta inspetoria, com 446 processos de medições a serem realizadas e que não tiveram andamento por falta de profissionais, para o serviço de campo.

Dessas medições, mais de 150, são processos novos com opções de compra, cuja terça parte do valor da medição já foi efetuado pela parte interessada.

Os demais processos são ainda de tempo dos comissariados de Terras, cujas situações estão embaraçadas pelas irregularidades daqueles ex-Comissários.

A Colônia Goio-Bang está localizada ao sul da Colônia Mourão, a oeste de Goio-erê, a leste da Colônia Muquidão e ao sul à margem direita do rio Goio-Bang, em uma área de 105.095,29 hectares, distribuídas em oito glebas e 2.829 lotes. Em relação às demais colônias, esta possui a menor área de propriedades, ou seja, 64,63 hectares.

A Colônia Goio-erê, conforme a Tabela 2 tem a maior extensão territorial, abarcando uma área de 333.487,08 hectares, com propriedades com área de, em média, 117.00 ha, bem superior às colônias Cantú e Goio-Bang.

Segundo Santos (1995,) na Gleba Goio-erê chegavam migrantes das regiões de Alto Paulista e Noroeste do Estado de São Paulo, alguns a procura de compras de lotes, outros para empregar-se como arrendatários. Essa corrida aumentou significativamente na década de 1940, em parte atribui-se ao governador Moisés Lupion de apressar a regularização dos títulos de posse das terras. Do mesmo modo, Brzezinski (1975, p. 107) afirma que a região de Campo Mourão tomou vulto bastante avançado nesse governo, porque “foi exatamente a fase em que houve maior número de titulações”.

Carvalho (2008) assegura que esta colônia tem maior registro de compra de lotes por um mesmo proprietário, o que não significa que esta prática não tenha acontecido nas outras colônias da região.

Ao escrever sobre o pioneirismo da família Scarpari na Colônia Goio-erê, Santos (1995) discorre que

A viagem foi em 1949 e o trio liderado por Carlos usou um jipe, veículo ideal para vencer os caminhos difíceis, desembarcando no lugarejo de Pinhalzinho, atual cidade de Janiópolis. O itinerário traçado era a área banhada pelo rio Goioerê (Goio-erê na época), por causa de sua fertilidade. Desbravador da região de Lins, Carlos Scarpari não costumava falhar, só entrando num negócio após estudá-lo criteriosamente.

De Pinhalzinho o grupo continuou o percurso viajando em lombo de burro, se não existia picada, logo audácia, facão, foice e machado abriam a floresta espessa. O projeto foi bem elaborado, com a divisão de funções entre os três. Carlos domava a mata, enquanto o

irmão e o sobrinho conversavam com os políticos, em Curitiba, o que favoreceu a aquisição de 1200 alqueires na Gleba 12, da Colônia Goio-erê, em abril de 1950. (SANTOS, 1995, p. 63-64).

As declarações de Santos apenas confirmam a existência de concentração fundiária e o favorecimento de pessoas influentes junto ao governo. A área adquirida pela família Scarpari era vinte vezes maior do que a média dos lotes de 117,88 hectares, conforme a Tabela 2.

Na Colônia Muquilão não foi diferente, isto é, houve vários casos em que famílias titulavam vários lotes, um para cada integrante. Sobre o fato, são oportunas as considerações de Carvalho (2008):

Na Colônia Muquilão há acontecimentos semelhantes com a família Salvadori. Em 1959, esta titulou uma série de lotes requeridos em 1959, da Gleba 2: Olívio Salvadori 70 hectares, Jacó Salvadori 8,24 hectares, Terezinha Salvadori 9,23 hectares, Adelaide Salvadori 46,47 hectares e outro lote de 47,65 hectares. Caso semelhante aconteceu com a família Ferrari, na mesma Gleba 2 da Colônia Muquilão: Alfredo Ferrari requereu em 1959 e titulou em 1959 os lotes nº1, 26 hectares, no ano de 1963 titulou os lotes nº3, 25 hectares e nº5, 45 hectares, já o lote nº 4 foi titulado em 1960 para Desolina Ferrari; Olga Rocha Ferreira requereu em 1950 e titulou em 1960 8 lotes, sendo o menor de 24 e o maior de 81 hectares. Mas havia grandes lotes, como um de 2.420 hectares, titulado para herdeiros de Francisco de Paula Eduardo, e o lote 76, da Gleba 14, com 1.487,2 hectares na qual a única informação que consta na ficha é “área de domínio particular”. (CARVALHO, 2008, p. 130 – *grifo nosso*).

A Colônia Muquilão, além de ter várias negociações ao acesso à terra, como várias titulações, aquisição de latifúndios, também foi área de tratos isolados. O mais conhecido é o tratado com a Companhia Braviaco em que foram registrados 13 lotes em uma área de 6.972,4 hectares, conforme consta no processo 3013 no ITCG.

O processo histórico da territorialização movido pela ocupação espontânea e colonização nos permite compreender algumas territorialidades no presente. Quando o Estado e as empresas colonizadoras iniciaram o processo de repartição e comercialização das terras, na região de Campo Mourão, depararam-se com muitos ‘ocupantes’, os conflitos eram inevitáveis à posse da terra. Esses conflitos, muitas vezes, eram por meio da violência, outras por meio judicial.

Para a organização desta seção, utilizamos de grande medida de informações primárias do ITCG, porém, salientamos que mesmo se tratando de documentos



oficiais, os mesmos apresentam contradições, quando confrontamos com outros documentos disponibilizados pelo ITCG, no Arquivo Público. Essa dificuldade também foi registrada por Carvalho (2008) ao discutir a estrutura fundiária da Colonização Campo Mourão. Desse modo, essas dificuldades nos levam a confirmar que o Estado não apresentava um controle apropriado das terras que comercializava. Ademais, os arquivos acessados demonstram isso, ou seja, as fichas cadastrais dos titulares, as quais tivemos acesso, estão borradas, há casos de escrita a lápis, outros borrados com corretivos. Também observamos que o número de títulos e lotes não correspondem, o que nos leva, ainda, a confirmar que havia no período de colonização uma tendência à concentração fundiária, facilitada pelo Estado. Fato confirmado também por ocasião das entrevistas com os colonizadores da região.

A territorialização da Microrregião Geográfica de Campo Mourão se deu conforme discutimos a partir da perspectiva política-econômica com incentivo do Estado para ocupação e produção do espaço. Assim, o Estado atuou como agente de colonização na região de estudo, influenciando nas relações de poder sobre a sociedade, bem como nas instituições, buscando a acumulação de capital através da compra e venda de terras.

Porém, a partir da década de 1960, o Estado passa a incentivar o avanço tecnológico do campo, a diversificação de cultural, ou seja, a territorialização de novas culturas, insumos agrícolas, conseqüentemente ocasionando a desterritorialização do trabalho rural no campo, assunto que tratamos na seção a seguir.

### 3 O DEVIR SOCIAL E O AVANÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTA NO CAMPO

*“Todo devir é começo: o que não era, o que ainda não é, vai ser; passa do nada ao ser. E todo devir é fim. O que termina deixa de ser, vai do ser ao nada.[...]. O devir é tendência para algo (para um fim que será um começo)”. (LEFEBVRE, 1975, p. 190-191)*

Por destacarmos nesta pesquisa, o poder do Estado e capital, não significa que negligenciamos as relações cotidianas, que se efetivaram no processo de apropriação e produção do(s) território(s) da Microrregião. Neste sentido, partimos do devir social, para compreender como essas relações se concretizaram, uma vez que o cotidiano se trata da “mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade”. (TEDESCO, 2003, p. 148).

Desse modo, nesta seção tratamos das relações cotidianas, especialmente as relativas ao uso da terra, considerando que a região foi palco de encontro de diferentes frentes de povoamento, que reflete ainda hoje nas territorialidades.

Conforme abordamos na seção anterior, o processo de colonização se efetivou nas décadas de 1940 a 1960, período em que predominava as culturas de subsistências e as comerciais, ambas implementadas com técnicas tradicionais. Porém, pouco mais de uma década, com o surto da modernização “conservadora”, ou avanço tecnológico no campo, concomitante à introdução das culturas mecanizadas da soja e do trigo, emerge nova forma de produzir, o que Oliveira (2002) denomina de avanço das relações capitalistas no campo.

O capitalismo desenvolveu o setor tecnológico para agricultura, com introdução de máquinas e implementos agrícolas e insumos, consecutivamente, agrotóxicos no campo, objetivando o aumento da produção. Todo esse arsenal estava à disposição dos grandes, médios e pequenos produtores rurais capitalizados, subsidiados pelo Estado.

Contudo, os produtores rurais desprovidos de capital foram desterritorializados do campo e reterritorializados nas áreas urbanas, outros se

lançaram às estradas transformando-se em trabalhadores sem terra, em busca do acesso à terra.

Nesse cenário, não podemos deixar de destacar também a pequena parcela de pequenos produtores rurais que conseguiram se integrar ao novo modelo, porém, continuam resistindo no campo e, nos últimos anos, para garantir sua permanência enquanto produtores rurais, estão buscando alternativas de sobrevivência, em formas de associações e pequenas cooperativas, bem como de agroindústrias domésticas/ou familiares, assunto tratado na próxima seção.

### 3.1 O DEVIR SOCIAL E USO DA TERRA

Neste contexto, queremos enfatizar a região de Campo Mourão que em seus aspectos de ocupação humana, se difere das demais regiões do estado do Paraná. Consideramos ainda que foi o marco do encontro de frentes pioneiras do Norte e do Sudoeste, com pessoas vindas do nordeste, sudeste e do Sul do Brasil, conforme N. Bernardes (1952), Monbeig (1984), Hespanhol (1990), dentre outros.

Os atributos naturais foram fatores responsáveis pela atração de mineiros, paulistas, baianos, bem como riograndenses, catarinenses e paranaenses do leste e contribuíram para territorialização desses povos que vieram das referidas frentes. Vale ressaltar que a cultura dessas pessoas também reflete nas territorialidades, na identidade, na complexidade e na heterogeneidade regional, especialmente porque estas expressões manifestam nas relações (*in*) materiais no território.

Segundo Westphalen; Machado; Balhana (1988), em todo território paranaense espalharam-se três ondas de povoamento, uma originária do Paraná Tradicional (leste), que se expandiu a partir do século XVII com a criação de gado, indústria da erva-mate e da madeira; outra com os agricultores da cultura de café, que em razão de seus antecedentes históricos se relacionavam diretamente com São Paulo; e por fim, os colonos de cultura de subsistência, agricultores de cereais e criadores de suínos.

A influência das frentes de povoamento na região foi observada pelo Geógrafo Pierre Monbeig<sup>38</sup> quando percorria as regiões cafeeiras de São Paulo e do Norte do Paraná, estendendo-se até Campo Mourão.

---

<sup>38</sup>Melhores informações no Livro: MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migração essa também de “safristas” que tudo ignoram das culturas tropicais.

Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os “safristas” vindos do sul preferem os solos pobres dos altos. Entretanto, essa estratificação não parece ter chance de durar, porque os plantadores de café sabem muito bem que suas plantações não resistirão às geadas brancas dos vales e que terão de abandonar as terras roxas e subir para o alto dos espigões. (MONBEIG, 1984, p. 207).

Esses aspectos característicos, relatados por Monbeig, identificam a diferenciação da ocupação da porção Centro-Occidental paranaense das do restante do estado. Quando Monbeig descreve o território de Campo Mourão, está se referindo ao período em que o mesmo ainda não havia sido desmembrado originando outros municípios, porém, quando se remete aos safristas, logo relacionamos aos municípios do entorno (após o desmembramento), Luiziana, Iretama, Roncador, dentre outros. Nesses, os safristas se estabeleciam e ali desenvolviam suas safras de milhos conjugados com a criação de suínos e, a pé, comandavam até o município de Guarapuava. Num curto período, com as mudanças nas relações de trabalho e de produção, essa economia se modificou.

Assim, a exploração econômica e uso da terra em Campo Mourão se efetivaram de forma diferenciada, em relação ao Norte Paranaense que apreendia uma alta concentração de cafezais. Embora a monocultura tenha ultrapassado a fronteira do rio Ivaí em direção ao rio Piquiri, na região de Campo Mourão foi pouco expressiva, exceto nas áreas ao norte do paralelo 24° limite climático do café, pois ao sul desse paralelo as áreas são mais susceptíveis a geadas esporádicas.

De acordo com Saquet (2007, p. 77 - 79), território resulta das relações sociedade/natureza e é condição para a reprodução social; campo de forças historicamente determinadas. Assim, sintetiza que o território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder, como já enfatizamos, por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas.

As dimensões natural e cultural foram destaques neste processo, uma vez que os condicionantes climáticos e os tipos de solos associados aos antecedentes históricos de ocupação foram marcantes para o desenvolvimento das culturas, na região. Em relação à cultura cafeeira são oportunas as considerações de Hespanhol (1990).

Além das limitações de ordem climática (a área se localiza ao sul do Paralelo 24º), podem ser apontados mais dois fatores que contribuíram para a menor expressividade da cafeicultura na região de Campo Mourão:

- significativa presença de migrantes sulinos sem tradição no plantio do café;
- o processo de ocupação sistemática da área, se deu, em grande parte, no decorrer da década de 1960, quando a cafeicultura se apresentava pouco atrativa e já se colocava em prática políticas oficiais de desestímulo à lavoura. (HESPANHOL, 1990, p. 62).

Este processo de apropriação e produção do território se efetivou desigual pelos migrantes paulistas, mineiros e sulistas. Contudo, a territorialidade é multidimensional, “é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja, no espaço de trabalho, do lazer, na igreja, na família, na escola, etc.”, isto comprova que as relações são múltiplas e complexas, ou seja, revela a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico (SAQUET, 2003, p. 140).

Haesbaert (2004) assegura também que:

[...] devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. (HAESBAERT, 2004, p. 03).

Neste sentido, a territorialidade, além de incorporar uma dimensão política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2004, p. 03).

É importante notar que as considerações de Haesbaert culminam com a tessitura das territorialidades da área estudada, uma vez que a exploração da terra foi efetivada com lavouras tradicionais e com o trabalho familiar.

Do mesmo modo, suas ações também foram culturais, nos hábitos, costumes, na política. No entanto, o trabalho na exploração da terra sempre teve uma centralidade fundamental na vida desses migrantes. Isto é, re-produzindo elementos característicos das regiões de origens.

Estes traços peculiares do processo de povoamento da região ocasionaram uma organização territorial que contribuiu para a propagação das culturas mecanizadas, da soja, trigo e milho.

Durante o final da década de 1950 a início da década de 1970, assinalou como um período de produção de culturas tradicionais voltadas para a subsistência e para escala comercial, porém pouco expressiva. De acordo com os dados representados nos mapas do uso da terra nas décadas de 1960 e 1970, dentre os produtos cultivados, o milho ocupava uma posição de destaque, especialmente no município de Campo Mourão, ficando em primeiro lugar entre as culturas. O fato de se tratar de um alimento servia também para a criação de animais, não só para atender a Microrregião como outras regiões do estado do Paraná, especialmente para a criação de suínos.

O café, como citado, não foi expressivo embora ocupasse o segundo lugar entre as culturas tradicionais da região, até a década de 1960. Em razão dos fatores circunstanciais e conjunturais da cafeicultura, na década de 1970, obteve-se um declínio expressivo na área cultivada, ao contrário de outras culturas, dentre elas o arroz e o feijão que tiveram um crescimento significativo na área plantada.

De acordo com as representações, verificamos que a área de pastagens, na década de 1960, era pouco expressiva. Porém, na década de 1970 apresentou um crescimento, em detrimento da cultura permanente do café, assim como, em algumas regiões cafeeiras do Norte paranaense, a substituição da cafeicultura se fez primeiro por pastagens plantadas e na sequência pela cultura da soja, conforme se pode observar na Figura 14. Esta cultura teve um crescimento expressivo na região, condicionadas por fatores econômicos e políticos, atrelados aos condicionantes naturais. Cabe lembrar que, na Microrregião Geográfica de Campo Mourão, a implantação dessa cultura foi concomitante às inovações tecnológicas no campo.

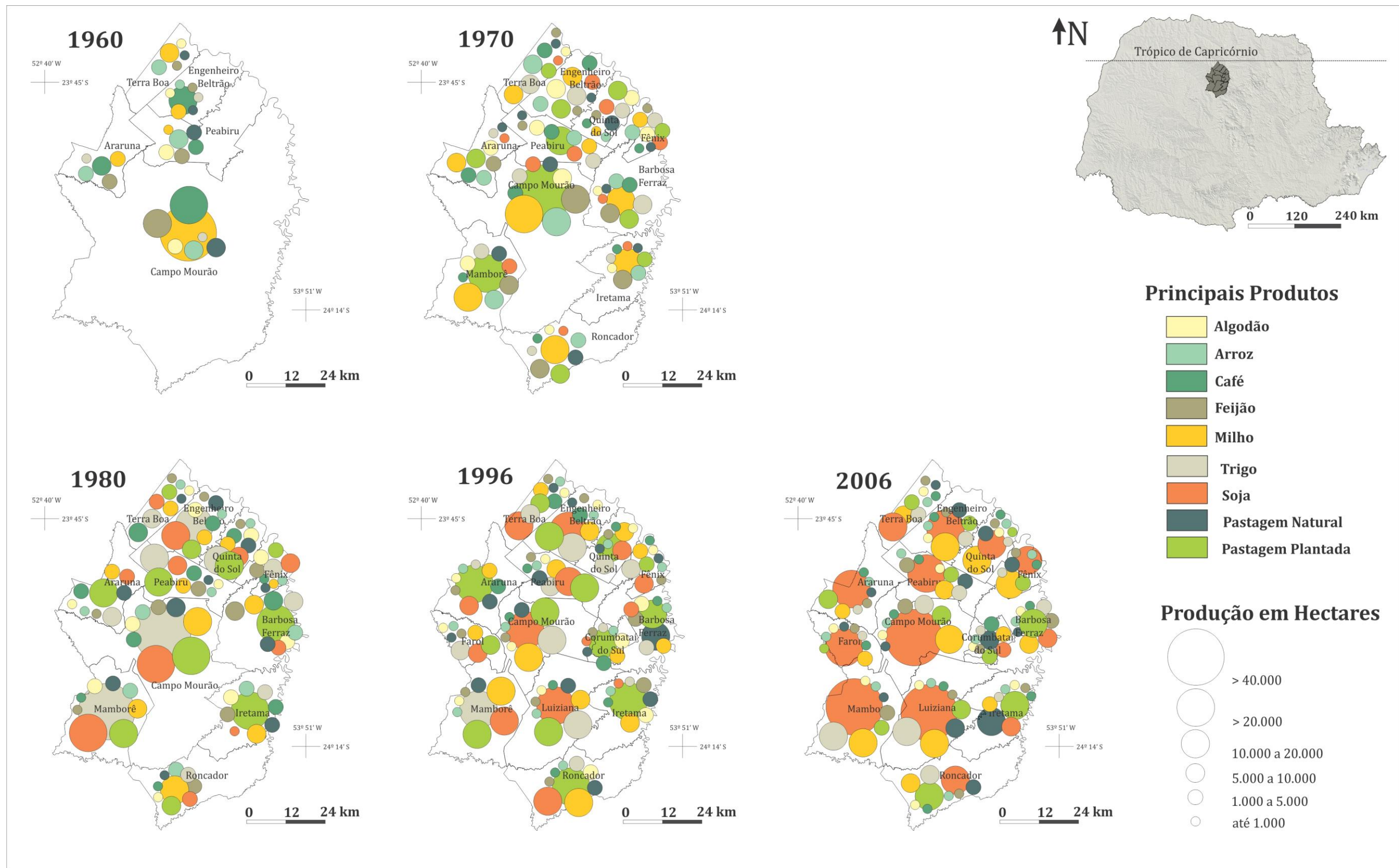


FIGURA 14 – USO DA TERRA NAS DÉCADAS DE 1960 A 2006 NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.  
 Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2013).

## 3.2 A DINÂMICA DA (DES) TERRITORIALIZAÇÃO PROVOCADO PELO AVANÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO

Para compreender a articulação do Estado com a classe dominante na expansão e consolidação das relações capitalistas no campo, é importante destacar o pensamento de Marx em que assegura que o poder do Estado é um comitê para “gerir os negócios comuns de toda a burguesia [...] o poder político é poder organizado de uma classe para opressão de outra”. (COUTINHO, 2008, p. 20). Embora saibamos desse ‘Poder’, muitas vezes negligenciamos essa relação, visto que Estado e a classe dominante aparecem separados.

Esse movimento é claramente apreendido quando avaliamos o avanço das relações capitalistas no campo, no estado do Paraná, local em que essas relações são mais visíveis. Assim, ao introduzir novas formas de produção, ocorrem novas formas de divisão do trabalho, isto é, a territorialização do capital e a desterritorialização dos trabalhadores rurais.

### 3.2.1 A Territorialização do Capital e a Política de Estado

Quando se analisa um território, devemos reconhecer os agentes internos e externos que atuam nas territorialidades, como já enfatizamos. Neste caso, o Estado ocupa um papel central, atuando fortemente nas dimensões políticas e econômicas. Nessa perspectiva, não podemos deixar de destacar a rápida difusão e implementação da denominada “modernização conservadora”<sup>39</sup> da agricultura brasileira, apoiada em grande medida pelo Estado, por meio de políticas públicas de incentivos.

Esse processo incide em meados da década de 1960, período em que revela intensa transformação na produção agrícola, especialmente na sua base técnica, ocasionada pelo processo de expansão das relações capitalistas.

À medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção próprias do capitalismo, desenvolvem-se as diversidades e as desigualdades, as formas de alienação, técnicas de dominação e

---

<sup>39</sup> “Modernização Conservadora, termo comum entre os estudiosos da agricultura, porém, o termo foi cunhado pela primeira vez por *Barrington Moore Junior*, quando analisava as revoluções burguesas que conheciam na Alemanha. Na obra *As origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.



lutas pela emancipação. Aprofundam-se, generalizam-se e aplicam-se as contradições sociais. (IANNI<sup>40</sup>, 2002, p. 10).

Nessa direção, Oliveira (2010) também discute que o “capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção”, seu desenvolvimento se “faz de forma desigual e contraditória”. É nessa perspectiva que sucede na “modernização conservadora’ ou com a tecnificação ou ainda com o progresso técnico da agricultura”. (OLIVEIRA, 2010, p. 11).

Ainda segundo Oliveira (2010), é fundamental entender esse processo no conjunto do país, especialmente entendê-lo no contexto global do avanço do “capitalismo monopolista no Brasil”. Visto que esse processo ainda não se generalizou por todos estados e regiões brasileiras.

Em outra vertente, Graziano da Silva (1996) assinala a modernização como as transformações capitalistas com ampla utilização de bens de produção industriais para a agricultura, legitimada por meio da política do Estado. Esse planejamento sistêmico da economia tem seus primeiros sinais ainda na década de 1950, no bojo do projeto nacionalista, pressionado pelos Estados Unidos. O autor define, do mesmo modo, que a “[...] modernização consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 1960.” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 30).

É importante destacar o papel do Estado capitalista na mediação desse processo. Período em que a cafeicultura ainda era a principal fonte de renda do país. No entanto, a crise desse setor na pauta internacional se acentuava, forçando o governo federal adotar medidas enérgicas em relação à sua agricultura. Conforme aponta Penteado (1972):

Durante a década de sessenta, portanto, instalou-se sobre a cafeicultura brasileira uma profunda crise de mercado, fato que levou o governo brasileiro a mudar o rumo de sua política agrícola, passando a orientá-la, num primeiro momento, para a erradicação de cafeeiros antieconômicos e sua substituição por pastagens. No segundo momento, orientou esta substituição pela cultura de oleaginosas. (PENTEADO, 1972, p. 8 *apud* MORO, 1991, p. 66).

---

<sup>40</sup> IANNI, Octávio. *Violence in contemporary society*. Estudos de Sociologia, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002.

De acordo com Moro (1991, p. 67), no “final da década de cinquenta e início da de sessenta, o Brasil exportou pouco mais de 50% de sua produção exportável de café, devido à excelente participação do café africano no mercado internacional e à política de sustentação de preços” provocando o desequilíbrio entre oferta e demanda do produto, levando a uma crise generalizada e sucessivamente à política de desestímulo a essa cultura.

Com vistas às considerações de Moro (1991), a agricultura brasileira, na ocasião, encontrava-se em fase de transição, ou seja, rompendo-se com seu antigo sistema de produção, o complexo rural, iniciando uma nova fase comandada pelo complexo agroindustrial. Este período representa a fase da “substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria” (KAGEYAMA, 1987, p. 3). Em outras palavras, a agricultura deveria ser menos condicionada pelos recursos naturais e força de trabalho rural, e tornar-se dependente, cada vez mais, dos produtos industrializados (defensivos, fertilizantes, máquinas, tratores, entre outros).

De acordo com Graziano da Silva (1999):

Postulava-se que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura caberia os papéis de ‘financiar’ o esforço de substituição de importações (fornecido as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários), promover matérias-primas para indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do país. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 87).

Desse modo, iniciou o processo de articulação entre os setores da economia brasileira, mais especificamente entre a agricultura e a indústria que passaram a ter fortes relações, provocando alterações significativas nas relações de produção, ‘modifica sua identidade setorial’ o que Müller designa como *complexo agroindustrial* – CAI. O “CAI é uma unidade de análise do processo socioeconômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura”. (MÜLLER, 1989, p. 46).

Entretanto, Müller, ao tecer a definição de complexo agroindustrial, não generaliza para todos os países em que ocorreu o processo de modernização. Assegura que o modelo que se desenvolveu nos países altamente tecnificados,

nada tem a ver com as “relações sociais e das bases materiais que conformam determinados CAIs Nacional”.

Outro expoente importante nessa discussão é Alberto Passos Guimarães, que destaca a formação do complexo agroindustrial no Brasil, bem como de outros países menos desenvolvidos, no setor produtivo, estavam subordinados às grandes corporações multinacionais.

[...] as atividades econômicas se concentram em gigantescas unidades empresariais, e é cada vez maior, no mundo capitalista o domínio exercido pelos conglomerados financeiros, pelos monopólios e corporações multinacionais. A atividade agrícola depois de tano tempo separada da indústria, vai pouco a pouco voltando-se a ligar a esta, direta ou indiretamente, vertical ou horizontalmente, integrando-se subordinando-se ao poder econômico dominante na sociedade capitalista industrial. (GUIMARÃES, 1979, p. 14).

A década de 1980 foi marcada por debates e ideias acerca do caráter “recente ou não da industrialização da agricultura”, bem como da formação do complexo agroindustrial brasileiro. (COLETTI, 1998, p 96). Ocasão em que vários pensadores se destacaram, dentre os quais Geraldo Müller que defendia a tese de que o “complexo agroindustrial” era o “conjunto dos processos tecno-econômicos e sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, seu beneficiamento e transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes”. (MÜLLER, 1983 p.146).

Contudo, há aqueles contrários à tese de Müller, como Tamás Szmrecsányi (1983), Guilherme da Costa Delgado (1985) que defendem a ideia de que a modernização da agricultura e a constituição do CAI “são processos distintos e historicamente separados”.

Na análise de Delgado (1985), a constituição dos complexos agroindustriais acontece somente no final de três momentos da modernização, a saber:

O primeiro momento do processo de modernização agropecuária se caracteriza, grosso modo, pela elevação dos índices de tratorização e consumo de NPK, estimulada e facilitada pelo governo e empresas norte-americanas. Introduce-se nessa primeira década de inovações que é basicamente a década dos 50, um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de meios de produção industriais. A demanda de insumos é atendida por importações.

O segundo momento é o da industrialização dos processos de produção rural propriamente, com a implantação dos setores industriais de bens de produção e de consumos básicos para agricultura, e o favorecimento financeiro pelo Estado ao consumo desses novos meios de produção [...].

Um terceiro momento das relações agricultura-indústria é o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais. Essa integração se distingue da integração técnica agricultura-indústria, embora se realiza como suporte dela. Mas a integração de capitais terá um raio de abrangência mais amplo, compreendendo não apenas o aprofundamento das relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob o comando do grande capital [...]. (DELGADO, 1985, p. 33 - 34).

Nesse sentido, as inovações na agricultura brasileira e os complexos agroindustriais se edificaram em tempos diferenciados, porém são fenômenos recentes e historicamente indissociáveis.

Graziano da Silva (1996) ao tecer comentários sobre CAIS considera que:

A idéia de que os Cais são um fato recente na economia brasileira, um fenômeno dos anos 70, só pode ser entendida a partir da diferença entre modernização da agricultura e constituição dos CAIs. É claro que antes das décadas de 60 e 70 mudanças técnicas importantes se fizeram presentes na agricultura e é claro, também, que sempre houve um segmento importante de processamento agroindustrial no país. Mas enquanto a modernização dependia da importação de insumos químicos, equipamentos e máquinas, ela tinha um limite claro, dado pela capacidade de importar. Assim como o complexo rural depende das exportações para se expandir, a modernização, no seu início, dependia da capacidade de importar a fim de poder se generalizar. A internalização da produção de insumos e máquinas para agricultura rompe esse limite; a partir daí a modernização da agricultura caminha com seus próprios pés. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 29-30).

Nesse sentido, paulatinamente se consolidava o novo padrão produtivo, embora com maior eficácia por volta do segundo quinquênio da década de 1960 a meados de 1970.

Cabe destacar ainda, que quando se fala em linhas produtivas, consideram-se as culturas de exportação, especialmente a cultura temporária da soja, que teve maior facilidade de disseminação entre as culturas tecnologicamente implantadas, em razão do apoio do capital internacional e do Governo Federal, por meio da insistente propaganda de reestruturação de culturas, costumes alimentares concomitantes à modernização. Esta oleaginosa contribuiu para a transformação do

processo produtivo e, conseqüentemente, provocou uma (des) estruturação do espaço agrário, resultando em sérios problemas sociais.

A articulação dessa oleaginosa com as técnicas modernas às vezes se confunde, contudo, cabe lembrar que “mesmo com essa estreita relação entre soja e tecnologia não se deve pensar que sem o cultivo da soja não teria ocorrido modernização” (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 18).

As modificações no meio produtivo foram inevitáveis, uma vez que se tratava de um pacote tecnológico importado dos Estados Unidos e não de uma medida política interna, unicamente.

Para Fleischfresser (1988), com a modernização, acentuaram-se as desigualdades socioeconômicas entre os produtores, já que existiam diferenciações no meio rural. Alguns territórios foram mais propícios ao avanço do capital no campo. No entanto, nesses territórios, parte da população rural foi desterritorializada, outros pequenos produtores que ainda permaneceram por décadas ficaram estagnados e nos últimos anos têm se organizado para continuar sobrevivendo na/da terra.

Outros fatores devem ser considerados para análise dessa desigualdade, as condições financeiras, a localização, a qualidade do solo, a extensão da área produtora, entre outros, foram fundamentais para o favorecimento do desenvolvimento agrícola. Entretanto, foi bastante notória a desigualdade regional, enquanto em alguns territórios o poder do Estado e do capital esteve mais presente, em outros gerou conflitos de identidade. Podemos dizer que isso ocorre, tanto pela restrição da cultura a algumas áreas, quanto pela diferenciação na aplicação de capital.

De acordo com Graziano da Silva (1999), o progresso técnico na agricultura não se fez de maneira homogênea, este processo se firmou de modo parcial, conservador e doloroso. Contudo, consideramos que a “modernização agropecuária”, é caracterizada por cinco implicações articuladas: Parcial/Desigual, Conservadora, Autoritária, Dolorosa e Devastadora.

- Parcial/Desigual, porque iniciou em algumas regiões, sobretudo, os grandes e médios agricultores são os mais beneficiados em detrimento aos pequenos, voltados para agricultura de subsistência e em áreas de possível mecanização e introdução das culturas modernas. Fatos averiguados na região de

estudo. Além do mais, os municípios de terrenos dissecados, de solos arenosos, a modernização aconteceu de modo mais intenso, nos últimos anos. Tudo leva a crer que o capital não se interessou de imediato nessas áreas.

- Conservadora porque não rompe com a tradicional concentração de terra, ou seja, posse da terra manteve-se a mesma estrutura agrária, conforme Graziano da Silva (1996);

- Dolorosa porque resultou na desterritorialização do trabalhador rural, isto é, a expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, exacerbando as desigualdades sociais e, conseqüentemente, o aumento da pobreza;

- Autoritária porque esta se intensificou no período militar, e este foi marcado por um período em que cerceava o direito e a liberdade da sociedade;

- Devastadora porque foi marcada por fortes impactos sócio-ambientais, visto que a atividade econômica sempre está seguida pela degradação ambiental, e pela exploração desmedida dos recursos naturais. Processo marcante no século XX no estado do Paraná, com o desmatamento para o cultivo do café e do algodão (ANDRADE, 1994). Porém, intensificada com a introdução das culturas e insumos modernos, dos quais o uso de defensivos agrícolas, utilizados de modo excessivo, sem a devida proteção, causando contaminação do trabalhador rural, recursos, hídricos, solo, remanescentes e também nas culturas alimentares. Também são oportunas as considerações de Ruegg *et al.* (1991) sobre o uso de agrotóxicos a partir da modernização.

Pacotes tecnológicos ligados aos financiamentos bancários obrigavam os agricultores a adquirir insumos agrícolas e equipamentos, muitas vezes desnecessários.[...].

Os agrotóxicos aplicados de modo indiscriminado e excessivo levaram ao aparecimento de pragas resistentes que, por sua vez, requeriam novos agrotóxicos para seu controle. Por outro lado inimigos naturais das pragas eram eliminados e pragas sem importância passaram a principais por não terem seus predadores naturais. [...]

As intoxicações agudas dos aplicadores de pesticidas foram intensificadas. Estes trabalhadores não recebiam a mínima instrução para a aplicação correta dos agrotóxicos que, freqüentemente, apresentavam graves riscos para o homem.[...]

A contaminação do ar, das águas do solo é freqüente. Resíduos nos alimentos muitas vezes ultrapassam limites consideráveis toleráveis. (RUEGG *et al.*, 1991, p. 7 - 8).

Tal modelo de desenvolvimento rural no Brasil, além de causar grandes danos ao meio ambiente, podemos caracterizá-lo como excludente e, evidencia fortemente a articulação do Estado e do capital, em detrimento à população. É preciso pensar em um desenvolvimento híbrido em que todas as pessoas possam ser incluídas e se desenvolverem.

Os estudos de Fleischfresser (1988), Moro (1991), Graziano da Silva (1993, 1999), Locatel e Hespanhol (1999) confirmam que as inovações tecnológicas não foram iguais para as regiões brasileiras, pois conservaram-se as antigas estruturas e, de certa forma, continuam nos dias atuais. Nesse sentido,

[...] a intervenção do Estado brasileiro, neste setor, deu-se com a implantação de políticas discriminatórias que redundam no aumento das desigualdades, privilegiando um pequeno grupo de produtores e proprietários de terras [...] não tendo se estendido a todas as regiões, culturas e categorias de produtores rurais, aos impactos bons e ruins, causados pelo processo de modernização [...]. (LOCATEL e HESPANHOL, 1999 *apud* HUBNER, 1999, p. 44).

Reforçando os apontamentos de Locatel e Hespanhol, é oportuno concluir com as considerações de Graziano da Silva (1993), para quem, a partir da década de 1960, a agricultura brasileira mostrou a intensa diferenciação entre as regiões do país. No Centro-Sul, a agricultura se moderniza com maior rapidez, em razão da amplitude de insumos e máquinas agrícolas. No Nordeste, permaneceu do mesmo modo, sem registro de transformação expressiva no processo produtivo agropecuário. E na região da Amazônia, incluindo a maior parte do Centro-Oeste, assinalou como a zona de fronteira agrícola.

No caso paranaense, a modernização agrícola se intensifica a partir da década de 1970, acompanhada da disseminação das culturas modernas da soja e do trigo. Isso resultou na ampla utilização dos novos meios de produção, isto é, no emprego expressivo de máquinas e insumos de origem industrial.

Antes, porém, de tratar dessa questão, deve-se observar que as transformações no processo produtivo foram amplamente condicionadas pelo Estado. Este serviu de agente à solidificação do capital internacional, representado pelas grandes empresas estrangeiras. Dentre os vários mecanismos públicos, cumpre lembrar que o crédito subsidiado, em boa parte, serviu de sustentáculo às inovações da produção agrícola regional.

Segundo Graziano da Silva (1981), as inovações tecnológicas classificam-se em três segmentos:

- a) Inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) Inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) Inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 191).

Essas inovações, na agricultura paranaense, consolidaram-se em passos largos, apesar de tardia, se comparada aos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, embrionários do processo de modernização. A “mecanização no estado do Paraná teve início por volta de 1970-75, quando um número maior de produtores passou a utilizar algum tipo de máquina” (MARTINE, 1987, p. 133). Esta agilidade se explica, segundo Serra (2001, p. 53), tendo em vista que o estado “teve condições de transplantar para o seu espaço as inovações que deram certo e abrir mão das que não deram certo, suplantando assim a fase de experiências internas”.

No Centro-Sul, o Paraná, sem dúvidas, foi mais receptível ao avanço do capitalismo no campo. Assim como no Brasil, esse processo foi desigual entre as regiões paranaenses, uma vez que a característica do capitalismo se faz “desigual e contraditória”. Do mesmo modo, é necessário considerar as contrastantes configurações regionais, ou seja, os condicionantes naturais de uma dada região, a topografia (relevos dissecados), a fertilidade natural dos solos (pedregosos, arenosos) e o clima (índice de precipitação, temperaturas, entre outros) que impossibilitam ou inviabilizam a mecanização, além de interferir na produtividade, conseqüentemente, afastando o interesse do capital.

Ademais, fatores políticos, econômicos e históricos devem ser considerados nas análises das desigualdades. Com referência ao político, não existia nenhuma política agrícola do governo, que respeitasse as diferenças regionais e o tipo de cultura. No que se refere ao econômico, nas regiões mais articuladas e com acúmulo de capital, o processo foi mais intenso. Esses fatores encontram-se atrelados aos antecedentes históricos específicos de cada região, uma vez que a



modernização agrícola se distingue pela agilidade da ação nas regiões de ocupação recente (PEREIRA, 1987).

Com o avanço do capital na agricultura, por conseguinte, altera-se a base técnica de produção, aumentam a exploração da terra agricultável, especialmente as que possuem culturas temporárias para o fornecimento de matérias-primas às indústrias. Isto significa maior utilização de recursos tecnológicos. Nesta perspectiva, Martine (1987) acredita que:

Essas transformações significam mais do que uma simples substituição de culturas, porque foram acompanhadas de profundas alterações na base técnica de produção. Culturas como arroz, feijão, milho e mandioca, em que a organização da produção se baseava em técnicas tradicionais, foram substituídas por culturas como a soja e trigo, que exigem a adoção integral da nova tecnologia. (MARTINE, 1987, p.135).

Analisando a modernização da agricultura paranaense, em especial da região Norte, Moro (1991) ressalta o crescimento expressivo do emprego de tratores, arados, colhedoras, irrigação, eletrificação, entre outros, indispensáveis à avaliação da prática da modernização. Desse modo, pode-se afirmar que esses indicadores são provas da legitimação da dinâmica do capital na agricultura.

Os dados contidos na Tabela 4 comprovam o 'progresso' tecnológico da agricultura paranaense. Nele verificamos que entre as décadas de 1970-80 o número de tratores aumentou em 338,9%. Em seguida, constatamos um percentual relativamente baixo, ou seja, 23,9% em 1985 e 29,5% em 1996. Este fato pode ser atribuído ao aumento da potência dos tratores. O mesmo se sucedeu com o uso de arados de tração mecânica, que aumentou excessivamente, registrando 379,4%, ao passo que, os arados de tração animal obtiveram apenas 2% de aumento. Os dados expressos na Tabela 4 revelam a nova fase da agricultura paranaense, especialmente até a década de 1980.

Ainda de acordo com os dados contidos na Tabela 4, também apresentam o consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas de 1970 a 2006. Este último atingiu níveis de crescimento, embora não se tenha dados relativos ao montante na década de 1970. Por outro lado, verifica-se que, na década subsequente, o uso ocorreu em 336,664 estabelecimentos agrícolas. No entanto, em 1985, esse percentual caiu para 1% e, em 1996 apresentou índice negativo -13,9. Do mesmo modo, o uso de

fertilizantes elevou-se para 266,9% entre as décadas de 1970/80, caindo para 10,7 % em 1985, passando para saldo negativo de -7,4%, em 1996.

As taxas decrescentes do uso de fertilizantes e defensivos podem ser compreendidas com as explicações de Lucas (1984, p. 134 - 135). Para o autor, com as medidas decretadas na Circular 706, de 21 de junho de 1982, “os pequenos e médios produtores terão que comercializar, evidentemente com prejuízos, suas colheitas; pagar os juros que estão sendo decretados para acompanhar a inflação; deixar de aplicar fertilizantes, cujo uso não é mais exigido pelo Banco”.

**TABELA 4**  
**INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO PARANÁ 1970 A 2006**

Tipos	Períodos								
	1970	1980	%	1985	%	1996	%	2006	%
Arados Tração Animal	283,215	289,122	2,0	306,617	6,0	200,195	-34,7	68,591	-65,74
Arados Tração Mecânica	18,883	90,526	379,4	97,570	7,8	99,032	1,5	137,446	38,79
Máq. de Plantio/Colheita	19,719	87,838	345,4	96,607	9,9	106,482	10,2	80,695	-24,22
Tratores	18,619	81,727	338,9	100,919	23,4	130,828	29,6	111,038	-15,13
Fertilizantes	56,424	207,011	266,9	229,143	10,7	221,754	-7,4	371,063	67,33
Defensivos	-	336,664	-	340,245	1,0	326,284	-13,9	202,186	-38,03

Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2012).

Outro indicador analisado é a ampla utilização de máquinas de plantio e colheita. Até 1970, o Paraná contava com 19.719, esse número passa para 87.838 unidades, com ampliação de 345, 4% no período de 1970-80. A partir de 1985, constata-se um percentual de 9,9% e, no último Censo Agropecuário de 1996, apresenta-se um crescimento de 10,2%.

Analisando os percentuais das últimas décadas, podemos afirmar que há uma estabilidade nas inovações da agricultura. Todavia, essa aparente queda de aquisição de tratores e máquinas para plantio e colheita é aclarada nos últimos anos, por conta do melhoramento das máquinas mecânicas, o que ocasiona maior eficácia desses meios modernos de produção. No entanto, os indicadores citados comprovam que o avanço das relações capitalistas, no campo, se efetivou de modo acelerado e não fluiu com a mesma intensidade, gerando uma nova configuração territorial. Isso denota a contradição e o movimento antagônico do capital, uma vez que desenvolve alguns territórios em detrimento a outros.

No caso da Microrregião de Campo Mourão, as manifestações desse processo de modernização apresentaram transformações significativas no processo

produtivo e ocasionaram um rearranjo do espaço rural. Vale ressaltar, mais uma vez que, até a década de 1970, na região, predominavam as culturas temporárias como: arroz, feijão, algodão, pastagens e algumas manchas com cultivo de café, conforme Figura 14. Segundo Martine (1987):

A redução na área das lavouras permanentes do estado pode ser creditada basicamente às MRH do grande norte, enquanto a evolução entre as temporárias foi marcada pelo movimento ocorrido principalmente no Extremo-Oeste e em *Campo Mourão* (integrante do Norte) e sudeste. Nessas MRH, a expansão da soja foi excepcional, respondendo por 60% (um milhão de hectares) da expansão na área com soja no Paraná e por 68% (599.000 ha) na área com trigo. (MARTINE, 1987, p.138).

Nesse contexto, as relações sociais se manifestam em razão da atuação dos interesses dos agentes que se estabelecerem como aparatos para as relações capitalistas na propagação, especialmente da cultura da soja, que passou a ocupar crescentes áreas, na região, aumentando a produção. Este fato evidencia a nova tendência da agricultura regional, sob a influência do Estado e do capital que atuam fortemente nas territorialidades, impulsionando o surgimento de novos territórios, tanto do agronegócio, quanto aos dos trabalhadores sem terra.

A rápida disseminação da soja se deve aos incentivos oficiais do Estado e aos antecedentes históricos de ocupação, já referenciados, bem como a dimensão natural (relevo, solo e clima) condicionantes à ampla utilização de máquinas e insumos. Isso foi possível na porção ocidental em que se encontra o suave relevo ondulado do espigão Ivaí/Piquiri. Na porção oriental, por ser constituída de relevo movimentado, há restrição para uso da mecanização, sendo a área ocupada predominantemente com pastagens e culturas permanentes, conforme Figura 15. Tal fato vai corresponder às novas territorialidades que emergem na porção Ocidental, com o surgimento das cooperativas agropecuárias, agroindústrias e as vilas rurais, estas como territórios de exércitos de reservas para atender ao capital. Na porção oriental, com as associações e cooperativas de pequenos produtores rurais, acampamentos e assentamentos de sem terra.

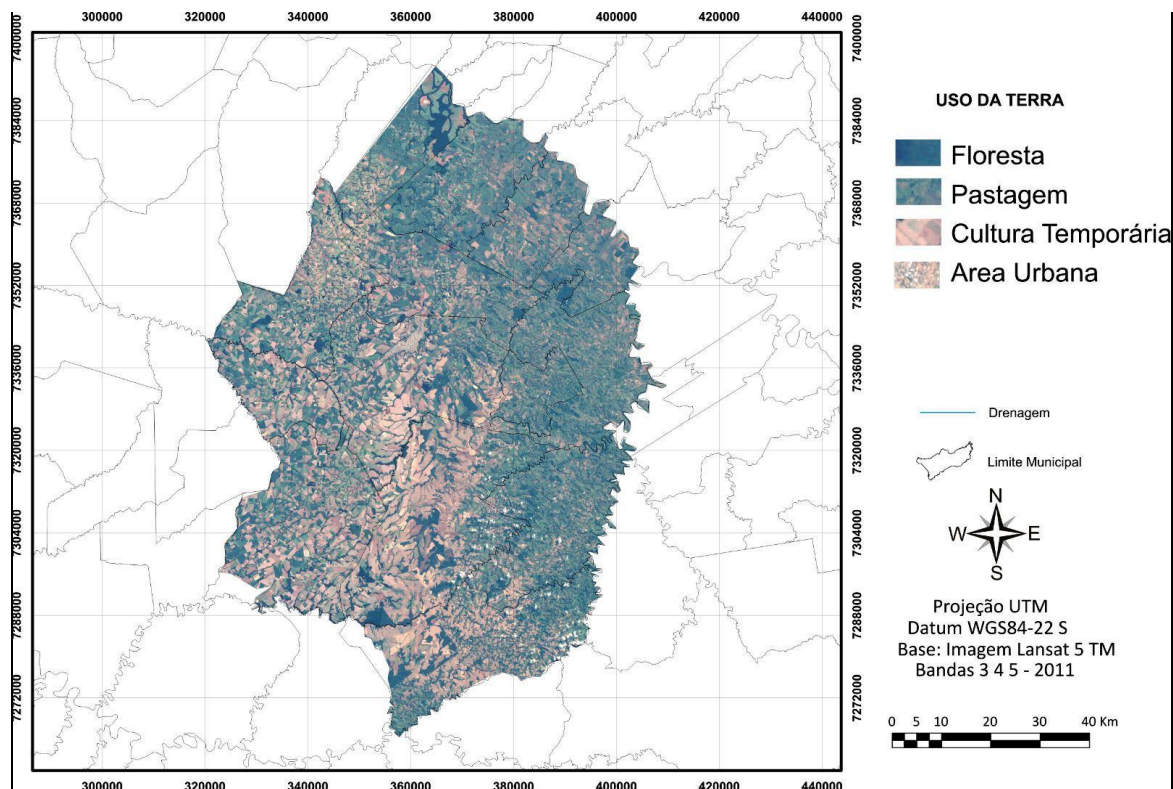


FIGURA – 15 - REPRESENTAÇÃO DO RELEVO E O USO DA TERRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

Fonte: Imagem Lansat - Org.: Andrade, Áurea (2013).

De acordo com a Tabela 5, observamos que o processo de modernização se faz desigual na Microrregião. Todavia, vale lembrar que a característica do “avanço do capital na agricultura é a sua diferenciação regional”. Ao examinar os dados dos indicadores - tratores, máquinas de plantio, colheita e fertilizantes (químicos) de cada município, há evidências que sustentam nossa análise.

Considerando as informações contidas na Tabela 5, há duas tendências para a Microrregião. Primeiramente, constatamos a ampliação absoluta de máquinas e equipamentos à mecanização, entre os municípios de Campo Mourão, Engenheiro Beltrão e Mamborê (localizados na porção ocidental). Os três municípios, na década de 1970, contavam com 588 tratores, número considerado relevante em comparação com os demais. Na década de 1980, este indicador apresentava 2.743 unidades, correspondendo a 55,6 % do total de tratores da Microrregião. Do mesmo modo, o número absoluto de máquinas para plantio e colheita, nas décadas de 1970/80, passaram de 313 para 2.902 unidades.

No caso da aplicação de fertilizantes, o município de Terra Boa, na década de 1970, 747 estabelecimentos aplicaram adubos corretivos, somando 27,2% do total da Microrregião. Na década de 1960, o município contava com uma área de 16.552 ha. ocupada com café. Na década de 1970, a soja e pastagens plantadas vão ocupar essas antigas áreas de café. Estas mudanças na produção demandam maiores investimentos, especialmente de fertilizantes.

A segunda tendência está relacionada ao aumento excessivo do percentual de emprego de tratores, entre os municípios de Araruna, Iretama e Roncador ficando, com os dois últimos, os percentuais mais elevados. Esses três municípios, na década de 1970, somavam 54 unidades de tratores. Na década de 1980, o número absoluto cresceu para 518 unidades, equivalendo somente 9,45% do total da Microrregião. Os dados revelam uma mecanização lenta nestes municípios, o que pode ser atribuído em parte, aos condicionantes naturais - solo e relevo (Figura 15), confirmando que a modernização não foi homogênea entre as regiões brasileiras. Neste caso em especial, nem entre os municípios que compreende a Microrregião Geográfica de Campo Mourão, o que mostra a questão da desigualdade, não só em termos de categorias de produtores rurais, mas em áreas de mecanização, conforme discutido em linhas anteriores.

TABELA 5

## INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO 1970 a 2006

Microrregião Geográfica de Campo Mourão	INDICADORES																				
	Nº de Tratores							Máq. Plantio/colheita							Fertilizantes						
	1970	1980	%	1996	%	2006	%	1970	1980	%	1996	%	2006	%	1970	1980	%	1996	%	2006	%
Araruna	30	239	696.6	459	92.0	347	-24.4	11	113	927.23	159	40.7	301	89.3	131	648	394.6	652	0.6	1.228	88.3
B.Ferraz	63	360	471.4	399	10.8*	370	-7.2	15	502	246	180	-64.1*	205	13.8	40	726	1.715	682	-6.0	1.561	128.8
C. Mourão	295	1502	409.1	736	-51.0*	668	-9.2	78	1525	1.855	663	-56.5*	698	5.2	213	1644	671.8	647	-60.6*	844	30.4
Cor. do Sul**	-	-	-	67	-	56	-16.4	-	-	-	100	-	25	-75.0	-	-	-	366	-	534	45.9
Eng. Beltrão	185	650	251.3	728	12	468	-35.7	153	589	284.9	688	16.8	439	-36.1	243	896	268.7	724	-19.2	834	15.1
Farol*	-	-	-	315	-	227	-27.9	-	-	-	347	-	274	-21.0	-	-	-	360	-	334	-7.2
Fênix	65	276	324.6	342	23.9	222	-35.0	42	258	514.3	524	103.1	201	-61.6	25	392	1.458	304	-22.4	464	52.6
Iretama	12	136	1033.3	239	75.7	192	-19.6	-	94	-	239	154.2	93	-61.0	9	315	3.400	593	88.2	1.539	159.5
Luiziana*	-	-	-	634	-	563	-11.2	-	-	-	669	-	585	-12.5	-	-	-	404	-	724	79.2
Mamborê	108	1179	991.6	932	20.9	833	-10.6	82	1101	1.242	1000	-9.17	979	-2.1	50	1552	3.004	998	-35.7	1.016	1.8
Peabirú	85	421	395.2	560	33.0	433	-22.6	65	406	524.6	726	78.8	406	-44.0	279	671	140.5	669	-0.30	663	-0.9
Q. do Sol	104	284	173.0	315	10.9	287	-8.8	18	262	1.355	319	21.7	271	-15.0	40	273	592.5	227	-16.8	402	77.0
Roncador	12	197	1541.6	356	80.7	361	1.4	9	200	2.122	437	118.5	344	-21.2	1	421	42.000	895	112.6	1.294	44.5
Terra Boa	36	234	550.0	454	94.0	159	-64.9	8	120	1.400	391	225.8	124	-68.2	747	804	7.5	406	-49.5	441	8.6
Microrregião	995	5478	450.5	6.536	19.3	5.186	-20.6	472	5.170	995.3	6.242	20.7	4.945	-20.8	2.752	8.342	203.1	7.927	-4.97	11.878	49.8

Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2013).

Além disso, outra interpretação que se faz necessária neste contexto são os dados constados na Tabela 5, referentes aos percentuais negativos em todos os indicadores alusivos ao Censo Agropecuário de 1996, para o município de Campo Mourão, seguido por Barbosa Ferraz. Ambos perderam área, na década de 1990, por conta da emancipação política e administrativa de Luiziana, Farol e Corumbataí do Sul.

Nos municípios propícios à mecanização, a propagação espacial da modernização, via incorporação tecnológica dos meios de produção, incidiu rapidamente com a crescente área plantada da cultura da soja. Este acontecimento comprova que o avanço do capital na agricultura, na Microrregião, se fez concomitante à inclusão das culturas da soja e trigo. Ao passo que nos municípios localizados em áreas de relevo acidentado, a ação do capital foi branda.

De acordo com as análises dos indicadores e das restrições ocasionadas pelos condicionantes naturais (relevo, solo) à mecanização, o processo de modernização da agricultura regional assinala-se desigual.

Com a incorporação das novas técnicas, os agricultores ficaram mais vulneráveis aos meios modernos, devido à intensa alteração das relações de trabalho no campo, em outras palavras, com a ampliação do uso da força mecânica, o trabalho humano se reduziu consideravelmente. Em síntese, se por um lado o avanço do capital na agricultura viabilizou o processo produtivo, o mesmo não ocorreu com a massa de trabalhadores rurais, já que a substituição da força braçal pela mecânica liberou milhares desses proletariados, isto é, foram desterritorializados do campo.

Em suma, o novo padrão agrícola brasileiro caracteriza-se pela ampla utilização de inovações tecnológicas, que vão desde a produção da semente à comercialização do produto final, profundamente sustentado e financiado pelo Estado, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, forma de integralização de capital no campo.

### 3.2.1.1 As Políticas de Estado na Dinâmica da Territorialização do Capital

Dentre as políticas públicas, o SNCR se constituiu num importante viés para implementação da modernização agropecuária, já que, para se modernizar, o agricultor necessitava de capital para aquisição de equipamentos, máquinas, fertilizantes, entre outros, necessários ao processo produtivo. Isso se tornou possível com o investimento de capital externo, uma solução para os agricultores descapitalizados. Nesta perspectiva, o SNCR cumpriria o seu papel, porém, os benefícios atingiram de modo diferenciado os vários segmentos da agricultura.

A Lei 4.829, promulgada em 05 de novembro de 1965, na qual se instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural, sob a coordenação e controle do Banco Central, consta em seu Artigo 1º o objetivo geral do “crédito rural, sistematizado nos termos desta Lei, que será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento de produção rural do país e tendo em vista o bem-estar do povo”.

Esta definição é insatisfatória no sentido de não contemplar, na sua interpretação, as reais intenções do Estado. Contudo, no texto do Artigo 3º encontram-se definidos os objetivos específicos que são:

- I – estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II – favorecer o custeio adequado e oportuno da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III – possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV – incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais, e a adequada defesa do solo. (BACEN, *apud* MORO, 1991, p. 113).

No âmbito legal, as diretrizes do SNCR estavam centradas nos pequenos produtores. No entanto, os grandes produtores foram mais beneficiados se comparado aos pequenos, o que se comprova pelos montantes dos financiamentos distribuídos.



Para evidenciar a concentração dos créditos subsidiados, apresentam-se na Tabela 6, os valores dos financiamentos obtidos pelos agricultores, comparados com o valor da produção nos diferentes estratos de área existente no Brasil. Constata-se que as áreas de pequenas propriedades inferiores a 10ha, obtiveram apenas 05% dos créditos em 1970, assim sendo, em uma década a percentagem apresentou um crescimento irrisório de 03% do total dos financiamentos.

Em compensação as propriedades de 10.000ha acima abarcaram 36% do total do crédito rural, nessa mesma data, elevando expressivamente para 75% em 1975, declinando para 35% no período compreendido entre 1975 a 1980. Esse declínio ocorreu em razão da crise econômica engendrada no país e, sobretudo, da elevação da taxa de juros (Tabela 6).

TABELA 6  
COMPARAÇÃO ENTRE O VALOR DO FINANCIAMENTO E O VALOR DA  
PRODUÇÃO EM DIFERENTES ESTRATOS DE ÁREA NO BRASIL – 1970/1980

Financiamento/valor da produção (%)			
Estrato de Área	1970	1975	1980
Menos de 10ha	0,05	0,06	0,08
De 10 a menos de 100ha	0,14	0,19	0,19
De 100 a menos de 1000ha	0,24	0,35	0,28
De 1000 a menos de 10.000ha	0,24	0,42	0,29
De 10.000ha e mais	0,36	0,75	0,35

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1970,1975 e 1980 – (In: PINTO, Luís C. Guedes, *apud* FURSTENAU, 1988).

De acordo com Coletti (1998, p. 99), um dos pressupostos para aquisição dos créditos era a propriedade jurídica da terra, atrelada aos incentivos à produção para exportação, o que colocava à margem dos benefícios creditícios um enorme contingente de pequenos produtores (parceiros, pequenos arrendatários, posseiros, etc.), “cuja insuficiência de meios de produção, particularmente de terras, não se adequava aos objetivos” adotados pela política econômica do país. Conclui-se que o pequeno produtor foi a grande vítima do processo de passagem da renda do setor agrícola brasileiro. Em outras palavras, a lógica da política creditícia estava centrada ao novo modelo de desenvolvimento agrícola preestabelecido, com privilégios à produção de grande escala para exportação.

Na concepção de Guedes Pinto, observado por Furstenau (1988), com parâmetros no índice de Gini, o período compreendido pós década de 1970, é caracterizado como grande concentração da distribuição do crédito. Observa-se também o emprego do mesmo índice para calcular a distribuição de terra, comprovando a estreita ligação entre crédito rural e distribuição de terras. Neste sentido, o autor considera que “a política agrícola é condicionada pela estrutura agrária” (PINTO, 1981, *apud* FURSTENAU, 1988, p. 51).

Para Graziano da Silva (1996), a política de créditos subsidiados permitiu reunificar o interesse das classes dominantes na estratégia de modernização agropecuária brasileira, do mesmo modo “ possibilitou ao Estado estabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista”. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 51).

Ainda segundo Graziano da Silva (1996), o crédito rural até 1979, “era um crédito específico destinado a desencadear e sustentar a modernização agrícola, com linhas específicas de financiamento a insumos químicos, sementes selecionadas e investimentos rurais”. Porém, na década seguinte ocorre um rompimento da sua destinação, isto é, o crédito rural passa a ser inserido no “sistema financeiro geral, apenas com taxas de juros e prazos de carências diferenciados, o que se torna atrativo para capitais de outros setores (industriais, bancários, etc.), que passam a disputar essa fonte de financiamento com os empresários rurais”. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 35).

Graziano da Silva resume que, num primeiro momento, a política de créditos visava a impulsionar a modernização agrícola e na sequência atuava no sentido de favorecer a integração de capitais. As evidências desses períodos distintos “são a concentração e centralização de capitais e da terra”. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 35).

Segundo Szmrecsányi e Ramos (2002), o Banco do Brasil era um grande “agente executor da política em questão e acabou por privilegiar à luz da lógica bancária adotada, as transações de maior porte, que são feitas, evidentemente, por grandes produtores e/ou intermediários e beneficiadores”. (SZMRECSÁNYI E RAMOS, 2002, p. 245).

No Paraná, o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A – BADEP também atuou como um agente na captação de recursos e repassar capital para financiamentos dos empreendimentos econômicos, dentre os quais, os ligados ao setor agroindustrial, especialmente voltado para o processamento de produtos agrícolas. Portanto, é no bojo deste novo modelo agrícola, alicerçado nos complexos agroindustriais, que o capital penetrou, transformando o produtor rural em capitalista e em empresário, porém, muitos se proletarizaram.

Moro (1991), ao analisar a destinação e distribuição dos financiamentos, revela que “boa parte foi aplicado em atividades de apoio à modernização agrícola – armazenagem, beneficiamento de sementes fertilizantes e adubos, substituição de equipamentos de óleo combustível por lenha”. (MORO, 1991, p. 215).

Durante os anos de 1970 o Banco Central introduziu modificações consideráveis para promover o alcance de crédito e diminuir os custos de empréstimos destinados à aquisição de insumos pelos produtores rurais. “O conselho Monetário Nacional chegou a promover a isenção total dos encargos bancários às operações de crédito rural destinados à aquisição de insumos modernos utilizáveis nas atividades agropecuárias”. (RUEGG *et. al*, 1991, p. 12).

Ainda de acordo com Ruegg *et. al*, (1991), até a década de 1980, algumas resoluções eram instituídas obrigando o agricultor a fazer um projeto técnico, em que 15% do financiamento era destinado à aquisição de insumos. Este deveria comprovar mediante Nota fiscal.

Neste sentido, os produtores que tiveram acesso aos financiamentos, ou seja, ao dinheiro, conseguiram incorporar as inovações tecnológicas, nas suas unidades de produção.

Nos últimos anos, os produtores rurais ainda recorrem a financiamentos para realização da produção. Conforme os dados sobre os financiamentos em diferentes estratos em 2006, amostrados na Tabela 7, podemos observar que as áreas inferiores a 10ha, embora correspondem a 12,65% do total de produção no Brasil, os financiamentos ainda estão abaixo em relação aos estratos de área acima de 1000 ha a 2.500 ha, correspondem apenas 9,6% da produção, contudo alcançaram mais de 20% dos financiamentos obtidos.

Como já tivemos oportunidade de dizer, a mediação do Estado capitalista, por meio do sistema bancário, oportuniza os financiamentos para os produtores rurais, contudo, os empréstimos para produção é desigual entre os produtores. Como pudemos observar na Tabela 6, entre os anos de 1970 a 1980 em que os financiamentos estavam voltados, sobretudo aos estratos de área acima de 1000 ha e após vinte seis anos, o quadro permanece, ou seja, 44% dos financiamentos são obtidos pelos grandes proprietários de terras.

TABELA 7  
COMPARAÇÃO ENTRE VALOR DE FINANCIAMENTOS E DE PRODUÇÃO EM REAIS EM DIFERENTES ESTRATOS DE ÁREA NO BRASIL – 2006

Estratos de Área	Valor dos financiamentos obtidos (em R\$)	%	Valor da produção dos estabelecimentos (em R\$)	%
0 -10 ha	1.403.238	6,56	20.744.203	12,65
10 – 100 ha	5.001.040	23,37	50.331.61	30,7
100 – 1000 ha	5.492.496	25,67	45.457.632	27,72
1000 – 2.500 ha	4.323.782	20,21	15.749.997	9,6
2.500 ha e mais	5.111.823	23,89	30.663.215	18,7
Produtor sem área	62.611	0,29	1.039.388	0,63
<b>Total</b>	<b>21.393.990</b>	<b>100</b>	<b>113.654.435</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, 2006 – Org.: Andrade, Áurea (2013).

É importante salientar que o Estado brasileiro criou todas as condições objetivas e materiais para consolidação do desenvolvimento agropecuário. Além dos Financiamentos, outras medidas foram tomadas.

No estado do Paraná, vários órgãos foram implantados como: EMATER, SEAB, CODAPAR, CLASPAR, bem como o incentivo às cooperativas e associações. Desse modo, o governo, para desempenhar seu papel na organização territorial da produção, criou alguns mecanismos administrativos que pudessem corroborar para avanço tecnológico, não perdendo a lógica capitalista.

A coordenação geral de operacionalização dessa política para o setor agrícola, no quadro do Sistema estadual de Agricultura – SEAGRI, coube à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB. Esta através de suas empresas, procurou

executar os programas de desenvolvimento para o setor. Assim, ao IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná coube a condução e a execução das pesquisas agrônômicas, a EMATER-PR – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. A difusão das inovações e orientações aos produtores rurais na sua condução; à CAFÉ do Paraná – Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, a prestação de serviços de moto-mecanização, de fomento agropecuário, de comércio e de apoio abastecimento alimentar; à CLASPAR – Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, a classificação dos produtos agrícolas em todas as fases da produção; a COPASA – Companhia de Silos e Armazéns, organizar o armazenamento da produção agrícola; à CEASA-Centrais de Abastecimento do Paraná, organizar o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros às populações do Estado; ao ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, do Estado do Paraná, concentrar-se sua estrutura na regularização fundiária nos assentamentos rurais, na preservação dos recursos naturais renováveis. (SEAB, 1990, *apud* MORO, 1991, p. 155).

Conforme as considerações, de acordo com Moro (1991), muitos órgãos estatais foram envolvidos para que o processo de modernização agropecuária paranaense fosse alavancado. Neste sentido, o Estado constitui vários programas para agricultura, dos quais esses órgãos se responsabilizariam pela sua operacionalização. Parte desses órgãos ainda continua atuando como agente de Estado para o avanço das relações capitalistas no campo.

Essas políticas de articulação do Estado para viabilização do capital no campo, acirraram as desigualdades, uma vez que este processo se apresenta contraditório, pois acentua a pobreza e provoca a concentração de capital na minoria da população rural<sup>41</sup>.

Com o aprimoramento da agricultura, os produtores foram forçados a se integrarem ao complexo agroindustrial, o que demandava uma readaptação do sistema produtivo (exigência do mercado) às novas técnicas modernas (insumos agrícolas e máquinas). Porém, os agricultores descapitalizados viam-se incapazes de aplicar tais técnicas, o que ocasionou uma expressiva diferenciação socioeconômica entre as classes de agricultores.

---

<sup>41</sup> Graziano da Silva (2000, p. 35) parafraseando Rangel, observa que “É preciso nunca esquecer que o desenvolvimento capitalista se põe sempre novas contradições, à medida que resolve as velhas, como insistia o mestre Rangel. A modernização conservadora da agricultura brasileira não foge a essa regra: o êxodo rural está esvaziando os campos e inchando as cidades, transformando a crise agrária numa crise urbana”.

Seguramente, a política agrícola do Estado também foi igualmente responsável por essas desigualdades. Isso Ocorreu por meio de financiamentos discriminatórios que favoreceram uma minoria de médios e grandes agricultores.

Enquanto os demais - na maioria, sem recursos e com pouca terra para a garantia do crédito e para a escala de produção requerida por essa tecnologia – diferenciam-se cada vez mais daqueles, até o limite extremo, com a perda da Terra e, conseqüentemente, o assalariamento no campo ou na cidade. (FLEISCHFRESSER, 1988, p.139).

Em suma, o desenvolvimento da agricultura, com o uso intensivo de capital e tecnologia, acarretou mudanças significativas na estrutura fundiária paranaense e nas relações de produção. Estes acontecimentos implicaram em grande escala, na substituição da monocultura do café e das culturas de subsistência, pelas culturas capitalizadas da soja e do trigo, notoriamente no Norte do Paraná. Além disso, provocaram a desterritorialização de milhares de trabalhadores do campo.

### **3.2.2 Concentração da Posse da Terra**

Dentro do contexto da concentração da posse da terra, podemos assegurar que esta se confirma como um dos principais efeitos da lógica do avanço do capitalismo no campo. Segundo Martins (1995, p.159), “ela é um instrumento fundamental de produção” e de exploração<sup>42</sup>.

Em virtude dos antecedentes históricos, a estrutura fundiária do Paraná se edificou em duas estruturas distintas: Paraná Tradicional e Moderno, conforme discutido na seção 2. Na primeira, o acesso à terra se efetivou em grandes latifúndios -herança do regime de sesmaria -. A segunda se estruturou em pequenas e médias propriedades, resultantes de um processo de colonização imobiliária.

Segundo Pereira (1987), no período compreendido de 1940 a 1970 ocorreu o processo de colonização do Norte/Oeste (entendido como Paraná Moderno). Nesta ocasião predominavam as propriedades inferiores a 50 ha. Entretanto, à medida que

---

<sup>42</sup> “A terra não pode ser confundida com o capital; não pode ser analisada em suas conseqüências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção” Martins, José de Souza, 1995.

o capitalismo se acentua no campo, esse quadro se reverte, tomando proporções irreversíveis.

De acordo com as observações de Moro (2001), a partir da década de 1970, a concentração da posse da terra “foi de tal magnitude que deixaram de existir 100.385 estabelecimentos agropecuários” no Paraná. (MORO, 2001, p. 101).

Conforme os dados expressos na Tabela 8, verifica-se que entre as décadas de 1970 a 1980 os estratos inferiores a 10ha se reduziram sensivelmente em quase todas as mesorregiões que compreendem o território do denominado Paraná Moderno, salvo o Sudoeste. Nesta, em razão dos precedentes históricos da ocupação e dos conflitos sobre a posse da terra, a ação da modernização foi mais tardia. Do mesmo modo, os efeitos também tardaram, conforme pode ser observado na Tabela 8.

A mesorregião geográfica Centro-Occidental (composta pelas microrregiões geográficas de Goioerê e Campo Mourão) Paranaense apresentou maior percentual na redução desses estabelecimentos, ou seja, -54 %. Na sequência aparece a região Noroeste com -51,2; região Norte Central -50,6; região Norte Pioneiro -32,5 e, por fim, Sudeste com -26,8. Ademais, ressaltamos que, no período compreendido de 1980 a 1996, a mesorregião geográfica Centro-Occidental registrou o segundo menor índice de pequenas propriedades, isto é, 9.826 estabelecimentos agropecuários inferiores a 10 ha (Tabela 8). Isso representa uma mudança expressiva, tendo em vista que a região apreende uma área de solos arenosos, relevos dissecados que inviabilizam a mecanização.

Em consequência desses fatos, asseguramos que a região é uma das que mais sofreu e ainda vem sofrendo com a ação da anexação das pequenas propriedades às médias e, sobretudo, com as grandes propriedades. Conforme pode ser examinado na Tabela 8, os estabelecimentos superiores a 1000 ha cresceram 21,8 %. Esse percentual é o maior registrado no estado do Paraná. No último Censo Agropecuário de 2006, as pequenas propriedades de estratos até 100 ha continuaram diminuindo, ao passo que os estratos acima de 100 a 1000 ha aumentaram.

De acordo com os apontamentos de Oliveira (2002):

O processo de ampliação da propriedade camponesa ocorreu através da anexação das pequenas pelas médias e grandes. Há, portanto um processo de expropriação no seio da própria produção camponesa, onde o camponês médio ou rico anexa, através da compra, a terra do pequeno, que muitas vezes opta sua ampliação em outras regiões. (OLIVEIRA, 2002, p. 64).

No caso da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, a anexação das pequenas propriedades às médias e grandes acentuou-se entre 1970/80. Dos onze municípios que integravam a região na ocasião, seis apresentavam percentuais negativos bem superiores à média da Microrregião, -50,1%. Os dados Censitários do IBGE de 1970 e 1980, expressos na Tabela 9, comprovam que os municípios de Araruna, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Fênix, Mamborê, Quinta do Sol e Terra Boa registraram índices expressivos de expropriação dos estratos até 10 ha.



**TABELA 8**  
**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (HA), NAS MESORREGIÕES DO**  
**ESTADO DO PARANÁ, DE 1970 A 2006.**

MESORREGIÕES	0 -10 ha							10 -100 ha							100 – 1000 ha							+ de 1.000 ha						
	1970	1980	%	1996	%	2006	%	1970	1980	%	1996	%	2006	%	1970	1980	%	1996	%	2006	%	1970	1980	%	1996	%	2006	%
100 - Noroeste	55.581	27.084	-51.2	15.657	-14.4	15 725	0.4	31.479	24.401	-22.4	18.981	-22.2	17. 507	-7.7	2.398	3.489	45.5	3.913	12.0	4. 039	3.2	207	284	37.2	265	-6.7	196	-26.0
101 - C. Ocidental	36. 266	16.665	-54.0	9.826	-6.8	8 388	-14.6	17.536	14.103	-19.5	11.977	-15.1	10.384	-13.3	969	1.739	79.4	2.160	24.1	2. 278	5.4	48	64	33.3	78	21.8	67	-14.1
102 - Norte Central	57.713	28.506	-50.6	21.224	-25.5	24 606	15.9	40.367	32.005	-20.7	26.554	-17.13	24.758	-6.6	2.532	3.596	42.0	4.187	16.4	4. 522	8.0	118	140	18.6	160	14.3	138	-13.7
103 - Norte Pioneiro	30.624	20.674	-32.5	12.759	-38.3	13 662	7.0	19.639	17.618	-10.3	15.303	-13.1	13. 104	-14.3	1.734	2.152	24.1	2.508	16.7	2. 460	-1.9	102	146	43.1	117	-19.8	110	-5.9
104 - Centro Oriental	7.912	12.061	52.4	9.483	21.3	8 437	-11.0	10.185	10.485	2.9	9.941	-6.1	7.560	-23.9	1.956	2.212	13.0	2.548	15.3	1. 905	-25.2	216	275	27.3	290	5.4	224	-22.7
105 - Oeste	41.878	35.509	-15.2	23.447	-33.9	23 826	1.6	39.286	37.290	-5.0	30.318	-18.7	25. 587	-15.6	1.335	2.205	65.1	2.875	30.4	3. 126	8.7	68	89	30.8	95	6.7	82	-13.6
106 - Sudoeste	20.225	27.418	35.5	20.658	-24.6	20 099	-2.7	29.525	29.280	-0.8	25.383	-13.3	22.113	-12.8	685	908	32.5	1.223	35.2	1. 230	0.5	16	20	25.0	12	-40.0	19	58.3
107 - Centro Sul	11.533	17.523	31.9	14.876	-15.1	14 599	-1.8	17.171	17.828	3.83	20.222	13.4	21. 400	-5.8	3.051	3.153	3.34	3.331	5.7	3. 185	-4.3	203	290	42.8	231	-20.3	189	-18.1
108 - Sudeste	16.119	11.790	-26.8	14.361	-21.8	18 432	28.3	20.949	18.213	-13.0	19.173	5.2	18. 283	-4.6	1.201	1.436	19.5	1.530	6.2	1. 369	-10.5	59	89	50.8	108	21.3	90	-16.6
109 - M de Curitiba	17.221	17.765	3.1	12.329	-30.6	17 739	43.8	14.799	13835	6.5	10.913	-21.1	9.707	-11.0	1.297	1.459	12.5	1.157	-20.5	998	-13.7	50	141	182.0	93	-34.0	76	-18.2
<b>Total do Paraná</b>	<b>295.272</b>	<b>214.995</b>	<b>-27.1</b>	<b>154.620</b>	<b>28,0</b>	<b>165.513</b>	<b>7.0</b>	<b>240.936</b>	<b>215.058</b>	<b>-10.7</b>	<b>188.765</b>	<b>12.2</b>	<b>170. 403</b>	<b>-9.7</b>	<b>17.158</b>	<b>22.349</b>	<b>30.2</b>	<b>25.432</b>	<b>13.8</b>	<b>25. 112</b>		<b>1.087</b>	<b>1538</b>	<b>41.5</b>	<b>1.449</b>	<b>5.8</b>	<b>1.191</b>	<b>-17.8</b>

Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2013).

**TABELA 9**  
**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE**  
**ÁREAS (HA) DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO**  
**MOURÃO DE 1970 A 2006.**

Microrregião de Campo Mourão	0 -10 ha							10 -100 ha						
	1970	1980	%	1996	%	2006	%	1970	1980	%	1996	%	2006	%
Araruna	1588	222	-86.0	603	171.6	537	-10.9	1002	611	-39.0	673	10.1	605	-10.1
Barb. Ferraz	3.191	1.572	50.7	726	-53.8	795	9.5	1.030	1.175	14.0	628	-46.5	654	4.1
C. Mourão	4.885	1.265	-74.1	315	-75.1	333	5.7	2.767	1.270	-54.1	494	61.1	341	-30.9
Cor. do Sul	-	-	-	350	-	252	-28.0	-	-	-	289	-	246	-14.8
Eng. Beltrão	1.606	330	-79.4	245	-25.7	287	17.1	880	660	-25.0	504	-23.6	425	-15.6
Farol	-	-	-	181	-	133	-26.5	-	-	-	245	-	149	-39.1
Fênix	900	320	-64.4	124	-61.2	210	69.3	392	248	-36.7	201	-18.9	200	-0.5
Iretama	1.657	2.084	25.7	649	-68.8	608	-6.3	581	710	22.2	653	-8.0	794	21.5
Luiziana	-	-	-	-	-	238	-	-	-	-	255	-	297	16.4
Mamborê	1.481	1.105	-25.4	303	-72.5	381	25.7	1.570	1.082	-31.0	687	-36.5	424	-38.2
Peabirú	865	379	56.1	296	-21.9	155	-4.76	734	542	-26.1	490	-9.6	404	-17.5
Quinta do Sol	1.061	256	-75.8	61	-76.1	100	63.9	368	206	-44.0	136	-33.9	230	69.1
Roncador	820	1.630	98.7	621	-61.9	550	-11.4	740	926	25.1	775	-16.3	631	-18.5
Terra Boa	855	273	-68.0	264	-3.30	178	-32.5	745	638	-14.3	454	-28.8	165	-63.6
<b>Microrregião</b>	<b>18.910</b>	<b>9436</b>	<b>-50.1</b>	<b>4.873</b>	<b>48.3</b>	<b>4.757</b>	<b>-2.3</b>	<b>10.809</b>	<b>8.068</b>	<b>-25.3</b>	<b>6.484</b>	<b>-19.6</b>	<b>5.565</b>	<b>-14.1</b>

Microrregião de Campo Mourão	100 – 1000 ha							+ de 1.000 ha						
	1970	1980	%	1996	%	2006	%	1970	1980	%	1996	%	2006	%
Araruna	27	67	148.1	89	32.8	79	-11.2	-	2	-	1	-50.0	-	-100
Barb. Ferraz	31	103	232.2	91	-	96	5.4	-	3	-	4	33.3	3	-25.0
C. Mourão	240	342	42.5	147	-	149	1.3	2	12	500.0	3	-75.0	7	133.3
Cor. do Sul	-	-	-	26	-	25	-3.8	-	-	-	1	-	1	0.0
Eng. Beltrão	44	81	84.0	95	17.2	79	-16.8	-	2	-	4	100.0	5	25.0
Farol	-	-	-	69	-	50	-27.5	-	-	-	1	-	2	100.0
Fênix	18	43	138.9	52	20.9	46	-11.5	-	1	-	1	0	1	0.0
Iretama	36	62	72.2	105	69.3	115	9.5	2	2	0	4	100.0	-	-100.0
Luiziana	-	-	-	168	-	178	5.9	-	-	-	11	-	11	0.0
Mamborê	108	218	101.8	177	-	189	6.7	1	4	300.0	2	-50.0	2	0.0
Peabirú	62	79	27.4	91	15.2	102	12.0	1	4	300.0	5	25.0	1	-80.0
Quinta do Sol	35	55	57.1	62	12.7	69	11.2	1	6	500.0	4	-33.3	1	-75.0
Roncador	73	65	-10.3	114	75.3	99	-13.1	1	-	-100.0	4	100.0	5	25.0
Terra Boa	9	28	211.1	27	-3.5	97	259.2	2	-	-100.0	2	100.0	1	-50.0
<b>Microrregião</b>	<b>683</b>	<b>1.143</b>	<b>67.3</b>	<b>1.312</b>	<b>14.7</b>	<b>1.373</b>	<b>4.6</b>	<b>10</b>	<b>36</b>	<b>260.0</b>	<b>47</b>	<b>30.5</b>	<b>43</b>	<b>-8.5</b>

Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2013).

Assinala-se também, a ampliação dos estratos superiores a 100 ha. Os Censos de 1970, 1980, 1996, bem como o último Censo Agropecuário de 2006 definem a tendência inequívoca da concentração da terra na Microrregião. Os censos revelam que o desenvolvimento do capitalismo operou seletivamente,

suprimindo a pequena propriedade familiar, organização de produção que predominou na região até a década de 1970. Ocorrendo, portanto, uma readequação do tamanho dos estabelecimentos regionais.

Sabe-se que a concentração da terra reduziu a diversificação das culturas, especialmente nas áreas mecanizadas, diminuindo consideravelmente as lavouras de subsistência. Desse modo, a posição de região monocultora da soja fica fortalecida.

No período em que se solidificou o surto modernizador, acompanhado da expansão da soja, ocorreu a supervalorização da terra regional. Segundo IBGE (1990)<sup>43</sup> no Paraná, na década de 1980, níveis muito elevados da taxa de preço médio por hectare eram encontrados, especialmente nas áreas marcadas pela expansão das culturas modernas, que necessitavam de grandes investimentos.

Segundo Martins (1995, p. 160), a intenção do capital é dominar tudo, e, pouco a pouco, ele o faz, “como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada, vendida e alugada”.

Este processo contribui para valorizar o preço da terra e alargar a sua concentração nas mãos dos latifundiários, conseqüentemente cresce o número de trabalhadores rurais desterritorializados, porém na esperança de recuperação de suas terras. Estes, mesmo sem condições financeiras, vão se reterritorializar nas fronteiras agrícolas e nos centros urbanos.

No caso dos trabalhadores rurais da região de Campo Mourão, observamos que parte incorporou aos movimentos sociais, especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o que contribuiu também para o surgimento de novos territórios de acampamentos e assentamentos na região. Assunto que tratamos na seção seguinte, sobre as novas e velhas territorialidades ocasionadas com a dinâmica do capital no campo.

---

<sup>43</sup> Melhores Informações consultar Fundação. IBGE- Diretoria de Geociências – Geografia do Brasil. v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

**TABELA 10**  
**CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DOS MUNICÍPIOS DA**  
**MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO 1970 – 2006**

Microrregião Geográfica de Campo Mourão	Proprietário				Arrendatário				Parceiro				Ocupante			
	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006	1970	1980	1996	2006
Araruna	1.032	925	940	806	85	37	68	352	1326	32	319	39	174	27	39	24
Barbosa Ferraz	1.542	1.786	968	1.072	630	338	109	225	1777	433	260	71	306	296	122	153
Campo Mourão	3.372	1.708	750	636	1833	435	119	106	1502	533	32	18	1196	216	58	48
Corumbataí do Sul	-	-	372	410	-	-	25	46	-	-	206	53	-	-	66	15
Engenheiro Beltrão	912	812	578	575	94	116	145	168	1435	111	107	15	110	34	18	37
Farol	-	-	338	278	-	-	53	45	-	-	27	1	-	-	78	4
Fênix	377	364	237	298	91	89	66	110	733	108	65	25	110	51	9	22
Iretama	1.044	1.268	974	1.134	683	352	100	96	425	916	163	33	124	323	174	94
Luiziana	-	-	451	572	-	-	75	91	-	-	35	5	-	-	8	49
Mamborê	1.786	1.554	843	834	805	363	200	109	218	294	37	5	351	198	89	47
Peabirú	685	650	602	561	28	142	136	74	850	155	76	3	99	57	68	4
Quinta do Sol	331	247	194	296	512	58	53	58	623	191	13	4	-	27	3	2
Roncador	911	1.134	1009	1.071	277	239	127	128	315	808	171	7	132	2803	207	40
Terra Boa	617	911	594	407	4	16	62	22	978	5	62	5	12	8	29	2
Total Microrregião	12.609	11.359	8.850	8.950	5.042	2.185	1.338	1.630	10.182	3.586	1.573	284	2.614	4.040	968	541
Paraná	312.762	305.765	282.175	297.935	68.741	43.340	26.945	25.676	122.937	63.044	28.117	7.870	50.048	41.954	32.638	18.139

Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2013).

De acordo com Moro (2001), outro aspecto relevante à análise da concentração fundiária é a condição do produtor. Assim como ocorre a redução dos estratos inferiores a 10 ha e dos estratos intermediários de 10 a 100 ha, os espaços disponíveis para a categoria de produtor também se reduz, em outras palavras, há uma estreita relação entre a diminuição do indicador de estabelecimentos com a redução das categorias de produtor. Neste sentido, podemos acurar em nível regional a intensa relação entre a reversão da estrutura da posse da terra, com a redução da condição do produtor (Tabela 10).

Para Fleischfresser (1988), a estrutura fundiária e a classe de produtores rurais devem ser avaliadas de modo conjunto, uma vez que ambas estão relacionadas com o principal meio de produção agrícola – a terra. E esta é propriedade privada, nela está arraigada a origem da categoria do produtor.

Para analisar a condição do produtor na Microrregião de Campo Mourão, utilizamo-nos das quatro classificações do IBGE, proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante.

Como regime de propriedade ou proprietários entendemos, “quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fosse de sua propriedade (inclusive por usufruto)” e “a pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade de exploração do estabelecimento” (IBGE, 1970). Na Tabela 10, verificamos que a Microrregião, em 1970, contemplava 12.609 proprietários, independentemente do tamanho da propriedade. Na década de 1980, o número caiu para 11.359, no censo de 1996 registrou 8.850 e no último censo de 2006, registrou 8.950. Esse segmento registra o número mais elevado entre as categorias de produtor na região, porém, este número se reduziu em termos absolutos de 3.759 entre 1970/96. Nota-se que os estabelecimentos agropecuários inferiores a 10 ha foram os que sofreram maiores reduções. No entanto, no último Censo Agropecuário de 2006 observamos um pequeno aumento de proprietários. Analisando a Tabela 10, esse aumento pode ser verificado nos municípios de terreno dobrado, onde predomina a pequena propriedade. A redução de proprietário se encontra nos municípios de relevo suave ondulado, onde predomina as culturas mecanizadas da soja e milho, onde é forte a presença do agronegócio. O que indica a concentração de terras.

O regime de arrendamento ou arrendatário é a segunda condição do produtor, este paga em dinheiro ou em produção ao dono da propriedade da terra, para nela

produzir. Esse procedimento ocorre “sempre que as terras de estabelecimento tivessem sido tomadas, mediante o pagamento em dinheiro ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços” (IBGE). Os dados da Tabela 10 revelam o ‘desaparecimento’ dessa categoria de produtor para a região. Isso se deve ao fato de que com a valorização das terras e com a alta rentabilidade das lavouras mecanizadas (soja, trigo, milho, principalmente) tornou-se mais vantajoso para o proprietário explorar diretamente a terra do que ceder para a exploração de terceiros. Na década de 1970, o montante era de 5042 arrendatários; em 1996, este número passou para 1.338, reduziu de maneira drástica, extinguindo 3.704 arrendatários. No último Censo de 2006 registrou apenas 284, quase se extinguindo essa categoria de produtor na região.

Os parceiros são considerados os indivíduos ocupados nas atividades agrícolas, onde as terras seriam de propriedade de “terceiros e estivessem sendo exploradas em regime de parceria mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento ao proprietário de um percentual da produção obtida” (IBGE). Outras definições são encontradas, mas muitas vezes se confundem com arrendatários. Esta categoria na região é pouco encontrada, embora os dados de 1970 mostrem a existência de 10.182 parceiros, e 1.573 em 1996. Na opinião de Lucas (1984):

O destino do ‘posseiro’ é, em realidade, o tornar-se ‘parceiros’, que é a segunda ‘condição’ que o ‘produtor’ adquire em nosso sistema capitalista. O ‘Parceiro’, como está computado pelo IBGE, tanto pode ser um camponês pobre, que tem uma participação na terça parte, na quarta parte ou na metade de sua produção, deixando igualmente uma outra metade, terça ou quarta parte do que produz nas mãos do ‘proprietário’, e utilizando sua própria força de trabalho e a da sua família, como pode ser igualmente um empregador de assalariados. (LUCAS, 1984, p. 59).

O autor observa também que em “regiões desenvolvidas pode-se encontrar índices elevados de parceiros, ao passo que nas regiões menos desenvolvidas o número diminui”. De modo geral, segundo autor, há uma constante redução dessa categoria à medida que o capitalismo se expande. Essa afirmação é contraditória, apesar de servir para elucidar a região em estudo. Em outras palavras, a região é

considerada desenvolvida em termos de produção agrícola e, conforme já mencionado, o número de parceiros reduziu consideravelmente.

A quarta condição do produtor, segundo o IBGE, é a de ocupante ou posseiro, e compreende as pessoas que se apossam de uma área sem pagamentos. Essa condição ocorre “nos casos em que a exploração se processa em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem o consentimento do proprietário), nada pagando o produto pelo seu uso”. Para a Microrregião, os dados de ocupação apresentam sentidos antagônicos em relação às outras categorias. Verificamos que na década de 1970, a região contava com 2.614 ocupantes; na década de 1980, o saldo cresceu passando para 4.040, somente a partir de 1996 este quadro se reverte, registrando 968 em termos absolutos e no censo de 2006 esse quadro acentua ainda mais, ou seja, registrou 541 ocupantes em toda Microrregião. Para explicar este fato é oportuno o estudo realizado pelo IPARDES, no qual se concluiu que:

Os ocupantes de que fala o Censo são, na realidade, os posseiros, sem titulação de terras ou com titulação ilegal. A variação ocorrida entre 60 e 75 indica, desta forma, dois processos paralelos e antagônicos: de um lado, a diminuição em número e área dos ocupantes nos estratos maiores, e de outro a diminuição menos acentuada nos estratos menores. Isto se por um lado indica a legalização das terras nos estratos maiores, fornece uma idéia aproximada das dificuldades que enfrentam os pequenos para realizá-la. O grande número de ocupantes ainda existente nos estratos pequenos indica que boa parte dos produtores paranaenses não tem nenhuma segurança quanto a continuidade do acesso à terra. De um lado, por falta de recursos para pagar um processo de legalização de terras, e agüentar sua demora. Por outro lado, pelo caráter conflitivo que assumem as questões da terra no Paraná, conforme relatam inúmeras fontes. (IPARDES, 1983, p. 46, *apud* FLEISCHFRESSER, 1988, p. 78).

Neste contexto, pode se dizer que parte dessa categoria de produtor, juntamente com os demais, foram forçados a desterritorializarem e se reterritorializarem nas cidades ou para outras áreas agrícolas, em busca de novas formas de sobrevivência.

### 3.2.3 A Desterritorialização do Trabalhador Rural

Neste item tratamos basicamente da desterritorialização do homem do campo, ocasionado pela dinâmica da 'modernização conservadora' que ressaltamos em linhas anteriores. Essa massa de população rural há tempo luta por sobrevivência, nas áreas urbanas ou no campo, em busca do acesso à terra.

A desterritorialização da população rural é milenar, porém nos tempos modernos, tem intensificado, sobretudo nas regiões onde a ação do capitalismo e a introdução de novas tecnologias foram mais intensas, entre as décadas de 1960 a 1970.

No Brasil, esse processo, desterritorialização, foi desigual entre as regiões, estados e municípios, uma vez que está atrelado ao avanço das relações capitalistas. Neste período, o estado do Paraná é um dos estados brasileiros que mais perdeu a população rural. Após passar por um momento de atração populacional dentre as décadas de 1950 a 1960, o Paraná embrenha-se numa retração aguda a partir de 1970. Conforme as considerações de Martine (1987):

Durante as décadas de cinqüenta e de sessenta, o Paraná caracterizou-se por elevadas taxas de crescimento demográfico, devido, em grande medida, ao intenso fluxo de migrantes para as áreas de fronteiras agrícola, principalmente ao norte do estado. No entanto, nos anos setenta, assistiu-se a reversão desse padrão de crescimento, quando o estado passou de receptor a expulsor de população. A taxa de crescimento anual da população total sofreu uma queda acentuada do patamar de 7,0%; na década de cinqüenta, para 1,0% na, de setenta. (MARTINE, 1987, p. 150).

Sobre essa questão, Moro complementa que:

Parte considerável dos retirantes do campo dirigiram-se a outros estados da federação, notadamente às fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte e à região metropolitana da capital paulista. Da mesma forma, é significativo o contingente que se deslocou para as terras agrícolas, lindeiras ao rio Paraná, no vizinho Paraguai, concorrendo na formação dos "brasil-guaios". [...] ainda, há um numeroso conjunto de retirantes que se dirigiram preferencialmente às cidades pólos regionais, como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, dentre outras, e as cidades satélites, e, com maior fluxo, a região metropolitana da capital paranaense. (MORO, 2001, p. 114).



Este fenômeno se intensificou com a fragmentação da pequena propriedade, via partilha hereditária, provocando o minifúndio, além disso, as dificuldades de reprodução da agricultura familiar. Outro fato que contribuiu para essa fragmentação foi o emprego da força mecânica em detrimento da braçal. Estes acontecimentos, entre outros, foram responsáveis pelo surgimento de vários territórios no meio rural paranaense.

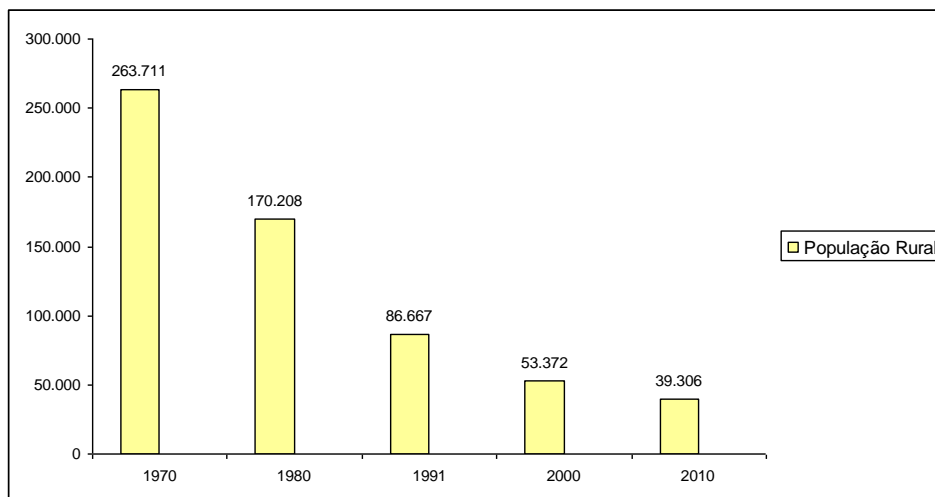
Como visto no item anterior, uma das características deliberadas da dinâmica do capitalismo é a posse da terra. Não obstante a proliferação do *assalariamento*, o capitalismo, à medida que impulsiona o uso dos meios modernos, cria também efeitos sobre as relações da força de trabalho, aumentando consideravelmente o excedente de mão de obra<sup>44</sup>, ocasionando desemprego no meio rural. Desse modo, vale ressaltar o disparate do capitalismo, pois ao mesmo tempo em que cria o *assariado* - seu exército de mão de obra, libera-os. Estes, sem nenhuma perspectiva, são forçados a abandonar seus territórios, em busca de terra e de emprego.

Entre 1985 e 1995, o número de pessoas ocupadas nas atividades rurais sofreu uma redução de 31,7% ou 597,4 mil pessoas. Na década de 70, marcada por intensa e profunda transformação da base agrícola e na estrutura de posse de terra, o IBGE registrou que a redução do 'pessoal ocupado' foi de 8,8% ou 173,8 mil pessoas. (LIBARDI; DELGADO, 1994, p. 53).

Os dados censitários do IBGE (1991) revelam ainda que mais de 2.650.000 pessoas foram desterritorializadas do campo. Parte considerável destas pessoas territorializou nas cidades, sendo que uma parcela conseguiu se integrar ao sistema urbano. Porém, os mais descapitalizados permanecem sofrendo por conta dos efeitos negativos do movimento da modernização.

---

<sup>44</sup> No capitalismo a fome de trabalho excedente brota do caráter mesmo da produção. E este movimento incessante, impulsionado pela natureza mesma do modo de produção, explica, explicita e exacerba a contradição estrutural do capitalismo, entre, de um lado, a concentração do capital gerado e do controle sobre o processo social de produção e, de outro, a socialização do trabalho (SOARES, 1981, p. 171).



**GRÁFICO 01 - A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DO CAMPO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO - 1970 A 2010.**

Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2012).

O Gráfico 1 ilustra como esse processo de desterritorialização foi intenso na Microrregião de Campo Mourão, em quatro décadas a população rural que era de 263.711, passou para 39.306 pessoas, uma redução de 85% da sua população rural.

Tais implicações elencadas, asseguramos que a região foi uma das mais atingidas, e continua sofrendo com a ação da anexação das pequenas propriedades às médias e grandes propriedades, expropriação e expulsão do trabalhador rural. Tais consequências fez surgir na região outros territórios, que tratamos na seção seguinte.

**TABELA 11**  
**POPULAÇÃO RURAL E URBANA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO**  
**MOURÃO – 1970/2010**

Microrregião Geográfica de Campo Mourão	POPULAÇÃO-HABITANTES									
	RURAL					URBANA				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010
Araruna	19.207	9.743	6.529	3.947	2.944	4.167	4.576	5.858	9.134	10.475
Barb. Ferraz	31.347	26.802	7.517	4.375	3.075	6.065	10.815	10.870	9.735	9.581
C. Mourão	49.338	26.409	9.983	5.722	4.518	27.780	50.366	72.335	74.754	82.676
Cor. do Sul	10.384	7.453	4.880	2.960	1.875	609	1.396	1.762	1.998	2.127
Eng. Beltrão	21.962	9.756	6.293	2.953	1.628	3.415	5.788	8.378	11.129	12.278
Farol	10.806	4.115	2.551	2.019	1.454	808	1.118	1.837	1.944	2.018
Fênix	11.913	4.141	1.967	1.106	807	2.897	3.438	4.016	3.836	3.995
Iretama	13.328	17.929	9.292	5.179	4.435	1.722	4.373	6.522	6.156	6.187
Luiziana	7.209	10.059	5.916	3.402	2.559	316	1.796	3.187	4.138	4.756
Mamborê	29.780	16.561	7.718	6.141	4.977	4.735	8.419	8.314	9.014	8.984
Peabirú	17.446	8.292	5.014	2.991	2.615	6.726	7.939	9.147	10.491	11.009
Quinta do Sol	14.134	5.078	2.227	2.305	1.277	1.757	2.755	3.372	3.454	3.811
Roncador	12.401	14.834	11.579	6.809	4.417	1.051	3.542	5.994	6.826	7.120
Terra Boa	14.456	9.036	5.201	3.463	2.725	5.355	7.440	9.761	11.177	13.051
<b>Microrregião</b>	<b>263.711</b>	<b>170.208</b>	<b>86.667</b>	<b>53.372</b>	<b>39.306</b>	<b>67.704</b>	<b>113.761</b>	<b>151.353</b>	<b>163.786</b>	<b>178.068</b>

Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2012).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 11, nas últimas quatro décadas, a população absoluta da região vem se declinando de 332.415, registrado no censo de 1970 para 217.374, no Censo de 2010. Sem dúvida, a intensiva mecanização, bem como a dinâmica acelerada da concentração da posse da terra estão na base da redução de mais de 114 mil habitantes.

Para Libardi e Delgado (1999), a migração da população rural, mais precisamente a mão de obra excedente, não teve absorção pelo mercado de trabalho urbano, especialmente na década de 1990, com a recessão econômica. Além disso, as ocupações nos segmentos urbanos foram insuficientes para contemplar parte dessa população, implicando no aumento da taxa de desocupação.

Em meio às contradições provocadas pelo capital, bem como o apoio do Estado nessa contradição, apresentamos, na seção a seguir, as novas e velhas territorialidades que surgem em decorrência da articulação desses agentes, seja como território do agronegócio, ou território de resistência aos poderes hegemônicos, como os assentamentos e acampamentos.

#### 4 NOVAS E VELHAS TERRITORIALIDADES, NO CAMPO

*“Somos sujeitos residuais, técnicos e sociais em constante transformação, pois o movimento atinge e envolve os sujeitos em tempos e espaços diferentes, criando e recriando territórios”.*  
(SAQUET, 2009).

Conforme enfatizamos na seção 1, simultaneamente à desterritorialização há a reterritorialização que regulam reciprocamente e resultam da energia do trabalho. É nessa perspectiva que centralizamos nossas análises nas *novas* e *velhas* territorialidades que surgem após a década de 1970 no espaço rural da Microrregião Geográfica de Campo Mourão.

De acordo com Saquet (2007), existem *novas* territorialidades que contêm em si o *velho*, continuidade e descontinuidade históricas em diversas escalas. Nesse sentido, essa relação se dá ao processo histórico da área de estudo, porém muitas vezes o *velho* e o *novo* se “confundem”.

Para organização desta seção que versa sobre as velhas e novas territorialidades, analisamos entrevistas e depoimentos, dos representantes das cooperativas de produção agropecuária e cooperativas de pequenos produtores rurais; das agroindústrias e agroindústrias familiares; das associações de produtores rurais; dos assentamentos e acampamentos e; bem como das vilas rurais. Portanto, a continuidade e a descontinuidade são elementos do território que analisamos, uma vez que para explicar o presente se faz necessário voltar ao passado e, segundo Saquet (2007), o passado está no presente e o presente no passado.

Assim, se fez necessário abordar a territorialização das cooperativas, especialmente sua intensificação após a década de 1970, implementada pela modernização “conservadora” do processo produtivo, bem como as agroindústrias na sequência, como forma de geração de valores adicionais aos produtos primários, resultando em rentabilidade dos produtores rurais associados, pelo processo industrial. Do mesmo modo, destacamos as cooperativas de pequenos produtores rurais que têm incentivado a diversificação e intensificação de produtos alimentares.

Conforme abordamos na seção 3, o novo modelo de produção agrícola que se instalou no país implicou em um dos principais fatores que corroboram com as desigualdades sociais, especialmente no estado do Paraná. Conforme a Tabela 9 (página 145), que trata sobre os estabelecimentos agropecuários entre 1970 – 2006 na Microrregião Geográfica de Campo Mourão, na década de 1970, das 18.910 unidades com até 10 ha passou para 4.757 unidades no censo agropecuário de 2006. Nesse sentido, nas últimas décadas, os poucos pequenos produtores rurais que restaram na Microrregião têm enfrentado muitas dificuldades no processo produtivo e na geração de renda. Porém, essa realidade não é apenas da área em estudo, essa categoria de agricultores é pouco valorizada, mesmo considerada pela Organização das Nações Unidas – ONU para Alimentação e Agricultura - FAO<sup>45</sup>, como os responsáveis pela produção de alimentos à população. No Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2004) noticiou que os pequenos produtores rurais são responsáveis por 60% da produção do feijão, arroz, mandioca, milho, hortaliças, dentre outros.

É preciso salientar que, em contraponto ao agronegócio, surgem os territórios ‘alternativos’ dos pequenos produtores organizados com ações para a permanência na terra. Organizam-se em associações com propósito de adquirir máquinas e insumos agrícolas coletivamente, bem como para comercializar sua produção.

Além disso, nos últimos anos têm surgido outros territórios no cenário rural da Microrregião, são os territórios constituídos de trabalhadores rurais sem terra, uma parte organizada em movimentos sociais, na forma de assentamentos, implantados pelo poder municipal, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, outros na forma de acampamentos que se transformam, por meio da luta em assentamentos. Esses movimentos são formas de poder, de resistência à ordem estabelecida na sociedade capitalista. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST é um exemplo e traz, como uma das bandeiras, a luta pelo acesso à terra.

A territorialização deste movimento na Microrregião iniciou em meados da década de 1990, associado às transformações no campo. As ocupações se dão em forma de acampamentos e assentamentos.

---

<sup>45</sup>Relatório O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo - 2011

Outro modelo de “assentamento” que analisamos são as vilas rurais, presentes no espaço paranaense que se constituiu em uma política governamental de territorialização dos trabalhadores rurais, sujeitos sociais, que sofrem os efeitos do avanço das relações capitalistas de produção, no campo. Fato que nos remete ao pensamento de Saquet (2009) que o movimento abarca e atinge os sujeitos em tempos e espaços diferenciados, (re) criando territórios.

O desenvolvimento do capitalismo se faz movido pelas contradições e desigualdades (Oliveira, 2002), isso justifica as diferenciações e contradições presentes no campo brasileiro, neste caso em especial a Microrregião de Campo Mourão. No mosaico da Figura 16, temos a representação da proporção dos indicativos que representam essas contradições e desigualdades com área de agricultura capitalista, com a produção de grãos, com a utilização de insumos e instalações de silos, cooperativas de produção agropecuária ou agroindustrial, cooperativas de pequenos produtores rurais, agroindústrias, agroindústrias familiares, assentamentos, acampamentos e vilas rurais. Sintetiza as discussões que tratamos sobre os diferentes territórios produzidos espaço-temporalmente pelas relações de poder, tecidas pelos diferentes grupos sociais, porém, fortemente marcados pelo poder do Estado e do capital.



FIGURA 16 – MOSAICO SÍNTESE DAS NOVAS E VELHAS TERRITORIALIDADES NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO.  
 Org.: Andrade, Áurea (2013).

#### 4.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIAS E DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

No estado do Paraná o modelo de cooperativismo que predominou nos territórios, até início da década de 1970, era estruturado na organização comercial, especialmente no Norte paranaense em que as cooperativas agropecuárias estavam centradas, sobretudo na comercialização do café. Tais cooperativas, segundo Moro (1991), em sua ampla maioria foram fundadas no segundo quinquênio da década de 1950. Porém, com o advento do avanço tecnológico no campo, progressivamente emerge um novo modelo de cooperativismo agrícola, discutido por Delgado (1985) como 'multicooperativa'<sup>46</sup>.

A expansão desse novo modelo se deve em razão do Estado adotar as cooperativas como um dos seus instrumentos para viabilizar parte dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR. Com a intervenção do Estado, as cooperativas passaram a desempenhar papel importante - como instrumento político e econômico - à expansão do capitalismo no campo. O Estado "se sustentou nas cooperativas para consolidar o novo modelo agrícola, baseado na substituição das lavouras tradicionais pelas lavouras modernas, retribuindo a este apoio com a distribuição de financiamentos altamente subsidiados". (SERRA, 1995, p. 62).

Convém ressaltar que o Estado, na ocasião, também trazia como propósito atenuar o poder político dos sindicatos. A "ideia era transferir via cooperativas para o sistema produtivo, as forças políticas que agiam dentro e em torno dos sindicatos". (SERRA, 1995, p. 62).

A tentativa de fragilizar os movimentos sindicais é compreensível considerando a política repressiva e conservadora do Estado militar, o que não seria diferente com o cooperativismo no país. Segundo Rech (2000), a Lei 5.764<sup>47</sup> de 1971 que regulamenta o cooperativismo no Brasil, trata-se de um modelo 'conservador', assim como a 'modernização'. Para Schneider (1981), a promulgação da Lei, "de orientação nitidamente empresarial", caracteriza como um momento de

---

<sup>46</sup> "Entidade cuja estrutura e dinâmica de crescimento apresentam várias similaridades com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial. Tais similaridades manifestam-se pela diversificação multisetorial e espacial da operação econômica, e pela complexidade da estrutura organizacional, sob a hegemonia de um *staff* que centraliza as decisões de investir". Delgado (1985, p. 165).

<sup>47</sup> "A Lei 5.764/71, feita por militares, impôs uma estrutura muito rígida na organização das cooperativas e, ao contrário de permitir o desenvolvimento do cooperativista". (RECH, 2000 p.20).



“renovação das estruturas”, ou seja, estimular a “fusão de cooperativas agrícolas isoladas e abrindo espaço para integração vertical de cooperativas já assentadas sobre as bases econômicas, mais sólidas”. (SCHNEIDER, 1981, p. 15).

Do mesmo modo, Hespanhol (1990) salienta que o setor cooperativista com a implantação da Lei 5.764/71 vários benefícios surgiram dentre os quais a retenção de sobras, o que garantia o fortalecimento das cooperativas, as linhas de créditos, juros reduzidos para investimentos das cooperativas, além de se tornarem organizações privilegiadas, “como agentes do Departamento de Comercialização do Trigo Nacional – CTRIN do Banco do Brasil e da Companhia de Financiamento da Produção – CFP, na execução da política de preços mínimos”. (HESPANHOL, 1990, p. 112).

Hespanhol (1990) salienta ainda que o governo federal, por meio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, e o governo estadual, por meio do Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP, estimularam a formação de novas cooperativas, conferindo financiamentos a longo prazo com taxas de juros inferiores à inflação para instalação de infraestrutura como silos, graneleiros e armazéns.

As cooperativas paranaenses, ainda no modelo comercial, eram basicamente influenciadas pela economia da cultura cafeeira, porém, com o desestímulo dessa cultura, juntamente com a crise econômica, entre as décadas de 1970 e 1980, bem como com a expansão das inovações tecnológicas, voltam-se para outros produtos.

Segundo Teixeira (2002), as cooperativas, na ocasião, não deixaram de receber o café, porém:

O binômio soja/trigo, dentre outros produtos, ocuparia a preferência deste setor, já que tradicionalmente predominava para o setor agropecuário uma política voltada para exportação que, em contrapartida, colocaria os produtos alimentícios destinados ao consumo interno, a exemplo do arroz e do feijão, em declínio produtivo. (TEIXEIRA, 2002, p. 91).

Ainda na década de 1970, no estado do Paraná, foi elaborado um plano de integração do cooperativismo, envolvendo órgãos como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Departamento de Assistência ao Cooperativismo - DAC e Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná -

ACARPA<sup>48</sup>. Neste planejamento criou-se uma regionalização com objetivo de ampliar o desenvolvimento de ações para o cooperativismo no estado. Segundo Moro (1991), este Plano iniciou-se pela planificação do cooperativismo nas regiões Oeste e Sudoeste do estado, com a denominação de Projeto Iguaçu de Cooperativismo – PIC, que engloba a Região Oeste. Foi criado também o Projeto Norte de Cooperativismo - NORCOOP, que engloba as cooperativas da Região Norte - e o Projeto Sul de Cooperativismo – SULCOOP, que engloba a Região Sul, conforme a Figura a 17.

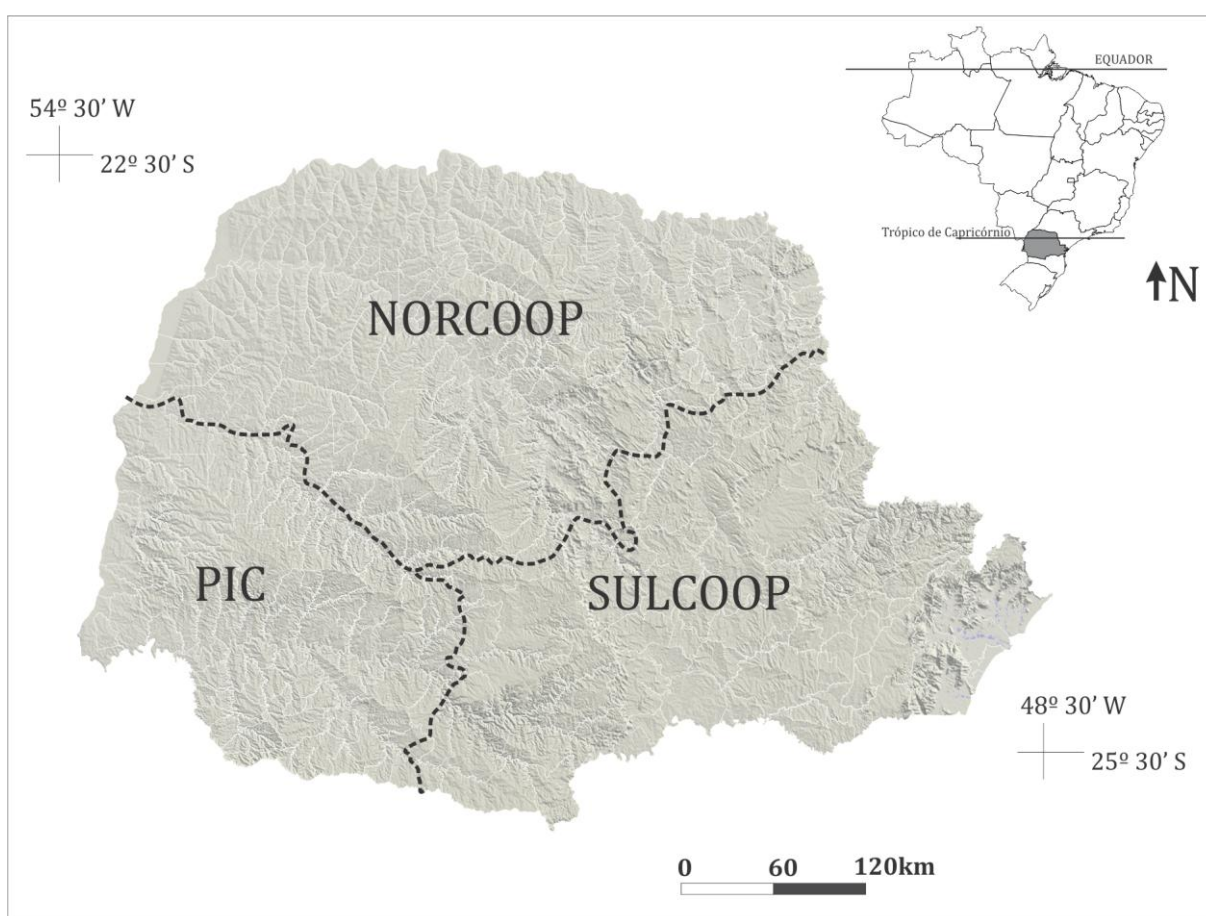


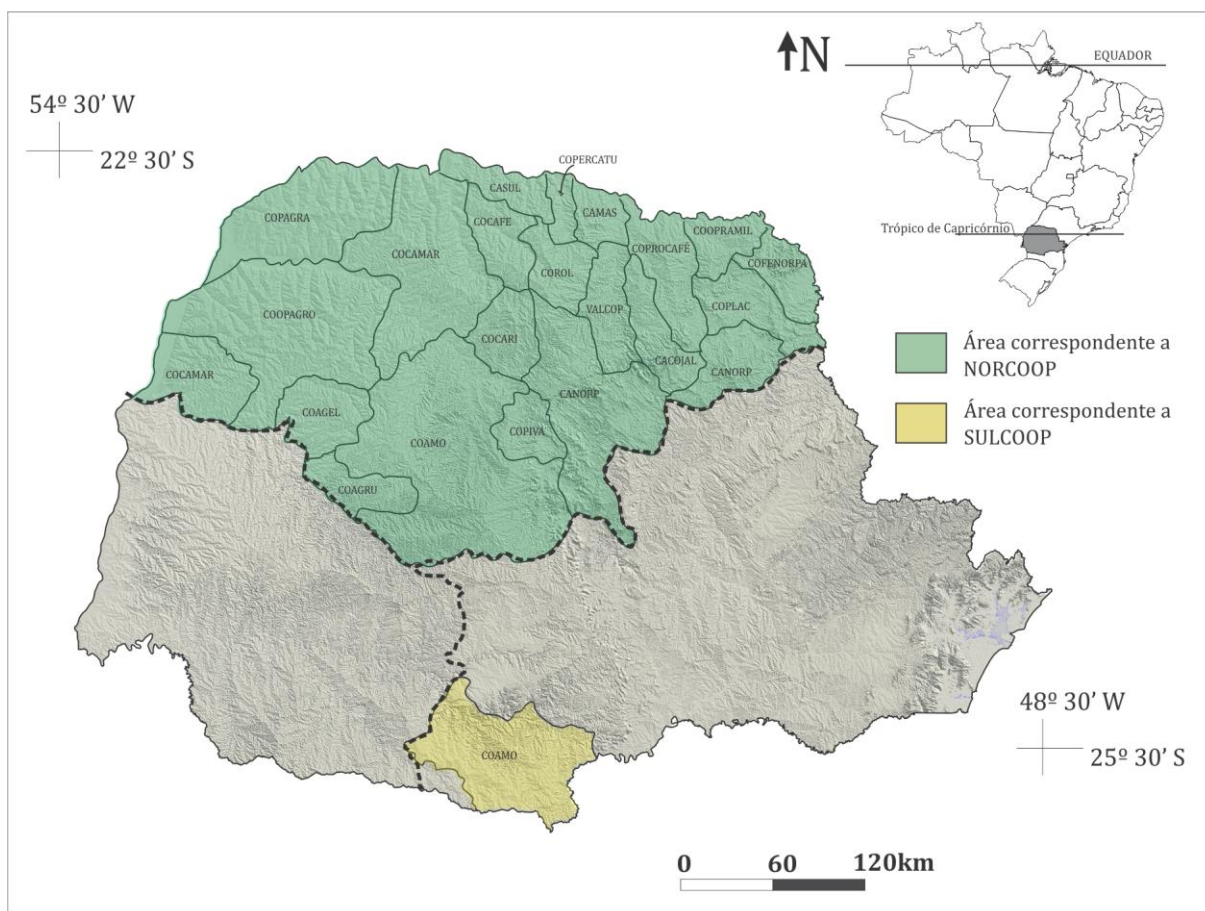
FIGURA 17- PLANO INTEGRADO DE COOPERATIVISMO NO PARANÁ

Fonte: Moro, 1991, p. 232. – Org.: Andrade, Áurea (2013).

No período da realização desse Plano, década de 1970, o estado do Paraná contava com 47 cooperativas agropecuárias das quais 12 pertenciam ao Projeto PIC, 20 ao NORCOOP e 15 ao SULCOOP. O Projeto Norte de cooperativismo

<sup>48</sup> Atual Emater - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

registrou maior crescimento, agregando até 1989, mais 16 cooperativas, inclusive as pertencentes à Microrregião de Campo Mourão, conforme os dados contidos na Tabela 12. Nessa ocasião, a Microrregião contava com a atuação de quatro cooperativas, a Cooperativa Agropecuária de Goioerê - COAGEL, a Cooperativa Agroindustrial União - COAGRU, a Cooperativa Mista do Vale do Ivaí Ltda - COPIVA e a COAMO Agroindustrial Cooperativa. Esta última, em grande expansão territorial, embrenhando-se até no Sudoeste do estado, região do SULCOOP. (MORO, 1991), conforme a Figura 18



**FIGURA 18 - TERRITORIALIZAÇÃO DO PROJETO DE COOPERATIVISMO NORTE DO PARANÁ – NORCOOP**

Fonte: Emater, Moro, 1991 – Adaptado e Org.: Andrade, Áurea (2013).

Ainda nesse período, várias cooperativas foram criadas, porém muitas não tiveram êxito, foram fadadas ao fracasso por duas razões, de acordo com as informações da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR (1991):

O primeiro, que nos anos oitenta ocorreu a consolidação das cooperativas como resultado da ação dos Projetos Integrados e da continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de apoio junto ao quadro social, para o fortalecimento das estruturas existentes. O segundo fator foi que as cooperativas criadas nesse período, principalmente nos setores de álcool e carne, foram constituídas através da ação governamental, sem refletir o desejo das bases, e mais, os incentivos prometidos não chegaram ou foram retirados prematuramente, com isso muitas nem chegaram a funcionar. (OCEPAR, 1991, p. 7).

É importante salientar, sem desmerecer ou negar os argumentos da OCEPAR, que o fracasso dessas cooperativas foi provocado principalmente pelos Projetos de Integração e pela falta da vontade das bases, mas, fundamentalmente ao apoio à verticalização das cooperativas já consolidadas economicamente.

TABELA 12  
PRODUTORES ASSOCIADOS ÀS COOPERATIVAS NA DÉCADA DE 1980

Projeto	Municípios Atendidos	Número de Cooperativas	Nº Produtores Rurais	Nº de Associados	(%) Associados
PIC	69	12	150.852	61.500	41
SULCOOP	67	16	113.895	14.944	13
NORCOOP	172	35	196.763	120.135	61
Total	308	63	461.510	196.579	43

Fonte: OCEPAR, 1990 – Org.: Andrade, Áurea (2013).

Contudo, ainda de acordo com a OCEPAR (1990), até 1989 o Paraná contava com 63 cooperativas agropecuárias, com 196.579 associados, abrangendo 308 municípios. Essas cooperativas eram responsáveis, na década de 1980, por 60% do PIB agrícola estadual, instituindo-se como um instrumento forte de desenvolvimento rural apoiado pelo Estado.

[...] consolidaram nos anos 80 suas bases junto aos associados e partiram para a conquista de espaços na área industrial, de consumo e de crédito [...]. Tornaram-se propulsoras do desenvolvimento do interior, aliadas ao poder público na execução das políticas do Governo de apoio ao setor rural. (OCEPAR, 1991, p. 7).

Atualmente são 81 cooperativas agropecuárias distribuídas em todo território paranaense, estas são responsáveis por 55% da economia agrícola do estado (OCEPAR, 2012).

Concomitante ao plano de desenvolvimento, as cooperativas paranaenses estimularam a disseminação das culturas modernas da soja e do trigo, o que contribuiu fortemente para que se tornassem competitivas no mercado, dominado por grandes empresas. Do mesmo modo, o Plano de integração das cooperativas e a defesa dos interesses dos produtores rurais contribuíram para organização e fortalecimento de uma infraestrutura básica de armazenagem e produção. Esses fatores foram essenciais para consequente expansão agroindustrial, isto é, para agregação de valor à produção das cooperativas, assunto que tratamos na subseção seguinte.

A história do cooperativismo na Microrregião de Campo Mourão tem sua peculiaridade, embora associado à NORCOOP, sua origem se dá a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970. Assim, o cooperativismo iniciou tardio em relação a outras regiões do estado e, ao contrário do Norte paranaense, a cafeicultura foi pouco expressiva, o cooperativismo nasce e se desenvolve atrelado às culturas modernas – primeiramente com o trigo e logo a seguir a soja.

Contudo, cabe ressaltar que o processo cooperativista em todo território brasileiro se encontra condicionado à lógica do capital, isto é, o desenvolvimento desigual, entre pessoas e entre regiões.

Nessa perspectiva são oportunas as considerações de Schneider (1981):

[...] o funcionamento e a expansão do cooperativismo agrícola são fortemente condicionados pela dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira. Esta tendência à desigualdade, inerente à lógica da expansão do capital, é agravada por uma complexa rede de relações de dependência das econômicas centrais do sistema capitalista e que são importantes condicionantes do desenvolvimento nos países periféricos. (SCHNEIDER, 1981, p. 15).

O cooperativismo é a “terceira via” para o desenvolvimento (RIOS, 1989), no entanto, há diferentes formas de cooperativismo considerando a realidade local e às condições históricas. Essas especificidades, juntamente com os interesses de um grupo, caracterizam a forma. Porém, o cooperativismo no Brasil se apresenta de forma contraditória, de um lado como instrumento de organização econômica da produção agrícola para exportação, sobretudo de grãos, e de outro, a agricultura

capitalista voltada para o abastecimento interno, para a comercialização agrícola dos produtos de pequenos produtores.

COOPERATIVAS	MUNICÍPIO DA MATRIZ	ANO DA FUNDAÇÃO	Nº DE ASSOCIADOS	MOVIMENTO DA UNIDADE DA MATRIZ - 2011 <sup>49</sup>	MOVIMENTO TOTAL - 2011
COAMO – Agroindustrial Cooperativa	Campo Mourão	28.11.1970	24.372	2.839.252.699,00	R\$ 5,97 bilhões.
Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil – COOPERMIBRA/CVALE	Campo Mourão	03.12.1997	5.600	90.485.610,00	R\$ 3,23 bilhões (C.Vale)
Cooperativa Agroindustrial de produtores de Corumbataí do Sul e Região - COAPROCOR	Corumbataí do Sul	08.07.2009	800	4.226.100,39	R\$ 4.350.000,00
Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu - COAVRCAN	Iretama	14.08.2009	175	535.444,30	R\$ 535.444,30
Cooperativa Regional dos Produtores de Leite - COPROLEITE	Campo Mourão	22.10.2005	400	5.272.204,00	R\$ 5.272.204,00
Cooperativa dos Agroempreendedores de Engenheiro Beltrão AGROBELTRÃO	Engenheiro Beltrão	06. 2009	29	Não informado	-

**QUADRO 2 - COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIAS E DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS, COM MATRIZ EM MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO.**

Fonte: Prefeituras Municipais, OCEPAR, 2012 – Org.: Andrade, Áurea (2013).

O cooperativismo na Microrregião não foge dessa contradição, se por um lado contribui para agricultura capitalista voltada para exportação, por outro, contribui para o abastecimento do mercado interno, com produtos alimentares. Conforme o Quadro 2, observamos que há cooperativas de produção agroindustrial considerada de larga escala, com elevado número de cooperados, significativo movimento de capital a exemplo da COAMO Agroindustrial Cooperativa e da Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil – COOPERMIBRA/C.VALE (fusão entre Coopermibra e C.Vale Cooperativa Agroindustrial).

Ainda de acordo com o Quadro 2, a Microrregião conta com quatro cooperativas de agricultura familiar ativas, a Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região – COAPROCOR, Cooperativa Regional dos Produtores de Leite – COPROLEITE, Cooperativa dos Agroempreendedores de Engenheiro Beltrão AGROBELTRÃO e Cooperativa de Agricultores Familiares Vale

<sup>49</sup> O Movimento é referente somente à arrecadação do município em que se encontra a Matriz da cooperativa.

do Rio Cantu – COAVRCAN. Também, durante a pesquisa, averiguamos uma cooperativa que está emergindo, a Cooperivaí, organizada pelos pequenos produtores e assentados do município de Quinta do Sol e Engenheiro Beltrão.

Os dois modelos de cooperativas que atuam nas territorialidades rurais da Microrregião, tanto a de produção agropecuária como a de agricultura familiar, concorrem entre si, ou seja, as grandes cooperativas estão em expansão territorial em área em que predominam a pequena propriedade. Essa expansão pode estar atrelada à possibilidade de captação dos recursos destinados à agricultura familiar. Fato que pode ser conferido nas propostas encaminhadas pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA<sup>50</sup>. De acordo com a matéria divulgada pelo Portal do Agronegócio em 1 de abril de 2013, o documento entregue pela Ocepar conta com dez propostas, para que os produtores associados às cooperativas agropecuárias se enquadrem no Pronaf. Dessas propostas, três são prioritárias, a saber:

A primeira refere-se à alteração da sistemática de enquadramento das cooperativas agropecuárias em projetos de investimentos com recursos do Pronaf, reduzindo a exigência do percentual de associados classificados como agricultores familiares de 70% para 55% e do volume de produção recebida da agricultura familiar de 55% para 45%. A segunda visa possibilitar a concessão das DAPs para CNPJs de entropostos de cooperativas, de forma a beneficiar regiões de atuação das cooperativas com foco predominante na agricultura familiar. Desse modo, no caso específico dos programas do Pronaf para investimentos, garante-se que os recursos beneficiam de forma mais direta os cooperados pronafianos. E a terceira medida proposta visa permitir a operacionalização dos programas voltados à comercialização de produtos da agricultura familiar, “Biodiesel” e a “Merenda Escolar”, diretamente pelas cooperativas, independentemente de percentual mínimo do quadro social com DAP-pessoa física. (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2013).

No Quadro 2, observamos também que as cooperativas de pequenos produtores são mais recentes, elas surgiram nos últimos anos como alternativa de permanência dessa categoria, no campo, uma vez que parte desses produtores rurais, encontrou no cooperativismo um caminho para comercialização da produção.

---

<sup>50</sup> O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, entregou, dia 28 de março de 2013, um documento com propostas do setor cooperativista para o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchini. A entrega aconteceu durante reunião na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba, em que participaram também o Delegado Federal do MDA, Reni Denardi, o superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, e o gerente técnico e econômico da Ocepar, Flávio Turra. Maiores informações consultar <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=90806>.

No entanto, não refutamos a ideia do cooperativismo no sentido mais amplo, nosso objetivo consistiu em compreender as necessidades objetivas dos produtores rurais, isto é, quais as razões de se organizarem em cooperativas e do mesmo modo, apontar algumas ações desses agentes na dinâmica territorial.

A primeira cooperativa agropecuária registrada na Microrregião é a COAMO Agroindustrial Cooperativa, fundada em novembro de 1970 com a denominação de Cooperativa Agropecuária Mourãoense, amparada pela organização de um grupo de 79 agricultores capitalizados, de dez municípios da Microrregião.

Conforme a discussão das seções anteriores, a região, no seu processo de ocupação territorial, teve influência das frentes de ocupação, dos mineiros e paulistas. Não obstante, as correntes do sul e sudoeste, com migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de origem europeia, todas influenciaram na cultura da Microrregião, especialmente no uso da terra.

Até a década de 1960 a economia, predominantemente, eram produtos alimentares de subsistência e da extração da madeira, recurso que estava se esgotando. O desmatamento estava no fim, uma vez que toda região encontrava-se praticamente “limpa” o que propiciava o cultivo inicialmente do trigo e logo a seguir da soja, comum em algumas regiões do Rio Grande do Sul e que acabava por influenciar alguns agricultores da Microrregião.

De acordo com Ávila (2002, p. 41), a “Coamo surge para atender os triticultores, que começavam esta atividade agrícola no final da década de 1960”. Porém, se viam com dificuldades para o armazenamento e comercialização da nova cultura.

Nesse sentido, as dimensões econômicas e culturais foram significativas para o processo de criação da COAMO, porém não menos que a dimensão política do Estado no incentivo ao processo de modernização agropecuário e apoio ao cooperativismo ‘empresarial’, conforme citado anteriormente.

De acordo com Fajardo (2008), a expansão da COAMO se efetivou de forma horizontal e vertical, com aumento do número de associados e municípios assistidos pela cooperativa e com a industrialização. Além disso, a cooperativa “expande sua atuação na medida em que desenvolve sua estrutura física, amplia o número de entrepostos e investe na agroindustrialização” (FAJARDO, 2008, p. 260). Já de início da implantação, a Cooperativa conseguiu atender 14 municípios da região



(CRUZ, 2010) com a compra e o armazenamento dos grãos fornecidos pelos associados. Mas, a territorialização mais efetiva ocorre com a implantação das unidades administrativas e de armazenamentos de grãos.

Do período de implantação, 1970 a 1974, a COAMO estava territorializada em mais dois municípios, Engenheiro Beltrão e Mamborê, esses dois municípios, assim como Campo Mourão, são grandes produtores de soja e milho. Nos anos de 1975 a 1979, a Coamo alcançava toda porção leste da Microrregião, atuando também nos municípios que predominam a pequena propriedade de terrenos dissecados, como Iretama e Barbosa Ferraz. Entre anos de 1985 a 1989, implantam-se mais duas unidades, nos municípios de Quinta do Sol e Luiziana. E por fim, a última unidade implantada na Microrregião se localiza no município de Farol, conforme se pode verificar na Figura 19. Nela observamos que nos últimos anos a cooperativa tem alcançado quase a totalidade da região, com exceção do município de Terra Boa, área de atuação da Cocamar Cooperativa Agroindustrial de Maringá.

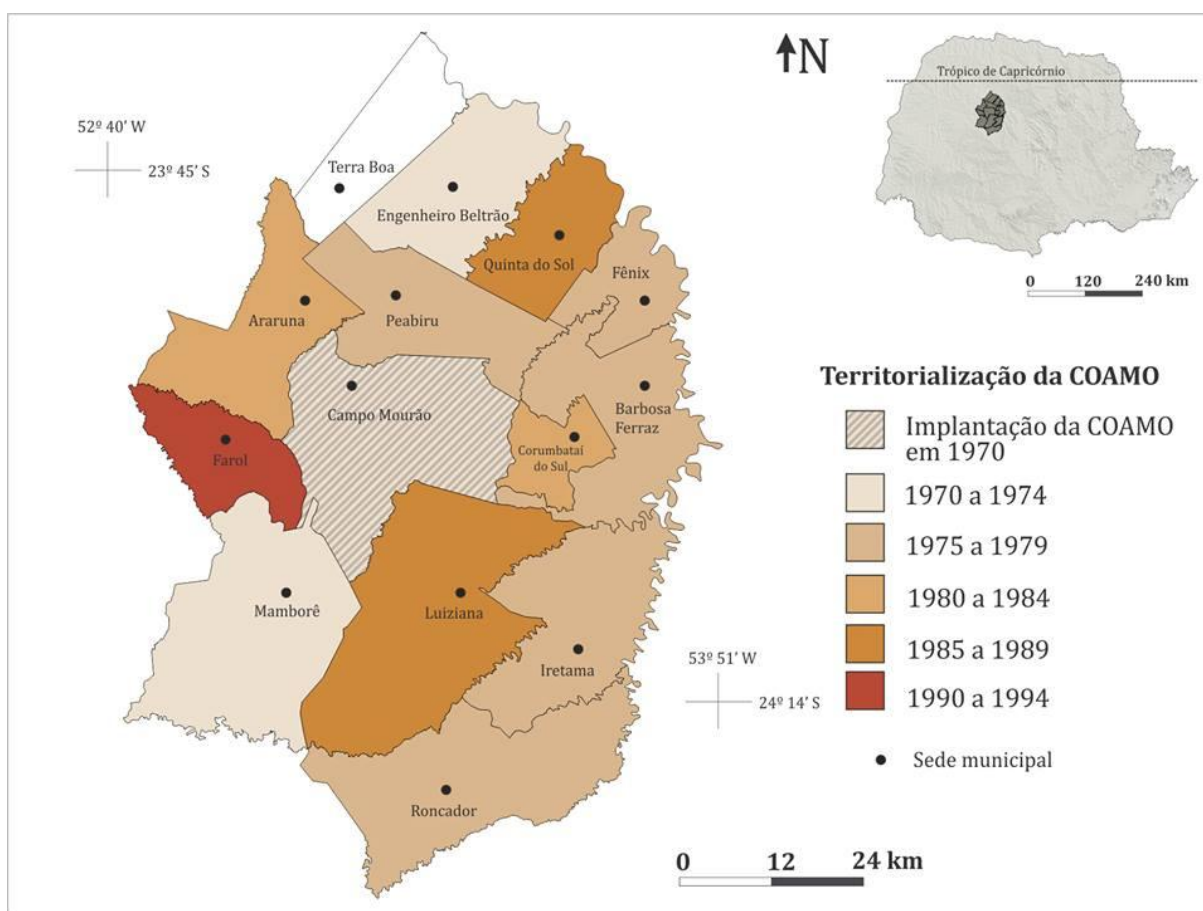


FIGURA 19 - TERRITORIALIZAÇÃO DA COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

Fonte: Pesquisa de campo, base cartográfica IPARDES. Org.: Andrade, Áurea (2013).

O crescimento da COAMO, bem como sua expansão territorial por meio das unidades de entrepostos, propicia, por um lado, o atendimento dos associados próximos a zonas de produção, por outro, garante também maior volume de produção recebida para armazenamento, conseqüentemente maior faturamento da cooperativa.

A expansão da COAMO não fica restrita à região, conforme os dados da OCEPAR (2012), sua territorialização abrange os estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, somando uma área agricultável de 3.000.000 hectares, conforme a Figura 20.

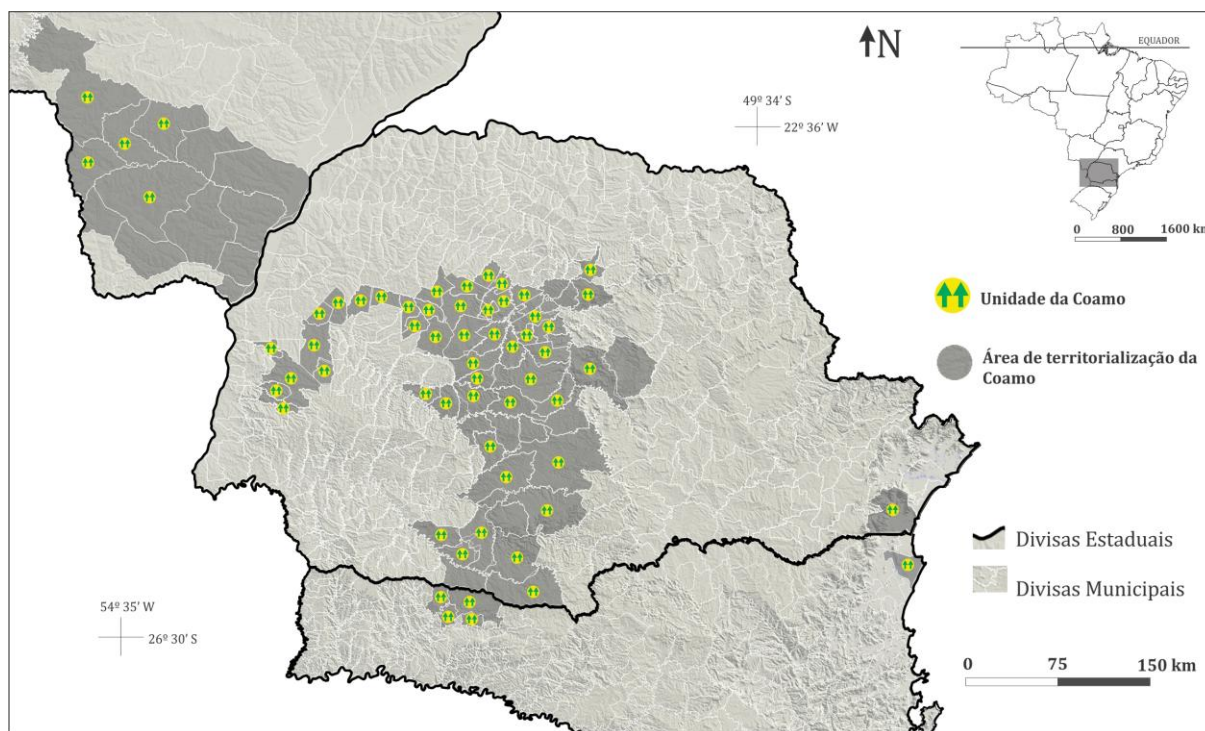


FIGURA 20 - TERRITORIZAÇÃO DA COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA NO BRASIL

Fonte: Coamo Agroindustrial Cooperativa, 2012 - Org.: Andrade, Áurea (2013).

A presença da COAMO no setor agroindustrial é de grande destaque não somente em termos regionais, suas relações transcendem as fronteiras. O crescimento da cooperativa se dá a partir da década de 1970, com a introdução das lavouras mecanizadas, conduziu para o processo de industrialização dos produtos recebidos de seus cooperados. A acumulação realizada pela cooperativa não foi aplicada somente ao incentivo produtivo dos produtos *in natura*, grande parte dos

lucros auferidos são investidos no processamento desses produtos. Isso significa que a matéria-prima foi um dos fatores basilares para o estabelecimento da indústria processadora na Microrregião. Sobre a agroindustrialização da COAMO, tratamos na subseção seguinte.

Apesar de considerada a maior cooperativa da América Latina, com 24.372 associados, não atende todas as categorias de agricultores na sua totalidade, especialmente nos municípios da região constituídos, em maior parte, por unidades de pequenas propriedades e com áreas de terrenos dissecados como: Iretama, Corumbataí do Sul e Roncador.

Outra cooperativa agropecuária que tem atuado fortemente nas territorialidades da Microrregião é a Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil – COOPERMIBRA, fundada em 3 dezembro de 1997, por iniciativa de um grupo de 26 produtores rurais.

Como já enfatizamos, existem várias maneiras da sociedade se organizar para produzir e, do mesmo modo, concentrar o poder político, econômico, dentre outros, para enfrentar as dificuldades. Nessa perspectiva, esses agricultores resolveram criar a cooperativa.

Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil, foi criada por um grupo de agricultores que, sabendo da falta de apoio e das dificuldades enfrentadas por muitos produtores (principalmente os pequenos), decidiu se organizar para buscar a solução de problemas comuns e meios que facilitassem a obtenção da assistência técnica, a compra de insumos e implementos agrícolas, a comercialização da produção e a obtenção de outros produtos e serviços ligados ao setor rural. (COOPERMIBRA, 2009).

A primeira mobilização dos agricultores interessados na formação da cooperativa, sob a liderança dos agricultores, Henning Erich Baer, Valdomiro Bognar e Shigueru Nakashima, foi no ano de 1997, com a realização de uma Assembléia onde efetivaram a cooperativa. Contudo, os trabalhos práticos de aquisição da produção para comercialização iniciaram em março do ano de 1998, com o recebimento da soja, nas instalações da antiga Algolin, no município de Campo Mourão.

Desse modo, a Coopermibra nasce em apoio às culturas mecanizadas, da soja, trigo e milho, para escala de exportação, fortalecendo ainda mais o

agronegócio de Campo Mourão e região. Todavia, incentivando também os pequenos produtores com essas culturas.

Além da comercialização, a Cooperativa passou a funcionar como um instrumento de viabilização de assistência ao associado por meio da aquisição de insumos, equipamentos agrícolas, bem como facilitar o acesso a créditos. Isso contribuiu para aceitação rápida da cooperativa com os agricultores. Em menos de um ano, o número de associados ascendeu para 674 e, em 2009, já contava com aproximadamente 5.600 agricultores associados. Desse total de associados, 846 são do município de Campo Mourão. (CRUZ, 2010).

Segundo Cruz (2010, p. 116), a Cooperativa “atraiu atenção dos agricultores por apresentar uma proposta diferenciada de cooperativismo”. Contudo, de que cooperativismo a autora está se referindo? E os agricultores (capitalistas) que instituíram a cooperativa, em que medida garante que se trata de um cooperativismo diferente? Ainda, que a Cooperativa divulgasse que se tratava de um cooperativismo diferenciado, observamos que as culturas recebidas para comercialização não diferenciavam de outras cooperativas agropecuárias existentes na região, inclusive a Coamo, maior cooperativa agroindustrial da América Latina.

É preciso reconhecer que a Coopermibra teve um avanço expressivo não só em números de associados como de entrepostos. Na Figura 21, pode se verificar como se deu o processo de territorialização da cooperativa na região de Campo Mourão e em outras, do estado do Paraná.

Conforme a representação da Figura 21, sobre a territorialização da Coopermibra, pode se observar que esta tinha entrepostos em vários municípios da região, como: Campo Mourão, sede da Cooperativa, Mamborê, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa. Há ainda entrepostos em outras regiões, nos municípios de Campina da Lagoa, Doutor Camargo, Floresta, Goioerê, Guarapuava, Jardim Alegre, Manoel Ribas, Pitanga, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, Sarandi, Umuarama, Turvo e Nova Cantu.

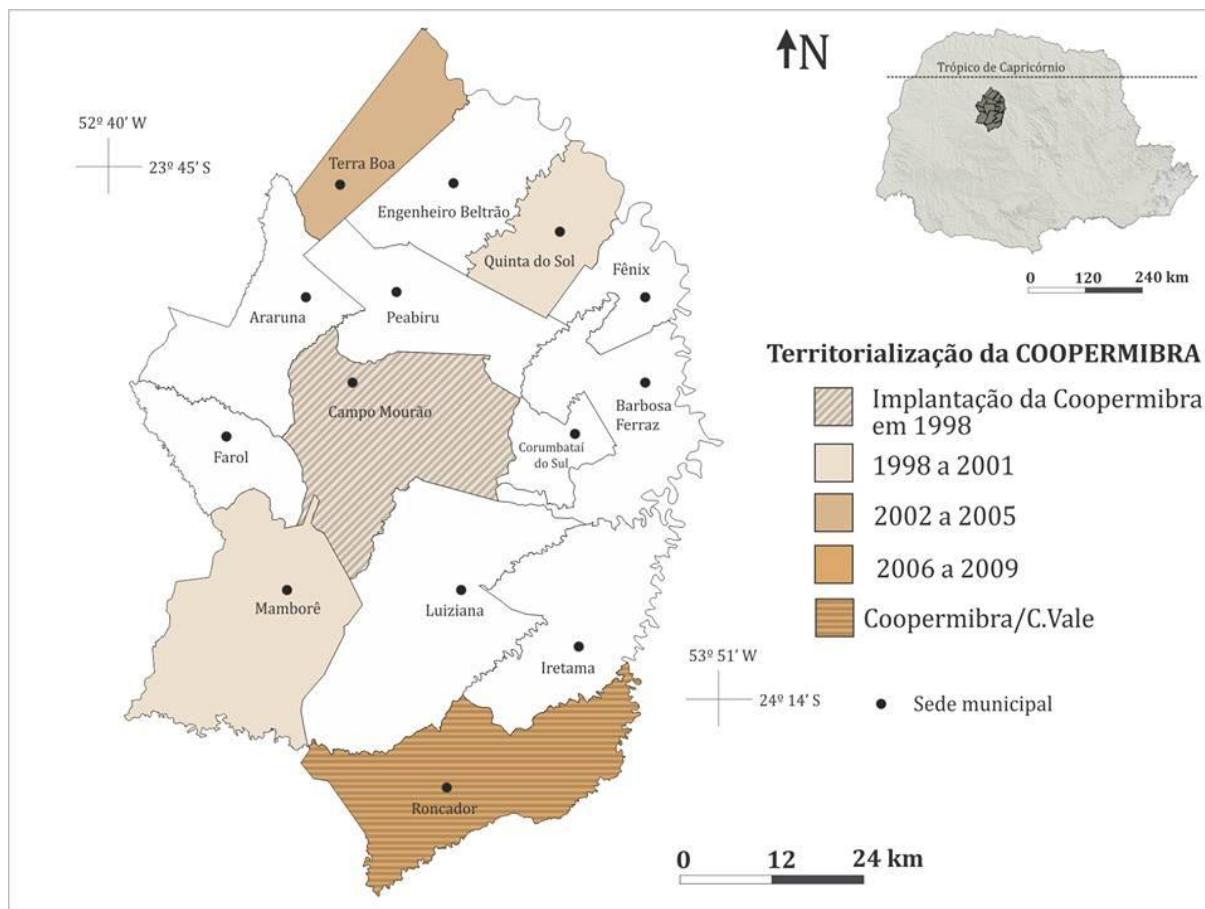


FIGURA 21 - A TERRITORIALIZAÇÃO DA COOPERMIBRA 1997 A 2009  
 Fonte: Coopermibra/C.Vale, 2013. Org.: Andrade, Aurea (2013).

À medida que a Coopermibra amplia sua territorialização, consequentemente amplia sua relação de poder, visto que agrega mais produtores rurais que atuam em diferentes territorialidades e contribuem para a cooperativa se tornar mais competitiva no mercado do agronegócio.

Atuar na mesma área territorial em que há uma grande cooperativa como a Coamo, não impediu que a Coopermibra desempenhasse um papel respeitável para o desenvolvimento da produção da soja. Para expansão dessa cultura, a cooperativa implantou algumas ações de serviços, de assistência técnica e de difusão tecnológica para produção. O resultado dessas ações com os agricultores associados conduziu a cooperativa a se fortalecer no ramo do agronegócio, conquistando várias premiações entre empresas e cooperativas de produção da soja, conforme divulgado no site da Cooperativa em 2009.

Levantamentos realizados por empresas e revistas especializadas têm incluído a Coopermibra nos seus rankings das maiores e/ou melhores. Em 2004, pela primeira vez, a Cooperativa figurou entre as 300 Maiores Empresas do Sul do Brasil, conforme ranking elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e pela Revista Anuário Expressão. Nesse levantamento, a Coopermibra foi classificada como sendo a 110ª maior empresa e a 15ª maior Cooperativa do Sul do Brasil. No Paraná a Coopermibra foi classificada como sendo a 12ª maior cooperativa e a 37ª maior empresa do Estado. Este ano a Coopermibra teve outras duas importantes classificações. Pelo desempenho alcançado no ano de 2005, a Coopermibra foi classificada como a 3ª melhor empresa do setor agropecuário brasileiro na Produção de Soja. A classificação foi publicada no Anuário do Agronegócio 2006 da revista Globo Rural, que apresentou os vencedores da segunda edição do prêmio Melhores do Agronegócio 2006. (COOPERMIBRA, 2009).

Ainda que a Cooperativa tenha se fortalecido e contribuído para a expansão das culturas mecanizadas, ampliação da sua territorialização, bem como sua atuação nas territorialidades dos produtores rurais em vários municípios no estado do Paraná, em 2009 associou-se à Cooperativa C.Vale com sede no município de Palotina, para atender, em parte, as necessidades dos associados e, especialmente na busca de soluções para período crítico que atravessava a Cooperativa. Segundo depoimento do Presidente da Coopermibra Henning Erich Baer, “estávamos com dificuldades para conseguir crédito por causa da crise econômica mundial. Então procuramos a C.Vale, que tem bastante acesso ao crédito e poderia fornecer insumos aos nossos associados”<sup>51</sup>.

No entanto, para convencer os associados de que a parceria era importante foram realizadas várias reuniões, para processo de negociações entre ambas cooperativas, entre os dias 30 de setembro a 2 de outubro de 2009. Muitas defesas foram realizadas pelos Presidentes das Cooperativas. Alfredo Lang presidente da C.Vale, em nota a imprensa, enfatiza que:

[...] viemos para atender aos associados da Coopermibra. Vamos trazer todos os insumos, peças, máquinas, produtos veterinários e assistência técnica que já oferecemos nas regiões onde atuamos.  
[...] Nossa política é fazer negócios dentro de uma viabilidade de mercado. Não vamos dar o passo maior do que a perna.  
[...] Uma coisa é você vender mil sacas, outra é vender um milhão de sacas. Você consegue negociar em melhores condições tanto com os seus compradores quanto com os seus fornecedores. Esses

---

<sup>51</sup> Depoimento disponível em <http://www.coopermibra.com.br/view0f0e.html?id=125>.

ganhos podem ser transferidos aos produtores. (COOPERMIBRA, 2009).

Do mesmo modo, Henning Erich Baer observa como melhoramento mais imediato, relativos ao nível de competitividade nos negócios, envolvendo soja e milho, produtos que respondem por, aproximadamente 70% do faturamento da Coopermibra. Ainda de acordo com Baer, muitas empresas estão se juntando, neste caso as cooperativas precisam se juntar para “ganhar escala”, no processo de globalização. (COOPERMIBRA, 2009).

Neste sentido, remetemo-nos ao pensamento de Santos (2000), em que o território também é uma relação de causalidade em benefício dos mais poderosos.

A Coopermibra para atuar junto a C.Vale teve que se submeter a algumas exigências da C.Vale, uma delas foi associar todos os seus associados à C.Vale, para que eles tivessem vínculo com ambas cooperativas (COOPERMIBRA, 2009). A partir de então, a C.Vale fechou a parceria em um prazo de 10 anos, prevendo desempenho nas áreas de grãos, insumos e implementos agrícolas na região. A C.Vale passou a atuar nas áreas territorializadas pela Coopermibra, ou seja, em mais 19 municípios do Paraná, conforme João Roberto Paludo<sup>52</sup>, gerente da C.Vale Unidade de Campo Mourão.

[...] essa parceria pegou todas as unidades da COOPERMIBRA, as 19 unidades. Então, todos os anos tem crescido o número de associados, aumentou o número de funcionários pelo que a gente teve, pelo que o nosso presidente fala, lógico, tem meus números aqui na minha unidade, tem dos outros, mas em geral aumentou muito o faturamento. O pessoal está muito contente, na região, sem dificuldade. (PALUDO, 2013).

Vale ressaltar que a fusão dessas duas cooperativas, não só reforçam a dimensão da competitividade, como aumenta as forças políticas e econômicas, ou seja, essa troca de material e o conjunto de suas intenções tornam-nas um agente forte e atuante nas territorialidades do agronegócio, sobretudo regional. Neste sentido, a C.Vale com a parceria se tornou conhecida na região de Campo Mourão, onde há o predomínio da Coamo. Embora não revelam a existência da relação de

---

<sup>52</sup> Entrevista com João Roberto Paludo, Gerente da C.Vale Agroindustrial Unidade de Campo Mourão – entrevista na íntegra em anexo.

forças, de concorrência, em algumas das entrevistas nos pareceu evidente, conforme uma pequena passagem na entrevista do senhor João Roberto Paludo.

[...] no início, nós não éramos uma marca, pra muita gente, não igual à concorrente, mas hoje, a maioria já conhece a gente. Sempre fazemos dia de campo em Palotina, todo ano tem quatro ônibus pra lá. A gente leva os agricultores para conhecer, fica o dia inteiro lá, conhecem o abatedouro, a região e conhecer, na verdade, a cooperativa. Porque muita gente que não tem ideia do que é. Hoje a concorrente é a maior no Brasil, nós somos a segunda maior. Então, hoje cada um defende seu peixe, mas pensamos mais no lado social, diversificação, pode ter certeza, pensando em pequeno e médio. (PALUDO, 2013, grifo nosso).

Tanto a Coopermibra/C.Vale, como a Coamo atuam intensamente como agentes na dinâmica da expansão do capital, bem como na competição e lucro, como um princípio aglutinador de interesses comuns dos associados. Assim, a organização das cooperativas se expandem como uma empresa e se firmam em meio a uma ordem essencialmente competitiva, uma tendência a descaracterização de cooperativa.

#### **4.1.1 A Territorialização das Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais**

Em meio às relações de poder entre as duas maiores cooperativas do Brasil, que atuam intensamente nas relações e nas produções territoriais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, não podemos deixar de destacar as cooperativas de pequenos produtores rurais que emergem, nos últimos anos, para atender aos interesses dessa categoria de agricultor, pouco assistido pelo Estado e, que não se integra às políticas das grandes cooperativas.

Conforme já abordamos, a área estudada conta com quatro cooperativas de pequenos produtores rurais (Quadro 2), das quais destacamos a COAPROCOR que tem uma história diferenciada das demais cooperativas citadas. Primeiro, por se tratar de uma cooperativa de pequenos produtores rurais, com produtos alimentares, especialmente a produção de maracujá e, em segundo, em razão da sua origem vinculada à Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul – APROCOR.

A COAPROCOR foi Fundada em 17 de julho de 2009 com um grupo de 23 agricultores. Esses agricultores que já eram organizados em associação, passaram



a unir força, 'poder' para colocar seus produtos no mercado, ter acesso a financiamentos e créditos do governo, elaboração de projetos para captação de recursos, dentre outros.

Segundo Olavo Aparecido Luciano<sup>53</sup>, um dos representantes da Coaprocor/Aprocor considera que:

O maior motivo que levou a gente sair de associação para cooperativa foi para dar suporte comercial. Trabalhamos 10 anos como associação devido o valor que já estava gerado por ano, não dava mais para continuar como associação, então foi formado a cooperativa. Dentro destes anos, todos de associação, principalmente nos últimos anos, a gente pode ver as condições que as grandes cooperativas trabalhavam com os produtores, nós tinha uma preocupação muito grande (LUCIANO, 2013).

Desse modo, outros agricultores foram aderindo à Cooperativa e, em 2011 contavam com aproximadamente 500 associados em 13 municípios, Barbosa Ferraz, Godoy Moreira, onde se encontra uma unidade de recebimento, Campo Mourão, Iretama, Nova Tebas, Arapuã, Reserva, Fênix, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí e Prudentópolis. Em pouco mais de três anos o grupo passou para 800 associados, em 16 municípios do estado do Paraná, incluindo os municípios de Pérola, Cândido de Abreu e Cruzeiro do Oeste, tendo em sua maior parte associados, do município de Corumbataí do Sul, conforme a Figura 22, na página seguinte.

Os pequenos produtores na atualidade têm entendido que precisam se unir e se organizar em grupo para permanecer no campo. Ações que contribuem também para pressionar o Estado ou para captar recursos destinados à agricultura. Tendo em vista que nas últimas décadas eles têm enfrentado muitas dificuldades, sobretudo com as mudanças provocadas com as inovações tecnológicas, implantação das culturas modernas, bem como com as dificuldades de acesso às políticas públicas de programas de financiamentos.

Conforme a seção anterior, o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR garantia em Lei o apoio do Estado para financiamentos aos pequenos e médios produtores rurais, contudo, os pequenos com unidades inferiores a 10 ha tiveram somente 6,56% de acesso ao montante dos créditos subsidiados destinados à

---

<sup>53</sup> Entrevista com Olavo Aparecido Luciano 1º Secretário da COAPROCOR/APROCOR – entrevista na integra em anexo

agricultura, no último Censo Agropecuário (IBGE, 2006). Os créditos foram destinados, em maior parte, para os grandes produtores rurais capitalizados (vide Tabela 7, página 137).

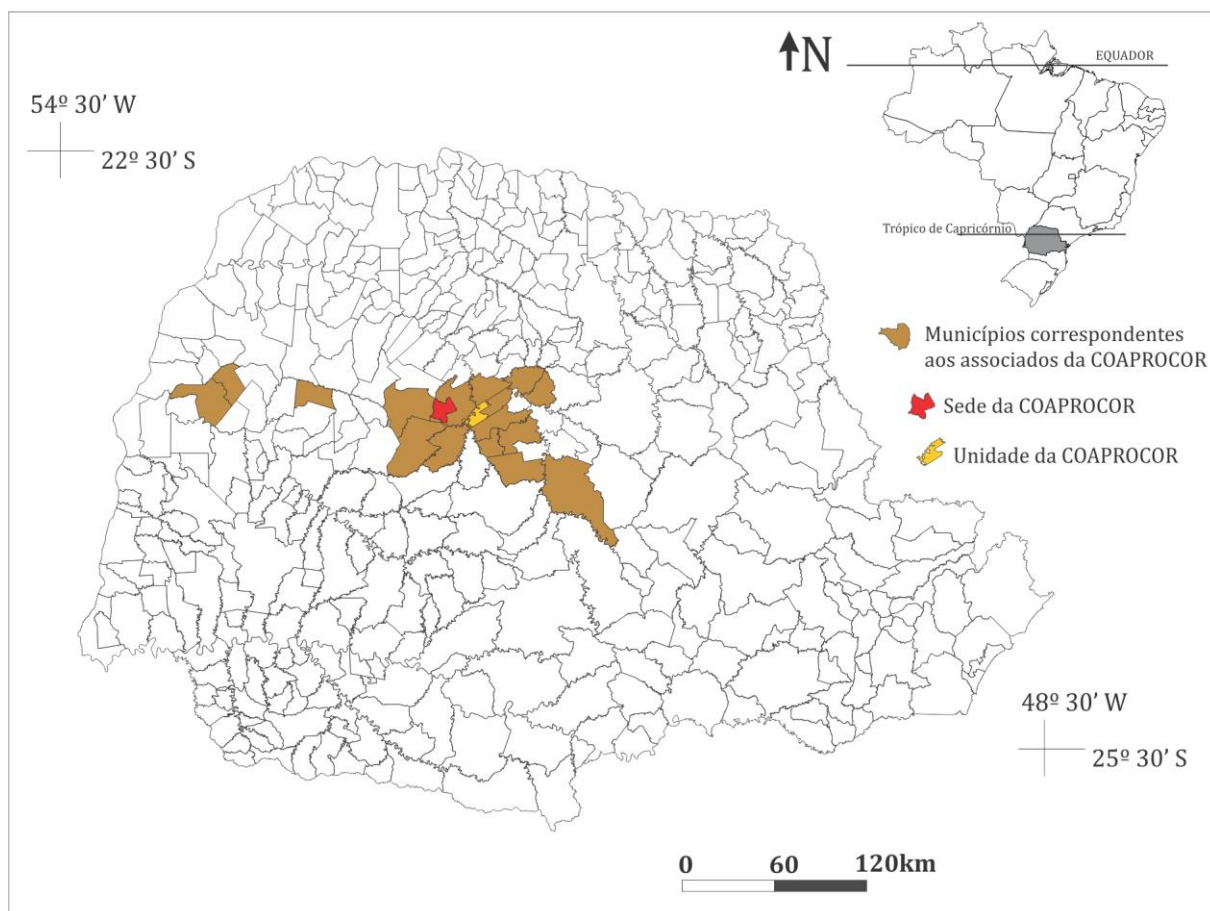


FIGURA 22 – MUNICÍPIOS CORRESPONDENTES AOS ASSOCIADOS DA COAPROCOR

Fonte: COAPROCOR, 2012 – Org.: Andrade, Áurea (2013).

Cabe ressaltar que a COAPROCOR deve ser vista como um instrumento político e econômico para o município de Corumbataí do Sul, e região. Primeiramente, porque contribui na organização dos pequenos produtores rurais, fortalecendo-os frente às reivindicações e conquistas nas diferentes esferas do poder público: municipal, estadual e federal; na busca da diversificação das culturas; na captação de recursos e parcerias; na geração de renda, com a comercialização da produção; e na geração de empregos para as pessoas do Município.

Corumbataí do Sul possui um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de 0,678, considerado um dos menores do estado do Paraná. A taxa de pobreza é o dobro da média do estado. De acordo com os dados dos censos

demográficos, em 1991 o município apresentava uma população de 6.642 e em 2010 a população passou para 4.002, conforme dados da Tabela 1, página 30. Em duas décadas a população reduziu aproximadamente 40%. Um dos fatores que explicam essa redução se deve a economia do município ser essencialmente agrícola e não apresentar outras condições de trabalho, principalmente para os jovens.

Sendo assim, apesar da fase inicial, a Cooperativa desempenha um papel importante para o desenvolvimento econômico e social, pois além de contribuir para melhorar as condições de renda das famílias dos associados, emprega mais de 40 funcionários (COAPROCOR, 2013). Neste sentido, a COAPROCOR como uma organização de pequenos produtores rurais se torna indispensável para assegurar a produção de alimentos e para a permanência do trabalhador rural no campo, isto é, um forte instrumento de desenvolvimento local, especialmente para os municípios constituídos de pequenas propriedades e com pouco avanço tecnológico no campo.

De acordo com Olavo Aparecido Luciano:

[...] municípios vinculados a Coaprocor têm a mesma dificuldade de Corumbataí do Sul, pequenas propriedades e lugares onde a mecanização não consegue ainda estar trabalhando a todo vapor, é uma aba que eles teriam que buscar uma solução, assim como tivemos que buscar outros municípios, com isso o produtor tem uma confiança na cooperativa. (LUCIANO, 2013).

Além dos agricultores de diferentes municípios, os associados buscaram firmar parcerias com vários órgãos e instituições governamentais que contribuiriam para efetivação e consolidação da COAPROCOR. Esses órgãos e instituições também contribuiriam para desenhar um plano de desenvolvimento para o município. Com este Plano a cooperativa contou com a participação das Instituições Públicas de Ensino Superior como a UNESPAR, *campus* de Campo Mourão e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, por meio do Programa Universidade Sem Fronteiras.

Com a formação da COAPROCOR, a comercialização dos produtos que antes era intermediada pela Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul - APROCOR passou a ser exercida pela cooperativa. A nova organização ocasionou vários benefícios, como a melhoria na comercialização, regularização fiscal e suporte de gestão para agroindústria, bem como melhor estruturação da

organização dos pequenos produtores e diversificação das culturas. Porém, mesmo com os avanços, a luta é grande para convencer novos produtores rurais, conforme salienta senhor Olavo Aparecido Luciano.

Tem que conquistar também, porque o pequeno produtor, principalmente, é desconfiado, ele tem que acreditar como entidade, você tem que ter credibilidade para trabalhar com isto. Porque, por exemplo, a nossa cooperativa principalmente como é de fruticulturas, você observa o seguinte, o Ceasa leva 30 dias. Uma rede de supermercado, hoje dificilmente você recebe o produto menos de 40 dias, então o produtor tem que estar realmente integrado, ver o que está acontecendo, tem que depositar confiança no trabalho.

No caso, por exemplo, do nosso, tem muitas propriedades em Corumbataí do Sul que serviu praticamente de cobaia, foi preciso mostrar que realmente dava resultado para que os outros viessem a trabalhar com a diversificação, e isto é verdadeiro, porque o município dependia de uma única cultura. [...].

Para você ver, a busca da diversificação numa condição que o agricultor está ali acostumada, anos e anos, a trabalhar em uma monocultura, então você tem que mostrar o resultado para conseguir a confiança deles (LUCIANO, 2013).

A conquista da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP<sup>54</sup> foi outro avanço no ano de 2011. Neste período, a COAPROCOR foi reconhecida como Cooperativa da Agricultura Familiar, fato que possibilitou o acesso a vários projetos, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA<sup>55</sup>, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e Serviço Social do Comércio – SESC por meio do Programa Mesa Brasil, que trata sobre o combate à fome e ao desperdício de alimentos.

Os acessos aos Projetos, especialmente a CONAB, SESC e PAA, garantiram a diversificação da produção, como a batata doce, a poncã, o tomate, o caqui, a laranja e o pimentão. A produção desses alimentos pelos associados à Cooperativa encontrava em risco, uma vez que a Cooperativa não conseguia colocar no mercado

---

<sup>54</sup> Criada pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF do Ministério da Agricultura - MDA, a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas. Em outras palavras, a DAP é o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Acesso em 1 de abril de 2013. <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.

<sup>55</sup> Programa de Aquisição de Alimentos - PAA visa promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar, a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Desenvolvimento Agrário - MDA.

toda produção, o que inviabilizava o cultivo. Desse modo, o projeto contribuiu para que a produção desses alimentos fossem comercializados, tornando os pequenos produtores rurais mais capitalizados e contribuindo ao mesmo tempo para segurança alimentar. A produção desses alimentos são destinados para as regiões de Maringá, Campo Mourão e Cascavel.

Os progressos da Cooperativa, em parte, são atribuídos à multiplicidade de parceiros que cooperam para sua formação e consolidação, dentre os quais se destacam: a Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, o Sindicato Rural, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP, a Natura Cosméticos S.A., a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, o Banco do Brasil, o Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI, a Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, a Faculdade Integrado, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, Serviço Social do Comércio - SESC, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR, Governo Estadual e Governo Federal.

Analisando a COAPROCOR, apesar dos avanços com as parcerias citadas, ainda existem algumas lacunas que carecem atenção, uma delas está relacionado à busca de alternativa para diversificação de culturas, reconhecendo que, enquanto organização, tem poder e força para agir nas territorialidades. No entanto, as conquistas são resultados de luta, ou seja, as relações sociais tecidas pelos associados, pressionando os aparelhos de Estado e buscando incentivar outros pequenos produtores a aderirem à cooperativa para conseguirem algumas vantagens. Vale recorrer, aqui, às afirmações colhidas em entrevistas, nas quais esses aspectos são enfatizados pelo senhor Olavo Aparecido Luciano.

[...] a gente tá buscando melhorar mais, inclusive em condições de financiamento. Agora em 2013, a gente também pretende que o produtor faça custeio através da cooperativa.

O produtor vai tá fazendo o seu custeio agrícola direto com a cooperativa, com o Banco do Brasil. Ele faz o projeto e a cooperativa encaminha e o recurso vem para o produtor. E a cooperativa já tem uma conversa forte com o Banco do Brasil, inclusive isso não foi

agilizado ainda, porque é uma correria, muita coisa que se faz e as vezes vai ficando. Vai ser a primeira vez que a cooperadora vai está fazendo isso, inclusive com a agência Bradesco já tem alguns contratos prontos. A cooperativa incentiva e fortalece a condição dele tá indo nas agências, se for procurar hoje, a maioria das propriedades já faz o seu custeio já fazem o seu investimento, então é uma facilidade que tá pra vir para o produtor. (LUCIANO, 2013).

Apesar das informações sobre financiamentos chegarem à associação e à cooperativa, alguns produtores rurais ainda são resistentes ao cultivo da terra com financiamentos. Fato comum entre os pequenos produtores, uma vez que a pequena propriedade é o único bem do qual disponibilizam, para sobrevivência, temem não conseguirem pagar as dívidas do financiamento e perderem suas terras.

Os produtores associados, embora diferenciados economicamente dos da COAMO e Coopermibra/C.Vale, buscaram também não só a comercialização dos produtos, mas o processo de industrialização. Em 2009, a COAPROCOR instalou uma pequena indústria de processamento de polpa de maracujá, o que contribui para a geração de renda e agregação de valor do maracujá, principal produto da Cooperativa. Antes do processo industrial, parte da produção do maracujá se destinava ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE<sup>56</sup> em que a Cooperativa se responsabilizava para atender 315 escolas nos municípios de Corumbataí do Sul, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Londrina, Campo Mourão, Cianorte, Ivaiporã, dentre outros, como reforço da merenda escolar.

Contudo, os produtores estão diversificando suas propriedades com diferentes culturas para melhor comercialização e rendimentos. Segundo o senhor Olavo Aparecido Luciano, um dos incentivos da cooperativa é a diversificação.

A gente trabalha hoje com a diversificação de produtos, nós temos hoje o maracujá, caqui figo, laranja, batata doce, tomate, abacate, poncã, uva, que é um trabalho que tá dando uma experiência muito grande e que, às vezes, ajuda fortificar a cooperativa. A gente trabalhava com o maracujá e a gente viu, falavam-se muito do maracujá que não teria muito durabilidade em alguns lugares, onde foi plantado, então daí tinha preocupação. Como a gente tinha essa preocupação, começamos a plantar outras coisas e isso não é sozinho tem a EMATER, secretarias, incentivando para plantar o

---

<sup>56</sup> O PNAE é um programa do Ministério da Educação - MEC, também conhecido como Merenda Escolar. Tem como objetivo complementar a alimentação dos alunos, contribuindo para que permaneçam na escola, tenham bom desempenho escolar e bons hábitos alimentares. Brasil. Tribunal de Contas da União. Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) / Tribunal de Contas da União. -- 5. ed. -- Brasília : TCU, 2010.50 p. : il.1. Alimentação escolar. 2. Merenda escolar. 3. Programa de governo. I. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). II. Título.

caqui, melhorar o próprio café, plantar a batata doce. Trabalhar de forma diferente porque a gente não sabe até quando o maracujá fica. Mas, disso tudo o mais importante que o maracujá permaneceu, sê vê aí que já são doze anos, o maracujá permaneceu e as outras culturas veio a permanecer e ajudar a condição de mercado, porque daí você tem um conjunto de coisas, não é somente dá condições de estar comercializando melhor (LUCIANO,2013).

Essa diversificação tem contribuído para cooperativa desenvolver outro Projeto de acesso a CONAB, o que possibilita os pequenos produtores a comercializarem não só o maracujá, bem como outros produtos alimentares, com rendimentos de aproximadamente 50% acima, em relação à comercialização no mercado local. Contudo, o Projeto está em fase inicial e limitado a uma determinada cota para cada produtor, mas, já vem surtindo resultado na renda familiar e na possibilidade de maiores investimentos na produção e na propriedade dos associados da COAPROCOR. Outro Projeto, não menos importante é a prática do “*FAIR TRADE*” (comércio justo) um modelo que visa melhorar a qualidade do café, bem como a remuneração dos produtores. Esse Projeto se iniciou, há quase dois anos, com objetivo de agregar valor ao café. O produto é exportado para Europa, especialmente para o Reino Unido.

Para permanência na terra, outros pequenos produtores da porção leste da Microrregião, uniram-se e criaram a Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu – COAVRCAN. A história da formação dessa Cooperativa é diferente da COAPROCOR, ela nasce na forma de cooperativa e não como associação. Fundada em 2009, com adesão dos pequenos produtores de cinco municípios paranaenses – Iretama, Roncador, Nova Cantu, Altamira do Paraná e Campina da Lagoa. Porém, a atuação mais efetiva se deu a partir de 2011.

De acordo com o presidente da COAVRCAN, senhor Santos Zanin<sup>57</sup>, também um dos integrantes do grupo que ajudou na organização da cooperativa, ressalta que a cooperativa é resultado da organização dos pequenos agricultores, sobretudo do município de Iretama. Para o Presidente da cooperativa, um dos principais motivos se deve à “necessidade dos produtores poderem se organizar para facilitar na produção e comercialização”.

Ainda de acordo com o senhor Santos Zanin, os agricultores também almejavam o acesso a algumas políticas públicas do governo, em especial do

---

<sup>57</sup> Entrevista concedida dia 03.10.2012 no município de Iretama. Em anexo a entrevista na íntegra.

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Porém, a produção é insuficiente para atender algumas escolas, porque “depende de cada produtor [...], não tá tendo produto ainda pra fornecer as escolas [...] ele tem que se planejar pra poder fechar contratos com as escola”.

De acordo com o disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, especialmente no Art. 2º, no inciso V, observamos uma abertura para que os pequenos produtores tenham acesso a essa política, que o Ministério da Educação denomina de desenvolvimento sustentável.

O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; (LEI 11.947/2009 – MEC).

Nesse Programa estão previstos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para compra da merenda escolar fornecidos pelos pequenos produtores rurais. Conforme previsto no Art. 14:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (LEI 11.947/2009 – MEC).

Aproveitando o acesso ao programa, ainda no ano de 2009, a COAVRCAN, movimentou aproximadamente R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) com a entrega de produtos para merenda escolar por meio do PNAE. Em 2011, tiveram um crescimento significativo, a comercialização passou para R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais). (COAVRCAN, 2012). Esse crescimento cria uma grande expectativa entre os pequenos produtores rurais com relação ao fortalecimento da agricultura, voltada para produção de alimentos e, especialmente, na geração de renda, no desenvolvimento social e econômico dos pequenos produtores rurais.

#### 4.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS COOPERATIVAS E DE OUTRAS EMPRESAS PRIVADAS



A agroindústria, no estado do Paraná, é uma modalidade que historicamente está atrelada ao extrativismo e à colonização, consequência da produção do espaço, da territorialização do capital, primeiramente com a madeira, seguidos da erva mate e do café. Contudo, “essa antiga agroindústria, na realidade, tratava-se do primeiro beneficiamento de produtos primários, e forma rústica, não tendo vínculo com o setor agroindustrial moderno e o CAI”. (FAJARDO, 2000, p. 31).

Ao falar em territorialização das agroindústrias na região de Campo Mourão, não podemos deixar de destacar o processo de desenvolvimento das cooperativas no setor agroindustrial. De acordo com a Ocepar, esse processo alavancou-se a partir de 1976/77, inclusive foi uma saída encontrada para superar a crise econômica que já despontava com seus primeiros reflexos, especialmente na agricultura, setor que sofreu nesse período a redução dos créditos subsidiados e a queda dos produtos agropecuários. (OCEPAR, 1986, p. 9).

Desse modo, a agroindustrialização na região se deve, em grande medida, às cooperativas, especialmente a COAMO, que desde o início de suas atividades manteve-se sempre na liderança do setor.

Do ponto de vista da diversificação da produção, outras agroindústrias privadas concentraram-se, especialmente na agroindustrialização da soja, do milho, do algodão e da cana de açúcar. No caso da região de Campo Mourão, especialmente nessas duas últimas. Porém, não podemos deixar de destacar a agroindustrialização da mandioca. Essas agroindústrias tenderam a se localizar nos municípios de Campo Mourão, Engenheiro Beltrão e Araruna. A disponibilidade de matéria-prima foi um dos fatores principais para o estabelecimento nesses municípios, uma vez que atrai investimentos da indústria processadora.

Quando as agroindústrias se estabelecem na região, processando os produtos oriundos da agricultura regional, não deixam de contribuir para aumentar a demanda, concorrendo também para gerar estímulos ao seu cultivo. (MORO, 1991). A presença da atividade agroindustrial, concomitante ao desenvolvimento do processo de modernização da agricultura regional, foi fundamental para assegurar a sua continuidade. Os produtores rurais responderam ao estímulo do mercado, em pouco tempo, a cultura associada da soja e trigo, seguidas de outras culturas, praticamente predominou nas territorialidades produtivas.

De acordo com a Ocepar (1986), o processamento de óleos vegetais e farelo foi uma das primeiras tentativas das cooperativas paranaenses na agroindustrialização, decorrente da expansão da soja na década de 1970. Porém, a agroindustrialização da Microrregião está atrelada ao beneficiamento do algodão, tanto das cooperativas, como das empresas algodoeiras.

Segundo Fajardo (2008, p. 263), o processo de verticalização da Coamo inicia-se na década de 1980, com a instalação da fiação de algodão e da destilaria de álcool, e também da indústria de esmagamento e produção de óleo de soja. Juntas, consolidam a agroindustrialização da cooperativa.

Na década de 1980, o Paraná era o maior produtor de algodão do país, porém o setor têxtil era muito frágil, a industrialização estava muito abaixo de sua capacidade produtiva, com apenas 6% até 1985. (MASSUDA, 2005).

Segundo Massuda (2005), essa constatação convergiu para uma série de estímulos e apoio à implantação de indústrias voltadas para o beneficiamento do algodão, especialmente às cooperativas agroindustriais.

Neste sentido, o Estado promoveu, por meio da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP um Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Têxtil Paranaense, o que estava fundamentado na pretensa verticalização do setor, conforme diretrizes da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

A filosofia da ação para apoio aos investimentos fundamentou-se na necessidade do estado ter unidades industriais modernas que, utilizando tecnologias apropriadas permitissem, de forma gradativa, futura verticalização setorial, com a obtenção nas diversas fases de processamento de níveis de produtividade e qualidade que viessem a contribuir para que os produtos têxteis e confeccionados paranaenses fossem mais competitivos nos mercados nacional e internacional. (SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, s/d. *apud* MASSUDA, 2005, p. 64).

Essa política do Estado no apoio à industrialização impulsionou o setor têxtil em todo território paranaense. No município de Campo Mourão, algumas empresas atuavam no beneficiamento do algodão, SANBRA e ALGOLIM, bem como a Coamo que iniciava seu processo de industrialização, tanto com beneficiamento, como da fiação.

Na Tabela 13, observa-se que a produção do beneficiamento do algodão estava centrada, sobretudo as empresas privadas, que somavam 65,8% do total da produção no período de 1985.

TABELA 13  
AGROINDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO E FIAÇÕES DE ALGODÃO  
1985/1986  
NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO.

Agroindústria Cooperativa	Agroindústria Privada	Algodão Caroços Kg (1985)	%	Fios de Algodão Ton/ano (1986)
Cooperativa Agropecuária Mourãoense -Coamo	-	64.595.175	34,1	2.400
	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro –Sanbra <sup>58</sup>	80.914.202	42,7	-
	Algodoeira Limoeirense S.A – Algolim	43.761.480	23,1	-
Total		189.270.085	100%	2.400

Fonte: Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, 1985 – Org.: Andrade, Áurea (2013).

A Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – SANBRA de capital externo que era uma das empresas que controlavam a produção algodoeira do Nordeste (OLIVEIRA, 1977), passou a atuar no Paraná. Essa multinacional almejava a produção em pluma, a extração de óleo e o aproveitamento da torta de algodão, especialmente o beneficiamento do caroço, utilizada como alimento para animal. (MICHELLON, 1999). Durante a década 1980 atuou como um agente do capital nas territorialidades produtivas do algodão, juntamente com as outras agroindústrias. Contudo, na década de 1990, essa Sociedade se encontrava praticamente desativada, não somente na cidade de Campo Mourão, como em todas as demais cidades paranaense em que se encontrava territorializada. Nesse período, havia um movimento de fusão das empresas e a SANBRA “foi incorporada pela Alpargatas Santistas e pela Algoeste, produtora de sementes” (MASSUDA, 2005, p. 63).

<sup>58</sup> Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – SANBRA de capital internacional atuou fortemente com exportadora de algodão no Nordeste Brasileiro, desativadas suas atividades na região de Campo Mourão na década de 1990 e em outras regiões do estado do Paraná.

No período em que atuavam essas algodoceiras na Microrregião, ainda na década de 1980, a Coamo também iniciava as operações da indústria de esmagamento de soja. Porém, seu parque industrial se consolidava na década de 1990, quando ainda coloca em operação, a indústria da refinaria de óleo de soja e da hidrogenação.

As agroindústrias cooperativadas na região são as seguintes: Coamo, com todas as unidades localizadas em Campo Mourão, atuando nos segmentos margarina, óleos vegetais, moagem de trigo, beneficiamento e fiação de algodão [...] Duas unidades da Coamo formam o segmento óleos e gorduras vegetais, uma planta produzindo óleo alimentício de soja e, a outra, gordura hidrogenada e margarina. (IPARDES, 2004, p. 76).

Vale ressaltar que as cooperativas tiveram apoio do Estado, por meio dos bancos públicos, em especial os federais, para contribuir para os processos de modernização da agricultura e agroindustrialização. Nesse sentido, para continuar a política de expansão territorial e verticalização agroindustrial, a Coamo contou com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, o que possui a participação efetiva e tem se destacado tanto no apoio à estruturação de projetos, bem como de financiamentos, conforme se pode verificar com a matéria publicada pela revista Exame de 2003.

BNDES financiará R\$ 14,5 milhões do projeto de expansão da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), em Campo Mourão (PR). A cooperativa está investindo, no total, R\$ 24,9 milhões na ampliação de suas unidades e no aumento da capacidade produtiva. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul será o agente repassador dos recursos do BNDES.

Segundo o BNDES, a empresa é uma das maiores exportadoras brasileiras de grãos e entre seus mercados estão principalmente a Europa, que recebeu 55% de suas exportações, a Ásia, com 36%, e em seguida a África, com 8%.

A cooperativa está construindo quatro unidades de pesagem e armazenamento de grãos com capacidade de 6.600 toneladas em nove municípios do Estado do Paraná, e de uma unidade armazenadora de insumos, com área de 2.100 metros quadrados, em Ivaiporã. No município de Moreira Sales também será instalada uma loja de insumos.

As unidades de industrialização da Coamo em Campo Mourão ampliarão a produção diária de óleo refinado de 250 para 360 toneladas; de gorduras vegetais, de 40 para 100 toneladas; e de margarina, de 60 para 120 toneladas. (EXAME, 10 de julho de 2003).

Ainda que a COAMO seja uma grande cooperativa, sustentada pela agroindustrialização, em expansão, por meio de investimentos, já conduziu os produtores rurais associados à lógica competitiva do ramo agroindustrial. E como participantes do movimento, “na medida em que um ou outro associado deixe, eventualmente, a cooperativa, mas continua com a atividade, acaba se inserindo no jogo de outra forma, como fornecedor de uma ou de outra empresa do ramo”. (FAJARDO, 2008, p. 265).

O processo agroindustrial da região, nos últimos anos, tem apresentado modificações expressivas, especialmente com relação à diversificação. Ainda com relação às agroindústrias voltadas ao processamento de alimentos, destacamos a Pinduca Indústria Alimentícia Ltda, responsável pela produção de derivados da mandioca e de outros alimentos. A Indústria expandiu sua linha de produção nos mercados nacional e internacional, exportando para vários países como: Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Chile, Estados Unidos, Japão e Portugal. Também destaca-se a Helce Indústria de Produtos Alimentícios, ambas localizadas no município de Araruna. Outras agroindústrias desse segmento são: a Amafil Indústria e Comércio de Alimentos, que possui uma unidade de Fécula de Mandioca no município de Terra Boa, apresenta grande potencial produtivo da raiz de mandioca, e a Kvitschal e Rieke Ltda, do município de Quinta do Sol, empresa também especializada em fabricação de produtos de mandioca – farinha, raspa, amidos, féculas para gomas e colas.

Dentre as agroindústrias de grande porte inseridas na área em estudo, não podemos deixar de citar a Sabarácool S.A., usina produtora de álcool e açúcar, localizada no município de Engenheiro Beltrão. A empresa atua no processamento industrial de derivados da cana-de-açúcar, cuja comercialização desses produtos é para atender os mercados nacional e internacional.

Contudo, nos últimos anos, o destaque é a agroindústria de processamento da carne de frango que foi introduzida na região e tem influenciado nas territorialidades produtivas, especialmente dos pequenos e médios produtores rurais.

Nesse sentido, Massoquim (2010) considera que, a partir de 2006, uma das alternativas “na agregação de valores, na dinâmica e (re) organização da paisagem”, foi a construção de várias granjas de aves para abate, com objetivo de fornecer para o Complexo Industrial da Frangobrás. Esta agroindústria se localiza na BR 487,

estrada Boiadeira, no município de Campo Mourão. A área ocupada pelo Complexo é “de 50 alqueires, ‘resultando em mais de 25.000 metros quadrados de construção planejados para o abate de 160 mil aves por dia, abrangendo o abatedouro, centro de treinamento e pesquisa e fábrica de ração” (MASSOQUIM, 2010, p. 202).

Ainda de acordo com a autora, a empresa com recursos próprios e com apoio do Banco do Brasil e do BNDES investiu R\$ 135 milhões de reais na região. Com uma previsão de aproximadamente “1.750 empregos diretos”. A empresa foi fundada pelo empresário Edmar Arruda, em parceria com a Globo Aves, porém, em 2008 a multinacional norte americana Tyson Foods adquiriu 70% das ações da Frangobrás (IPARDES<sup>59</sup>, 2012) por R\$ 200 milhões.

Maiores processadora de carne do mundo, a Tyson Foods iniciou oficialmente suas operações no Brasil por meio da aquisição de frigoríficos no Paraná e em Santa Catarina.

O abatedouro de aves Frangobrás, inaugurado em setembro em Campo Mourão (região Centro-Ocidental Paranaense), teve seu controle societário vendido à multinacional norteamericana. A unidade tem capacidade diária de abate de 160 mil aves, havendo expectativa de que R\$ 65 milhões sejam investidos no abatedouro pela nova controladora.

A Tyson Foods também adquiriu integralmente os frigoríficos catarinenses Macedo e Avita. A empresa, que em 2007 faturou US\$ 26,9 bilhões, distribui seus produtos em 80 países. O abate de bovinos responde por 47% da receita da companhia, seguido por aves (31%), suínos (12%) e alimentos industrializados (10%). (AMORIM, MATSUSHITA, MARVULO E SAKER, 2008, p. 25).

A avicultura no Brasil tem se expandido, chegando a regiões que tradicionalmente não era comum a criação e processamento. Segundo Oliveira (2010), a avicultura também tem apresentado grandes transformações, ocasionado pelo capital comercial e internacional.

Segundo Oliveira (2010), a avicultura na atualidade é um “apêndice da chamada integração horizontal exercida pelas multinacionais de ração”. O autor explica que essas empresas fornecem “gratuitamente” o pintainho para o proprietário do aviário, assistência técnica e ração. Desse modo, a responsabilidade do produtor é a criação dos frangos para fornecer às agroindústrias. (OLIVEIRA, 2010, p. 35). É nessa lógica que atua a Tyson do Brasil Alimentos Ltda de Campo Mourão, com grande capacidade produtiva.

---

<sup>59</sup> Diagnóstico da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.

Campo Mourão é responsável atualmente por 40% dos produtos exportados pela Tyson do Brasil, conforme a empresa. Os projetos da companhia tendem a reforçar a posição do Paraná enquanto maior produtor e exportador de frango do país e também a liderança brasileira na exportação dessa carne. “Agora estamos nos preparando para habilitar a unidade [de Campo Mourão] para exportar aos mercados da África do Sul, Canadá e China”, disse Raphael Martins, diretor comercial da Tyson do Brasil, que tem sede em Curitiba. (GAZETA DO POVO, 01 de junho de 2011).



FOTO 2 – VISTA PARCIAL DA TYSON DO BRASIL ALIMENTOS DE CAMPO MOURÃO

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Mourão, 2012

Essa agroindústria apresenta uma organização empresarial bem estruturada, com um sistema de integrado produção, rede de circulação e comunicação. Essas redes de circulação e comunicação por empresas, como a Tyson, têm mais facilidade de manter relação com o mercado externo, uma vez que é detentora de significativo capital.

Como abordamos anteriormente, a avicultura tem provocado mudanças especialmente nas territorialidades produtivas. Embora seja uma modalidade recente, pouco mais de seis anos, especialmente no município de Campo Mourão, é uma nova alternativa de renda para os agricultores, que associam nas propriedades as culturas mecanizadas, especialmente, da soja e milho e a avicultura.



**FOTO 3 – VISTA PARCIAL DO CONDOMÍNIO DE AVICULTURA NO MUNICÍPIO DE ARARUNA.**

Fonte: Acervo do Autor, 2012.



**FOTO 4 – VISTA PARCIAL DE PARTE DA ESTRUTURA ARMAZENAMENTO DE RAÇÃO PARA AVICULTURA NO MUNICÍPIO DE ARARUNA.**

Fonte: Acervo do Autor, 2012.



De acordo com Graziano da Silva (1996, p. 37):

[...] no Brasil, bem como em outros países as indústrias tendem, num primeiro momento, a estabelecer contratos com pequenos e médios produtores familiares, por duas razões principais: primeiro a indústria evita financiar capital variável próprio, já que esses produtores não remuneram monetariamente a mão de obra familiar; a segunda é que geralmente os pequenos produtores não têm poder de pressão suficiente para barganhar melhores preços, prazos de pagamento e sistemas de classificação impostos pela indústria, de forma que o contato de fornecimento se converte num mecanismo velado de transferência de renda da agricultura para a indústria. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 37).

Para Graziano, as indústrias processadoras buscam inicialmente estabelecer contratos com os pequenos e médios produtores. Neste caso, podemos enfatizar o interesse da indústria processadora Tyson, que se Instalou em Campo Mourão, região em que agrega pequenos e médios produtores fornecedores de matéria-prima à Empresa. Contudo, a mesma não descarta os grandes fornecedores, como o caso do empresário Ricardo Farias, maior produtor e fornecedor de aves para Tyson.

Essa atividade está em grande expansão, considerada como uma nova modalidade de organização e produção territorial, na área de estudo, especialmente com a introdução dos condomínios, no campo, para criação de aves. O empresário Ricardo Farias conta com três condomínios na Microrregião, um no município de Araruna, com treze aviários e onze em construção, um em Campo Mourão, com nove aviários e também um no município de Peabiru, com nove aviários, totalizando trinta e um aviários.



FOTO 5 – VISTA PARCIAL DE UM AVIÁRIO DO CONDOMÍNIO DO MUNICÍPIO DE ARARUNA

Fonte: Acervo do Autor, 2013.

Conforme entrevista com o senhor Adenir Gabriel Guinosk<sup>60</sup>, gerente dos condomínios:

Como eu disse, aqui tem 13 aviários, é um condomínio e estamos construindo mais onze novos aviários e mais modernos. Nossa produção é a cada dois meses, na verdade é assim a cada dois meses, porque o frango é, por ciclo dele, é quarenta e cinco dias em média, porque a gente espera quarenta e cinco dias, então vamos dizer assim mais o vazio sanitário, depois que sai o lote tem que deixar os aviários em quatorze dias, mais ou menos, vazio [...]. [...] a quantidade é um milhão de frangos cada dois meses porque a gente aloja, em média, trinta mil aves, nos 31 aviários, no caso dos condomínios. (GUINOSK, 2012).

Ainda de acordo com Adenir Gabriel Guinosk, a compra dos condomínios, que pertencia a um grupo de produtores, deve-se em razão da experiência que a empresa tem no ramo da avicultura, bem como a liberação de financiamentos pelo

---

<sup>60</sup> Entrevista com senhor Adenir Gabriel Guinosk, gerente dos Condomínios do município de Campo Mourão, Araruna e Peabiru, em anexo a entrevista na íntegra.

BNDES para construção dos novos aviários, mais modernos e com melhores condições para criação das aves e que custam, em média, quinhentos mil reais.

Apesar do desânimo dos antigos sócios-proprietários, a empresa que adquiriu esses condomínios garante que é lucrativo, conforme as afirmações de Adenir Gabriel Guinosk:

Posso dizer que tem uma renda boa, no início, um ano atrás, assim ficou praticamente um ano pra ter resultado pois tava muito depredado, muito abandonado, a gente trocou todo mundo que tava nas casas, a própria estrutura deteriorada, o pessoal não dava assistência e manutenção então, muitas vezes, não tinha as condições ideais para os próprios caseiros, pessoas contratadas trabalharem e tirar resultado e daí é uma consequência que quem tá administrando, a partir do momento que não tem entrada de dinheiro, acaba se tornando inviável o negócio. Então, como eles não acompanhavam de perto, acabou aconteceu isso aí, mas hoje pode se dizer que é uma atividade rentável desde que tem dedicação e comprometimento. Tem que trabalhar em cima como qualquer atividade, mas exige. (GUINOSK, 2012).

Conforme foi possível averiguar, os condomínios de avicultura que atendem à indústria de processamento de carne de aves, em Campo Mourão, representam de certa forma, a lógica da expansão capitalista de produção, ou seja, o desenvolvimento desigual.

#### **4.2.1 A Territorialização das Agroindústrias Familiares ou Domésticas**

Em meio às tecnologias e estruturas modernas, tanto para atender a matéria-prima, como no processamento da carne, temos também atividades industriais domésticas, no campo, com estrutura elementar e com muitas dificuldades para produção. Contudo, esta modalidade de produção na região é de suma importância. No entanto, não entramos no mérito da discussão do conceito, se trata de atividades industriais domésticas no campo ou de agroindústrias familiares. Assim, utilizamos o termo 'agroindústrias familiares' para ilustrar como ela se processa na Microrregião de Campo Mourão. E como esta vem resistindo na atualidade, à luta contra a subordinação ou extinção, sobretudo frente às grandes agroindústrias.

Analisando os dados referentes às agroindústrias familiares, a Emater as divide em três categorias: Unidades Agroindustriais, Unidades Artesanais Agroindustriais e Unidades de Beneficiamento de Produtos. No Quadro 3,

apresentamos informações levantadas durante a pesquisa sobre as unidades de agroindústrias e agroindústrias familiares cadastradas no Programa Fábrica do Produtor.

De acordo com a Emater, a região conta com 58 unidades agroindústrias familiares, ativas e com cadastro no Programa. Dentre as especialidades, os panificados, geleias e doces são predominantes.

<b>Municípios</b>	<b>Unidades Agroindústrias Familiares Cadastro Programa Fábrica do Produtor</b>	<b>Total Unidades Agroindustriais Familiares Regularizadas</b>
Araruna	Pamonha, café, compotas, doces, picles e panificados.	4
Barbosa Ferraz	Açúcar mascavo, água ardente, melado, rapadura e leite.	1
Campo Mourão	Queijo, leite, panificados, orgânicos e processamento mínimo	4
Corumbataí do Sul	Mandioca descascada, café e polpas	2
Engenheiro Beltrão	Café, compostas, geleias, temperos, queijos, panificados, embutidos e defumados de suínos, derivados da cana	8
Farol	-	-
Fênix	Doces, panificados, vassouras	3
Iretama	Panificados, defumados e embutidos, mandioca descascadas, frangos, geléias, pão de queijo, ovos, mel, derivados de cana e doces	16
Luiziana	Doces	1
Mamborê	Compotas e geleias	1
Peabirú	Panificados e processamento mínimo	2
Quinta do Sol	Panificados, derivados do leite, vassouras	10
Roncador	Panificados, derivados de leite, geleias	6
Terra Boa	-	-

### **QUADRO 3 – AGROINDÚSTRIAS E AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO**

Fonte: Emater Regional de Campo Mourão, 2012 – Org. Andrade, Áurea (2013).

Durante a pesquisa, acompanhamos o processamento de algumas agroindústrias familiares para verificar como é desenvolvido o trabalho de produção, armazenamento e a comercialização. Dentre as diversas agroindústrias, contemplamos os Doces Werleine do município de Engenheiro Beltrão, de propriedade da senhora Werleine Aparecida Boso Martins.

Segundo Werleine Aparecida Boso Martins<sup>61</sup>, desde 1982 ela comercializava seus produtos, na feira, sem rótulo, mas a partir do ano de 2000, teve o apoio da Emater, que a incentivou registrar seus produtos, cadastrando-a como unidade de agroindustrial familiar, conforme podemos observar na entrevista:

Antes de 2000, com incentivo da Emater, eu vendia o produto *in natura* na feira, vendia normal, só que sem rótulos. A partir de 2000, registrei meus produtos. Tudo começou em 1982, vendia para os vizinhos e na feira também. Esse doce era assim, vinha gente de fora, os fazendeiros de Engenheiro Beltrão levavam pros parente de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, pra onde eles iam, levavam o doce, espalhavam. E quando os parentes vinham pra Engenheiro Beltrão, eles iam na feira e levavam quase tudo que tinha, porque é sem conservante, sem química, é tudo natural.

A agroindústria faz treze anos com rótulo, mas em 1982, eu já fazia a feira do produtor. Daí a Emater veio com aquele projeto da agroindústria familiar, em 2000, daí eles disseram pra ir lá ver como é esse projeto de agroindústria familiar, pra poder ir para os mercados. Daí é a onde a gente começou. (MARTINS, 2013).

A Doces Werleine tem instalações bem simples, não diferente das demais agroindústrias visitadas nos estudos de campo. A senhora Werleine é uma pequena produtora rural, proprietária de uma área de 7,5 alqueires, onde se cultiva frutas e ervas para a agroindústria, porém a maior parte da área está ocupada com a cultura da soja. A agroindústria é responsável por todo o processo produtivo, ou seja, do plantio, colheita, a produção dos doces e temperos, além da logística, entrega e comercialização nos mercados, feiras e escolas.

Apesar das dificuldades, a senhora Werleine garante que vive da agroindústria, especialmente porque teve acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o que permitiu a entrega no ano passado de 600 kg de doces para as escolas municipais de Engenheiro Beltrão. Porém, salienta que para seu crescimento precisa investir.

Desta forma, a agroindústria doméstica/ou familiar precisa de capital para se desenvolver, para que no processo de produção dos produtos agroindustrializados possam aumentar o volume, aumentar também o número de máquinas e equipamentos. Contudo, observamos que o grande capitalista agroindustrial da

---

<sup>61</sup> Entrevista com a senhora Werleine Aparecida Boso Martins, proprietária da agroindústria familiar “Doces Werleine”, em anexo a entrevista na íntegra.

Microrregião promove a existência desse capital, parte derivados do apoio do Estado, ou pela 'exploração' dos seus empregados.



FOTO 6 – WERLEINE APARECIDA BOSO MARTINS NA PRODUÇÃO DE DOCE DE GOIABA E APRESENTANDO OS POTES DE TEMPERO.

Fonte: Acervo do Autor, 2013.

Vale ressaltar que a agroindústria familiar – ou doméstica vem se territorializando, na região, como forma de sobrevivência encontrada por uma parcela de pequenos produtores rurais, porém, poucos se encontram em situação regularizada na Emater (Quadro 3).

#### 4.3 AS TERRITORIALIDADES DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS

Dentre as novas territorialidades existentes no espaço rural da Microrregião, podemos classificar também as associações de produtores, modalidade de organização da sociedade que têm aumentado significativamente nos últimos anos.

De acordo com os estudos de campo, dos 14 municípios da Microrregião, encontramos registros de 83 associações de produtores rurais, porém, algumas

dessas associações não estão ativas. Dentre as ativas, a maior parte é motivada para aquisição de insumos agrícolas.

A organização associativa se tornou, na atualidade, uma das possibilidades ao acesso para o desenvolvimento econômico, político e social, especialmente dos pequenos produtores rurais, visto que historicamente foram pouco assistidos pelo Estado, especialmente no período da 'modernização conservadora'. Em outros termos, esteve sempre à margem do desenvolvimento, uma vez que as políticas públicas priorizavam a produção em grande escala, especialmente às culturas mecanizadas para exportação, conforme discussão na seção 2.

De acordo com Mançano (2008, p. 23), o associativismo “está presente em muitas áreas das atividades humanas, mormente traduzidas em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social, através da união”. Quer dizer que o associativismo, é resultado da organização da sociedade, em ajuda mútua, com objetivo de resolver problemas relacionados ao cotidiano, especialmente na atualidade, em que a sociedade está cada vez mais individualista e competitiva.

No caso específico das associações de produtores rurais, Wickert, afirma que “são entidades constituídas por agricultores e seus familiares para, através do planejamento e execução de ações integradas, alcançar os objetivos comuns dos associados” (WICKERT, 2007, p. 10). As associações surgem como alternativa para que estes produtores participem do mercado em maiores condições de concorrência e para suprir parte de suas necessidades. Os agricultores recorrem à organização associativa com objetivo também de unir forças no processo produtivo. O associativismo, neste caso, está predominantemente ligado às dimensões econômica, social e política dos seus associados. No primeiro, deve-se em razão da participação dos produtores ao mercado e o fato da associação “ser uma empresa de produção”. Já o segundo, em razão do caráter comunitário e da coesão de um grupo que comporta objetivos e metas e, no terceiro, caracterizada pela união de pessoas, muitas vezes marginalizadas (GUERRA, 1991, p. 15), união que resulta poder.

Conforme enfatizado na seção 1, o poder vem de todos os lugares, do indivíduo, do Estado e das grandes corporações (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, a organização dos produtores rurais é uma forma de poder, ou uma soma de poderes, uma vez que a associação se constitui por vários produtores e muitas

vezes de diferentes localidades, instituindo energia e resistência, fortalecendo e criando novas redes e novas relações. Essa resistência se dá em razão de se tornarem mais fortalecidos frente às ações entre Estado e capital. Em outras palavras, os pequenos produtores, conscientes ou não, lutam contra o entrelaçamento desses agentes, porém buscam articulações com esses agentes, com objetivo de superar as dificuldades e se fortalecerem economicamente.

Essas relações e articulações desses pequenos produtores rurais, isto é, as territorialidades resultam na produção de um novo território, consequência das contradições e conflitos originados entre as classes sociais.

De acordo com Moro (1991), nos anos de 1982 a 1986, a organização associativa foi amplamente estimulada e apoiada pelo governo no estado do Paraná. No Norte paranaense, especificamente, há registro de cerca de 80% da criação das associações de produtores rurais, e para viabilização da “formação dessas associações, compostas, sobretudo, de pequenos produtores, o Governo Estadual contou com a atuação da ACARPA, como empresa da SEAB, empenhada em contribuir para a modernização da agricultura” (MORO, 1991, p. 259). Moro também lembra que as cooperativas agropecuárias foram apoiadas pelo governo federal, para formação e desenvolvimento, enquanto o governo estadual atuou de forma semelhante com as associações.

Apesar do interesse do governo do estado do Paraná na ampliação das associações por questões estratégicas para o avanço das relações capitalistas no campo, o sentido da organização é outra. A organização associativa, como citamos, na sua essência busca unir as pessoas para pensar a realidade, discutir os problemas comuns enfrentados e planejar ações em conjunta para sanar tais problemas. Além do caráter de grupo, trata-se de um processo participativo dos envolvidos. Segundo WICKERT (2007), diversas são as vantagens de uma associação:

- a) atendimento dos interesses que individualmente não poderiam ser alcançados;
- b) preços menores na compra de insumos e na contratação de serviços de terceiros;
- c) preços maiores na venda da produção;
- d) possibilidade de armazenamento e industrialização da produção;
- e) representação perante aos órgãos públicos;
- f) qualificação profissional dos participantes;



- g) acesso à assistência técnica e a novas tecnologias;
- h) melhoria da qualidade da produção;
- i) maior rapidez na execução das tarefas;
- j) maior integração e convívio social entre as famílias. (WICKERT, 2007, p. 11).

Moro (1991), ao estudar os estatutos das associações do Norte do Paraná, contidos no Banco de Dados das Associações de Produtores Rurais, formulados pela Acarpa/Emater, destaca alguns dos principais objetivos:

- 1- O estímulo do desenvolvimento progressivo e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais dos seus associados;
- 2- a compra em comum dos insumos necessários às atividades agropecuárias dos seus associados;
- 3- a prestação de serviços e transporte, beneficiamento, armazenagem, classificação, embalagem e outros necessários à produção dos seus associados;
- 4- comercialização em comum da produção de seus associados;
- 5- prestação de assistência técnica e de informação de mercado ao quadro social;
- 6- aquisição de bens de consumo e uso pessoal e gêneros de primeira necessidade ao Quadro Social;
- 7- apresentação dos interesses dos seus associados. (ACARPA/EMATER-PR, *apud* MORO, 1991, p. 260).

No caso da Microrregião de Campo Mourão, observamos um alargamento tardio de associações em relação ao Norte paranaense, ou seja, enquanto as associações se desenvolveram nesta região em meados da década de 1980, na Microrregião esse alargamento ocorreu no final da década de 1990 e intensificou-se nos últimos anos.

As associações, apesar de serem em menor grau que as cooperativas agropecuárias em número de associados e de movimento de capital, contribuem significativamente para a dinâmica das redes de relações dos pequenos produtores rurais.

Contudo, a associação é uma entidade contraditória em razão de suas atribuições, por um lado, defende a ideia de uma organização sem fins lucrativos, por outro, deseja melhorar as condições de renda e a qualidade de vida dos seus associados. A condição de renda depende de ações econômicas, e a associação “não é uma forma jurídica adequada para um grupo que pretende desenvolver ações de caráter econômico, principalmente a industrialização, a comercialização e a

prestação de serviços”. Recomenda-se que tais atribuições sejam via cooperativas. (WICKERT, 2007, p. 11). Nesta perspectiva, podemos citar como exemplo a Associação de Produtores de Corumbataí do Sul - APROCOR, que depois de consolidada, passou a se organizar também em forma de cooperativa, a COAPROCOR, enfatizada anteriormente, com objetivo de defender os interesses econômicos de parte dos seus associados.

Neste sentido, partimos do conceito da forma associativa de produção em que os empreendimentos produtivos na agricultura, são baseados na “posse coletiva dos meios de produção, na administração e na gestão empresarial colegiada, e na distribuição dos resultados do processo produtivo entre os sócios”. (GERRA, 1991, p. 118).

#### **4.3.1 As Associações de Produção: Associação de Produtores de Corumbataí do Sul e Associação Produtora de Leite de Roncador**

Das experiências associativas de produção na Microrregião, parece-nos interessante descrever sobre as territorialidades da APROCOR, pelas repercussões em termos regionais como modelo de associação de produção de pequenos produtores rurais, que deu certo, e também a experiência da APEBEP que tem uma característica um pouco diferenciada da primeira, porém representa, grande parte, as associações na área de estudo. Cabe ressaltar que esta descrição baseia-se nas entrevistas e depoimentos colhidos *in loco* com os representantes dessas associações. Entendemos que esta descrição contribui para ilustrar as especificidades de cada uma, contudo, interessa-nos analisar em que medida surge a necessidade da organização, bem como o avanço na tecnificação, créditos e financiamentos, inserção no mercado e acesso aos Programas do Estado voltados para ‘agricultura familiar’. Assim, descrevemos as formas históricas dessas associações para compreender as particularidades econômicas, políticas e ideológicas presentes nas territorialidades e que se materializam nos territórios.

Apesar de não ser a única associação da região, a APROCOR é, na atualidade, a maior associação de pequenos produtores rurais, que se encontra territorializada na área de estudo, fundada em julho de 1992 com a denominação de

Associação Mista Agropecuária de Corumbataí do Sul - AMACOR, voltada para o ramo da pecuária. Porém, somente em 1998, com a reforma do estatuto social passou a atuar efetivamente e com a denominação de APROCOR. Nesse período, os associados já defendiam os seus interesses, enquanto categoria de pequeno produtor rural, bem como a cultura cafeeira, principal atividade comercial do município e da associação. As razões do predomínio da cafeicultura em parte são explicadas, especialmente à topografia, caracterizada por relevo dissecado e pela influência com a migração provinda do Norte paranaense, constituídos de mineiros, paulistas e nordestinos, conforme já enfatizado.

Apesar da crise econômica, especialmente a da cultura cafeeira, o café permaneceu como o principal produto da associação até o final da década de 1990. Porém, em 2002 é introduzido o maracujá azedo (*Passiflora edulis f. flavicarpa*), como uma nova opção para ajudar na renda dos pequenos produtores, uma vez que as frequentes geadas e chuvas de granizos provocaram uma grande perda da produção de café, conforme se pode observar na matéria publicada no Jornal Tribuna.

Com a crise internacional do café e duas geadas fortes, em 1998 e 2000, foi preciso buscar alternativas e isso culminou com a plantação de maracujá ao lado dos pés de café. “O produtor precisava dessa renda até para recuperar as lavouras de café no município”, explica o secretário da cooperativa, Carlos Alves de Souza. “O maracujá demanda baixo investimento e tem retorno rápido. Com um ano ele já produz.” (POLISELI, TRIBUNA, 10 de julho 2012).

Nessa perspectiva, Mançano (2008) também salienta que as condições geográficas como clima, disponibilidade de mão de obra, pequenas propriedades, dentre outros, contribuíram para propagação da cultura do maracujá.

A APROCOR, além de incentivar a produção do maracujá, também se dedica no “apoio na comercialização e na diversificação de culturas; capacitação de produtores e trabalhadores da fruticultura; incentivo ao associativismo; informação de cotação do mercado agrícola; e pesquisa em novas qualidades de mudas e sementes”. (MANÇANO, 2008, p. 13). Contudo, a Aprocor foi buscar apoio do Estado, por meio de órgãos e instituições.

Assim, para alcançar tais objetivos, a Associação conseguiu a cooperação, especialmente do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, e Empresa Brasileira de

Pesquisa Agronômica – Embrapa, bem como do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP.

A parceria com a Embrapa e com a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho – SERT e os recursos adquiridos junto ao Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT contribuíram para realização de vários cursos para qualificar o produtor rural. (MANÇANO, 2008). Ainda nesse contexto, de acordo com Carlos Alves de Souza<sup>62</sup>, “todo sucesso alcançado pela Aprocor, além das parcerias, também se deve ao fomento da produção do maracujá, não só em Corumbataí do Sul, mas a disseminação no entorno fez com que o maracujá fosse implantado em regiões diferentes, mesmo fora da linha de zoneamento do IAPAR. Hoje, quando o maracujá está há 12 anos na região, até os técnicos se assustam”. (CARLOS ALVES DE SOUZA, 2013).

Nessa perspectiva, a luta dos pequenos produtores rurais não foi somente para organizar a associação e influir a ideia da diversificação de cultura, a luta também se deu em razão das políticas de financiamentos estarem voltadas ao zoneamento agrícola o que impedia o seguro à cultura do maracajá, porém hoje, segundo Olavo Aparecido Luciano “já existe linha de crédito para o maracujá”.



FOTO 7 – VISTA PARCIAL DAS INSTALAÇÕES DA APROCOR/COAPROCOR  
Fonte: Acervo do Autor, 2012.

<sup>62</sup> Entrevista com o senhor Carlos Alves de Souza, gerente da Associação de Produtores de Corumbataí do Sul, cedida em 15 de janeiro de 2013.

Analisando as territorialidades da Aprocor<sup>63</sup> (atual Coaprocor), observamos que esta associação foi além do seu objetivo inicial que era apenas comprar equipamentos para uso coletivo. Contudo, em razão das necessidades, passaram a observar que a associação era uma possibilidade de enfrentar a crise e, ao mesmo tempo, uma alternativa para permanência na terra, uma vez que tem contribuído para os sócios se tornarem mais capitalizados.

Contudo, das associações de produção da área de estudo, ainda predominam aquelas voltadas para aquisição de insumos agrícolas, conforme citamos. É sob essas condições que motivaram os agricultores do município de Roncador na criação de 18 associações, uma delas é a Associação Produtora de Leite do Barro Preto – APEBEP.



FOTO 8 – INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO PRODUTORA DE LEITE DO BARRO PRETO – APEBEP DO MUNICÍPIO DE RONCADOR

Fonte: Acervo do Autor, 2012.

<sup>63</sup> Melhores informações consultar Rosângela Verri Maçano . O Associativismo como fator como alternativa de desenvolvimento econômico local: Estudo de caso da Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul, 2008.

O senhor Robson Gomach<sup>64</sup>, agricultor e representante da Associação Produtora de Leite do Barro Preto da comunidade rural do município de Roncador, diz que a associação foi criada na década de 1990 com objetivo de conseguirem o acesso aos insumos agrícolas dos governos estadual e municipal.

Foi meio com o incentivo do prefeito quando surgiu um monte de associação. O prefeito, na época, com o incentivo do prefeito, foi quando veio o trator. [...].

É assim, pra associações na época vinha o prefeito que conseguiu umas verbas, conseguia arrumar maquinário. Vamo supor, essa associação conseguiu o trator e uma plantadeira na época, tem outras associações que conseguiu trator, mas associação maior conseguiu um recurso maior, conseguiu um trator, uma plantadeira, é isso, vinha fundo perdido. Mais, nois peguemo usado, o trator, plantadeira foi pegado usado, daí a carreta de ensilo de misturar ração tava lá em casa, tudo é fundo perdido [...]. (GOMACH, 2012).

Os agricultores da APEBEP também comentam que a ajuda foi no passado e que as dificuldades aumentaram nos últimos tempos, porém sempre estão tentando fazer projetos para captar recursos do Estado, por meio da Emater, como destaca Robson Gomach:

Nois fizemo projeto desse da Emater que falaram pra gente lá, que o governo ia mandar o dinheiro pra fundo perdido pra as associação compra maquinário e calcário.[...]. No primeiro ano que formou as associação saiu o calcário, cada associação fez o projeto, foi mandado calcário [...].

[...] a última vez que me chamaram lá na Emater, que era pra fazer um projeto pra vim recurso, a gente sabia que ia só pra perde tempo mesmo, porque não sai nada. O rapaz da Emater falou, mas só cinco pessoas? É perigoso não sair! Eu falei assim, hoje é cinco, se não sair pra manter esses cinco, daqui uns dias não vai ter nada. Se o governo não faze alguma coisa pra que nem eu memo, eu to ali mexendo com leite, to fazendo de tudo, mas do jeito que tá indo, não sei se aguento mais dois, três anos. Mais fácil eu desistir também. [...]. (GOMACH, 2012).

Robson Gomach assegura, que no início, a associação envolvia quinze pequenos e médios agricultores e com o passar do tempo foi reduzindo, restando apenas cinco. Também salienta que esses agricultores foram embora, desestimulados a continuarem no campo.

---

<sup>64</sup> Entrevista com a senhor Robson Gomach, um dos representantes da Associação Produtora de Leite do Barro Preto – APEBEP do Município De Roncador, em anexo a entrevista na integra.

Como vimos, as formas associativas de produção é uma constante na área de estudo, como estratégia de sobrevivência e luta dos produtores rurais. Do mesmo modo, trata-se de uma forma de garantir o acesso aos serviços do Estado, sobretudo créditos subsidiados, financiamentos, assistência técnica, programas, dentre outros, bem como o reconhecimento da força coletiva para ações políticas e econômicas.

#### 4.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Em meio às lutas travadas no campo para o acesso e permanência à terra, nas últimas décadas, no campo brasileiro, em especial a área de estudo tem aumentado as mobilizações dos trabalhadores rurais sem terra.

Essas mobilizações e lutas, têm resultado no surgimento de novos territórios, a exemplo dos acampamentos e assentamentos, isto é, no processo de territorialização dos movimentos sociais sem terra.

Segundo Grzybowski<sup>65</sup> (1990, p. 16), as mobilizações dos trabalhadores rurais, já era comum, anterior ao período Militar de 1964/1985, por meio das Ligas Camponesas, das Associações de Lavradores e Sindicatos, do Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER.

Nesse sentido, merece destaque as considerações de Serra (1991) sobre o movimento camponês que se consolida a partir da década de 1950, onde ganha forma e personalidade.

O despertar da consciência camponesa faz com que a luta individualizada evolua para a luta em grupo, para luta organizada que de pouco a pouco, como se fosse um vírus, vai contagiando milhares de posseiros e outros camponeses em todo o contexto nacional, inclusive no Paraná. (SERRA, 1991, p. 276).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, essas mobilizações e manifestações dos trabalhadores rurais intensificaram em números e regiões.

---

<sup>65</sup> Maiores informações consultar GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 90p

As lutas entre as classes dominantes e dominadas fazem parte da nossa história, a classe dominante articulada com o Estado, busca manter seu poder, e a classe dominada, neste caso, os trabalhadores rurais, resiste por meio de lutas travadas contra a expansão dos latifúndios.

No caso específico do Paraná, Magalhães (2001) enfatiza que a construção da Itaipu gerou um dos conflitos mais expressivo registrados, “projeto que exigiu a desapropriação de 6.263 parcelas com tamanho médio de 13ha”. (MAGALHÃES, 2001, p. 94). O autor também discute que esses conflitos foram provocados pelas indenizações.

O valor das indenizações foi considerado extremamente baixo pelos produtores, ademais porque não se calculava para tanto o valor das benfeitorias. A politização do processo se dá com o concurso da Igreja Católica e pela inserção do sindicato no movimento. [...]. No Noroeste, a Eletrosul também exigia uma série de desapropriações para construção da barragem de Ilha Grande. Os pequenos produtores exigem, em 1978, o pagamento justo das indenizações e, o mais importante, em 1983, requerem indenizações pelos prejuízos causados pela enchente naquele ano, pois entendem que essa foi agravada pela área alagada da empresa. (MAGALHÃES, 2001, p. 94).

Essas mobilizações dos trabalhadores rurais no Paraná, bem como outras lutas travadas em outros estados brasileiros, tomam maior proporção, quando os trabalhadores assumem que a luta é pela reforma agrária.

De acordo com Fabrini (2002), a experiência vivenciada pelos desterritorializados de Itaipu serviu como base para o surgimento em 1981 do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná - MASTRO. Este movimento se tornou referência para a luta dos meeiros, posseiros, arrendatários e expropriados em todo território brasileiro.

Assim, as resistências dos trabalhadores rurais ao longo dos anos foram ganhando diferentes formas de organização na luta pela terra e pela reforma agrária, originando associações, sindicatos e outros movimentos, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Este movimento, considerado um dos protagonistas na luta contra a concentração de terra em todo território nacional, emerge em enfrentamento ao processo de modernização tecnológica no campo a partir da década de 1970 e se intensifica nas últimas décadas, conforme discorre Fernandes (2001).



Desde a década de 70 o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e a Comissão Pastoral da Terra – CPT. (FERNANDES, 2001, p. 19).

Ainda de acordo com Fernandes (2008, p. 29, 33 – 40, 41), a gestação e nascimento, bem como o processo de territorialização e consolidação do MST, se dá em três momentos:

A) O primeiro, é imprescindível considerar o contexto histórico econômico, político e social, dentre os quais: a elaboração do Estatuto da Terra; a política agrícola, com a expansão da agricultura capitalista; colonização dirigida para a Amazônia; a repressão do governo militar contra as manifestações dos trabalhadores rurais; no campo, a atuação da Pastoral da Terra (CPT), nascendo experiência de luta; na cidade, greves dos metalúrgicos, professores, bancários dentre outros, resultando na criação da Central Única de Trabalhadores CUT; as lutas populares, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT); a redemocratização do país, dentre outros.

B) No segundo momento, considera a territorialização e consolidação, período de lutas de 1985 a 1990, “o MST se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste. Também realizou suas primeiras ocupações no estado de Goiás, na região Centro-Oeste em Rondônia, na Amazônia”. Nesse período, o movimento também definiu sua estrutura organizativa. As lutas travadas nesse “momento de formação do MST foram predominantemente de trabalhadores rurais assalariados, que ocupavam terras para se livrarem do assalariamento”. (FERNANDES, 2008, p. 33); lutas travadas com a participação dos trabalhadores urbanos, que nunca tiveram acesso à terra. Neste momento também, foram estabelecidas definições importantes para a identidade do movimento e sua política, como um movimento.

C) O terceiro momento se divide em duas partes – uma que pode ser definida e outra que não. A primeira, corresponde a territorialização entre os anos de 1990 até 1999, período em que “o Movimento se territorializou na região Centro-Oeste, Distrito Federal (1992), em Mato Grosso (1995) e na Região Amazônica, nos

estados do Pará (1990) e Tocantins (1999)”. (FERNANDES, 2008, p. 40). A segunda, diz respeito à institucionalização do MST, que “ainda está em desenvolvimento, e por causa de sua estrutura organizativa que é múltipla, por abranger muitas formas; híbrida por misturar essas formas que têm partes homogêneas dentro de uma estrutura heterogênia”. (FERNANDES, 2008, p. 40). O Quadro 4 mostra como se dá essa estrutura.

Conforme as informações contidas no Quadro 4, sobre a estrutura organizacional do MST, podemos observar sua complexidade, ela é dividida em três partes distintas, porém articuladas: instância de representação, os setores de atividades e as organizações vinculadas. Portanto, uma estrutura múltipla e híbrida, isto é, apreende todas as dimensões territoriais, social, educacional, cultural, política, econômica e ambiental.

<b>ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST</b>	
<b>Instância de Representação</b>	<b>Setores de Atividades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Congresso Nacional</li> <li>II. Encontro Nacional</li> <li>III. Coordenação Nacional</li> <li>IV. Direção Nacional</li> <li>V. Encontro Estadual</li> <li>VI. Coordenação Estadual</li> <li>VII. Direção Estadual</li> <li>VIII. Coordenação Regional</li> <li>IX. Coordenação de Assentamentos</li> <li>X. Coordenação de Acampamentos</li> <li>XI. Núcleo de Base</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Secretaria Nacional</li> <li>II. Secretarias Estaduais</li> <li>III. Secretarias Regionais</li> <li>IV. Setor de frente de Massa</li> <li>V. Setor de Formação</li> <li>VI. Setor de Educação</li> <li>VII. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente</li> <li>VIII. Setor de Comunicação</li> <li>IX. Setor de Finanças</li> <li>X. Setor de Projetos</li> <li>XI. Setor de Direitos humanos</li> <li>XII. Coletivo de Relações Internacionais</li> <li>XIII. Setor de Saúde</li> <li>XIV. Setor de Gênero</li> <li>XV. Coletivo de Cultura</li> <li>XVI. Coletivo da Mística</li> </ul>
<b>Organizações vinculadas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA</li> <li>II. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB)</li> <li>III. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA)</li> <li>IV. Escola Nacional Florestan Fernandes</li> </ul>	

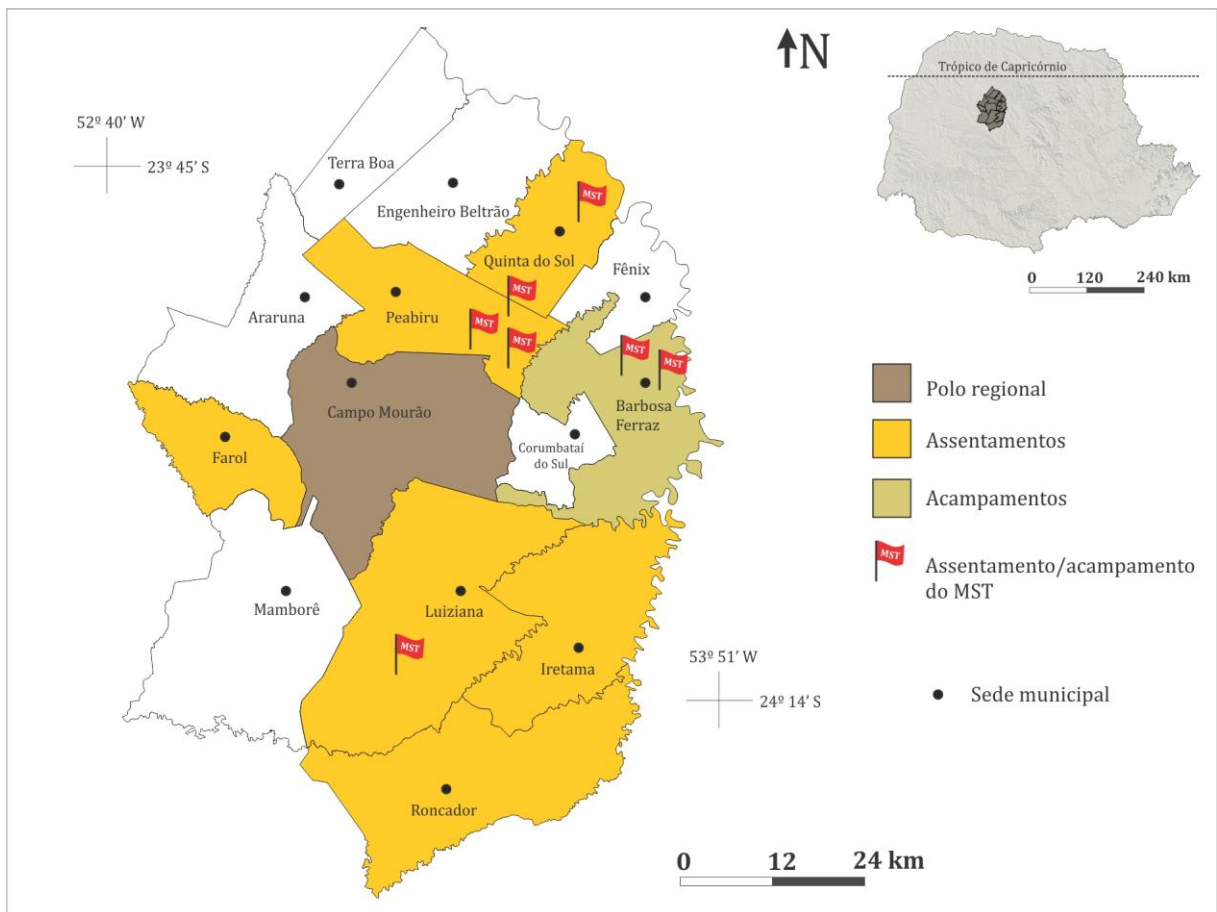
**QUADRO 4 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MOVIMENTO DOS TABALAHADORES RURAIS SEM TERRA - MST**

Fonte: Fernandes, 2008 – Org.: Andrade, Áurea (2012).

A territorialização do MST ocorreu, simultaneamente, em vários estados brasileiros e se trata de “uma construção histórica”. (STEDILE E FERNANDES, 1999, p. 19). Porém, a década de 1990 se consistiu no marco do avanço desse processo, de expansão territorial, inclusive no Paraná. Segundo Fernandes (2008), nessa década, o MST estava “organizado em 23 unidades federativas e era o principal movimento camponês na realização de ocupações de terra. As ocupações cresceram e foi uma importante forma de pressão política para a multiplicação do número de assentamentos implantados”. (FERNANDES, 2008, p. 36).

Na Microrregião de Campo Mourão, a territorialização do Movimento (Figura 23) acontece na segunda metade da década de 1990. Nesse período, os trabalhadores rurais sem terra, ocuparam terras nos municípios de Peabiru, Quinta do Sol, Luiziana e mais recentemente, em 2005, ocuparam mais duas áreas no município de Barbosa Ferraz, conforme pode se observar na Tabela 14.

Ainda conforme as informações da Tabela 14, sobre o número de famílias assentadas e acampadas, bem como os números de Portarias de Criação dos Assentamentos na Microrregião de Campo Mourão, podemos observar que a região compreende 12 (doze) assentamentos, dos quais 7 (sete) “bandeira branca” e 5 (cinco) vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, além dos 2 (dois) acampamentos localizados (Figura 23) no município de Barbosa Ferraz.



**FIGURA 23 – TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO**

Fonte: INCRA, 2013. Org.: Andrade, Áurea (2013).

**TABELA 14**  
**NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS E ACAMPADAS, PORTARIA E DATA DE CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS,**  
**NA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO.**

Município	Assentamento por município	Número de Família assentada	Acampamento por município	Número de Família acampada	Assentamento e Acampamento vinculado ao MST	Portaria INCRA/SR	Data da Portaria de Criação
Araruna	-	-	-	-	-	-	-
Barbosa Ferraz	-	-	Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo	55 06	2	-	-
Campo Mourão	-	-	-	-	-	-	-
Corumbataí do Sul	-	-	-	-	-	-	-
Engenheiro Beltrão	-	-	-	-	-	-	-
Farol	Farol	08	-	-	-	Portaria INCRA/SR-09/Nº 79/99	30/06/1999
	Sítio São João	06	-	-	-	Portaria INCRA/SR-09/Nº 102/99	08/10/1999
Fênix	-	-	-	-	-	-	-
Iretama	Águas de Jurema	40	-	-	-	Portaria INCRA/SR-09/Nº 123/98	08/12/1998
	Muquilão	123	-	-	-	Portaria INCRA/SR-09/Nº 70/2000	22/12/2000
	Nata	24	-	-	-	Portaria INCRA/SR-09/Nº 15/2004	22/04/2004
Luiziana	Luz	24	-	-	1	Portaria INCRA/SR-09/Nº 721/99	30/06/1999
	Rio Laranjeiras	17	-	-	-	Portaria INCRA/SR-09/Nº 26/2005	16/11/2005
Mamborê	-	-	-	-	-	-	-
Peabirú	Marajó	58	-	-	1	Portaria INCRA/SR-09/Nº 40/2000	07/11/2000
	Monte Alto	17	-	-	1	Portaria INCRA/SR-09/Nº 127/98	22/12/1998
	Santa Rita	83	-	-	1	Portaria INCRA/SR-09/Nº 25/97	14/10/1997
Quinta do Sol	Roncador	62	-	-	1	Portaria INCRA/SR-09/Nº 39/2000	07/11/2000
Roncador	Rio Azul	33	-	-	-	Portaria INCRA/SR-09/Nº 18/2001	17/09/2001
Terra Boa	-	-	-	-	-	-	-
<b>Microrregião</b>	-	<b>616</b>	<b>2</b>	<b>61</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>-</b>

Fonte: INCRA, EMATER, 2013. Org.: Andrade, Áurea (2013).

Ainda de acordo com as Portarias do INCRA, contidas na Tabela 14, o Assentamento Santa Rita, do município de Peabiru, foi o primeiro assentamento regularizado, vinculado ao MST na região, Portaria INCRA/SR n. 25 de 14 de outubro de 1997. Nesse Assentamento foram assentadas 83 famílias, todos paranaenses, dos quais 13 famílias de origem de Pitanga e o restante da região de Cascavel, conforme senhor Miguel Korczak Sobrinho<sup>66</sup>, assentado no Santa Rita. Ele relata que vieram para a área em 1996, porém sua história com o MST é de longa data, ou seja, foram mais de 10 anos morando embaixo de lona, de um acampamento e outro, lutando para ter acesso à terra:

Começou em 1986. Na verdade, eu morava no sítio do meu pai, nois era em 9 irmãos, morava em 10 ha de terra, trabalhava na diária pra poder sobreviver [...]. O sítio era em Pitanga, é daí onde surgiu essa ideia [...] saiu o sindicato organizando o trabalho base pro pessoal adquirir terra da Reforma Agrária [...]. Nois saiu do sítio do meu pai em sete irmãos. Fomos direto para o MST, começamos no trabalho de base, trabalhamos um ano e pouco. Fazia reunião escondido, porque Deus o livre se os fazendeiros desconfiassem, mandavam matar, trabalhava muito bem escondido. [...] Tudo em Pitanga, saímos de lá pra outro lugar. Era pra sair oitenta e cinco famílias, saíram quinze, não tiveram coragem na hora [...]. Então, saímos da nossa comunidade sete horas da noite e chegamos no outro dia, na fazenda, sete horas da manhã, daí a noite inteira pendurado num caminhão. Direto pra lá, já tinha gente, era oitocentas famílias em Canta Galo [...] daí ficamos lá dois anos, aí não comportava tudo nois, era muita gente para 2 mil alqueires. A fazenda era campo e mato na verdade, aí foi partido pra sorteio. Ficamos fora do sorteio, daí fomos sorteados pra voltar pra nossa região, voltamos pra Pitanga ficamos em São Roque. Tinha um acampamento, aí ficamos mais oito anos ali, acampados. Debaixo da lona, até formamos cooperativa [...]. E depois de São Roque vim pra Pontal de Paranapanema. Ficamos cinco meses, daí de lá viemos pra cá [...]. Nois estava no Paraná, na divisa e pressionando o governo do Paraná para conseguir uma área. [...] Independente do lugar. (KORCZAK SOBRINHO, 2013).

Ainda de acordo com senhor Miguel Korczak Sobrinho, a ocupação foi pacífica, pois a área de 120 alqueires de propriedade do senhor João Luiz Werneck “estava em negociação com o Banco do Brasil”.

---

<sup>66</sup> Entrevista do Senhor Miguel Korczak Sobrinho, do Assentamento Santa Rita no município de Peabiru está na íntegra nos anexos.

Foi uma ocupação pacífica porque o próprio Estado falou, geralmente tem conflito com os latifundiários, aqui foi uma ocupação pacífica. Aqui não tinha problema, o fazendeiro abriu as porteiras e ele forneceu as casinhas que era dos empregados, ele falou assim, não, as casinhas pode ficar se tiver alguém deficiente na família, com dificuldade, tem idoso. O próprio fazendeiro, falou. Ele falou isso porque ele já tava com intenção de vender a área, tava endividado, daí ele recebeu bem o povo, tratou bem. Ele vendeu a fazenda para o estado. Pra ele foi a melhor coisa que ele fez porque o cara tava hipotecado, ia perder para o Estado mesmo. Assim ele recebeu o que tinha de direito, ainda se fosse pra ele receber do banco talvez não ia receber nada, perdesse tudo. (SOBRINHO, 2013).

Contudo, a história de ocupação pelo MST, na região, não se fez sem conflitos, outras áreas ocupadas foram palco de violência, confronto entre policiais e as famílias acampadas.

Natalino Viana<sup>67</sup> relata que o período da ocupação da área até a criação do assentamento pelo INCRA, ocorreu rapidamente, em um ano e dois meses, ou seja, entre a ocupação, desapropriação e a reforma agrária, por meio do assentamento. Contudo, foi um processo de muita luta com conflitos entre as famílias dos trabalhadores rurais, arrendatários e a polícia. Esse processo também representa o início da efetivação do objetivo que é a conquista da terra. Muitas vezes a realização desse só é possível por meio do enfrentamento com o Estado e os latifúndios:

[...] no período de 1999, no mês de setembro, mais ou menos, a primeira entrada, a primeira vez que a gente entra aqui, a gente é despejado em menos de 24 horas. Houve um despejo no período por causa da repressão que a gente sofria do governo, na época e nois volta em 15 de novembro, em torno de um mês e pouquinho. A gente volta com mais pessoal onde a gente consegue resistir. Aí começa, no caso, a luta pra tentar no caso a desapropriação da área. Em 1999, viemo e ocupemo, fomo despejado. Na primeira vez, a gente entra ai numas 35 famia a 50 família. Não aguentemo a força dos home, mais daí a gente volta depois com reforço, entra de novo com reforço de assentados e novos acampados, mais ou menos, a gente chega numas 180 famílias e aí a gente já consegue ficar. Viemo em posse da terra, a gente fomo despejado pelos arrendatário, tinha um pessoal arrendatário aqui, tinha 3 arrendatários aqui dentro e o caseiro. Só, e daí a partir desse

---

<sup>67</sup> Entrevista do senhor Natalino Viana, coordenador de grupo, no Assentamento Marajó no município de Peabiru, no passado também já foi coordenador de brigadas e líder político do Movimento. Entrevista cedida dia 22 de setembro de 2012, está na íntegra nos anexos.

momento, aí eles organizam a gente consegue saber depois que eles conseguiram pelo apoio que eles tinha, no município acontecer o despejo e quando nois volta, um mês depois, a gente consegue ficar. (VIANA, 2012).

O processo de territorialização das terras com a instalação dos barracos foi uma das primeiras ações para forçar o Estado na desapropriação da área ocupada. Inicialmente, as famílias foram orientadas por lideranças do MST, que vieram de outros assentamentos para ajudar na organização, outros, para reforçar em número de famílias à resistência, não só em termos de confronto com a polícia, como para as negociações com o Estado. Aos poucos, esses militantes do Movimento e as outras famílias retornam para seus locais de origem, para seus assentamentos, deixando a luta para os coordenadores de grupo. Essas ações sintetizam, em parte, as estratégias utilizadas pelo Movimento para agilizar o processo de territorialização dos trabalhadores sem terra.



**FOTO 9 – TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA BEIRA DA ESTRADA NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO NO ANO DE 1997.**

Fonte: Acervo do Jornal Tribuna do Interior, 1997.



Ainda Natalino Viana relata que:

[...] eu venho da região do Foz. Nós tem camarada aqui que chegou morar no Paraguai, no caso ali, por perto ali de Cascavel, a região de Idema, nós temo então esse pessoal. Tem pessoas aqui da cidade também, tem um mesclado mais geralmente do Paraná da região mais próxima, alguns sim, tinha alguns já moravam, no caso, tocava, tinha terra arrendada na época e tal. Pequenos arrendatário, no caso, eu, por exemplo, vim da cidade, eu morei na roça até uns 9 anos por exemplo, aí a gente vai pra Foz. Eu morei numa região aqui, não sei se você conhece, Tupansi, Assis. Sou registrado em Assis, então eu sou de Tupansi. Ali, na época, mais ou menos por 73, 74 houve um fogo em toda região, aí onde meu pai vai pra Foz do Iguaçu, e a gente vai pra lá numas 13 famílias com mudança e tudo e um caminhão conseguimos chegar numas 13 famílias lá e daí a partir dali, que a gente dá retorno pra cá. (VIANA, 2012).

Cada ocupação aglutina várias famílias de diferentes regiões e se constitui em um novo território, edificações de territorialidades onde reproduz e aviva a luta pela terra, cria-se também lócus de significações culturais e de identidade.



FOTO 10 – ACAMPAMENTO DO MST EM LUIZIANA, 1997

Fonte: Acervo do Jornal Tribuna do Interior, 1997.

Os Movimentos Sociais, neste caso em especial o MST, por meio dos acampamentos e assentamentos, também são formas de resistência aos poderes hegemônicos, são as classes dominadas e exploradas, impondo seu poder, por meio da luta, por reforma agrária.

Porém, não basta ter acesso à terra, é preciso ter meios que possam fazê-la produzir, gerar renda, para que as famílias territorializadas sobrevivam. Nesse sentido, as manifestações contra o Estado são constantes na região, visto que as famílias do Assentamento Santa Rita tiveram muitas dificuldades para conseguir o acesso aos benefícios do Estado.

Em 22 de setembro de 1999, de acordo com o Jornal Tribuna do Interior, mais de 200 (duzentos) trabalhadores rurais sem terra ocuparam o Banco do Brasil, no município de Peabiru, em protesto ao Governo Federal em prol da Reforma Agrária e pelo descontentamento à rejeição de financiamentos pelo Banco do Brasil, à produção das lavouras nos assentamentos em todo território nacional e, especialmente, ao Assentamento Santa Rita. Os trabalhadores exigiam do Banco do Brasil o direito ao Pronaf.

Pelo acordo que teria aprovado pelo Governo Federal e o Incra, as famílias assentadas teriam direito a receber R\$ 2 mil de custeio do PRONAF, independente da classificação e norma, sendo um crédito emergencial para o plantio das lavouras, conforme projetos já elaborados. Porém, os projetos apresentados teriam sido rejeitados pelo Banco do Brasil, que mudou as normas de financiamento. Com as mudanças, os produtores dos assentamentos ficaram de fora da linha especial do Pronaf. Devido a este problema, a direção nacional do movimento determinou aos sem-terra que ocupassem todas as agências onde tramitam a liberação dos créditos. A ocupação do Banco do Brasil de Peabiru foi pacífica. Policiais militares do 11º Batalhão estão no local acompanhando a manifestação. (TRIBUNA DO INTERIOR, 22 DE SETEMBRO DE 1999).

Essa implicação também se dá em razão do modelo agropecuário, voltado para produção de escala, isto é, o agronegócio, em uma sociedade com intensa desigualdade social, cultural, econômica, política.

As famílias que integram o movimento se tornam cientes do exercício do poder, pela luta, pela resistência. O que incide na gestação de “grupos sociais que

se organizam em busca de seus direitos, criando uma dinâmica social permeada por disputas, embates e conflitos”. (SAUER E SOUZA, 2008, p. 62).

Com a chegada do MST na região, essas manifestações se tornaram frequentes, e têm influenciado nas territorialidades no campo regional, uma vez que a base histórica do poder político sempre esteve atrelada ao capital agropecuário, aos grandes produtores da soja para exportação. E, nos últimos anos, com a territorialização do MST, os trabalhadores rurais têm mostrado à população, especialmente aos pequenos produtores rurais, a importância de se organizar e se mobilizar.

Porém, os ataques ao Movimento também é muito comum, para algumas pessoas, as ações de mobilização dos movimentos sociais sem terra são relações de violência no campo. Para os grandes produtores rurais, as manifestações, as ocupações de terras, ou invasões, conforme a denominação desses, são consideradas atrasos ao progresso econômico, ideia defendida pela matéria da revista FAESP, em setembro de 2012.



FOTO 11 – OCUPAÇÃO DO BANCO DO BRASIL DE PEABIRU, PELOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.

Fonte: Tribuna do Interior, 22 de setembro de 1999.



FOTO 12 – MANIFESTAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL

Fonte: Tribuna do Interior, 22 de setembro de 1999.

Essas opiniões são resultados da sociedade capitalista, muitas vezes na forma de matéria nos meios de comunicações, defendendo os interesses de classes, especialmente a do agronegócio. Como exemplo, citamos o Boletim da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP, que publicou no mês de setembro de 2012 uma matéria acusando o MST de movimento decadente, violento e de marginais. A matéria também enfatizava os conflitos na Fazenda São Paulo, do município de Barbosa Ferraz, que foi ocupada pelos trabalhadores rurais.

O MST é um movimento em decadência, cansou a beleza, a paciência e perdeu a simpatia de outrora da população. Volta e meia, porém, ainda tem espasmos violentos em invasões e manifestações contra o próprio governo petista, invadindo ministérios e sedes do Incra. No seu rastro o Movimento deixou marcas de invasões - 110 no Paraná, com destruições de imóveis, equipamentos, roubo e matança de animais e destruição de plantações.[...].

Ao perder adeptos, o MST passou a recorrer ao rebanho de desocupados que margeiam pequenas e médias cidades. (FAESP, setembro de 2012).

Analisando a matéria, é evidente o conflito existente entre duas classes, a do agronegócio e a dos trabalhadores rurais. O agronegócio usando seu poder de força e influência, com apoio da mídia, para colocar a sociedade contra o Movimento. E, do mesmo modo, articulando-se com o Estado para que qualquer movimento em favor à reforma agrária, no país, seja neutralizado.

No município de Campo Mourão, onde fica concentrado o agronegócio, as grandes cooperativas, não há assentamentos e acampamentos. No entanto, nos municípios mais periféricos da região são os que mais apresentam famílias assentadas e acampadas, conforme pode se verificar na Figura 23, na página 211.

#### **4.4.1 A Territorialização dos Acampamentos Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo**

O acampamento Irmã Dorothy, localizado no município de Barbosa Ferraz na área da Fazenda São Paulo (Foto 13), foi ocupada em 2006 por 55 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Esses trabalhadores rurais, parte são originários de diferentes regiões paranaenses e alguns são “brasiguaios”<sup>68</sup>.

O território ocupado pelas famílias, segundo relatos, era um latifúndio improdutivo, com área de aproximadamente de 315 alqueires, com problemas ambientais e que não cumpria com a função social da terra. Alguns hectares da fazenda eram cultivados por arrendatários que se utilizavam de plantio à base de agroquímicos e não respeitavam as áreas de mananciais e matas ciliares. Também relatam que a fazenda era ocupada com algumas cabeças de gado que não eram cuidadas, nem vacinadas e havia denúncias que poderiam provocar febre aftosa, na ocasião.

Apesar das irregularidades da área ocupada, em junho de 2008, o Poder Judiciário determinou a reintegração de posse para o proprietário da fazenda e

---

<sup>68</sup> Denominação dada às pessoas que foram para o Paraguai, país vizinho, tentar sobrevivência no período do intenso êxodo rural, provocado “modernização conservadora”.

instituiu ordem de despejo para as famílias de trabalhadores sem terra. Nesse período, as famílias foram colocadas, temporariamente, na área em que estava depositado o lixo do município de Barbosa Ferraz, até que se resolvesse a situação. Porém, tal medida se tornou insustentável e as famílias reocuparam a área, onde vivem até hoje, ameaçadas constantemente por um novo despejo.



FOTO 13 – VISTA PARCIAL DA FAZENDA SÃO PAULO  
Fonte: Boletim Faesp, setembro de 2012.

Segundo o senhor Dioleto<sup>69</sup>, coordenador do acampamento, após ocupação, as áreas de mananciais e as matas passaram a ser cuidadas, as terras passaram a produzir grande diversidade de alimentos, reduzindo significativamente o uso de agrotóxicos, conseqüentemente diminuindo os danos ambientais, além de cumprir a função social da terra com a produção de alimentos.

---

<sup>69</sup> Senhor Dioleto, Coordenador do Acampamento Irmã Dorothy, em entrevista informal.

Neste sentido, a produção de alimentos passou a alimentar as famílias, e o excedente a ser comercializado no município de Barbosa Ferraz, gerando trabalho e renda, o que antes não acontecia.

Na atualidade, são cultivadas em 250 ha da área, com uma produção anual, especialmente de alimentícios como: feijão, milho, arroz, mandioca, dentre outros, conforme o Quadro 5.

PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	ÁREA CULTIVADA
Mandioca	3720	ton/ano	150 ha
Feijão	2550	Kg/ano	85 ha
Melancia	20	ton/ha	5 ha
Maracujá	6,25	ton/ano	0,25 ha
Sementes de Limão	3.000	litros	-
Milho	195.000	Kg/ano	60 ha
Vassoura	4.000	peças/ano	5 ha
Abóbora	120	ton/ano	12,1
Arroz	36	ton/ano	25 ha
Quiabo	7.000	Kg/ano	0,5
Bovinos	150	Cabeças	34 ha
Galináceos	1.200	Cabeças	-
Suínos	250	Cabeças	-
Banha animal	60	Kg/mês	-
Leite	105	L/dia	34 ha
Queijo	120	Kg/mês	-
Milho Pipoca	100	Sacas/ano	2,5 ha
Amendoim	40	Sacas/Ano	3 ha
Hortaliças subterrâneas (rabanete, beterraba, cebola, alho)	30.000	Kg/ano	3,5 ha
Hortaliças folhosas (rúcula, alface, couve, repolho, couve brócolis)	25.000	Kg/ano	3,5 ha

**QUADRO 5 - PRODUÇÃO/PRODUTIVIDADE DO ACAMPAMENTO (PRÉ-ASSENTAMENTO) IRMÃ DOROTHY**

Fonte: Coordenação do MST, 2011.

No acampamento Irmã Dorothy há muitas crianças nascidas no acampamento, ou seja, sua identidade está nesta área. Todas frequentam a escola. Juntamente com os jovens e adultos somam mais de 40 (quarenta) estudantes.

A população, os comerciantes, as lideranças religiosas e poder público local e organizações de outros municípios, especialmente de Campo Mourão, por meio de entidades, organizações sindicais e universitárias passaram a apoiar as famílias, para pressionar o Estado para regularização das terras, para que se implante a reforma agrária por meio do assentamento.



FIGURA 24 – MOBILIZAÇÕES PARA LEGALIZAÇÃO DO ACAMPAMENTO IRMÃ DOROTHY DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ.

Fonte: Câmara Legislativa de Barbosa Ferraz, 2010 e acervo do autor, 2009-2013.

Neste sentido, várias reuniões foram realizadas, no legislativo do município de Barbosa Ferraz, com a participação de várias entidades representadas em defesa das famílias. Também inúmeras reuniões na Superintendência Regional do INCRA do Paraná, os representantes do Acampamento juntamente com várias entidades e políticos do município, bem como uma conversa informal, em 2010, com o governador Orlando Pessuti, na visita ao hospital Santa Casa de Campo Mourão, as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra entregou um documento solicitando agilidade no processo, conforme as imagens representadas no mosaico.

Outro acampamento de trabalhadores rurais sem terra é o Nossa Senhora do Carmo que também se localiza no Município de Barbosa Ferraz e que também pertence ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esses trabalhadores iniciaram o processo de ocupação, territorialização, da fazenda denominada de “Os Oitenta”, no dia 16 de julho de 2006.



A Fazenda ocupada possui uma área de aproximadamente 80ha. Segundo a senhora Esmeralda Damacena Junior <sup>70</sup>, líder do acampamento, eles vieram em 15 famílias para ocupar a área (Foto 14), porém atualmente restam apenas seis famílias.

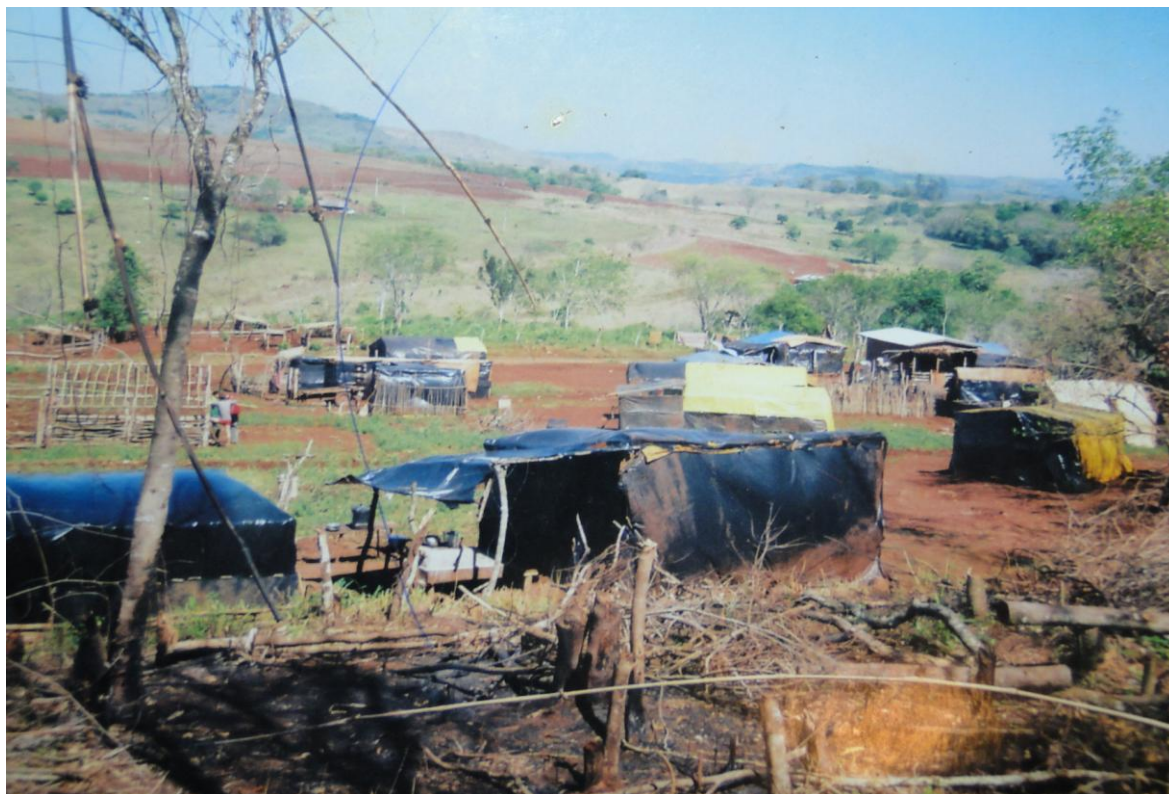


FOTO 14 – OCUPAÇÃO DA ÁREA DO ACAMPAMENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO NO ANO DE 2006.

Fonte: Acervo particular de um acampado, 2010.

Dona Esmeralda assegura que todas as famílias são originárias da própria região de Campo Mourão, conforme pode-se verificar na entrevista:

Todos do Paraná, Nova Cantu, não é muito longe. A Meire veio de Campina da Lagoa mais a região dela é de Altamira, o Gustão é de Roncador e o Poroca também, a família dele é de Roncador e Levi, que é meu irmão, é de Nova Cantu e o Cidão também é de Nova Cantu. Tudo da roça. (DAMACENA JUNIOR, 2012).

Essas famílias estão cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, há sete anos. Durante a sua trajetória de luta pela terra, passaram por vários acampamentos em áreas passíveis de reforma agrária.

<sup>70</sup>Entrevista da senhora Esmeralda Damacena Junior, do Acampamento Nossa Senhora do Carmo, cedida dia 18 de setembro de 2012, está na íntegra nos anexos.

Desse modo, são oportunos os relatos de dona Esmeralda, uma trabalhadora rural sem terra, viúva, mãe de 5 filhos, que há nove anos vem lutando para acesso à terra, passando por vários acampamentos:

São nove anos, levando barreira, chuva, despejo, levando a luta. Fiquei viúva, falei: não vou desisti, agradeço a meu filhos, uns bons rapaz, eles falava: “não vamo desisti mãe”. Agora graças a Deus estamos aqui, é uma coisa que eu gosto muito, é uma luta muito gostosa, mas que é sofrido. A gente passava até fome com meus filhos, e com ajuda dos outros, agora tenho meu cantinho, na barraquinha de lona, mas to tranqüilinha, uma vida bem gostosa, não me arrependo. A gente está na luta, a gente quer uma coisa prá frente. Eu não abandonei o acampamento, por causa dos meus filhos, uma viúva com cinco filhos na costa, numa cidade, não ia manter eles, como mantenho aqui. [...]

Saimo do Laranjeira - um acampamento que tem aqui perto. Tem o nome de Laranjeira, fica ali perto do município de Luiziana, daí viemo aqui. Só que fiquemo ali, viemos se acampar ali, só que fiquemo oito dias só, nós chegamos na sexta-feira, quando chegou na sexta-feira fazendo oito dia. Faz 7 ano, todo dia de Nossa Senhora do Carmo faz ano, vai fazer 7 anos que estamos aqui. (DAMACENA JUNIOR, 2012).

Segundo informações dadas pelos acampados, o local ocupado faz parte da área de uma fazenda que foi cedida a fins de reforma agrária para a formação do assentamento Muquidão, no município de Iretama. Essa área não possui escritura por isso ficou fora do projeto do assentamento Muquidão que está localizada na outra margem do Rio Formoso.

As famílias acampadas produzem, em um espaço de terra individual, cereais como milho, feijão e arroz, para consumo próprio e o excedente comercializado nos municípios de Barbosa Ferraz e Iretama. Também criam caprinos, suínos, bovinos e equinos em pastagem de uso coletivo.

As casas das famílias eram feitas de galhos de árvores coberto por uma lona. Com a atuação dos professores e estudantes universitários, por meio de um projeto de incentivo à fruticultura nos assentamentos da Microrregião, essa quadro mudou. A pedido das famílias, foi realizado um mapeamento para a divisão dos lotes, considerando as áreas de mananciais, reserva legal, área coletiva. A área foi dividida em 6 lotes, dos quais possuem uma variação de 6 a 8 alqueires para cada família, conforme pode-se verificar na Figura 25.



FIGURA 25 - MAPEAMENTO DA DIVISÃO DOS LOTES DO ACAMPAMENTO (PRÉ-ASSENTAMENTO) NOSSA SENHORA DO CARMO.

Fonte: Fecilcam, Projeto Edufruti, 2010 – Org.: SILVA e COLAVITE (2010).

Com a divisão dos lotes, as famílias melhoraram a estrutura dos barracos, passaram a ser divididos em duas ou três peças, dependendo do número dos integrantes das famílias.

As famílias do acampamento Nossa Senhora do Carmo enfrentam grandes dificuldades no cotidiano, apesar de sete anos de ocupação, as famílias ainda não

têm saneamento básico, como o acesso à luz elétrica, água tratada e encanada, nenhum tipo de infraestrutura no local.

Sabe de uma coisa num acampamento não é fácil, morar debaixo de uma lona num é fácil, se não tem aonde se virar, então é uma coisa que você não tem aquele jeito de se manter. Quando é uma pessoa que tem como mante a vida, aí a pessoa vive no acampamento. O último que saiu daqui, seu Lorenço, foi pro acampamento da Campina da Lagoa, mais, os outros saíram mesmo, desistiu. (DAMACENA JUNIOR, 2012).



FOTO 15 – BARRACO DE LONA DE UMA FAMÍLIA NO ACAMPAMENTO NOSSA SENHORA DO CARMO.

Fonte: Acervo do Autor, 2013.

No acampamento, todos enfrentam o mesmo problema, resistindo anos após anos, debaixo de uma lona, com a perspectiva de um dia conseguir a terra que os sustentam.

## 4.5 AS VILAS RURAIS E A (RE) TERRITORIALIZAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL

Outro modelo de território que surge no meio rural, na Microrregião, são os denominados de vilas rurais (Figura 26). Esses territórios emergem nos anos de 1990, por meio de uma política do governo estadual para assegurar uma parcela de trabalhadores rurais no campo, uma vez que essa categoria já se encontrava insuficiente para atender o agronegócio no estado do Paraná.

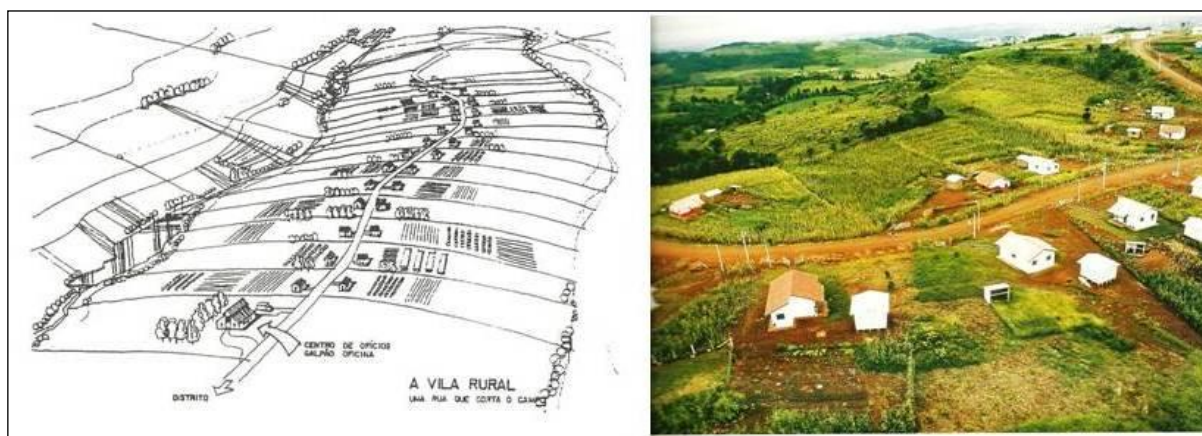


FIGURA 26 - REPRESENTAÇÃO DE UM MODELO DE VILA RURAL

Fonte: Revista Bem Morar, 1997. Org.: Andrade, Áurea (2012).

Nesse sentido, ressaltamos na seção anterior, que as inovações tecnológicas são benéficas ao desenvolvimento da agricultura, porém promove o êxodo rural, visto que milhares de trabalhadores rurais são desterritorializados, sobretudo a partir da década de 1970, movimento que continua até o presente.

E, é neste contexto de contradições, que surgem centenas de vilas rurais no estado do Paraná (Figura 27), isto é, a reterritorialização de trabalhadores, realizada pelo Estado para garantir mão de obra aos donos dos meios de produção.

Para Saquet (2007), o próprio capital atrelado ao Estado trabalha para o processo de desterritorialização, para a (des) construção de territórios, de acordo com seus interesses. Inúmeras ações são realizadas entre esses agentes para que seus objetivos sejam alcançados com êxito. Em alguns casos, o Estado atua diretamente, é nesse quadro de atuação que no Paraná, em meados da década de 1990, intensificaram-se os conflitos sociais no campo. E para controlar os

trabalhadores rurais sem terra, o Estado emprega a tática da política de proteção das oligarquias rurais e a força da repressão.

Nesta ocasião, além da repressão o governo também cria uma nova estratégia, a elaboração de um projeto, para evitar novos integrantes às organizações dos trabalhadores sem terra, sem teto, bem como atenuar o movimento migratório campo/cidade, dos “boias-frias”, visto que algumas regiões do estado já apresentavam a falta dessa modalidade de trabalhadores. Ainda, em 1995, idealiza um projeto de ‘assentamento’, denominando-o de ‘vila rural’.

As intenções do governo com a implantação do Projeto embutia, de um lado, o interesse em conter a incorporação de novos habitantes aos grandes centros urbanos, especialmente à capital Curitiba, que atingiu, nas décadas de 1980/1990, elevadas taxas de crescimento, ao passo que no Estado, no mesmo período, registravam-se índices menos elevados de crescimento urbano<sup>71</sup>.

Receber esse contingente que continuava a migrar campo/cidade demandava novos encargos, infraestrutura básica, habitação, saúde, educação e transportes. Dessa forma, acarretaria uma desestruturação na administração pública pela falta de uma infraestrutura já alocada ao plano diretor, uma vez que as condições (alegadas pelo governo) são ínfimas para atender as demandas. Por outro lado, o governo estava preocupado, ao mesmo tempo, com o patronato rural: uma das justificativas estava centrada na falta de mão de obra no campo para atender alguns produtos da agricultura paranaense.

Embora existam explorações que utilizam farta mão-de-obra, como é o caso do algodão, da sericultura e da citricultura, essas ocupações são na verdade, sazonais, e não têm sido capazes de evitar que essa mão-de-obra, fundamentalmente, para o futuro de nossa agricultura, continue migrando aos principais centros urbanos paranaense, à procura de melhores condições de vida, incluindo moradia, saúde, alimentação, educação, transportes e lazer (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p.16).

Neste sentido, com a territorialização dos trabalhadores rurais, o governo “[...] visa atender a todos os segmentos que dependem deste tipo de mão de obra. Portanto, além do interesse do serviço braçal, temporário, as indústrias, cooperativas e os proprietários rurais deverão participar na implantação das vilas

---

<sup>71</sup> Maiores informações, movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. Kleeinke, Maria L. Urban. Deschamps, Marley Vanice. Moura, Rosa. 1999 p.27 a 50. IPARDES.

rurais, pois isto garantirá a disponibilidade de mão-de-obra” (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p. 27).

A política de intervenção do governo, na territorialização desses trabalhadores, revestiu-se de aspectos contraditórios, visto que havia outros interesses e matizes ideológicas do governo, isto é, a vila rural também representava um novo modelo de “assentamento”, assim o defendia. “O Paraná realiza o maior programa de assentamento rural do País. Além da propriedade da terra, é preciso criar mecanismos que segurem o homem no campo e ofereçam alternativas para que o trabalho e o sustento venham da própria terra” (BEM MORAR, 1997, p. 3). Contudo, o governo não estava preocupado em discutir políticas de reforma agrária e, sim, criar um ‘modelo’ de ‘assentamento’, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e tesouro do Estado.

O Projeto Vila Rural deriva do Programa Paraná 12 meses, implantado com recursos do BIRD e do governo do Paraná. Para o custeio das vilas, foram destinados US\$ 187.479.615,37 (Cento e oitenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, seiscentos e quinze dólares e trinta e sete centavos)<sup>72</sup>, desse total, uma parcela de US\$ 70.339.241,59 (Setenta milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e quarenta e um dólares e cinquenta e nove centavos) foi usada para as construções de 15.609 moradias. O restante foi assim distribuído: US\$ 78.876.468,13 (Setenta e oito milhões e oitocentos e setenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e oito dólares e treze centavos), aplicados em apoio aos agricultores familiares; US\$ 20.727.122,06 (Vinte milhões e setecentos e vinte e sete mil e cento e vinte e dois dólares e seis centavos) em adequação e estruturas rurais; US\$ 4.810.211,99 (Quatro milhões e oitocentos e dez mil e duzentos e onze dólares e noventa e nove centavos), para treinamentos de beneficiários; US\$ 2.061.519,42 (Dois milhões e sessenta e um mil e quinhentos e dezenove dólares e quarenta e dois centavos) em treinamentos técnicos executores e US\$ 2.804.830,09 (Dois milhões e oitocentos e quatro mil e oitocentos e trinta

---

<sup>72</sup> Valor em Real - R\$ 370.365.980,16 (Trezentos e setenta e sete milhões e trezentos e sessenta e cinco mil e novecentos e oitenta reais e dezesseis centavos), conversão dia 12 de abril de 2013, Taxa cambial: 1,9755 REAL-BRASIL (790) = 1 DOLAR-DOS-EUA (220). Banco Central. <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/Resultado.asp?idpai=convmoeda>.

dólares e nove centavos), aplicados em estudos e pesquisas agropecuárias (SEAB, 2004).

Neste contexto, também é oportuno observar a matéria do jornalista Silvio Oricolti da Gazeta Mercantil (1999), que traz os valores financiados para construção das vilas rurais:

[...] está orçado em US\$ 353 milhões, dos quais US\$ 175 milhões financiados pelo Bird e US\$178 milhões de contrapartida do Estado. A liberação dos recursos internacionais ficou paralisada por dois anos (1996/1997), pela demora do Senado Federal para aprová-la. (ORICOLTI, GAZETA MERCANTIL, 11 de junho de 1999, p. 3).

O governo estadual em parceria com os governos municipais envolveram diferentes órgãos e instituições públicas como: Prefeituras Municipais, SEAB, EMATER, SUDERHSA<sup>73</sup>, IAP, SANEPAR, COPEL, CODAPAR, SECR, SESA, SERT, SEED, COHAPAR, todos responsáveis pela construção desses novos territórios. Dentre as instituições envolvidas, as prefeituras municipais desenvolviam um papel fundamental. Competia às mesmas a aquisição, doação do terreno, participação em todas as fases de implantação e condução do projeto.

Outro órgão importante foi o núcleo regional da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná – SEAB, seu papel era coordenar, apoiar, aprovar e encaminhar outras vilas, controlar aspectos financeiros e metas e analisar as condições técnicas do terreno para exploração do uso da terra. À EMATER competia a elaboração de estudos acerca do quadro natural da área para a aprovação da construção de uma vila rural, em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e SEAB, além da assistência técnica à extensão rural e o fornecimento de equipamentos no início do programa.

Para a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, ficou deliberado a elaboração de projetos de prevenção ambiental da área, bem como, subsídios para perfuração de poços semi-artesianos para abastecimento de água à população das vilas, ficando a

---

<sup>73</sup> Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental -SUDERHSA. Extinta pela Lei nº 16.242 de 13 de novembro de 2009, substituída pelo Instituto das Águas do Paraná.



cargo da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a implantação do sistema de abastecimento. Para o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, ficou designado a análise e aprovação de projetos de preservação ambiental nas áreas a serem afixadas as vilas, a fiscalização e execução da legislação ambiental.

À Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR ficou designado todo o trabalho de mecanização e terraplenagens. Já à Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, as atribuições de instalações de infraestrutura de energia elétrica.

À COHAPAR coube a responsabilidade de coordenar e participar no processo de cadastramento e seleção; dar parecer de estudos das áreas para edificações; administrar a construção das moradias e outros; articular o suprimento dos serviços de energia elétrica, água e saneamento; rescindir os contratos de concessão de uso dos lotes e promover a substituição dos beneficiários quando necessário.

Quanto à seleção, exigiam-se alguns critérios dos beneficiários: ser trabalhador rural volante com família numerosa, morador do município há mais de quatro anos, preferencialmente, não possuir imóveis e exercer atividade remunerada temporária. Juntamente com a COHAPAR, a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família – SECR, contribuiu para selecionar os assentados. Coube à esta instituição a incorporação de uma infraestrutura social e a organização comunitária. O atendimento à saúde e à criação de programas de saúde para os viliros ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde – SESA.

A Secretaria de Estado da Educação – SEED ficou incumbida da educação formal de todos os assentados do programa. A Secretaria do Estado do Emprego e Relação do Trabalho – SERT se designou à promoção de geração de emprego, além de estudos sobre o mercado de trabalho (ASARI, MUNIZ & ROSA, 2002). Dentre todas as instituições que participaram da implantação das vilas rurais, somente a COHAPAR continua a exercer suas funções, até porque a emissão e recebimento das prestações (25 anos) são de sua responsabilidade.

Na atualidade, mais precisamente em 2013, o Paraná está ocupado com 405 vilas rurais (Figura 27), contemplando 15.609 famílias, especialmente nas regiões em que o processo tecnológico na agricultura foi mais intenso. Neste

sentido, podemos dizer que foi um dos modelos mais expressivos de territorialização dos trabalhadores rurais na paisagem rural paranaense.

Com as vilas rurais, o governo estadual pretendia atingir diretamente vários problemas urbanos, especialmente nos médios e grandes centros, decorrentes do fluxo migratório campo/cidade. Do mesmo modo, pretendia assegurar a mão de obra no campo para as agroindústrias e empresas rurais, dentre outras.

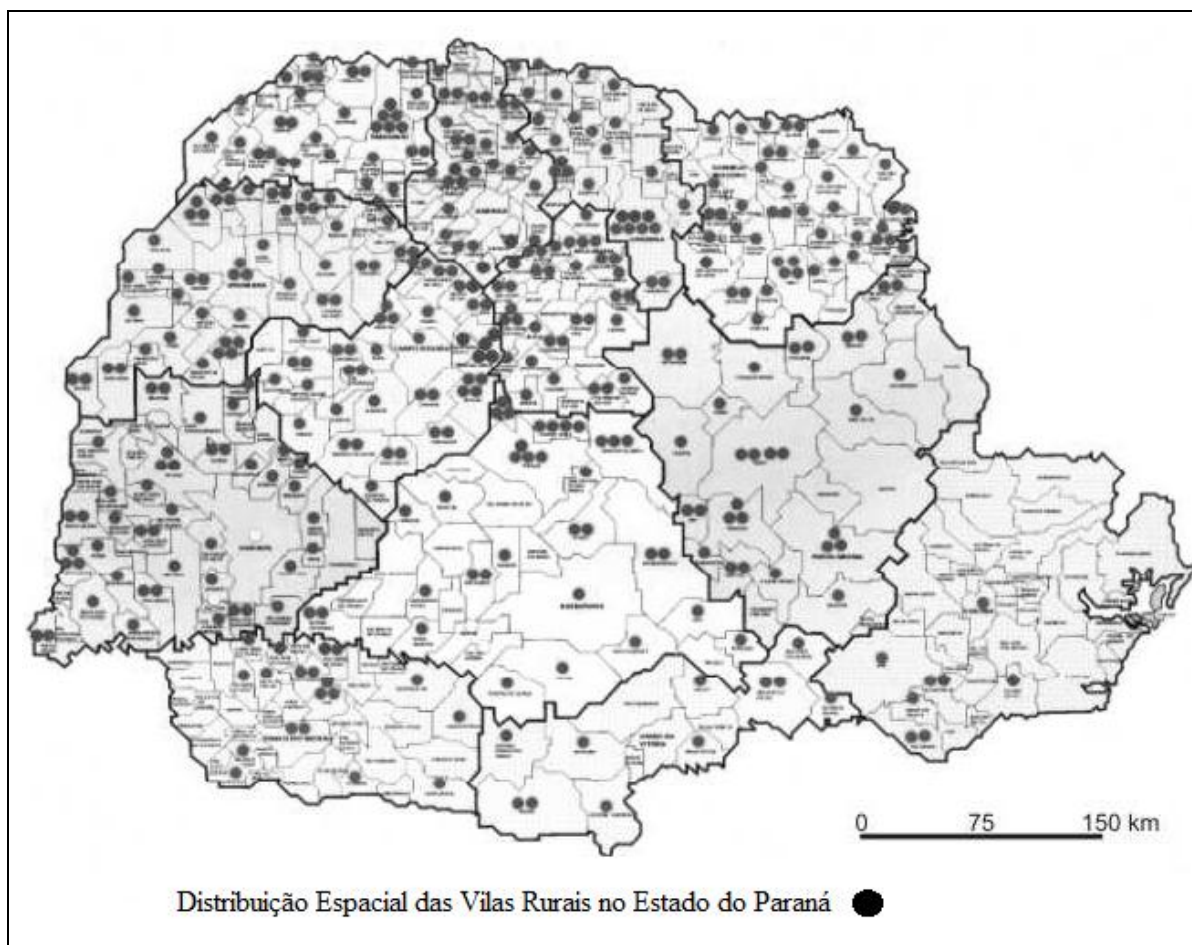


FIGURA 27 – TERRITORIALIZAÇÃO DAS VILAS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ

Fonte: COHAPAR – Adaptado por Andrade, Áurea (2005).

No Projeto original (1995) seis objetivos norteavam as ações do governo, que constam a seguir:

- a) solucionar o problema de falta de moradia dos trabalhadores rurais, fixando-os no campo, freando o fluxo desses para as cidades;

- b) melhorar as condições de saúde do público alvo, por meio da disponibilidade de alimentos produzidos no quintal, especialmente nos períodos em que não estiverem trabalhando;
- c) melhorar o desenvolvimento profissional do trabalhador rural, bem como das senhoras e jovens, através da capacitação, pelo serviço de Extensão Rural;
- d) melhorar as condições sociais dos vileiros, com melhor atendimento sanitários e educacional;
- e) manter no meio rural, à disposição dos produtores e das agroindústrias, mão-de-obra qualificada para desempenhar as atividades agrícolas;
- f) reduzir os enormes investimentos gastos nos centros urbanos, visando atender a uma população que dificilmente poderá ser utilizada nas cidades. (GOVERNO, 1995).

Destacamos os objetivos do Projeto para demonstrar como o Estado atuou na viabilização da territorialização dos trabalhadores rurais por meio da construção dos territórios vilas rurais.

Além desses objetivos, destacamos as estratégias de ação do governo<sup>74</sup> na ocasião da construção de vilas no “Norte e no Noroeste do Estado, regiões onde é marcante a presença do trabalhador rural em condições precárias” (GOVERNO, 1995, p. 21). Contudo, são nessas regiões que se encontram as principais aglomerações das indústrias do complexo sucroalcooleiro, industrialização do café, soja, algodão e citricultura.

Para a seleção dos municípios, considerava dois aspectos fundamentais para instalação de uma vila rural (GOVERNO, 1995):

- a) área plantada das duas principais culturas que demandam maior quantidade de mão-de-obra, a saber, algodão e cana-de-açúcar;
- b) estarem na região que apresentava maior concentração de mão-de-obra volante, recaindo a escolha sobre as seguintes microrregiões: Londrina, Maringá, Campo Mourão, Paranavaí, Apucarana, Umuarama, Ivaiporã, Cornélio Procópio e Santo Antônio da Platina. (GOVERNO, 1995, p. 35 e 36).

Diante do exposto, é oportuno ressaltar, uma vez mais, que o Estado assegura os interesses da classe dominante. Embora, precisa manter a aparente neutralidade. Desse modo, Vilas Rurais se tratava de um Projeto Político, visto que atendia os interesses do agronegócio e, ao mesmo tempo, aos desejos dos

---

<sup>74</sup> Consta no Projeto Vilas Rurais, elaborado pelo Governo do Estado do Paraná em 1995.

prefeitos municipais, como uma ação política, com vistas a novos pleitos. Porém, com o discurso de reforma agrária e solução para o problema de moradia de uma fração de classe trabalhadora, os “boias frias”.

No caso da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, foram construídas 28 vilas rurais<sup>75</sup> em uma área de 7.724.210,86 m<sup>2</sup>, territorializando 1067 famílias, conforme a Tabela 15.

TABELA 15  
VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO

Cidade	Nome	Nº de Famílias	Área (m <sup>2</sup> )	Data implantação
Araruna	Andorinhas	28	189.439,56	02.10.2001
	Arara Azul	12	71.664,95	21.01.2000
	Sol Nascente	44	290.400,00	26.09.1997
Barbosa Ferraz	Beija Flor	24	169.400,00	09.06.2000
	Joaquim de Souza	33	278.580,00	04.12.1998
	Maria G. Virgínio	25	163.355,42	05.06.1996
	Nova Morada	46	363.000,00	31.10.1997
Campo Mourão	Pedro K. Júnior	49	348.000,00	13.10.1997
Corumbataí do Sul	Novos Caminhos	38	290.400,00	31.10.1997
	Francisca F. Borges	53	314.600,00	19.06.1996
Engenheiro Beltrão	Portal do Sol	37	227.408,99	21.12.1999
	Nossa Senhora Aparecida	39	273.176,00	25.07.1997
Farol	Boa Esperança	26	146.410,00	18.12.1998
	Vale Verde	26	223.517,49	25.04.1997
Iretama	Cidade Nova	80	726.000,00	20.07.2001
	Colinas Verdes	44	484.000,00	06.07.2001
	Colméia	42	273.238,02	18.11.1998
	S. Rita de Cássia	27	196.262,00	17.04.2001
Luiziana	Novo Horizonte	23	168.841,00	14.12.1995
	Valinhos	63	475.681,61	13.03.2000
Mamborê	Alvorada	19	126.261,00	26.06.1998
Peabirú	Lary Calixo Razzolini	34	206.348,47	14.12.1995
Quinta do Sol	Judite Rodrigues	28	168.941,67	05.11.1999
	Sol Nasce para Todos	31	203.000,00	18.04.1997
Roncador	São João	34	281.484,68	05.06.1998
	União	31	242.000,00	05.06.1998
Terra Boa	Nova Jerusalém	78	484.000,00	30.07.1999
	Recanto Verde	53	338.800,00	05.12.1997
<b>Total</b>	28 vilas rurais	1067	7.724.210,86	-

Fonte: IBGE – Org.: Andrade, Áurea (2012).

As vilas rurais foram construídas, em maior parte, próximas às áreas urbanas (Figura 28) para facilitar o deslocamento dos trabalhadores e a comercialização da produção. Dessa forma, os governos municipais não precisariam investir em infraestrutura como escolas, postos de saúde, dentre outros, para atenderem os novos territórios. Porém, as vilas mais distantes dependem da locomoção para acesso dos recursos da cidade.

<sup>75</sup> Maiores informações consultar a Dissertação de Mestrado Vilas Rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, em que defendemos em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM.

Dentre as vilas rurais da região, há aquelas que se destacam por apresentar melhor estrutura, indispensáveis para atender as necessidades básicas dos moradores, como: energia elétrica, telefone público, transporte escolar e coletivo, iluminação pública, sistema de irrigação, escola, água tratada, salão social e posto de saúde.

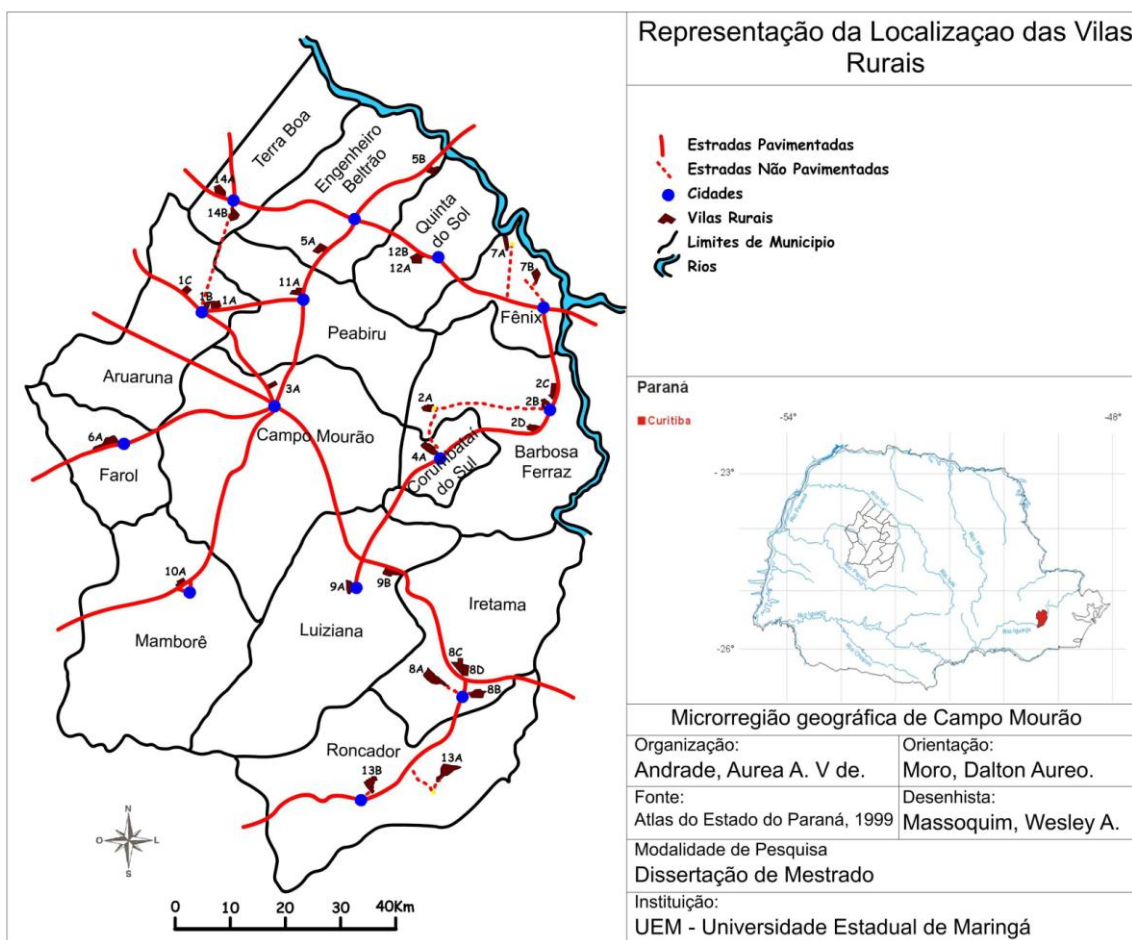


FIGURA 28 – REPRESENTAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS VILAS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO  
Fonte: Andrade, Áurea (2005).

Com relação as localidades de procedências dos moradores das vilas rurais constata-se que o predomínio é de população da própria Microrregião, ou seja, do próprio município em que a vila está estabelecida ou de municípios vizinhos. Contudo, em alguns municípios, considerando que a economia é pouco dinâmica, oferece baixa capacidade de absorção de mão de obra. Em outras, como as vilas dos municípios de Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Terra Boa, Araruna e

Luiziana, que se destacam em razão das agroindústrias, empresas rurais, de facção, dentre outras, há maior capacidade de emprego e renda, como exemplo citamos o caso da Tyson no município Campo Mourão e a Sabarálcool no município de Engenheiro Beltrão, ambos absorvem significativa parcela de mão de obra dos 'vileiros'.

Excluídas as exceções, os vileiros, de modo geral, são trabalhadores que vivem em condições precárias e o lote, de 5mil m<sup>2</sup>, não diminui a pobreza dessas pessoas, visto que a renda é extremamente baixa e as sobras da produção são insuficientes para gastos domésticos e/ou investimentos nos lotes. Contudo, a filosofia do governo com a implantação das vilas era mão de obra disponível para agronegócio e o lote serviria para a complementação de renda. Desse modo, interpretamos que a estratégia do governo era priorizar os municípios que contemplavam agroindústrias e empresas rurais.

É importante destacar que os lotes e a organização das atividades produtivas propostas no Projeto era a diversificação e que esta viesse a reduzir o impacto da pobreza dos trabalhadores rurais. Contudo, conforme já enfatizado, a pobreza é o estado de carência em que vive a população, que são impossibilitados, por escassez de renda ou inexistência de bens e consumo, para satisfazer as suas necessidades mais elementares. Desse modo, não basta ter uma unidade de produção, de meio hectare, nem mesmo uma casa, é preciso criar meios que possam incluí-los ao desenvolvimento, por meio de trabalho, escolarização, acesso ao lazer e à cultura. Somente com esse propósito será possível garantir a cidadania dos vileiros.

Evidenciamos também que há, na região, diferenças quanto ao número de vilas e de habitações por município. Dentre elas, destaca-se a vila de Iretama, maior em números de habitações, totalizando 80; a vila do município de Araruna com apenas 12 habitações, número extremamente baixo se comparado com a média da região, que é de 38 casas por município, conforme Tabela 15.

Como já foi assinalado, anteriormente os benefícios contemplavam especialmente os municípios que possuíam expressivo número de trabalhadores rurais. Entretanto, a quantidade de vilas rurais não é compatível com o número de trabalhadores rurais.

Para promover o desenvolvimento e melhoria na renda dessas famílias, é necessário também considerar o investimento em educação. Segundo Graziano da Silva (2001), a educação é um dos instrumentos fundamentais de apoio às políticas de desenvolvimento rural. Sem dúvida, os indivíduos com maior grau de escolaridade terão mais garantia de acesso ao trabalho e, conseqüentemente, aumento da renda.

Do ponto de vista do uso da terra, as atividades principais se caracterizam pela produção agrícola, com peculiaridades em algumas das vilas, em razão das especificidades de produção de cada município, associadas às condições naturais (solo, relevo e clima), econômicas e culturais. Assim, as vilas localizadas nos municípios de terrenos dissecados predominam as culturas de milho, feijão, arroz. Outro fato que se deve destacar é a trajetória de vida dos vileiros, visto que, parte desses, trouxe consigo a aptidão com a cafeicultura. Esses reflexos indicam que esta cultura está presente em quase todas as vilas, a sua incidência é maior nos municípios de Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Terra Boa, Engenheiro Beltrão e Peabiru.

No entanto, a cultura da soja, apesar de ser uma cultura típica de grandes propriedades, desenvolvida com elevado nível de mecanização, apresenta-se cultivada em alguns lotes. A presença da soja, nesse caso, também está associada às particularidades da região, ou seja, ser uma das mais importantes produtoras de grãos (soja e milho) do Paraná.

A degradação ambiental nas vilas rurais encontra-se vinculada às práticas de algumas culturas, que necessitam da utilização de mecanização (máquinas e por tração animal), sem o mínimo de cuidado com o solo. As práticas de conservação do solo como, por exemplo, as curvas de nível são inexistentes. As justificativas estão centradas na falta de recursos para corrigir o solo, sendo que esta correção é onerosa, o que inviabiliza a produção.

Constatamos que uma das alternativas para a geração de renda das famílias é a fruticultura, especialmente as vilas localizadas na porção leste da Microrregião. Como exemplo, na Vila Rural Nova Morada do município de Barbosa Ferraz, os vileiros encontraram uma alternativa de cultivarem o maracujá, visto que há um mercado de compra desse produto, a Coaprocor do município de Corumbataí do Sul, conforme já enfatizado.

O acesso ao mercado, por meio da Cooperativa é uma situação recente de superação. Em estudo realizado nas vilas rurais em 2005, ressaltamos que a região tinha um mercado difícil “não há mercado para determinados produtos, para os quais foram orientados, como exemplo, o cultivo de maracujá. Verificamos que vários são os lotes ocupados com essa cultura, porém a maior parte dos vileiros alegava que não consegue comercializá-lo”. (ANDRADE, 2005, p. 138).

A luta dos pequenos produtores de Corumbataí do Sul, com a criação da cooperativa Coaprocor, reflete até na organização das vilas rurais, ao menos as que estão mais próximas da Cooperativa, conforme relato do Carlos Alves de Souza, gerente da Coaprocor, para o jornal Tribuna.

Apenas 15 quilômetros de Corumbataí, na Vila Rural Novos Caminhos, município de Barbosa Ferraz, cada propriedade tem cinco mil metros quadrados. Nesse espaço, cerca de 90% dos moradores tiram o sustento das famílias com o cultivo do maracujá e toda a produção é entregue para a cooperativa. Lá, os moradores têm obtido uma renda por safra de aproximadamente 20 mil reais. “O mais interessante é que de novembro a agosto o dinheiro cai semanalmente na conta”, relata Souza. Na Vila Rural existem 46 lotes. “Como é Vila Rural, eles não têm muita alternativa. A vantagem do maracujá é que tem segurança. Se produzir, tem para quem vender. É uma venda sem risco de perder dinheiro”. (TRIBUNA, julho de 2012).

É importante destacar o papel importante da cooperativa para os pequenos produtores, porém, ainda é necessário maior incentivo para que outros pequenos produtores tenham acesso, em especial os vileiros. Nesse sentido, o senhor Leonildo Haracenko<sup>76</sup>, presidente da Associação de Moradores da Vila Rural de Campo Mourão, avalia que houve uma tentativa para incentivar a produção de maracujá na vila, com objetivo de comercializar à Coaprocor, porém os poucos vileiros que arriscaram a cultivar não obtiveram um resultado satisfatório e abandonaram, alegando a distância e falta de incentivo.

Ainda de acordo com o senhor Leonildo Haracenko, na vila não tem trabalho coletivo, a característica é a produção individual, porque uma parte dos moradores trabalha na cidade e a outra parte na Agroindústria Tyson, o que significa que não dependem da produção do lote.

---

<sup>76</sup> Entrevista com senhor Leonildo Haracenko, presidente da Vila Rural de Campo Mourão, cedida dia 26 de maio de 2013.



Porém, muitos moradores reclamam das dificuldades, Márcia Lima<sup>77</sup> moradora da Vila Rural Nossa Senhora Aparecida de Martinópolis distrito de Farol, em entrevista, relatou que seu lote não é produtivo porque não tem condições de plantar “somos em quatro pessoas aqui na casa, eu, meu marido, meu pai que é cego, minha mãe que teve a perna amputada recentemente, e meu filho de 1 ano. Meu marido está desempregado, eu não posso trabalhar, vivemos da aposentadoria da minha mãe e só os remédios dela fica mais de R\$150,00 por mês, sobra muito pouco, não dá para plantar”. A senhora Márcia Lima também ressalta que é moradora da vila desde o início e antes era moradora na cidade de Farol, e sua casa era um barraco de lona, e todos da família trabalhavam de ‘boia-fria’. Hoje apesar das dificuldades para cultivar no lote, ela enfatiza que tem uma casa que está aumentada, “mas nós não tivemos ajuda de ninguém, foi trabalhando por dia mesmo”.

Observamos durante nossas visitas às vilas rurais que hoje, em termos de produção, esses territórios estão abandonados, isto é, sem assistência técnica e incentivo à produção. No entanto, os moradores ainda têm esperança no apoio do Estado, especialmente relativos a financiamentos e orientação técnica que são as maiores expectativas dos vilienses, embora aleguem que são mais de 10 anos de total abandono dos órgãos públicos estaduais.

Ora, a construção desses territórios foi realizada, principalmente, pelo Estado para garantir mão de obra ao patronato rural. Estes trabalhadores deveriam ser assistidos com incentivo ao menos para produção, o que garantia parte da sobrevivência.

#### 4.6 SÍNTESE DOS MODELOS REPRESENTATIVOS DOS TERRITÓRIOS

Na primeira seção, abordamos que o espaço antecede o território, isto é, o espaço existe antes do conhecimento ou de qualquer prática social. Assim, quando o homem se apropria do espaço e exerce o trabalho sobre ele, inicia-se a

---

<sup>77</sup> Entrevista com a senhora Márcia Lima, moradora da Vila Rural Nossa Senhora Aparecida do Distrito de Martinópolis município de Farol, cedida à autora no dia 30 de maio de 2013.

territorialização. Essas relações de trabalho são relações de poder, seja entre a família de trabalhadores, assalariados, empresas, instituições, dentre outros.

No caso dos territórios presentes no espaço rural da área estudada, a territorialização e as territorialidades se constituem de relações mediata/imediata, com semelhanças, diferenças e contradições. Nesse sentido, os diferentes territórios resultam da materialidade dessas relações sociais.

Quando analisamos as territorialidades na perspectiva multidimensional, bem como no sistema tridimensional (sociedade-espaço-tempo), podemos dizer que consideramos alguns segmentos coletivos da sociedade, em um determinado momento, suas dinâmicas, também o conjunto de instrumentos (econômicos, culturais, políticos, naturais, etc.) motivados e, de suas necessidades em energia e informação (comunicação).

Alguns desses elementos estão representados no 'mapa síntese', denominação da Figura 29. Nele tentamos, em primeira medida, representar os principais territórios que surgem, nos últimos anos, provocados pelo avanço das relações capitalistas no campo, introdução de novas tecnologias e culturas modernas, pois aqueles que tiveram acesso a esses subsídios passaram a acumular maior capital. Porém, grande parte dos pequenos produtores rurais, trabalhadores volantes, dentre outros, foram desterritorializados, pois não conseguiam permanecer no campo, perdendo também sua identidade e valor simbólico no espaço. Evento que culmina na origem de uma nova configuração no campo e o surgimento de novas e velhas territorialidades, que tratamos nessa seção.

Desse modo, a imagem dos territórios revelam as relações de produção, de poder e de contradições expressos na região. Observando os aspectos do relevo da Figura 29, e conforme já discutido anteriormente, a Microrregião Geográfica de Campo Mourão é composta de dois compartimentos de relevo, por um lado, o suave ondulado (oeste), propício a culturas mecanizadas e maior expansão capitalista de produção, onde se estabelece as grandes cooperativas como Coamo e Coopermibra/C.Vale e as agroindústrias, Tyson e Sabarálcool. Por outro lado, o relevo movimentado/ou dissecado (leste), área em que, na ampla maioria dos municípios, predomina a agricultura familiar, maior diversificação de culturas e, conseqüentemente, maior incidência de pequenas propriedades rurais,

cooperativas da agricultura familiar, de agroindústrias familiares ou domésticas, de assentamentos e acampamentos, especialmente do MST, bem como de vilas rurais. Área com menor potencial para expansão capitalista.

Como já discutimos, o território compreende várias dimensões, econômica, cultural, política e natural, são formas espaciais, relações entre sujeitos sociais e redes. As redes são consideradas como um complemento das relações e também é vista como estratégia de desenvolvimento dos territórios. Assim, as redes de circulação e comunicação foram observadas na pesquisa apenas como um pano de fundo, para compreender as complexas relações de poder, tecidas pelos diferentes grupos sociais aqui representados.

Analisando o 'mapa síntese', é visível que a porção leste é bem mais dinâmica em termos de espaço de luta. Os territórios são predominantemente constituídos de pequenos produtores rurais, organizados. Nesses territórios observamos maior dificuldade de comunicação - transferência de informação, bem como de circulação. Ainda que na atualidade, a "transferência da informação de um ponto a outro no mundo" é quase imediata (RAFFESTIN, 1993, p. 201). Neste sentido, os relatos, nas entrevistas dos representantes dos grupos sociais organizados, evidenciam as dificuldades de acesso ao mercado, escoamento da produção, dificuldades para elaboração de projetos, captação de recursos, acesso às políticas públicas e financiamentos para produção e infraestrutura. O contrário dessas relações, se dá na porção oeste, espaço de maior capital, onde as informações e circulação são mais facilitadas, especialmente relativos à captação de recursos pelo BNDES e também maior facilidade para o escoamento de produção, uma vez que as principais rodovias estão centradas nessa porção, conforme se pode observar na Figura 29.

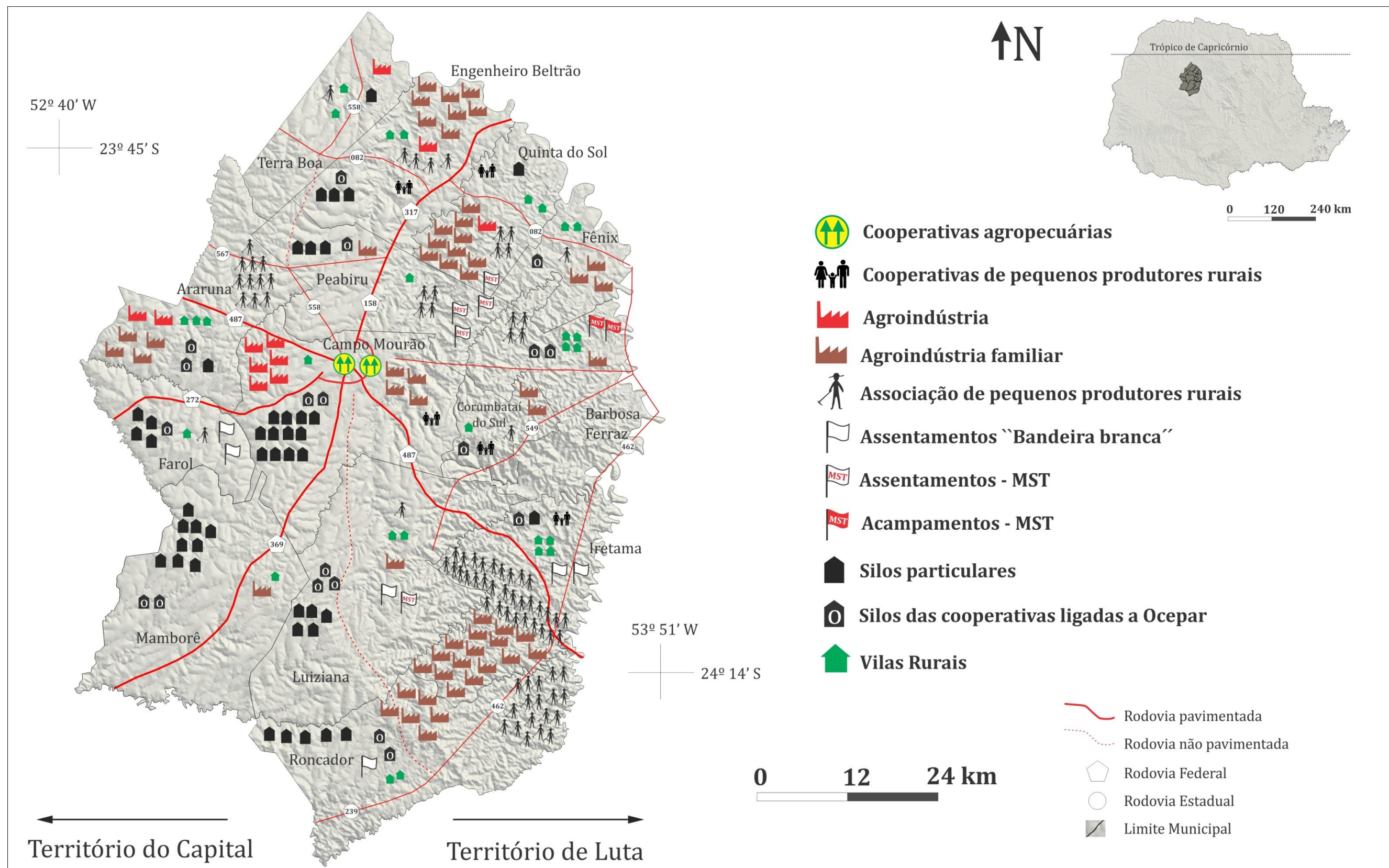


FIGURA 29 - MAPA SÍNTESE DOS TERRITÓRIOS DO ESPAÇO RURAL DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CAMPO MOURÃO  
 Fonte: Pesquisa de campo, base cartográfica IPARDES. Org.: Andrade, Áurea (2013)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo percurso de pesquisa, chegamos ao fim do nosso caminhar. Da ideia inicial, sem muito embasamento para explicar as práticas sociais, à ideia mais ordenada, um pesar mais reflexivo, em busca de respostas dos processos de *des-re-territorialização* (TDR) no espaço rural da Microrregião Geográfica de Campo Mourão. Finalizar uma tese nos remete a ideia de que se trata, apenas, de uma leitura sob um ponto de vista teórico-metodológico, do qual o autor, juntamente com todos seus colaboradores (teóricos, orientadores, entrevistados, dentre outros), interpreta um objeto. Neste caso, as relações de poder, Estado e capital.

Analisando o processo de territorialização, do recorte espacial da pesquisa, afirmamos que esse processo ocorreu por razões políticas e econômicas, incentivado pelo Estado, com o objetivo da ocupação e produção do espaço, isto é, da expansão do capital no campo. Neste sentido, constatamos que o Estado, atuou intensamente na efetivação da colonização, influenciando nas relações de poder sobre a sociedade, especialmente nas instituições, buscando a acumulação de capital através da compra e venda de terras.

Assim, uma das primeiras medidas do Estado para colonização regional foi a parceria com as empresas privadas de colonização. Ainda para atender ao capital, o Estado repassou as melhores terras às companhias, deixando as terras consideradas 'mais inferiores' e de menor preço de mercado sob sua responsabilidade. Neste período, também se confirma a existência de concentração fundiária e o favorecimento a pessoas influentes junto ao governo. Também teve, nesse período, uma tendência à concentração fundiária, facilitada pelo Estado.

Todos esses fatos evidenciam a articulação dos agentes, Estado e capital a começar pelo processo de colonização, isto é, pela territorialização dos colonizadores. Porém, concomitante a este processo suscita a opressão dos posseiros, ocupantes, dentre outros povos que já ocupavam essas terras e foram desterritorializados.

O interesse do Estado com a venda das terras foi a de povoar as áreas de matas, ocupar com culturas e com técnicas mais avançadas, para o desenvolvimento econômico, sem se preocupar com os povos que aqui viviam. Isso comprovou a natureza contraditória do Estado, pois sua exterioridade se apresenta em defesa do povo, porém atuou em defesa de classes em detrimento a outras.

Em menos de duas décadas do processo de colonização/ou territorialização, iniciou a modernização agropecuária, caracterizada por cinco implicações articuladas, *parcial/desigual*, *conservadora*, *dolorosa*, autoritária e devastadora.

Ao analisar este processo na região, concluímos que foi desigual entre os municípios e entre os agricultores, porque em alguns municípios a modernização ocorreu tardia em relação a outros e os benefícios não foram distribuídos igualitariamente entre os produtores rurais. Igualmente a tendência à concentração fundiária, visto que, na região, predominava as pequenas propriedades. Na medida em que avança a modernização, as unidades inferiores às 10h vão diminuindo expressivamente e aumentando as médias e grandes propriedades. Esse processo provocou, na região, a desterritorialização de milhares de trabalhadores rurais, dos quais parte foram para os centros urbanos, outros se tornaram os Sem Terra. Nesse movimento, retornam para o campo, na atualidade, como acampados e assentados.

A modernização traz, conseqüentemente, a territorialização dos insumos, bem como de agroquímicos, concomitante à introdução das culturas mecanizadas da soja e do trigo, que acelerou o desmatamento, dando origem à nova forma de produzir, na região.

O Estado, ao delinear as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da modernização agropecuária, criou o SNCR que se constituiu num importante viés para este processo, porém, os benefícios atingiram de modo desigual os vários segmentos da agricultura. Outro instrumento importante para o Estado foi o cooperativismo, pois este também serviu como um dos instrumentos à distribuição de financiamentos, conseqüentemente à expansão do capital no campo.

Seguramente, o desenvolvimento da agricultura capitalista não foi benéfico à população do campo, visto que nem todos foram atendidos, em grande medida, a população foi desterritorializada e as desigualdades se acirraram. Estas ações do Estado articulado com o capital vai dar origem a novas territorialidades que resultaram em novos territórios, logo em nova configuração no espaço rural da Microrregião.

Foi nessa perspectiva que analisamos as novas e velhas territorialidades, constituídas com o avanço das relações capitalistas no campo. A continuidade e a descontinuidade também são elementos do território que analisamos, dentro de um processo histórico, para interpretar o presente. Desse modo, ao analisar as

territorialidades e os territórios do cooperativismo, observamos que eles estão condicionados, especialmente à lógica do capital. Por um lado temos, na região, os territórios das cooperativas, Coamo e Coopermibra/C.Vale, que contribuem para agricultura capitalista, especialmente da soja voltada para exportação. Por outro lado, constatamos os territórios que contribuem para o abastecimento do mercado interno, com produtos alimentares, especialmente os vinculados às cooperativas de pequenos produtores rurais, ou agricultura familiar.

Nessas redes de relações, de competição, de poder entre as grandes cooperativas agropecuárias, surgem as cooperativas de pequenos produtores rurais, que ao longo da história foram pouco assistidos pelo Estado e não se adequam às políticas das grandes cooperativas, dentre outros. Entendemos que esses pequenos produtores necessitam de união e organização para fortalecer sua luta como forma de resistência para permanência no campo. Observamos que em grupo, as ações se tornam mais ativas para pressionar o Estado na criação de políticas públicas voltadas para seus interesses, enquanto pequenos produtores. Observamos também que, nos últimos anos, tem intensificado a quantidade dessas cooperativas. Um exemplo é a COAPROCOR, que desempenha um papel relevante para o desenvolvimento econômico e social na região. Esta cooperativa também assegura a produção de alimentos e a permanência do trabalhador rural no campo.

Apontamos na pesquisa os dois modelos de cooperativas que atuam nas territorialidades rurais da Microrregião e concorrem entre si. As grandes cooperativas agropecuárias estão em expansão territorial em área em que predominam as cooperativas de pequenos produtores. Essa expansão está atrelada à possibilidade de aumentar em número de associados que possuem pequenas propriedades com vistas à captação dos recursos destinados à agricultura familiar. Averiguamos que as cooperativas agropecuárias e de pequenos produtores rurais estão ampliando sua relação de poder, contribuindo desse modo, para o seu desenvolvimento como empresas, ou seja, descaracterizando-as como cooperativas, bem como, tornando-as mais competitivas no mercado do agronegócio.

Quanto à territorialização das agroindústrias na região, esta se deve, em grande medida, às cooperativas, em razão do apoio do Estado não só no processo de modernização como também na agroindustrialização. Contudo, observamos que a atividade agroindustrial que têm apresentado modificações mais expressivas na

região, se dá com a introdução da Tyson Foods, processadora de carne de frango que tem estimulado a avicultura. Este modelo tem provocado mudanças, especialmente nas territorialidades produtivas e na paisagem. Essa atividade está em franca expansão e também é considerada como uma nova modalidade de organização e produção territorial, especialmente com a introdução dos condomínios para criação de aves na Microrregião. Constatamos que essa agroindústria processadora de carnes apresenta-se com expressivo capital e uma organização empresarial bem estruturada, com emprego de tecnologias e estrutura modernas, além de um sistema dinâmico de redes de circulação e comunicação com o mercado externo.

Na área pesquisada, acompanhamos também as contradições e desigualdades no processo produtivo, ou seja, constatamos que as atividades industriais domésticas, no campo, têm muitas dificuldades para produção. Esta modalidade precisa de capital para se desenvolver, porém vem paulatinamente crescendo, é uma das formas encontradas por uma parcela de pequenos produtores rurais para sobreviver e permanecer no campo.

Ainda, em contraponto à dinâmica do agronegócio na região, surgem outros territórios 'alternativos', dos pequenos produtores rurais que se organizam em associações com propósito de adquirir máquinas e insumos agrícolas, para comercializar sua produção e, sobretudo, para se inserirem aos benefícios do Estado. Verificamos que essa forma de organização é bem representativa tendo em vista que atuam, na região, mais de oitenta associações, especialmente na porção leste onde se encontram os terrenos dissecados e de pequenas propriedades. Nesse cenário, a organização associativa se tornou, na atualidade, uma das possibilidades ao acesso para o desenvolvimento econômico, político e social dos pequenos produtores rurais. Apesar de pouco movimento de capital, as associações têm contribuído para a dinâmica das redes de relações, uma forma de garantir o acesso aos serviços do Estado, sobretudo, créditos subsidiados, financiamentos, assistência técnica, programas, bem como alternativa para permanência na terra, visto que os sócios se tornam mais capitalizados.

Ainda, em meio às lutas, surgem no cenário rural da Microrregião, os territórios constituídos de trabalhadores rurais sem terra, sendo uma parte organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A territorialização



desse Movimento iniciou-se na década de 1990 com ocupações de terras, na região. Foi um processo de muita luta e conflitos entre as famílias dos trabalhadores rurais, a polícia e os arrendatários.

Averiguamos que durante essas duas décadas, o MST organizou várias manifestações na região e tem influenciado nas territorialidades, sobretudo tem mostrado à população, especialmente aos pequenos produtores rurais, a importância de se organizar e se mobilizar, em razão de se tratar de um espaço em que predomina o capital agropecuário, com grandes produtores da soja para exportação e com amplo incentivo e apoio do Estado.

Constatamos que as desigualdades no campo são mais acirradas quando se tratam das famílias dos acampados, elas enfrentam grandes dificuldades, no cotidiano, pela falta de saneamento básico, acesso à luz elétrica, água tratada e encanada, ou seja, desassistidos pelo Estado, em síntese 'excluídos' da sociedade.

Dentre os novos territórios construídos na Microrregião, há também as vilas rurais que se constituíram em uma política pública de territorialização dos trabalhadores rurais. Esse território emerge em 1995, por meio de um programa de Governo "Paraná 12 meses", com o propósito de garantir mão de obra para todos os segmentos, sobretudo proprietários rurais, agroindústrias e cooperativas que necessitavam de serviço braçal temporário, uma vez que essa categoria já se encontrava insuficiente para atender o agronegócio.

Com a criação do Projeto Vila Rural, o governo divulgava que este atenderia os marginalizados do progresso econômico, por meio da reforma agrária. No entanto, verificamos que além do equívoco em atribuir a esse projeto como um modelo de reforma agrária, ainda garantia reserva de mão de obra para as cooperativas, agroindústrias e do mesmo modo, evitaria novos integrantes às organizações dos trabalhadores sem terra, sem teto, e, acima de tudo, atenuaria o movimento migratório campo/cidade, desses trabalhadores rurais.

Em síntese, na escala regional, é notável dois territórios, que embora nossos desdobramentos não tenham sido para focá-los, ficou perceptível na medida em que analisamos as relações de produção, de poder e de contradições expressos nos diferentes territórios do espaço rural na região. Portanto, podemos dizer da existência do *território do capital*, onde há maior incidência das culturas mecanizadas, soja e milho, maiores cooperativas agropecuárias e agroindústrias de

alimentos e carne. Em resumo, maior expansão capitalista de produção. Do mesmo modo, o *território de luta*, com menor potencial para expansão capitalista, onde predomina a agricultura familiar, a diversificação de culturas e maior incidência de pequenas propriedades rurais, bem como maior ocorrência de organizações (movimento) sociais, como as pequenas cooperativas, as agroindústrias familiares, vilas rurais, assentamentos e acampamentos, vinculados ou não ao MST.

Com este estudo, apesar das limitações, esperamos poder contribuir para conhecimento e leitura dos novos territórios no espaço rural da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, bem como o entendimento que estes emanam das ações ordenadas pelo Estado, articulado com o capital.

## 6 REFERÊNCIAS

- AMORIM G.; MATSUSHITA A.; MARVULO F.; SAKER M. Paraná - destaques econômicos. In. **Análise Conjuntural** - IPARDES - v.30, n.9-10, set./out. 2008. p. 1-38.
- ANDRADE, Áurea A. Viana de. **Vilas rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão**. 2005. 161p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- ANDRADE, Áurea A. Viana de. **O Avanço tecnológico no campo e suas implicações no cenário rural da microrregião geográfica de campo mourão 1970-2006**. In. PONTILI, Rosangela M.; COLAVITE, Ana Paula. (Org.) Estudos Regionais: enfoque socioeconômico, ambiental, educacional e da paisagem. Campo Mourão: Fecilcam, 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O sentido da colonização**. Recife: Comunicação Editora, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ASARI, A. Y; MUÑIZ, H. M.C; ROSA, M. D. Programa Vilas Rurais: Públicas de Fixação dos Trabalhadores no Campo? In. **Revista do Departamento de Geociências**. jan/jun, 2002. Londrina: UEL, v. 11, n. 1, p. 105-121.
- ÁVILA, Jader Libório de. **A Coamo e o Desenvolvimento Econômico da Região de Campo Mourão**. 2002. 215p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4. Porto Alegre: Globo, 1962.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Out/Dez, 1952. Rio de Janeiro: IBGE, n. 14, 1953.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Out/Dez, 1952. Rio de Janeiro: IBGE, n. 14, 1952.
- BIGNANTE, Elisa; DANSERO, Egidio; SCARPOCCH Cristina (org.). **Geografia e cooperazione allo sviluppo** – Temi e prospettive per un approccio territoriale. Torino: FrancoAngeli, 2009.
- BOBBIO. Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2. ed. Trad. João Ferreira; Carmem C. et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BRUSAROSCO, Anna. **Geografia e cooperazione: i progetti di sviluppo rurale della cooperazione italiana in Bosnia Erzegovina**. 2011. 342p. Tese (Doutorado) - Università degli Studi di Padova.

BRZEZINSKI, Francisco Irineu. **A futura capital**. Curitiba: Juruá, 1975.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Conjuntura econômica da madeira no norte do Paraná**. 1974. 470p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900-1970 - estudo de conjuntura**. 1977. 497p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 10. ed. Campinas: Papirus, 1988.

CARVALHO, Ely Bergo de. **A Modernização do sertão: terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964**. 2008. 344p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política – território, escalas de ação e instituições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COLETTI, Claudinei. **A Estrutura Sindical no Campo: a propósito da organização dos assalariamentos rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas São Paulo: Unicamp, 1998.

COMPANHIA DE MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramento Norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977.

COOPERMIBRA - Cooperativa Mista Agropecuária do Brasil. 2009. Disponível em: <<http://www.coopermibra.com.br/inst.html>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Odah Regina Guimarães. Planos de Colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento, no estado do Paraná. In. **Anais do VII Simpósio Nacional de Professores Universitário de História**. São Paulo: ANPHU, 1976.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. Discurso sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp, 2008.

COUTINHO, Nelson Carlos. **Marxismo e política** - A dualidade de poderes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, Márcia Lúcia da. **Agricultura familiar no contexto da lavoura capitalista no município de Campo Mourão - PR**. 2010. 161p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Maringá: Dental Press, 2002.

DANSERO Egidio; Giaccaria Paolo; GOVERNA Francesca. **Losviluppo locale al nord e al sud. Un confronto internazionale**. Milano: FrancoAngeli, 2008.

DANSERO, Egidio; BAGGIANI, Marco – **Politiche per L'ambiente** - Dalla Natura al Territorio. 2. ed. Torino: UTET, 2011.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1985.

DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (org.) **Territorialità, Sviluppo Locale, Sostenibilità: Il Modello Slot**. Milano: FrancoAngeli, 2005.

DENKER, Nelson. **A expansão e o crescimento da Coamo agroindustrial cooperativa LTDA**. 2009. 90p. Dissertação (mestrado em Economia) Pós-graduação em desenvolvimento econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_iv\\_epct/PDF/ciencias\\_sociais/09\\_DENKER.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_sociais/09_DENKER.pdf) >. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

DIAS, Guilherme Leite da Silva; CASTRO, Manuel Cabral de. **A colonização oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo, 1986.

DORFMUND, Luiza Pereira. **Geografia e História do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1963.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 284 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FAESP. **Quem trabalha, constrói; quem invade...**In: Boletim da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. 17 a 23 setembro de 2012.

FAJARDO, Sergio. **Dinâmica sócio-espacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial: o caso da "COCARI"**. Mandaguari - PR. 2000. 172p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FAJARDO, Sérgio. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2008.

FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Relatório O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo – 2011**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/rsfm2011vapdc.asp>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino Português**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Material de Ensino, 1967.

FARIA, José Eduardo. **Poder e Legitimidade**. São Paulo: Perspectivas, 1978.

FERNANDES. Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. In. FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Reforma Agrária de Desenvolvimento – Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008.

FERNANDES. Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: CONCITEC; IPARDES, 1988.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário Paraná: 1970, 1980, 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970 -1996.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010TI.asp>>. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

FURSTENAU, Vivian. **O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965-84**. Porto Alegre: FEE, 1988.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil –Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. In: FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GÖRGEN, A. Frei Sérgio; STÉDILLE, P. João. **Assentamentos – A resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Secretaria de Estado da Fazenda**. FPM-Fundo de Participação dos Municípios. Emissão 02/10/2012. Ano-Base: 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Secretaria de Estado da Fazenda**. FPM-Fundo de Participação dos Municípios. Emissão 03/10/2012. Ano-Base: 2011.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Processo técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA J. & BIANCHINI, J. M. e. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de Desenvolvimento Rural**. Brasília: Ministério Para o Desenvolvimento Agrário, 2001.

GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970**. 1997. 360p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUIMARÃES, Alberto P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.  
HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v., p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. In: **Boletim de Geografia**. Maringá, ano 11 n° 01 dezembro de 1993.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná**: o caso dos municípios de Ubitatã Campina da Lagoa e Nova Cantú. 1990. 223p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

HETTNE Bjorn. **Le teorie dello sviluppo e il terzo mondo**. Roma: Asal, 1986.

HODDER, Rupert. **Geografia dello sviluppo** – Le ragioni delle disuguaglianze nel contesto dell'economia globale. Milano: De agostini, 2001.

HUBNER, Otmar. **Trigo Modernização – Safra 98/99 Paraná**. Curitiba, Departamento de Economia Rural – Deral, 1999.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Paraná**: 1970, 1980, 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1970 -1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário Paraná**: 2006.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: IPARDES, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sul/IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

JAMES, Preston. Colonização em núcleos de expansão. Delgado de Carvalho. In. **Revista Brasileira de Geografia**. jan/mar, 1941. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1941.

JORNAL **MAMBURÉ** – especial para JN. 6 a 12 de novembro de 1965. Arquivo Biblioteca Pública do Paraná.

JORNAL Tribuna do Interior. **Ocupação do Banco do Brasil de Peabiru, pelos trabalhadores rurais sem terra**. Em 22 de setembro de 1999. Arquivo Tribuna do Interior

KAGEYAMA, Ângela (Org.) **O novo padrão agrícola brasileiro do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Brasília: IPEA, 1987.

KLEINKE, M. DE L; DESCHAMPS M. V.; MOURA, R. Movimentos migratórios do Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Nº 82. Curitiba: IPARDES, 1994.



Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)>. Acesso em 18 de fevereiro de 2013.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrário no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LAZIER, HERMÓGENES. **Estrutura agrária no sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, Henry. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Os anos 30. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIBARDI, Diócles; DELGADO, Paulo. A Redução do trabalho agrícola no Paraná. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. jan/abr, 1999. Curitiba: IPARDES, n. 95.

LOUREIRO, Maria Rita. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

LUPION, Moysés. **Relatório Governo 1947-1951**. Arquivo Público do Paraná Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>. Acesso em: 02 de set. 2010.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHAMA, Altiva Pilatti. **Contribuição ao estudo da História**. Boletim da Universidade do Paraná. Curitiba, n. 3, p. 5, 1963.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MAIA JR. Raul; PARTOR, Nelson. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: Difusão Cultural, 1997.

MANÇANO, Rosângela Verri. **O associativismo como fator de desenvolvimento econômico local: estudos de caso da associação dos produtores rurais de**

Corumbataí do Sul. 2008. 74p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 1469-1527. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Pinguim Companhia, 2010.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José Souza. **Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1944.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica as economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASSOQUIM, Nair Gloria. **Assis Chateaubriand: contribuição ao estudo da ocupação humana e da exploração econômica da terra**. 1991. Monografia (Especialização em Geografia do Paraná) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

MASSOQUIM, Nair Gloria. **Clima e paisagem da Mesorregião Centro- Ocidental Paranaense**. 2010. 398p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MASSOQUIM, Nair Gloria. **Formação e desenvolvimento da pequena propriedade familiar no município de Assis Chateaubriand – Paraná**. 1999, 230p. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção Agroindustrial. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo.

MASSUDA, Ely Mitite. Produção e consumo de algodão e as indústrias de fiações de algodão no Paraná. In:**Acta Sci.HumanSoc.Sci**. Maringá, 2005.

MEDEIROS, Célia Maria dos Santos. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos**

**1980 -90.** 2002. 242 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MICHELLON, E. **Cadeia Produtiva e Desenvolvimento Regional.** Uma Análise a Partir do Setor Têxtil do Algodão no Noroeste do Paraná. Maringá: Clichetec, 1999.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MORISSAWA, Mitsume. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço do produtor no norte do Paraná.** 1991. 353p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MORO, Dalton Áureo. A Modernização da Agricultura. In: VILLALOBOS, J. G. (Org). **Geografia Social e Agricultura no Paraná.** Maringá: programa de pós-graduação em Geografia - UEM, 2001.

MUELLER, Ademir. PRONAF – Uma conquista dos trabalhadores rurais.**Cartilha de orientação FETAEP.** Plano Safra 2012/2013.

MULLER, Geraldo. Insistindo na recência do Complexo Agroindustrial Brasileiro.In. **Revista de Economia Política.** v.3. n. 2 abr/jun, 1983.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.

NICOLATO, Roberto. Reforma Agrária Light. In: **REVISTA ISTO É** - São Paulo. Nº1338 – p. 46 de 24 de maio de 1995.

OCEPAR. **A evolução do cooperativismo agropecuário paranaense nos anos 80.** Curitiba: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1991.

OCEPAR. **Cooperativismo & Agroindústria.** 2. ed.Curitiba: OCEPAR, 1990.

OCEPAR. **Cooperativismo agroindústria no Paraná.** Curitiba: OCEPAR, 1986.

OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **No Paraná.** Disponível em:<<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2013. Acesso em: 05 de fevereiro de 2013.

OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. (Org.). **História agrária propriedade e conflito.** Guarapuava: Editora da Unicentro, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFGS, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião** – Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Relatório Estado da Insegurança Alimentar no Mundo – 2011**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/rsfm2011vapdc.asp>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

ORICOLTI, Silvio. **Terra Própria da mais Segurança**. Jornal Gazeta Mercantil – São Paulo, p. 3 de 11 de junho de 1999.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ, Departamento de Geografia Terras e Colonização. **Relatório dos serviços executados pelo Departamento de Geografia Terras e Colonização durante o ano de 1942**. Curitiba, 1943. (Arquivo Público do Paraná).

PARANÁ, Departamento de Geografia Terras e Colonização. **Relatório dos serviços executados pelo Departamento de Geografia Terras e Colonização durante o ano de 1947**. Curitiba, 1947. (Arquivo Público do Paraná).

PARANÁ, **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1959 pelo Sr. Moysés Lupion governador do Paraná**. Curitiba, 1959. (Biblioteca Pública do Paraná).

PARANÁ, **Normas Operacionais, Programa Vila Rural**, Curitiba, 1995.

PARANÁ, **Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural - Subprograma: Vilas Rurais**. Curitiba: 1995.

PARANÁ, Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Bem Morar**, Curitiba, set, 1995.

PARANÁ, Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Bem Morar**, Curitiba, mar, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Fazenda e Obras Públicas. **Relatório dos Serviços e Ocorrências da Secretaria de Fazenda e Obras Públicas no ano de 1934**. Curitiba, 1934.

PARANÁ. Secretaria de Fazenda e Obras Públicas do Estado do Paraná. Departamento de Terras e Colonização. **Regulamento de Terras Vigente em 31 de dezembro de 1934**. Coordenação apresentada ao governo do estado por determinação contratual pelo engenheiro civil Francisco G. Beltrão. Curitiba, 1935.

PARANÁ. Secretaria dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura. Departamento de Terras e Colonização. **Legislação de Terras**. Vigente até 31 de dezembro de 1934 coordenada e consolidada pelo Eng. Civil Francisco Gutierrez Beltrão. Curitiba, 1940.

PAULINO, Maria Ignez S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: UFSC, 1990.

PEGORARO, Éverly. **Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense**. 2007. 243p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Guarapuava: UNICENTRO; Niterói: Universidade Federal Fluminense.

PEREIRA, Laércio Barbosa. **O Estado e as transformações recentes na agricultura paranaense**. 1987. 343p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

POLISELI, Ana Carla. Maracujá garante renda e permanência no campo. **Jornal Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 10 de julho, 2012. Disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/agronegocio/maracuja-garante-renda-e-permanencia-no-campo-9668>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2013.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4. ed. São Paulo: Graal, 2000.

POWER M. **Rethinking development geographies**. London: Routledge, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. **Relatório de contribuintes por atividade**. Emissão Analítica - Ordem: Código. Impresso em: 14/set/2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; Sposito, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e**

**territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 17-35.

RANGEL, Ignácio. In: GRAZIANO SILVA, José (Org). **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

RECH, Daniel. **Cooperativas:** Uma alternativa de organização Popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REIS, José Carlos. **Escola dos annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BNDES financia R\$ 14,5 milhões para a Coamo. **Revista Exame**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/bndes-financia-r-14-5-milhoes-para-a-coamo-m0058504>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

RIOS, Gilvando. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RÜEGG, F. Elza; PUGA, R. Flávio; SOUZA, C.M. Maria; ÚNFARO, T.S. Maria et al. **Impactos Agrotóxicos – Sobre o ambiente, a saúde e a sociedade**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1991.

SÁ, Luis Viana. **Introdução à Teoria do Estado**. Lisboa: Caminho, 1986.

SACHS, Wolfgang. **Dizionario dello sviluppo**. Torino: Ega, 2004.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: University Press, 1980.

SADER, Emir. (Org). **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1994.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Valderi. **Formação histórica do território da Microrregião de Campo Mourão**. A origem de seus 24 municípios. Curitiba: Compuarts, 1995.

SAQUET, Marcos Aurélio; ALEXANDRE, Domingues Ribas e SPOSITO, Eliseu Savério. **Território e desenvolvimento diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Alvaro L. et. al. **A emergência da multiterritorialidade: A resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ubra; Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério de. Movimentos Sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: FERRAMTE, B.S. Véra Lúcia; Whitaker, C.A Dulce. **Reforma agrária e desenvolvimento – Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008.

SCHNEIDER, João E; NOVAES, José Roberto; CAVENDISH, Suely. **Cooperativismo agrícola e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SERRA, Elpídio. A colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná moderno. In: **Boletim de Geografia**. Maringá, ano 11 n. 01 dez, 1993.

SERRA, Elpídio. Reflexões Sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná. In: **Boletim de Geografia**. Maringá, Departamento de Geografia. Ano 19 – n.1, 2001.

SILVA, Anita Izabel de Mello da. **A posse da terra e os lugares de memória: Francisco Beltrão - 1969-2007**. 2010. 113p. Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, CURITIBA.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Lenyra Rique da. **Do senso-comum à Geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, Marcio Antônio Both. **De nacionais a colonos regulares: ou sobre como formar os “cidadãos operosos do amanhã”**. In. OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA,

Márcia Mendes; OLIVEIRA Oséias de. (orgs.) História Agrária: Propriedade e Conflito. Guarapuava: Unicentro, 2008.

SIMIONATO, Edna Conceição. **Campo Mourão: sua gente sua História.** Campo Mourão: Kromoset, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: Ideologia e política.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SORIANO, Sara Mônica Pitot. **Expropriação e violência: A luta dos trabalhadores rurais pelo acesso a terra (Campo Mourão: 1946-1964).** 2002. 143p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori j. CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e agroindústria transformação social e representação política na avicultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Paraná: O quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. In. **Boletim Paulista de Geografia.** Dez. 1971, n. 46.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia.** São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná – do Século XVI à década de 1950.** Londrina: Editora da UEL, 2002.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SULAIMAN, Miguel Neto. **Questão Agrária – Doutrina - Legislação e Jurisprudência.** 1.ed. Campinas: Bookseller, 1997.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil. In. **Revista de Economia Política.** v.3. n. 2 abr/jun, 1983.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. **História econômica do Brasil contemporâneo.** São Paulo: EDUSP, 2002.

TEDESCO, Carlos João. **Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social.** 2. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.

TEIXEIRA, Murilo Walter. **Estrada boiadeira.** Guarapuava S/D.

TEIXEIRA, Wilson Antonio. **O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na Mesorregião Norte-Central Paranaense.** 2002. 341p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.



Tyson venderá frango do PR para europeus. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 de junho, 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1132080&tit=Tyson-vendera-frango-do-PR-para-europeus>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2013.

VINHAS, M. **Problemas agrários camponeses do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **Obrageiros, mensus e colonos**. História do Oeste Paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **História do Paraná**. Curitiba: IHGEP, 1977.

WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Ativa Pilatti. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. In: **Boletim** n. 25 do Departamento de História. Curitiba: A.M Cavalcante, 1977.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Ativa Pilatti. **Ocupação do Paraná**. Curitiba: AGEN, 1988.

WICHET, Silvino. **Associativismo e cooperativismo para produtores rurais**. Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, 2007.

YOKOO, Edson Noriyuki. **Terra De Negócio: estudo da colonização no oeste paranaense**. 2002.176p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

## ANEXO – 01 - ROTEIRO SEMI - ESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS

### 01 - ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

<b>COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS</b>	
Nome: _____	
Idade: _____ Naturalidade: _____ Estado Civil: _____	
Escolaridade: _____ Tempo de Cooperado: _____ Nº de cooperados _____	
Roteiro semi-estruturado da entrevista	
1- Fale sobre o processo da formação da cooperativa, abordando os motivos pelos quais se organizaram em cooperativa (econômicos, culturais, políticos, etc.).	
2- Como é sua experiência na cooperativa?	
3- Quais as principais ações da cooperativa em benéficas aos cooperados (econômica, cultural, política, ambiental, etc.) (A produção dos cooperados e comercialização - produtos, quantidades e destinos; assistência técnica; financiamentos; principais produtos industrializados - insumos, máquinas - vendidos aos cooperados; saúde e assistência social)?	
4- A cooperativa proporciona acesso a algum tipo de benefício do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção, ou das propriedades?	
5- A cooperativa passa por algum tipo de dificuldade? Quais?	

### 02 - ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DAS COOPERATIVAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

<b>COOPERATIVAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS</b>	
Nome: _____	
Idade: _____ Naturalidade: _____ Estado Civil: _____	
Escolaridade: _____ Tempo de Cooperado: _____ Nº de Cooperados: _____	
Roteiro semi-estruturado da entrevista	
1- Quais os motivos que levaram os produtores a se organizarem em cooperativa (econômico, cultural, político, etc.)? Quando isto aconteceu? Quantos fundaram e quem participou da gênese da cooperativa?	
2- Comente sobre a consolidação do processo de formação da cooperativa de produção familiar.	
3- Fale sobre a sua experiência na cooperativa.	
6- Quais as principais ações da cooperativa em benéficas aos cooperados - econômica, cultural, política, ambiental, etc.? (A produção dos cooperados e comercialização - produtos, quantidades e destinos; assistência técnica; financiamentos; principais produtos industrializados - insumos, máquinas - vendidos aos cooperados; saúde e assistência social)?	
4- A cooperativa proporciona acesso a algum tipo de benefício do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção, ou das propriedades?	
5- A cooperativa passa por algum tipo de dificuldade? Quais?	

### 03 – ENTREVISTAS COM PROPRIETÁRIOS DE EMPRESA RURAL

<b>EMPRESA RURAL</b>	
Nome do proprietário: _____	
Idade: _____	Naturalidade: _____ Estado Civil: _____
Escolaridade: _____ Tempo de atuação da empresa: _____ área (ha) _____	
Roteiro semi-estruturado da entrevista	
1- Como empresário rural, o senhor é integrante de alguma associação ou cooperativa?	
2- Quais são e a quantidade dos produtos agropecuários da propriedade?	
3- Que tipo de infraestrutura a empresa possui (silos, maquinários, etc.)?	
4- A implantação do tipo de produção, agricultura ou pecuária, se deve por questões econômicas, culturais, políticas, etc.?	
5- Quantas pessoas trabalham na propriedade? _____ ( ) familiar ( ) assalariado.	
6- Como é realizado o armazenamento e a comercialização da produção?	
7- De que forma é realizado o escoamento da produção?	
8- A propriedade é assistida por que tipo de assistência técnica?	
9- A que tipo de financiamento o senhor recorre?	
10- A propriedade passa por algum tipo de dificuldade? Quais?	
11- A propriedade tem algum tipo de seguro para prevenção de desastres (natural, ambiental)?	
12- Qual sua preocupação com as questões ambientais?	

### 04 - ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS

<b>ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS</b>	
Nome: _____	
Idade: _____	Naturalidade: _____ Estado Civil: _____
Escolaridade: _____ Tempo de Associado: _____	
Roteiro semi-estruturado da entrevista	
1- Comente sobre a construção do processo de formação da Associação.	
2- Quais os motivos que levaram a se organizarem em Associação (econômico, político, cultural, etc.)?	
3- Como é sua experiência na Associação?	
4- Qual a especialidade da Associação?	
5- Qual a área de abrangência da Associação - municípios ou comunidades e número de associados?	
6- Quais as principais ações da Associação em benéficos dos produtores (econômica, cultural, política, ambiental, etc. (ex. Programas e/ou projetos realizados)?	
7- A Associação tem acesso a algum tipo de benefício do Estado? Quais?	
8- Quais as dificuldades encontradas pela Associação?	

## 05 - ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS

<b>ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS</b>	
Nome: _____	_____
Idade: _____	Naturalidade: _____ Estado Civil: _____
Escolaridade: _____	Tempo no Movimento: _____
Roteiro semi-estruturado da entrevista	
1- Quais os motivos da luta pelo acesso à terra? 2- Comente sobre o processo de formação do assentamento (organização política, identidades, redes de cooperação). 3- Os assentados em sua maior parte são das regiões paranaenses ou vieram de outras regiões do país? (identificar os principais municípios de origem das pessoas) 4- Como é sua experiência no assentamento (ou acampamento)? 5- Os camponeses assentados (ou acampados) têm algum tipo de acesso a benefícios do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção e das propriedades? 6- Quais as dificuldades enfrentadas pelos camponeses assentados (ou pré-assentamento), em nível social, econômico, cultural e político? 7- No Assentamento (ou Pré-assentamento) há uma preocupação com as questões ambientais?	

## 06 - ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DAS VILAS RURAIS

<b>VILAS RURAIS</b>	
Nome: _____	_____
Idade: _____	Naturalidade: _____ Estado Civil: _____
Escolaridade: _____	Tempo na Vila Rural: _____
Roteiro semi-estruturado da entrevista	
1- Comente sobre o início do processo de formação da Vila Rural. 2- Quais os motivos que levou o senhor a se tornar um 'vileiro'? 3- Como é sua experiência na Vila Rural? 4- Quais as principais ações dos últimos anos em benefício à Vila Rural, consequentemente aos 'vileiros'? 5- Como os 'vileiros' estão organizados para o acesso de benefícios do Estado, tanto para produção, quanto para melhoria da qualidade de vida? 6- Quais as dificuldades enfrentadas pelos 'vileiros' nos últimos anos? 7- Os 'vileros' têm preocupação com as questões ambientais?	

## 07 - ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DAS AGROINDÚSTRIAS

<b>AGROINDÚSTRIAS</b>	
Nome: _____	_____
Idade: _____	Naturalidade: _____ Estado Civil: _____
Escolaridade: _____	Tempo de atuação: _____
Roteiro semi-estruturado da entrevista	
<ol style="list-style-type: none"><li>1- Comente sobre a construção do processo de formação da Agroindústria.</li><li>2- Qual a especialidade da Agroindústria?</li><li>3- Quantos produtores participam para fornecer matéria-prima à Agroindústria? São produtores apenas do município, ou de outros também? Quais? Qual a quantidade?</li><li>4- Como é sua experiência na Agroindústria?</li><li>5- Quais as principais ações da Agroindústria em benéficos aos produtores?</li><li>6- A Agroindústria tem acesso a algum tipo de benefício do Estado?</li><li>7- Os produtores são assistidos por algum tipo de assistência técnica, por parte da Agroindústria?</li><li>8- De que forma é realizado o escoamento da matéria-prima e dos produtos industrializados? Quais os lugares de destinos/venda da produção?</li><li>9- A que tipo de financiamento a Agroindústria recorre?</li><li>10- A Agroindústria passa por algum tipo de dificuldade? Quais?</li><li>11- A Agroindústria tem algum tipo de seguro para os produtores para prevenção de desastres (doenças, natureza, etc.)?</li><li>12- Qual a preocupação da Agroindústria com as questões ambientais?</li></ol>	

## ANEXO 2

### 01 - ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

<b>C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL</b>	
Nome: João Roberto Paludo Escolaridade: Ensino Superior - Gerente Unidade de Campo Mourão	
Roteiro semi-estruturado da entrevista	
<b>1- Fale sobre o processo da formação da cooperativa, abordando os motivos pelos quais se organizaram em cooperativa (econômicos, culturais, políticos, etc.).</b>	
<p>A cooperativa iniciou em 07 de novembro 1963, quando 24 agricultores se uniram e formaram a CAMPAL, na época não tinham um local para armazenar o produto, principalmente a colheita, perdia produção e resolveram se unir. Em 1969, ocorreu o recebimento da primeira safra, num armazém alugado. Em 1970, foi construído o primeiro armazém que era para 60 mil sacas, é que era pequeno pra época, e dessa forma começou. Hoje, 60 mil sacas, se você pegar aí no âmbito de 460 sacas de soja, por alqueire na época, era todos assim, podia ter grandes áreas, mas a maioria plantava muito pouca lavoura na época, não é igual hoje, que o município de lá deve ter 3 a 4% de mato, quase todos no Paraná, varia a lavoura e pastagem.</p> <p>No começo, plantavam trigo, começaram mais com o trigo. Tinha uma época de bastante hortelã, mas nada a ver com a cooperativa, era tudo empresa de fora que iam lá e levavam. A C. Vale no Paraná, ela só tava naquela região, depois em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e no Paraguai, antes de vim pra Campo Mourão. Todo mundo sabe que a COOPERMIBRA passou dificuldades financeiras e foi procura da C.VALE, e firmaram uma parceria. Essa parceria pode durar até 10 anos e pode ser concretizada antes. Passaram escriturário financeiro, procuraram a C.VALE e daí a C.VALE assumiu as estruturas, logicamente, ejetando dinheiro, e muitas estruturas que eram da COOPERMIBRA, já são da C.VALE. E isso, resumidamente.</p> <p>A C.VALE é agroindustrial, abate frangos, daí com a parceria com a Frimesa ela assumiu toda parte de suínos a preço do mercado, leite Frimesa, carne de porco da marca Frimesa, e quando o trigo, tem também um moinho de trigo, faz farinha de trigo, mas pouquinho. Ela é uma acionista da Frimesa, tem outras cooperativas da região. O Porto Iguaçu Farinha, a marca é Branca em Palotina, e a Frimesa fica lá em Medianeira. E a C.VALE é marca, vai bem em cima do frango. Só que o frango, a gente tá abatendo 320 mil frangos por dia, só o que marco, dificilmente se vai ver na região porque, mais de 60% é exportado, só corte, frango inteiro é muito difícil, transporta pra mais de 50 países. Tem os países que pegam carnes nobres e os outros pegam os miúdos, o <i>Haiti</i>, por exemplo, só pega os pés e o Japão só o filé. Então, frango inteiro a C.VALE não faz.</p>	
<b>2- Como é sua experiência na cooperativa?</b>	

Entrei em 1996 na C.VALE como agrônomo, fazia lá na unidade de Palotina, dava assistência técnica na região, daí em 1998 me chamaram para assumir uma unidade próximo à Palotina, estou a 13 anos, como gerente de unidade.

Não sei exatamente quando começou a parceria, mas eu não tava trabalhando como gerente de unidade, tava trabalhando na parte administrativa da C.VALE, aí me chamaram para ser gerente aqui, em 2000. Viemos pra cá, em Julho de 2009, quando concretizou.

**3- Quais as principais ações da cooperativa em benéficos aos cooperados (econômica, cultural, política, ambiental, etc.) (A produção dos cooperados e comercialização - produtos, quantidades e destinos; assistência técnica; financiamentos; principais produtos industrializados - insumos, máquinas - vendidos aos cooperados; saúde e assistência social).**

A C.VALE hoje, é uma cooperativa que se preocupa bastante com o lado social, e principalmente pensando na diversificação, que hoje nós não temos na nossa região. Tem tudo as diversificações na região de Palotina, lá o pessoal mexe com aviário, tem quase 600 aviários em toda região, então muita gente que tava na cidade voltou pro campo pra cuidar do aviário. A C.VALE tem mudado a produção de leitões, aí muita gente começou a trabalhar com leitões também com a parceria com a Frimesa, e mexe com leite também. Então essa parte tem a equipe de veterinário que dá assistência a suínos, na parte de bovino, de leite. Tudo isso em parceria, leva até Medianeira e depois é industrializado. Também mexe com trigo em Palotina, tem um moinho de trigo, que se não me engano, é o quarto ou quinto maior moinho do Paraná e tá um número razoavelmente grande, e mexe também com uma coisa que a gente não vê na região aqui, a mandioca. A C.VALE também mexe com mandioca, tem duas *amidonarias*, tem uma em São José que pertence à Terra Roxa e uma, antes de Assis. Então é mais um incentivo pro agricultor que pensa em usar a mão de obra familiar. Então, lá na região praticamente, a gente não vê quando acontece uma seca, uma geada. Aqui a gente vê que o pessoal sofre que depende exclusivamente de lavoura. Lá, além de lavoura, o pessoal mexe com algum tipo de diversificação, então é mais difícil o pessoal ficar descapitalizado. Nesse sentido, a C.VALE pensa bastante em diversificação.

A soja tá ligado aqui, mas a "outra" é soja, milho e trigo. Quem planta alguma coisa diferente não é ela, é a TYSON, no setor dela. Só pra você ter uma ideia, o tamanho lá você vai ver, mas hoje dizem que ela tá abatendo, é o que dizem, 320 mil frangos por dia, a TYSON, até última vez que eu vi, tava acho em 70 a 80 mil, dá umas quatro vezes o tamanho da TYSON pra você ter uma ideia. Lá o abatedouro, só um abatedouro, são 3.500 funcionários, só lá, pra você ter uma ideia. Ela pega funcionários de toda região, vai buscar até no Mato Grosso. Tem ônibus pra trabalhar, inclusive uma frota de 40 ônibus.

Nós não temos um programa específico pra isso. Assim uma pessoa lá em Palotina, tem um pessoal que trabalha com filhos de associados pra manter o pessoal no campo, manter vivo essa chama do cooperativismo, nós não temos uma pessoa específica, mas todo o pessoal aqui é treinado, pra o pessoal passar por um treinamento aqui, pra mostrar realmente os benefícios que o cooperativismo traz na região.

A C.VALE, hoje, dos associados aqui, lógico, tudo em cima de garantia, mas hoje tem, vamos dizer assim, dos nossos associados aqui, acredito que uns 70 a

80%, não tenho esse número 70 a 80%, a C.VALE financia esse pessoal todo. A maioria nem busca recurso no banco, fica devendo pra nós pra pagar na safra. Uns pagam, depende o tipo de negócio feito, uns pagam em dinheiro, outros pagam em saca de soja, sacas de milho, sacas de trigo. Então não deixa de ser um incentivo, porque muita gente até prefere pegar com a gente do que pegar em banco.

O juro, não é juro de banco, mas é um juro bem acessível, porque muitas vezes a gente fala que, de repente, vai pegar no banco, mas daí se tem que abrir um consórcio eles exigem não sei que projeto, e acaba ficando até mais caro. Assistência técnica a gente não cobra nada do pessoal comprando aqui, tem uma equipe de agrônomo onde não cobra assistência, nada. Então, e lá fazendo o projeto fora, você vai num banco, você vai pagar 2%. Lógico, isso aí é inegociável, dependendo do valor, acaba saindo um valor razoável, então nós aqui, a pessoa comprando aqui, a gente não cobra nada a assistência, acompanha a lavoura que é interesse dele e interesse nosso, interesse nosso receber também.

Não, a C.VALE recebe através de bancos, recebe isso aí, mas o que ela recebe ela repassa para agricultores.

Os programas de informação pessoal, unificação tem programas que envolvem as mulheres, seminário da mulher, improvisação feminina nos eventos, daí tem um programa que chama Cooperjovem que também junto com a Basso envolve as escolas da região. Isso aqui todo ano é feito. Ó, sobre os funcionários, tá bem legal, parte de ambiental tá do que é feito, acho que isso aqui vai dá pra aproveitar bastante, tá. Esse aqui, abatedouro, pra você ter uma ideia, e aqui é uma das amidonarias que a gente fala, não é feconaria, a gente fala amidonaria, porque não mexe com feto e nem farinha de mandioca, é só amido modificado que eles fazem através de um convênio com uma multinacional, amido modificado. A C.VALE não mexe com farinha de mandioca, não mexe com feco, só amidonaria, então o nome dos lugares é amidonaria, tem nada com fecolaria farinheira, esse tipo de coisa.

#### **4- A cooperativa proporciona acesso a algum tipo de benefício do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção, ou das propriedades?**

Não informado sobre a questão.

#### **5- A cooperativa passa por algum tipo de dificuldade? Quais?**

Essa parte financeira, da parceria com a COOPERMIBRA, essa parceria pegou todas as unidades da COOPERMIBRA, as 19 unidades. Então, todos os anos tem crescido o número de associados, aumentou o número de funcionários, pelo que a gente teve, pelo que o nosso presidente fala, lógico, tem meus números aqui na minha unidade, tem dos outros, mas em geral aumentou muito o faturamento. O pessoal está muito contente, na região, sem dificuldade. Acho que no início nós não éramos uma marca pra muita gente, não igual à concorrente, mas hoje, a maioria, já conhece a gente. Sempre fazemos dia de campo em Palotina, todo ano tem quatro ônibus pra lá. A gente leva os agricultores para conhecer, fica o dia inteiro lá, conhecem o abatedouro, a região e conhecer na verdade a cooperativa. Porque muita gente não tem ideia do que é. Hoje a concorrente é a maior no Brasil, nós somos a segunda maior. Então, hoje cada um defende seu peixe, mas pensamos mais no lado social, diversificação, pode ter certeza, pensando em pequeno e médio, porque posso te afirmar, depois, se você quiser, eu



tenho até o os IDH da região aqui, que envolve também o que a nossa concorrente trabalha, pega o IDH lá da região oeste, você vai se assustar porque lá não só por causa da C.VALE é também por causa da COPACOL, é por causa da COPAGRIL, é por causa da COOPAVEL, por causa da LAR, são as cooperativas. Lá o IDH da região é muito melhor, tenho aqui, vai se assustar, dos municípios da COMCAM.

Um candidato uma vez veio aqui, trouxe esses dados aqui, mas comecei a pensar o IDH, lógico, tem a parte de política no meio, mas tem muito a ver também com que acontece também nas organizações, se você pegar aqui e olhar Palotina, tá em 7º lugar ver todos os municípios, lá de perto, Santa Rosa, Umuarama, Santa Helena, ta em primeiro, na região da COMCAM, é assustador. Então, infelizmente aqui é a região mais pobre que nós temos. E pode ter certeza, a parte política ajuda tudo mais. Mas, lá o pessoal das cooperativas pensou muito no pequeno e no médio, e lá você ouve que não acha gente desempregada, a qualidade de vida dele, lá, é muito melhor.

Tem a questão política, também é um fator, mas tem muito com o desenvolvimento da região e as cooperativas pensaram mais em diversificação, não falo só a C.VALE, to falando de todas as cooperativas da região, você vê, a LAR mexe também com enlatados, tem a COPAGRIL, a COPACOL começou antes até C.VALE, até questão de frango.

## 02 - ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DAS COOPERATIVAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

### **COAPROCOR - Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul – PR**

Nome: Olavo Aparecido Luciano

Escolaridade: Ensino médio      Tempo de Cooperado: 3 anos

Um dos Responsáveis da Cooperativa

#### Roteiro semi-estruturado da entrevista

#### **1. Quais os motivos que levaram os produtores a se organizarem em cooperativa (econômico, cultural, político, etc.)? Quando isto aconteceu? Quantos fundaram e quem participou da gênese da cooperativa?**

O maior motivo que a gente levou de sair de associação para cooperativa foi para dar suporte comercial, trabalhamos 10 anos como associação, devido o valor que já estava gerado por ano, não dava mais para continuar como associação, então foi formado a cooperativa. Dentro deste anos, todos de associação principalmente nos últimos anos, a gente pode ver as condições que as grandes cooperativas trabalhavam com os produtores, nós tinham uma preocupação muito grande, assim as grandes cooperativas ficam estruturadas, e já observei muito que as propriedades não acompanhava, assim tínhamos uma certa preocupação.

Entretanto, está aí o exemplo para você ver, hoje você vê a nossa sede, tem mês que nós recebe, neste pequeno espaço, uma quantidade de fruta, a cooperativa em si tem dificuldade de espaço físico, mas as propriedades têm resultado, então estamos fazendo.

Nós tínhamos esta preocupação porque quem ia pagar o pato, será que seria

o produtor, que forma iríamos produzir. Chega um momento, hoje que eu vejo, que se não tivéssemos 10 anos como associação e tantos parceiros, tantas entidades apoiando a gente não teria conseguido a cooperativa e da forma que nós formamos.

## **2. Comente sobre a consolidação do processo de formação da cooperativa de produção familiar.**

Praticamente já existia. O que acontece você pode observar, se você puxar nome de município a município que estão vinculados a Coaprocor, tem a mesma dificuldade de Corumbataí do Sul, pequenas propriedades e lugares onde a mecanização não consegue ainda estar trabalhando a todo vapor, é uma aba que eles teriam que buscar uma solução, assim como tivemos que buscar outros municípios, com isso o produtor tem uma confiança na cooperativa.

Tem que conquistar também, porque o pequeno produtor principalmente é desconfiado, ele tem que acreditar como entidade, você tem que ter credibilidade para trabalhar com isto. Porque, por exemplo, a nossa cooperativa principalmente como é de fruticulturas, você observa o seguinte, o Ceasa leva 30 dias. Uma rede de supermercado, hoje dificilmente, você recebe o produto menos de 40 dias, então o produtor tem que estar realmente integrado, ver o que está acontecendo, tem que depositar confiança no trabalho.

No caso, por exemplo, do nosso, tem muitas propriedades em Corumbataí do Sul que serviu praticamente de cobaia, foi preciso mostrar que realmente dava resultado para que os outros viessem a trabalhar com a diversificação, e isto é verdadeiro, porque o município dependia de uma única monocultura. Era totalmente café, e o trabalho todo iniciou por causa da condição que vivia o café, na década de 90, 96. Além de você ter a crise e preço, a gente foi surpreendido por uma geada, uma chuva de granizo em 1999 e a geada em 2000, e daí você, com uma monocultura, você fica a ver navio, uma situação difícil.

Para você ver, a busca da diversificação numa condição que o agricultor está ali acostumada, anos e anos, a trabalhar em uma monocultura, então você tem que mostrar o resultado para conseguir a confiança deles.

O produtor a partir do momento que ele faz a junção de agricultura familiar, cooperativa ou o produtor associado, vamos dizer assim, integralizar neste processo todos os seguimentos, vamos dizer assim, o maracujá ninguém conhecia, ninguém sabia o que era, conhecia sim que era uma fruta com vigor, que o pessoal usava bastante, mas não conhecia o potencial que tinha a venda, não conhecia nada. Por exemplo, o produtor passou a participar desde o início, todo produtor para que chegasse a plantar, ele fazia um curso, ele aprendia a conduzir, a fazer adubação, aprendia a cova, aprendeu a fazer a estrutura que precisa. De início, foi trazendo o aprendizado, inclusive todo seguimentos, e por isto que o produtor tem a propriedade diversificada e passa a fazer bem feito, porque ele aprendeu na condição do maracujá.

O processo do maracujá foi iniciado pela Emater, junto com a secretaria da agricultura, e onde já tava junto com a secretaria da agricultura já existia a Aprocor. Então foi estas três entidades que iniciou o trabalho, também mais para frente vem a Universidade Sem Fronteiras que colaborou com a formação da cooperativa, as faculdades, isto foi de grande ajuda.

Mais em tudo este processo eu digo, para ser mais direto de cooperativa, de produtor da cooperativa, não é só o produtor não, eu vejo que estas parcerias que

foram conquistadas com todas as entidades, este trabalho foi muito importante, isto também levou que o produtor também ficasse um pouco mais confiante, hoje temos uma confiança muito grande no produtor, mais você percebe o seguinte, são várias conquistas e parcerias. Hoje tem a Sicredi, o Banco do Brasil, tem o certificado orgânico, Sebrai, SENAI, tem as faculdades, tem sindicatos, tem o próprio governo, o município. Então isto também faz com que produtor leva a acreditar, você tem uma empresa com uma cultura, então hoje o produtor chega aqui, vamos dizer assim, no mês de dezembro, novembro a janeiro, nós fomos auditado três vezes, então a cooperativa prova para agricultor que ela está com seu seguimento em cima do pedido, que não existe falhas de honestidade não, aqui é 100 %, existe dificuldades, mas a parte, vamos dizer assim, financeira, e os problemas é passado com muita clareza para produtor, ele sabe o que esta acontecendo. Hoje veio e fez a auditoria, a gente tava diante do processo tudo certo, veio o próprio governo auditar, participar, observar, é uma coisa que leva o produtor a ter confiança, e agora tivemos a visita do BNDS, semana passada. Na terça feira é dia de entrega, para você ver, com recursos para ser liberado, onde tem testemunhos de produtores impressionante para gente que é diretor.

A gente que trabalhou como associação, que iniciou aquele trabalho, serviu até de cabaia diversificada da propriedade na verdade, como diz a Emater, você chegar ver o produtor falar da importância da cooperativa, do associativismo, a importância de estar fazendo esta comercialização em conjunto, as dificuldades que temos como pequeno produtor, para você ver eu moro 11 quilômetros da cidade e bastante quebrado. Para você chegar a por um produto no maior centro de abastecimento do país, e, melhor ainda, uma fruta que já foi considerada melhor fruta do país, de tamanho, sabor, coloração isto é de grande importância, sozinho você não faz nada, você se torna neutro, quando tem organização você consegue se tornar forte, uma entidade. Lógico que tem que ter qualidade e quantidade, boa comercialização, bastante exemplo de comercialização que você se assusta, simplesmente por estar organizado.

Tem poder de fogo, antes quando iniciávamos o trabalho a gente, e outra coisa o que é mais importante disto tudo, este trabalho eu vejo que tem um trabalho muito grande, e que realmente você consegue alavancar quando a gente mesmo, de mão calejada, pega o processo para nós e é nós mesmo que tomamos conta do nosso próprio negócio, você ver, que todos os diretores são produtores, e pequenos produtores.

Os produtores, eu admiro muito, que hoje, por exemplo, sai de dentro da roça que você consegue estar controlada esta organização, mas porque dá tão certo? E porque você tem o conhecimento certinho de quanto custa o produto, você entende, e neste trabalho, você sabe realmente que não é só interesse seu, você sabe muito bem do seu vizinho que é outra comunidade, outro município, tem a mesma dificuldade que você. Então, o resultado tem que ser amplo, tem que ser para todos, é neste sentido que a cooperativa tem trabalhado.

### **3. Fale sobre a sua experiência na cooperativa.**

Para falar a verdade, a gente tem uma experiência muito grande, porque a gente está deste o início. Eu participei deste do início, quando iniciou o trabalho, vamos dizer assim, de qualidade de café, que só dependia do café, isto foi lá em 1996, um trabalho em comunidade para que os produtores apreendesse a implantar

a tecnologia de secar o café, de fazer uma melhor bebida, de passar a secar no terreiro suspenso, a visitar uma bolsa de valores, que, com uma organização, você tinha condições de estar vendendo um lote direto para bolsa. Para observar, às vezes, o quanto estava perdendo, vendendo no comércio local, ou, às vezes, o quanto você estava perdendo de deixar de ser organizado, você chegar sozinho em uma cooperativa, ou vezes chegar com lotes de várias pessoas, então tudo isto vem trazendo, vamos dizer, um conhecimento muito grande. Quando a gente começa a participar mais direto, quando eu digo para você que a gente assume compromisso, a gente começa a participar mais do processo de associação, e você visa que a qualidade do produto tem importância muito grande, participei muito, durante como associação, eu posso dizer para você que eu era umas das pessoas, chefe de responsabilidade pela classificação e pela qualidade, eu sempre fui muito exigente com o produtor, e realmente tinha que sair daqui com qualidade. A fruta tinha que sair para o mercado com qualidade de durabilidade da Senar, que o próximo caminho dela era ser comercializado, o consultor tinha que chegar e achar o produto bom, isto garantiu a sustentabilidade da associação durante anos, e depois também como cooperativa. Você observa a fruta, o produtor tem um conhecimento muito grande de trazer a fruta separada de indústria, de mercado. Então isto fortalece, enfim toda esta condição, durante anos, deu fortalecimento para trabalhamos como cooperativa.

Olha, posso ser bem sincero com você, sou secretário, você quer que eu responda franco mesmo, eu sou secretário, mas preencher uma ata quem preenche mesmo são os funcionários, é cada um, o Carlinhos, como gerente, ele preenche, eu sou assim, vamos dizer pra você eu acompanho o Presidente, ajudo ele, sou praticamente quem trabalha as duas entidades igual. Então eu sou aquele secretário que faço tudo, monto caixa, ajudo a separar, acompanho na indústria, eu ajudo a resolver os problemas por telefone, de dentro da propriedade, de dentro da roça, então é assim minha função, chego aqui já vejo como tá o maracujá de indústria, se tão fazendo a carga certa, observo a classificação, entende, observo se tá faltando caixa, vou na indústria, vejo o que tá certo que tá errado então é essa entende, é assim que é o trabalho. É todo mundo participando. Quando tem um problema, nunca um só resolve, sempre, se há dificuldade, se há problema, sempre reuni dois, três e observa sempre, é a maioria que vence. E quando todo mundo erra, chega dois, é assim: não, ó, tá dando errado, tem que conversar um pouco mais. A gente tem erros, só poderíamos ter parado um pouco mais, pensado, agido de forma diferente.

**4. Quais as principais ações da cooperativa em benéficos aos cooperados - econômica, cultural, política, ambiental, etc.? (A produção dos cooperados e comercialização - produtos, quantidades e destinos; assistência técnica; financiamentos; principais produtos industrializados - insumos, máquinas - vendidos aos cooperados; saúde e assistência social).**

Fazemos todas, é por ano, existe já é, por exemplo, por ano é obrigatório, mas todas as necessidades a gente reúne os cooperados, eu acho que no mínimo quantas vezes por ano a gente tá reunido, lógico que não reúne todos os 800, mas sempre reúne a maioria, de acordo com a necessidade da pauta.

Alem da comercialização, existe, por exemplo, também um trabalho que a gente faz no conjunto do todo, visando sempre a propriedade, como que eu posso dizer, por exemplo, o produtor hoje, além da comercialização, ele tem o suporte da

cooperativa, da tecnologia pra avançar. Ele tem um suporte, ele teve um suporte aí durante o projeto da universidade, também no meio ambiente e, outra coisa, a gente vê assim, quando um produtor tem dificuldade a gente age de forma diferente, não como uma cooperativa só, por exemplo, de compra e venda, e de comercialização. Se o produtor tem uma certa dificuldade, aquilo que a cooperativa pode fazer a gente faz, também a gente dá um suporte pro produtor muitas vezes.

É, eu vou dizer pra você, que a gente sente que tem sim, mas a política é uma coisa que, as vezes, nós tivemos, um exemplo, nós participamos direto da política entende, e, às vezes, chega e eu me vejo assim, eu não sei se foi a atitude realmente certa que nós fizemos, que a gente poderia ter feito. Usando a política que a gente tem, um potencial político forte, entende mas você vê hoje que a gente tem que trabalhar a política, ela é forte sim, como associação, como cooperativa mas hoje você tem que enxergar o seguinte: qual é a quantidade de produtor rural que você tem dentro do município, entende, nós somos a minoria, então a gente tem que saber articular e fazer essa política, entende. Então isso, às vezes, por exemplo, na política passada a gente não soube fazer essa análise, mas a gente não perdeu essa segurança do apoio do município, a gente não perdeu por causa disso.

Certo, aquela conquista, brigar por um recurso, brigar pela comunidade melhorar dia a pós dia, isso a gente faz com rotina. E ela tá forte sim, mesmo o município. Também ela tem uma condição fortalecida.

A gente trabalha em benefício do produtor, ou se existe dificuldades, vamos dizer assim, as estradas rurais estão em péssima condição ou, entende, então a gente faz também todo o movimento, ah muitas vezes chega produtor aqui e fala: “olha eu fui na saúde e fui mal atendido.” Daí a gente liga lá, mas qual é a questão, o porquê, o que tá acontecendo? Isso a gente faz com rotina, entende. A gente procura saber o que tá acontecendo. É, mas sempre pro desenvolvimento, entende, por bem estar de cada um, não por crítica, às vezes por ignorância mas sim por reconhecer o papel, e saber que cada cidadão tem o seu direito.

O trabalho de meio ambiente, ele tem uma rotina na cooperativa porque nós temos uma parceira inclusive de dois projetos nossos da cooperativa, que exige muito do meio ambiente, porque a Natura trabalha tanto o social como o meio ambiente, então a gente tem que tá com as áreas em condições. Também é importante, a gente não teria certificado se a gente não tivesse com as propriedades em dia, em condição de meio ambiente adequado. Tem alguma coisa aí, alguns projetos que exige que as propriedades estejam de acordo.

Nós temos produtores orgânicos, não do município, tem na parte de Aroeira, entende. Também temos, agora e outros municípios, nós temos a acerola orgânica linha de produtores cooperados. Tem o certificado. Ele tem essa condição, quem fornece os certificados são outras empresas, mas ele vai participar do grupo de cooperados orgânicos .

##### **5. A cooperativa proporciona acesso a algum tipo de benefício do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção, ou das propriedades?**

A Coaprocor incentiva, a cada dia que passa a gente tá buscando melhorar inclusive em condições de financiamento. Agora em 2013, a gente também pretende que o produtor, faça esse custeio através da cooperativa.

O produtor vai tá fazendo o seu custeio agrícola direto com a cooperativa,

com o Banco do Brasil. Ele faz o projeto e a cooperativa encaminha e o recurso vem para o produtor. E a cooperativa já tem uma conversa forte com o Banco do Brasil, inclusive isso não foi agilizado ainda, porque é uma correria, muita coisa que se faz e às vezes, vai ficando. Vai ser a primeira vez que a cooperadora vai está fazendo isso, inclusive com a agência Bradesco já tem alguns contratos prontos. A cooperativa incentiva e fortalece a condição dele estou indo nas agências, se for procurar hoje, a maioria das propriedades já faz o seu custeio, já fazem o seu investimento então é uma facilidade que tá pra vir pro produtor.

O benefício para o produtor, eu vejo o seguinte, que, por exemplo, na linha de crédito você sabe que muitas vezes vamos dizer direto, a cooperativa tá fortalecendo isso, o produtor, esse com menos burocracia, vamos dizer assim, com mais facilidade porque tem o suporte de cooperativa.

O produtor vai ter assim, vamos dizer assim, vai ser mais ágil a coisa, vai ter mais facilidade. Mas existem outras conquistas também, eu posso dizer assim, pra você assim, por exemplo, para nós, pequeno produtor, for observar, vamos dizer, eu tenho um custeio de maracujá que, se não me falha a memória, é de quatro anos pra cá. Antes não existia custeio para maracujá, hoje você pode conseguir nas agências tanto como o Banco do Brasil como o Sicred, é custeio para a fruticultura, pra maracujá, isso não existia, é uma conquista da gente.

Diziam o seguinte que o que dava, não podia produzir o maracujá, pelo ao contrário, que existe sim a possibilidade.

Poderia dar doenças bacterioses etc. Inclusive um dia eu cheguei, à tarde, na cooperativa, o presidente tava ali meio cansado falou assim: Olavo, tenho uma reunião no Banco do Brasil, você não quer ir não. Eu tinha chegado com uma carga de maracujá tudo sujo, daí falei assim: “se o sê tá tão cansado eu vou.” Cheguei assim, entra um, entra outro, olhei e fui junto com Elias, que é responsável pela compra de café, aí vai conversa pra lá, o cara começa falar da soja eu falei de café, aí, eu falei assim pro rapaz: escuta, sê falou de café, sê falou de soja de trigo, milho e a fruta falei pra ele qual a nossa situação da fruticultura, não se comentou ali, a partir dali, começou uma preocupação principalmente do Banco do Brasil, observar com mais carinho a gente. Havia outros clientes da agência que tava trabalhando na fruticultura, daí ele levantou a questão da possibilidade dessa que você ta falando, que o produtor pode trabalhar, mas, a partir daqui, ele não tem mais condições, então o que precisa provar, ao contrário, a gente ta conseguindo, produzir, entende, conseguimos pra você ver, uma conversa, uma pequena conversa, eu fui, até não era eu convidado.

Hoje o Banco do Brasil faz financiamento pra maracujá, a agência SICRED. Agora, se o sê fala pra mim de que forma ta isso no papel, vai ser difícil de explicar;

Eu só sei que temo custeio pra maracujá. E eu sei de que forma isso ta no papel.

## **6. A cooperativa passa por algum tipo de dificuldade? Quais?**

Passa por dificuldade todo dia, então eu não sei por onde começar, você diz isso como um todo.

Nós temo muita dificuldade, acho que hoje, por exemplo, pra gente tá saindo é a única cooperativa da agricultura familiar, de onde o produtor conduz, desde a muda até o sachê chegar processado pro mercado, às vezes, até como projeto pro governo. Acho que a única do estado que faz isso então, eu vejo, eu falo pra você,

assim, nós temos uma condição hoje, a cooperativa, ela paga um juro muito alto, entende, por não ter ainda credibilidade de chegará uma condição de adquirir juros menor. Acho que a maior dificuldade que a gente tem é essa. Em buscar um recurso a longo prazo e com juros um pouco mais baixo, apesar que eu vou dizer pra você que tem diminuído muito o nosso juro, tá diminuindo bastante, mas foi com muita luta muita briga, tem muitas coisas que atrapalharam, dificuldade mesmo de chegar essas redes de créditos, principalmente como cooperativa. Como produtor até que hoje tem facilidades, é um pouco fácil, mas como cooperativa a gente tem dificuldades.

E, em qualquer agência, se o sê quiser, sê tem que pagar um juro altíssimo, então a gente tá começando a gente tá trabalhando pra isso, a conseguir diminuir isso em todas as agencias também. Então eu vejo assim, pra começar o trabalho, a gente pagou muito caro, se a gente não tivesse todas essas parcerias, eu nem sei se a gente tinha conseguido, porque sê não consegue um recurso em longo prazo. Então é outra coisa quando sê tá trabalhando numa cooperativa, é, a gente não tem três anos, existem vários fatores que às vezes, sê tem conhecimento, como funciona e isso sê tem que aprender porque se você chegar pro diretor de uma grande cooperativa, não vai te explicar não, você vai ter que aprender, tem que aprender antes. Então eu acho que a gente tá nessas condições de aprendizado, esses dois anos, a gente vai pra dois anos e meio, a gente aprendeu muita coisa e pro próximo ano isso deve tá melhorando muito. Não to dizendo que a gente tá sem recurso, o recurso do Banco do Brasil hoje, pra sair, a gente tem o recurso do Banco BNDS acho que é isso tem o recurso do Banco Bradesco chegando aí, tendo a possibilidade de tá diminuindo os nossos juros, dando fortalecimento pra cooperativa tá chegando, diz que a gente trabalhou muito tempo pra chegar a ter essa confiança muita parte burocrática, mas eu acho que a maior dificuldade é isso, pra uma indústria funcionar, muitos problemas, muitas dificuldades, não foi assim tão fácil pegar e montar a agroindústria. São as parceiras, que eu digo pra você, isso ajudou muito a cooperativa, as parcerias das faculdades que teve os professores com os projetos deles, aí consegui lá na indústria e até mesmo quando tava em construção, a gente mudar alguma coisa já ponha as coisa em ordem. E depois os trabalhos da outra faculdade de tecnólogos, que tá no projeto Universidade sem Fronteiras, a gente permaneceu com o engenheiro agrônomo, que era do projeto Universidade, formou-se em cooperativa, os economista que tão aí exemplo, o Carlos, ele já era funcionário, mas o Jeferson que cuida do financeiro era do projeto universidade, o contador era do projeto, a Tatiane que também era do projeto. Então, dificuldades que vieram e daí foi solucionado, teve a solução diante do processo, é através das parceiras.

Mas agora, vou dizer pra você, dificuldade do dia-dia é de frete, é de qualidade de uma fruta, às vezes, dando ácido por tá verde. Então é uma antracnose na fruta, é o mercado reclamando, e sê tem que trabalhar nisso. Isso é rotina, tem que tá sempre trabalhando isso.

A gente trabalha hoje, com a diversificação de produtos, nós temos hoje o maracujá, caqui, figo, laranja, batata doce, tomate, abacate, poncã, uva, que é um trabalho que tá dando uma experiência muito grande e que, às vezes, ajuda fortificar a cooperativa. A gente trabalhava com o maracujá e falavam-se muito do maracujá que não teria muito durabilidade, em alguns lugares onde foi plantado. Com essa preocupação, começamos a plantar outras coisas e isso, não é sozinho, tem a EMATER, secretarias, incentivando, para plantar o caqui, melhorar o próprio

café, plantar a batata doce. Trabalhar de forma diferente, porque a gente não sabe até quando o maracujá fica. Mais, disso tudo o mais importante que o maracujá permaneceu. Sê ve aí que já são doze anos que o maracujá permaneceu e as outras culturas veio a permanecer e ajudar a condição de mercado, porque daí você tem um conjunto de coisas, não é somente, então, dá condições de estar comercializando melhor. O produtor tem responsabilidade de trazer o seu produto. Então isso, no início dos trabalhos, forma uma associação, sempre deixamos essas responsabilidades para o produtor, que é a dificuldade grande que a gente tem de se responsabilizar com esse produto até a propriedade. Então tem a responsabilidade de trazer isso, você vê o que é organização, que é o trabalho da associação e cooperativa, isso dou exemplo pela seguinte forma, vou dar exemplo da minha comunidade pra você observar. A gente era, lá, quatorze produtores, como se fazia, se reunia num local da comunidade, uma caminhoneta puxava e a gente tinha um grupo que jogava no caminhão e trazia até aqui, isso a quilômetros de distância. Hoje não, hoje você vê que cada produtor tem a sua possibilidade e sua condição de tá trazendo isso até a cooperativa, e da cooperativa, vamos dizer assim, redes de supermercados, GESP, CEASA empresa. Vamos pensar assim, que sai o nosso produto, estando já beneficiado. A cooperativa, hoje, ela tem parte só da condução, a gente ainda paga o frete, então a gente ainda paga parte do frete, então sempre pra São Paulo, a gente paga frete, às vezes até redes de supermercados. A gente ainda paga o frete, a cooperativa, ainda não tem potencial. Agora pouco fui assinar a proposta do caminhão porque a gente tem aí o compromisso de mais de cem toneladas de frutas, tem que pegar as assinaturas, então vamo ver. Já, o seguinte, que pagando o frete é uma dificuldade muito grande, a gente vai pagar o frete, mas vai ter mais agilidade com o caminhão próprio. Vamos começar esse ano entregar frutas nas escolas, mas ano passado a gente tinha um contrato onde o governo pagou e a gente entregava no SESC, pelo programa Mesa Brasil.

Vamos fazer merenda escolar com fruta. Temo acesso a CEAGESP, SÃO PAULO, MUFFATO, CANÇÃO, ALMEIDA, são vários. São Paulo CEAGESP, redes de supermercados.

Olha, inclusive a gente até fez um início, a gente precisa espremer pra exportação, mas a nossa fruta tem um problema, ela é muito grande, entende, ela é fora do padrão, o que ele queria que a gente trabalhasse o maracujá 2ª, ele queria que a gente mandasse pra lá que ia aumentar o potencial.

### **COAVERCAM – Cooperativa de Agricultores Familiares Vale do Rio Cantu**

Nome: Santos Zanquim

Idade: 68 Naturalidade Soledade – RS

Estado Civil: casado

Escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

Tempo de Cooperado: 3

Nº de Cooperados: 160

#### **Roteiro semi-estruturado da entrevista**

**1. Quais os motivos que levaram os produtores a se organizarem em cooperativa (econômico, cultural, político, etc.)? Quando isto aconteceu? Quantos fundaram e quem participou da gênese da cooperativa?**



Um dos motivos principais que levou nós a pensar na cooperativa foi da necessidade que nós, produtores, pudermos nos organizar para facilitar a comercialização dos produtos, tanto na produção, como na comercialização. Porque junto, já veio várias entidades nos apoiando, pra começar, o próprio governo do município, o poder público, sempre nos incentivou. Junto veio o SEBRAE, o SENAR orientando, dando curso e tudo voltado através da cooperativa. A cooperativa facilitaria muito a documentação para a gente poder ter acesso à venda, então, junto assim, depois veio o acompanhamento para produzir com qualidade pra poder vender, acompanhamento com o veterinário. Então esse foi um dos primeiro motivo que levou a gente pensar na cooperativa, e como ela é uma cooperativa regional, facilitaria mais ainda, poderia se pensar em um projeto maior que viesse atender a toda a região. No entanto, a gente conseguiu algum projeto, tipo a fábrica de 'maravalhas'<sup>78</sup>, que é pra atender os produtores de frango, câmara de frango, pensando na região, e foi conseguido também um viveiro de mudas que é pra produção de mudas, que seria pra distribuição dessas mudas pra ter elas mais perto da gente. A gente poderia assim confiar mais nessas mudas, muda de qualidade, esse também contribuiu muito pra que a gente se organizasse e os produtores se mostraram interessados uns 25 a 30. Foi discutido isso mostraram interesse e tivemos pessoas como eu, o Wilso e o Cido, que eles foram realmente se empenharam, foram atrás até conseguiram recurso pra isso, e assim surgiu a cooperativa que hoje já tá comercializando. Foi aberto também um centro de comercialização que está comercializando parte dos produtos dos produtores, já está comercializando pra próprio consumo local e como a fábrica de cavaco maravalha já tá funcionando e tá em construção o viveiro de muda, e outros projetos que está aí pra adquirir veículo caminhão.

## **2. Comente sobre a consolidação do processo de formação da cooperativa de produção familiar.**

Nasceu como cooperativa mesmo, porque associações, na verdade, tem muitas associações, e associações em si não abrange tanto, é um grupo pequeno, eles trabalham em prol da associação e essa cooperativa viria pra atender todos, inclusive não só o nosso município, mas a região.

Começou o processo dela, não sei a data que não tenho em mãos, aqui, eu não lembro, mas tem mais de dois anos são mais de 20.

A ideia na verdade nasceu, eu diria assim, quase que inicial de Iretama, mas seria uma parceria com todos os municípios, através do território Paraná, Centro, que seria território da cidadania, eu acho que lá é que foi visto que, se abrisse uma cooperativa regional abrangendo todo o município, facilitaria para todos, daí todos poderiam interessar-se cada um no seu município e fazer algum projeto maior que atendesse também toda a região, cada município não colocaria um projeto igual teria que ser diferente um do outro.

## **3. Fale sobre a sua experiência na cooperativa**

Faz poucos meses que eu to a frente, por motivo que, na última assembleia,

<sup>78</sup> Madeira triturada, ou aparas de madeira, com trigometria, maior que a serragem, são utilizados, especialmente em Avicultura.

o presidente eleito acho não assumiu porque ele tinha ideia de sair candidato. Então teria que fazer toda papelreira, fazer tudo pra depois escolher outro, fazer tudo de novo, então ele já resolveu convidar a gente, não sei, pela confiança e tudo pra eu assumir.

Não sei se ele retorna, mas na próxima assembleia a gente vai ver, colocar outro presidente que seja mais a altura, que tenha mais, vamos dizer assim facilidade. Você viu que minha escolaridade é pouca, eu não mexo com computador, aí fica difícil.

Então, a região nossa é boa, na verdade num tem tanta fruticultura, como se diz, é um começo ainda, foi há anos atrás tentado vários programas de fruticultura vários programas, vamos dizer assim, de diversificação, no sítio, mas não foi. Seria mais planos político, então não foi assim projetos colocados, pés nos chão eu diria, pra dar seguimento pra dar acompanhamento, dar uma orientação, então eles morreram, começaram e morreu. A nossa região tem potencial muito grande pra fruticultura, pra horticultura e várias outras coisas. Então, vamos dizer assim, através do SEBRAE que nos orientou, muitos fizeram curso de empreendedor rural, então eles viram que não tinha outro caminho com o pequeno produtor, se ele quer ficar no sítio realmente tem que se organizar, ele tem que buscar alternativa ele tem que se unir mesmo, não tem como cada um pra si, porque a experiência já não deu certo.

Eu diria que sempre participa de reuniões, reuniões assim, eu diria, até do Estado, através de algumas pessoas ligada a secretaria de agricultura, essas coisas, e eles de fato sempre orienta a gente de que o sucesso vem através de cooperativa, como tantas cooperativas no caso no Paraná e no Brasil que tá aí já com o número grande de produção e a agricultura familiar partiria mais do pequeno produtor. Então o pequeno produtor também teria que se organizar e, o mais legal, seria a cooperativa associação, só que sempre acreditei em associação cooperativa, então eu nunca como se diz, embora das frustrações políticas essas coisas que vem e não dá certo, a gente ainda acredita e tá acreditando. Por isso que hoje em dia o povo tá mais conscientizado que o caminho é esse, o difícil é conscientizar que eles, às vezes, têm que aguardar um pouco, o tempo que vai nos dar esse retorno, não é imediato, é a médio prazo, às vez até longo prazo. Eu acho que algumas sim, mas nem todas conheciam o processo certo de cooperativismo.

Então essas pessoas que já tão trabalhando, que já temo umas 20 ou mais pequenas indústrias, eles produzem já, vamos dizer assim, em casa, já industrializa seu produto em casa pra comercializar. Então essas já descobriram, não tem mais dúvida que o caminho é esse, mas alguns ainda têm resistência, por que acha que eles têm que manter a cooperativa, que vai ter que deixar uma porcentagem, e eles acha que essa porcentagem é um dinheiro que tira deles, mas como vai manter a cooperativa? Como vai manter a assistência técnica? Se não tem um caixa, se não tem um retorno, se não tem, assim, um fundo. Então isso aí ainda tem, mas esse grupo já é um grupo bem consciente, apesar de que os outros municípios mudam muito de um pra outro, então, quer dizer, já não tem o incentivo do poder público, já os produtores também não têm pessoas à frente que fazem esse trabalho, vamos dizer assim, que facilite um pouco esse trabalho, daí vai devagar, mas o nosso aqui, podemos dizer assim, que ele está bem encaminhado.

Desde o Rio Grande do Sul, Paraná sempre participei de cooperativa. Já fui cooperado inclusive com cooperativa no Paraná desde Cascavel, Medianeira que é a COOPERFAL, depois vim aqui pra COAMO. No caso das cooperativas grandes,

de produção e, associações de leite que formamos, depois criamos a cooperativa do leite em Campo Mourão, que hoje ainda tá funcionando lá. Acredito muito em cooperativa, a cooperação quer dizer juntos, ser companheiro, vamos juntos, porque cada um pra si, alguns se destacam e vai, mas a maioria fica.

A maioria todos pequenos, grandes mesmo não tem, tem uns médios, eu sou pequeno.

Não porque, na assembleia, foi eleito o presidente, já citaram meu nome, já queriam que, se quisesse assumir teria o apoio deles, mas eu não quis assumi, não assumi, porque eu sei que ela já nasceu grande porque é uma cooperativa. Assim, já dizemos, assim envolve muitos municípios envolve bastante reuniões, territoriais, envolve bastante coisa, então pra mim já é difícil, não que eu não queira não, que eu não goste, eu gosto demais, não dá, tem que reconhecer que tem que ter uma pessoa que tem mais conhecimento nisso, então depois, eu acabei aceitando porque, no final do ano, vamo ter uma nova assembleia, vamo eleger um presidente daí.

**4. Quais as principais ações da cooperativa em benéficas aos cooperados - econômica, cultural, política, ambiental, etc.? (A produção dos cooperados e comercialização - produtos, quantidades e destinos; assistência técnica; financiamentos; principais produtos industrializados - insumos, máquinas - vendidos aos cooperados; saúde e assistência social)**

É a cooperativa. Acho que incentiva a própria qualidade dos produtos que junto se discutem o valor nutritivo de cada alimento, e esses alimentos, a maioria é entregados nas escolas que são os programas municipais e estaduais. Então tem que ser um alimento de qualidade, um alimento bom, então cada um tem a responsabilidade de melhorar sua propriedade, o seu produto, então esse benefício acho que foi muito grande e, junto com isso, também veio já outro, é outro grupo que através do SEBRAE que nos orientou muito como desenvolver o turismo rural. Então começamos com 10 propriedades, hoje deve ter bem mais, e isso trouxe bastante benefício, bastante ganho pro produtor, porque ele tá melhorando a propriedade dele, tá melhorando o ambiente, pensando seriamente na saúde, uma água de qualidade, enfim um alimento de qualidade. Eu acho que a cooperativa em si veio passar essa mensagem pra todos, essa melhoria.

No geral, tem vários produtos, tem defumados, tem produção de frangos, hortaliças, frutas, abacaxi um monte de coisas, verduras abóbora, cará, tem várias coisas. Leite não, porque ainda não tem um lugar adequado.

Mais ainda não é bem assim, porque, vamo dizer, nós não temos aqui ainda uma entrega, um centro de recebimento pra distribuição, então seria essa logística aí, seria mais assim, quase que mais por conta do produtor, mas a cooperativa faz um pouco desse meio campo, porque temo agora um projeto de receber uns caminhão furgãozinho, que é pra isso, pra pequeno produtor. A gente faz isso, mais de forma precária ainda.

Porque uma parte ele pode comercializar no comércio local e outra parte a cooperativa fornece CNPJ pra ele pode comercializar fora. A cooperativa tá entre 12 a 15 % da produção.

Depende de cada produtor e, vamos dizer assim, essas entregas pra escolas, não tá tendo produto ainda pra fornecer às escolas, tá faltando produto, tá faltando muitos produtos ainda pra fornecer, quer, dizer ele vende tudo e falta, então ele tem

que se planejar pra poder fechar contratos com as escola.

Então a maioria, na verdade, eu diria que Iretama mesmo que tá fornecendo, mas os outros também fornecem alguma coisa.

Pra outros, tem uma proposta já pra fornecer pra Campo Mourão, só que nós não temos produtos suficientes pra atender a demanda.

Nós temos o Frederico que ele é agrônomo contratado pela cooperativa, por enquanto, temo o agrônomo, na verdade tá faltando e no futuro vai precisar mais, que vai aumentar a produção e vai precisar mais de assistência técnica. Então uma das dificuldades é aí que tá faltando.

O trabalho dele seria mais atender, porque os próprios produtores vêm aqui e trazem a informação, que precisa fazer uma visita que ele tá com a lavora precisando, às, vezes precisando de passar um fungicida ou uma adubação, então a maioria eles procuram, na medida do possível, tira um tempinho disponível ele até visita, mas ele sempre vai atender os produtores que pede pra ser atendido.

#### **5. A cooperativa proporciona acesso a algum tipo de benefício do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção, ou das propriedades?**

Ainda por enquanto pouco, porque a cooperativa, ainda, ela tem que se fortalece mais um pouco. Não consegue ainda liberar financiamento, não tem como, mas tem linhas de crédito direto do Banco do Brasil que são PRONAF, fazem CPF mesmo, mas é possível fazer via cooperativa, ainda não, que eu tenha conhecimento, ainda não porque to meio pouco tempo dentro, e quem teve à frente de tudo era outras pessoas.

A cooperativa recebe como se diz, doações, às vezes, de calcário, tem certos programas do governo que ajudam, então ela repassa, seria no momento mais semente, algum adubo, inseticida herbicida, mas dizer outros implementos ainda não. Isso aí depende um pouco porque, às vezes, esse ano mesmo, nós recebemos uma doação de calcário e esse calcário ficou muito ali, ganhamos 900 toneladas de calcário então demorou muito esse calcário lá, então, às vezes, não se interessa, então algum pega mais, algum pega menos, mais é pra atender tudo. O bom seria se todos pegassem e dividisse.

#### **6. A cooperativa passa por algum tipo de dificuldade? Quais?**

A cooperativa passa um pouco de dificuldade, vejo assim, pra começar nós temos a fábrica de cavaco maravalha, a gente não tem capital de giro e você tem que adquirir a matéria prima, tem que ter um tanto de matéria prima pra girar. Assim, você vende esse produto, tem que ser 30 dias 40 dias, então ali tivemos um pouco de dificuldade, tamo controlando, tá indo até bem, mas essa é uma dificuldade que o que fica no fundo não supre, vamo dizer assim, as despesas dela inicialmente, pra se carregar que é um funcionário é várias despesas, combustível carro, então ali tem um pouco de dificuldade, mas tamo esperançoso que logo vamo ter um fundo pra isso que dê a sustentabilidade.

É isso que falta, uma conscientização bem boa nisso, porque até tem várias associações que eles têm um compromisso que ele vai usar, vamos dizer assim, com o CNPJ da cooperativa, ele pode vender pra quem ele quiser, se ele vende pra cooperativa, pra terceiro não tem problema, só que esse produto que é vendido pra fora teria que recolher para cooperativa também, porque é através dela

que ele tá comercializando e muitos não querem, muitos não entenderam ainda, não é falta. Não tem armazém a, COAPROCOR está bem adiantada, mas futuramente a gente tá pensando nisso.

Tem apoio muito, o próprio prefeito municipal sempre nos apoiou, sempre nos deu liberdade pra trabalhar com isso. Teve, não sei se posso fala, mas a EMATER aqui não tá bem sincronizada, é uma pena, porque eu acredito muito na EMATER sempre que eu trabalhei foi com a EMATER, mas aqui em Iretama parece que tem algum problema, mas eu creio que talvez uma mudança de funcionário talvez resolvesse. Sempre defendo que quando se fala de desenvolvimento, converso muito até com os próprios candidatos, e se falar em desenvolvimento de um município, a gente tem que ter parcerias, não pode ser uma pessoa ou meia dúzia de pessoas que vai fazer o desenvolvimento do município, porque pra falar a verdade, o progresso vem do trabalhador, não é do político. Sempre falo que nós precisamos de políticos que nos representem bem, não é eles que vão trazer progresso, mas juntos, nós vamo fazer progresso, então é isso que cobro sempre. Tem que ter conjunto, nós temos sindicato que teria que tá bem engajado, a EMATER, a secretaria do município, temos até pastorais religiosas que também pode contribuir com alguma coisa, então, quer dizer, se nois pensa num desenvolvimento, primeiro temo que buscar as pessoas e, com as pessoas, buscar isso.

Mas sabe o que eu cobro, digo assim, depois da campanha política, aí sim, tem que ir nas comunidades, nos bairros, nas entidades, é discutir com eles, é o que nós precisamos e sentir deles qual é a necessidade dele, se for saúde, nois temo a secretaria da saúde então vamos discutir com a saúde, se for na agricultura, tem a secretaria da agricultura vamo discutir com a agricultura, se for na educação, vai pra educação, aí sim montam um plano de desenvolvimento. Porque o progresso vem do povo não é do político, porque desenvolvimento é desenvolver as pessoas, não é cortar as lideranças como acontecia.

O nosso solo é muito fértil lógico que sempre tem que tá corrigindo também, não precisa muito de calcário, mas sempre precisa corrigir um pouco. Em si, ele é bem bom, e também é bastante ondulado, meio quebradão, ele não é muito plaino mas é eu acho, assim, excelente pra essa produção. Nossa eu sempre pergunto pra alguém quando eles vêm dizer assim: aqui da pra se desenvolver uva, aqui dá pra se desenvolver figo, tudo um pouco. Eu pergunto pra ele, eu gostaria de saber o que não produz aqui, que se planta produz.

Eu vou dar a minha opinião agora, não que a opinião é minha, não é assim discutida, eu ainda acho, sempre falo que a associação é boa, a cooperativa é bom, mas no município pode se criar programa ainda melhor, seria criar um programa municipal na agricultura, que envolve a associação e cooperativa, todos. Mas, porque o primeiro plano seria a propriedade, tem que produzir pra se sustentar, ela vai ter que produzir tudo pra sustentar animais porque pra manter a propriedade ela tem que ter um plano de sustentação. Segundo plano, nois vamo pensar pra ganhar dinheiro, então, pra comercializar, mas a nível de município seria criar um programa de cada cultura e cada cultura teria a sua assistência técnica, seria feito um estudo, se viável ou não, quanto, que quantidade teria que produzir, se vai industrializar no município ou não, quer dizer, então acho na minha opinião que ainda teria programas melhores, que envolvesse todos, cooperativa e associação, tudo, mas pra fazer grandes produções. Daí vamo priorizar, se nois fizemo um estudo acha que tem quatro, cinco cultura, isso pra exportar, levar pra fora, pra industrializar. O

produtor pode participar em todas elas, não tem problema, pode ser quatro grupos, cinco grupos, ele participa se ele tiver condição de participar, então, ali eu acho que será a melhor forma de desenvolver. Na minha cabeça, sê entendeu o raciocínio? E não misturar, cada cultura tem a sua tecnologia feito um estudo em cima disso, se é viável ou não, que quantidade vamos ou não industrializar, não vamos industrializar. Depois de feito tudo isso então, poderia se dizer, vamos investir nisso, vamos fazer uma grande produção dessa ou daquela cultura, acredito muito nisso.

### 3. ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

<b>DOCES WERLEINE – Agroindústria Familiar</b>		
Nome: Werleine Aparecida Boso Martins		
Idade: 60 anos	Naturalidade: Londrina	Estado Civil: Viúva
Escolaridade: Ensino Médio	Tempo de atuação: 13 anos	
Roteiro semi-estruturado da entrevista		
<b>1- Comente sobre a construção do processo de formação da Agroindústria.</b>		
<p>Antes de 2000, com incentivo da Emater, eu vendia o produto <i>in natura</i> na feira. Vendia normal, só que sem rótulos. A partir de 2000, registrei meus produtos. Tudo começou em 1982, vendia para os vizinhos e na feira também. Esse doce era assim, vinha gente de fora, os fazendeiros de Engenheiro Beltrão levavam pros parentes de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, pra onde eles iam, levavam o doce, espalhavam. E quando os parentes vinham pra Engenheiro Beltrão, eles iam na feira e levavam quase tudo que tinha, porque é sem conservante, sem química, é tudo natural.</p> <p>A agroindústria faz treze anos com rótulo, mas, em 1982, eu já fazia a feira do produtor. Daí a Emater veio com aquele projeto da agroindústria familiar, em 2000, daí eles disseram pra ir lá ver como é esse projeto de agroindústria familiar pra poder ir para os mercados. daí é aonde a gente começou.</p> <p>Hoje, forneço para uns trinta lugares, até pra Tocantins. Eu tirei de oito mercado Canção, ia até Apucarana, mas eu tirei porque não quis subir o preço e eu falei assim: como não sobe, subiu tudo, subiu o trigo o açúcar, faz mais de ano que vocês compram assim vocês vende tudo. Eu trago até Maringá e eles levam pra outro lugar, mas eu que levo pra Maringá, pago pedágio vocês não querem subir um nada, pelo amor de Deus do céu, não é feito na máquina é feito nos meus braços, se você não subir eu não vou entregar mais. Eu fazia o Muffato também em Campo Mourão e Maringá, não quis subir, eu parei, eles compravam de mim a quatro e cinquenta eles vendia por vários preços, tinha até a nove e oitenta, queriam ganhar em cima da gente e ainda tinham quarenta e cinco dia pra pagar, e eu sai de lá. Deus fechou uma porta e abriu dez, casamento, 50 anos, aniversário, casamento que serve doce caseiro, agora tem 100kg pra esse casamento em Engenheiro Beltrão e fiz em Rondon, uma enfermeira que trabalha em Cianorte e a filha de médico de Jandaia do Sul, que fez 15 anos pegou também, levei até o pedágio e ele veio buscar no pedágio.</p> <p>Também já entreguei em Tocantins quarenta caixas mais ou menos. Tem</p>		

Mato Grosso também, eles levam em Rondonópolis. Forneço para vários municípios do Paraná: Cianorte, Terra Boa, Peabirú, Engenheiro, Ivailândia, Floresta, Maringá, Londrina, Apucarana, Curitiba, Iretama e Juranda.

## **2- Qual a especialidade da Agroindústria?**

Compotas, geleias e temperos, conservas. Eu tenho a geleia da goiaba, goiaba em pedaços em calda, tem a laranja em calda, o figo em calda e o figo em geleia, o mamão ralado e o mamão em pedaços em calda e abóbora em pedaços, em calda e com coco, a geleia da jabuticaba e a cidra, aquela laranja antiga, a jaca em calda, o abacaxi com pimenta pra comer com carne, a berinjela em conserva em pedaços inteiros, se costuma ver picadinha, essa minha são pedaços inteiros e o tempero. Dá dezessete ao todo.

## **3- Quantos produtores participam para fornecer matéria-prima à Agroindústria?**

Aqui é assim, 80% é meu, se falta do meu, então daí eu socorro com os vizinhos daqui da nossa região mesmo. São pequenos produtores, sítios pequenos. Geralmente no sítio todo mundo planta abóbora, planta mamão. Eles me dão socorro, daí eu compro deles. Daí eles olham e falam: você não está precisando de um mamão não? É que geralmente tem uma época que a gente tem bastante, e outra época ninguém tem, mas eu tenho de sobra e é por isso que eu tenho depósito.

Minha propriedade é de sete alqueires e meio, e tenho um filho que planta soja, mas eu não pego a porcentagem, eu vivo aqui com a minha aposentadoria e a agroindústria, mais da agroindústria mesmo.

## **4- Como é sua experiência na Agroindústria?**

Tudo, entrego, fabrico e colho. Começa lá, planta colher, lavar, picar, envidrar, entregar no mercado, tudo isso.

## **5- A Agroindústria tem acesso a algum tipo de benefício do Estado?**

Eu tirei pra comprar as máquinas. De primeiro, eu pegava a goiaba e cortava tudo e depois dava uma pré-cozida, passava no liquidificador depois passava na peneira, pra depois chegar aqui. Eu tirei o dinheiro e daí eu comprei a despoldadeira. É assim, colhe a goiaba, a jabuticaba também é assim, e lava e coloca dentro da despoldadeira e já sai a polpa pra lá e a semente pra lá. Esse financiamento é pelo crédito da agroindústria familiar. No ano passado, fiz financiamento, tanto no estadual como no municipal.

Também tenho assistência da Emater. A minha vida começou na Emater, se eu precisar de alguma coisa assim pra pedir como eu posso fazer, a Emater é a responsável pra fazer.

Também vendo para merenda escolar municipal e estadual, faço os dois. O ano passado, eu entreguei 600 kg pra municipal durante um ano, esse ano o municipal ainda não começou, agora a estadual veio.

Só peguei Engenheiro. Dizem que em Terra Boa não tinha ninguém

entregando doce, daí eu falei assim: eu podia ter ido no começo, ter ido na secretaria.

**6- A Agroindústria passa por algum tipo de dificuldade? Quais?**

Vamos tentiando pra não, como diz os outros, é um toma cá dá lá, recebe quarenta dias, mas tem que comprar os vidros, comprar tampas, vai repassando, vai, indo mas sobra um pouco.

**7- A Agroindústria tem algum tipo de seguro para os produtores para prevenção de desastres (doenças, natureza, etc.).?**

Não

**8- Qual a preocupação da Agroindústria com as questões ambientais?**

Sem agrotóxicos planta aí, até eu tava falando os mamão tão lindo, maravilhoso, eles passam aí com o avião, esses produtor, esses fazendeiros porque os pequenos passam com a maquininha mesmo, mas outros passam com avião. Pronto o mamão parece que tira aquele miolo dele, sofro com isso. Sofro com as monoculturas que tem em torno.

**4. ENTREVISTAS COM PROPRIETÁRIOS OU EMPRESA RURAL**

**CONDOMÍNIO DE AVIÁRIO – Fornecedor para Tyson do Brasil**

Nome do proprietário: Adenir Gabriel Guinosck  
Idade: 27 Naturalidade: Santo Cristo – RS Estado Civil: casado  
Escolaridade: Técnico agropecuário Tempo de atuação da empresa: 8 anos  
área – Condomínio de aviário – 13 aviário

**Roteiro semi-estruturado da entrevista**

**1- Como empresário rural, o senhor é integrante de alguma associação ou cooperativa?**

Eu sou gerente de produção, dos três condomínios, trabalho há oito anos na avicultura. Aqui é um dos condomínios, aqui tem treze aviários e estamos construindo mais onze.

**2- Quais são e a quantidade dos produtos agropecuários da propriedade?**

Como eu disse, aqui tem 13 aviários, é um condomínio e estamos construindo mais onze novos aviários e mais modernos. Nossa produção é a cada dois meses, na verdade é assim a cada dois meses, porque o frango é por ciclo dele, é quarenta e cinco dias em média, porque a gente espera quarenta e cinco dias, então vamos dizer assim, mais o vazio sanitário. Depois que sai o lote tem que deixar os aviários em quatorze dias, mais ou menos, vazio, para fazer a parte sanitária, limpeza, organizar de novo para receber os novos pintainhos, mais ou menos, fecham sessenta dias, é tempo de intervalo. Porque durante o lote, velho, o



lote no ciclo final, ele adquire doenças e o pintinho é mais vulnerável, então você tem que ter um período de sanidade, de desinfecção pra justamente combater essas bactérias e doenças pra que depois quando aloja o pintinho, ele não afeta o pintainho.

A cama de aviário, lugar onde o pintinho fica, ela só é retirada a cada, em média, a cada ano. Não é todo o lote que você retira, na hora que sair o lote, você retira essa cama, que nem a pergunta que você fizeste antes, a quantidade é um milhão de frangos cada dois meses, porque a gente aloja, em media trinta mil aves, dos 31 aviários, no caso dos condomínios.

### **3- A implantação do tipo de produção, agricultura ou pecuária, se deve por questões econômicos, culturais, políticas, etc.?**

A empresa trabalha no ramo de criação de ovos há bastante tempo, de frangos é recente, há um ano aqui em Campo Mourão, nas outras unidades, no caso, é produção de ovos fartos, no Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Viemos para Campo Mourão comprar esse condomínio que era de bastante sócios, tinha vinte e poucos associados nesses aviários. Na verdade é assim, eles não eram da agricultura, eles têm outras atividades, não focavam. Isso aqui, como fonte de renda tava meio largado, pelo que a gente conversou, acabou não dando certo, tendo o resultado que poderia dar. Quando não ia dar então acabaram desanimando e não quiseram mais tocar e a gente entrou, como a gente já é do ramo e trabalha com isso, então ficamos sabendo e adquirimos esses aviários.

Posso dizer que tem uma renda boa, no início, há um ano atrás, assim ficou praticamente um ano pra ter resultado pois tava muito depredado, muito abandonado, a gente trocou todo mundo que tava nas casas, a própria estrutura deteriorada o pessoal não dava assistência e manutenção. Então, muitas vezes, não tinha as condições ideais para os próprios caseiros, pessoas contratadas trabalharem e tirar resultado e daí é uma consequência que quem tá administrando, a partir do momento que não tem entrada de dinheiro, acaba se tornando inviável o negócio. Então, como eles não acompanhavam de perto acabou aconteceu isso aí, mas hoje pode se dizer que é uma atividade rentável desde que tem dedicação e comprometimento, tem que trabalhar em cima com o qualquer atividade, mas exige.

### **4- Quantas pessoas trabalham na propriedade.?**

Hoje, vamos supor, trinta aviários têm uma média de noventa funcionários, mas os funcionários não são registrados, são contratados. Na verdade, assim a gente faz contrato de parceria, não é registro na carteira de trabalho, é contrato de parceria, tudo certinho, o contrato especificando o que eles fazem, o contrato é anual. Então nesse período, a gente avalia, é claro, uns dois lotes, no contrato regem assim, que tanto a empresa quanto o próprio funcionário que for trabalhar, a gente não amarra também, a pessoa não gostando da atividade, conseguindo algo melhor, ela tá livre pra seguir o seu rumo, tanto da parte da empresa também, a gente tentou, a gente dá todas as condições, todo apoio tanto parte da estrutura, orientação técnica, auxílio nas famílias pra as pessoas ficarem, mas se não deu certo, a gente vê que a pessoa não tá de acordo, não está conseguindo desenvolver as atividades aqui dentro, da mesma forma a gente pede que saia.

A gente procura sempre família pra trabalhar porque a proporção de casa

que a gente tem é uma casa pra cada três aviários. Dentro do condomínio tem várias casas, então a pessoa não paga aluguel, não paga luz, tem direito a uns frangos do lote, tem direito a dez frangos por aviário que ela pode consumir, pra consumo dela, então não precisa adquirir carne de frango, no caso. A gente procura família justamente por questão da renda familiar, até porque uma pessoa duas em cada aviário se torna pesado o pessoal não dá conta é muito serviço, então procura famílias que bastante jovens ali dezoito vinte anos para ajudar ou algum parentesco.

Essa é a política da empresa pra gente trabalhar, até porque como tem uma casa pra cada três aviários, eu sei que uma ou duas pessoas é muito difícil conseguir fazer todas as atividades de três aviários.

Nesse aqui, tem cinco famílias de momento, cada um fica responsável por aquele setor. Cada um por setor, é claro que precisou sair, teve uma emergência, a própria empresa, nós temos funcionários registrados também, como a empresa é grande, a gente tem seis funcionários registrados, os que estão na empresa, os que fazem questão de serviços gerais, a parte de manutenção é toda fornecida pela empresa. Daí pra auxiliar, na verdade, são as pessoas que auxilia o pessoal aqui, então quando tem que sair com problema até de saúde, saiu uma emergência, uma coisa assim, eles comunicam a gente e a gente pega o nosso pessoal e cuida ou consegue conciliar com o caseiro, com o vizinho, se acontece a gente faz isso. Geralmente, a pessoa sai já tem a própria programação, tanto que no contrato já deixa bem ciente a pessoa, geralmente se programa pra sair, fazer suas atividades e até ver família, amigos no intervalo de lote, aqueles quinze dias que é período da vazão sanitária. Durante o lote, é muito importante, a gente procura não deixar as pessoas saírem por questão de muito risco, até a gente tem relatos, hoje, que até passou por isso aí na granja, de ter mortalidade de metade no barracão 50% das aves por questão de descuido, às vezes, energia elétrica, o gerador não entra, dá algum problema, alarme não toca, todo dia tem ser revisado gerador, alarme, então é crítico.

A média de salário, hoje, vamos disser assim, em média, por pessoa, renda familiar, vamos ver em média, em três aviários, a dois meses, o pessoal tira, em média, em torno de uns oito mil. Ele ganha um percentual do período, nessa faixa de sete a oito mil reais. O pessoal que tem tirado um lote bom, o pessoal que se dedica, tira até mais, tem potencial de tirar até nove e pouco tranquilo. Em três aviários tem potencial e hoje tem tirado nessa média de sete. O pessoal que são novatos não tem ainda a experiência de lote tiram um pouquinho menos de cinco seis mil, e também por isso a questão que eu comentei antes que a gente procura famílias porque daí acaba se tornando uma renda familiar, não uma renda que, no final juntam dois três amigos, que no final, tem que ratear esse valor, então no caso seria uma renda familiar, que toda família vive, depende daquele serviço, daquele salário, porque ele também não paga água, não paga luz e aluguel.

#### **5- Como é realizado o armazenamento, a comercialização, o escoamento da produção?**

Todos os frangos são entregues para Tyson, é um sistema de integração com a Tyson integradora, com a Tyson do Brasil. O apanho das aves é feito pela própria Tyson, é terceirizado, tem equipes específicas e de treinamento certo pra fazer o apanho das aves. O apanho não é da granja, mas sim da empresa integradora, tem as equipes para fazer a retirada das aves, as aves são apanhadas,

colocadas em caixa, retiradas do aviário e são colocadas em cima do caminhão, aí são transportadas até o frigorífico. Cuidar do manejo, estrutura e sistema de parceria que entra com estruturas e funcionários e o manejo prático. E depois da entrega de pintainhos é fornecida a ração, também é a integradora que fornece, a gente não precisa fabricar ração, aqui tem o próprio sistema de parceria, os pintainhos, ração e assistência técnica. Como sistema de parceria é descontado, é rateado, isso no final do lote é rateado, porque a ração tem seu custo, o pintinho tem seu custo, isso é descontado do lote, é rateado das duas partes. A cada dois meses, a cada saída de lote, porque a gente trabalha o resultado de cada aviário individualmente, por exemplo, esse aviário pode dar um resultado bom, o do lado não dar o mesmo resultado, é individualmente, então cada saída de lote é feito o acerto e é desse acerto também que os contratados recebem, os contratados, não são efetivos em carteira, é um percentual sobre o que eles produziram.

Hoje, a produção de carne, inclusive na Tyson, é tudo exportação, Europa, Arábia. Mais Arábia, tanto que tem um pessoal deles ali dentro da própria Tyson, que eles têm os procedimentos, a cultura da Arábia, o procedimento deles tem que fazer oração, pra abater a ave tem que ter o pessoal deles junto pra ver como que é essa metodologia de abate, pra eles aceita lá na Arábia. Eles têm o pessoal de lá, até no dia que vocês forem lá, vocês vão ver, é até interessante conversar com eles, tem o pessoal do processo, antes de começar, no dia que eles abatem frango da Arábia, o pessoal chega, o cara faz todo um método.

Aqui somos o maior fornecedor de frangos, a Tyson no Brasil, fora eu não conheço, a Tyson é a maior do mundo fora eu não conheço, mas aqui em Campo Mourão sim, e acredito que no Brasil tem três unidades, Santa Catarina duas e uma aqui em Campo Mourão.

#### **6- A que tipo de financiamento o senhor recorre?**

Buscamos financiamentos no Banco do Brasil e BNDES, e a gente tem recurso próprio. Como a gente já tem as unidades, então acaba gerando um capital que possa investir, mas sempre se busca, até porque hoje tem muito incentivo por parte do governo, tanto federal quanto estadual, em produção de alimentos, produtor rural, se vendo que cada vez mais jovens estão indo pra cidade e isso tá revertendo, tendo muito incentivo para as pessoas ficarem no campo e realmente conseguirem montar uma empresa, montar algo que ela consiga se manter na agricultura, na agropecuária que a pessoa possa se manter e viver bem.

#### **7- A propriedade passa por algum tipo de dificuldade? Quais?**

Passamos sim, mão de obra bastante difícil tem não é que não tem, é você conseguir mão de obra qualificada, conseguir pessoas que realmente se dediquem, que trabalhem certinho. O cuidado disso aqui vai exclusivamente da dedicação da pessoa.

#### **8- Qual sua preocupação com as questões ambientais?**

Hoje a gente tem assessoria de uma empresa ambiental que ela oferece pra nós toda a parte de assistência e assessoria de melhorias á parte ambiental. Temos que cuidar muito com isso, porque os aviários geram lixo, então todos lixos

domésticos das casa, a cada quatorze, dez dias é levado pro aterro municipal, passa o caminhão da própria empresa, passa recolhendo os lixos, leva pro aterro, como tem os lixos dos próprios aviários diversos, todos são levados pro aterro. Existe um cuidado, que são de parte de composteira, parte de roedores também, colocando isca ao redor dos aviários, porque se pode está trazendo alguma contaminação, alguma doença até nas aves que não pode ter então existe um cuidado nisso aí.

E feito a compostagem, as casinhas tem um boxe com cinco, seis células no tamanho de 2/2, mais ou menos, de largura e de comprimento. Essas aves são colocadas ali, é forrado uma camada, colocado a ave uma do lado da outra, não pode ser amontoada, não pode ser jogada de qualquer jeito. E depois, ela é coberta novamente com uma cobertura de cama e com isso ela vai se decompondo não ocasionando mal cheiro nada. Todo dia é recolhido a mortalidade nos aviários e é feito a compostagem diariamente, pra evitar que as aves ficam mortas dentro dos aviários o canibalismo também, e contaminando as outras aves.

Questão das águas também, nós tem as bacias de contenção pra não formar erosão aqui dentro. Nada é queimado na questão de lixo, única fonte de queima aqui é pra gerar fonte para os pintainhos.

## 5. ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS

### ASSOCIAÇÃO PRODUTORA DE LEITE DO BARRO PRETO – APEBEP Município de Roncador

Nome: Robson Gomach

Idade: 34 Naturalidade: Nova Cantu Estado Civil: casado

Escolaridade: Ensino Médio Tempo de Associado: 13 anos

#### Roteiro semi-estruturado da entrevista

#### **1. Comente sobre a construção do processo de formação da Associação.**

Foi meio com o incentivo do prefeito quando surgiu um monte e associação. O prefeito na época, acho que o governador, não sei como era, que bem no início, eu não tava aqui ainda. Com o incentivo do prefeito foi quando veio o trator. O trator ninguém queria pegar porque era muito grande, daí fizeram uma reunião e disseram voceis pegam o trator, aí se não aguentar voceis devolve de novo. Daí fomo trabalhando com ele, se ajeitando.

É assim, pra associações, na época vinha o prefeito que conseguiu umas verbas conseguia arruma maquinário. Vamo supor essa associação conseguiu o trator e uma plantadeira na época, tem outras associações que conseguiu trator, mas associação maior conseguiu um recurso maior, conseguiu um trator, uma plantadeira, e isso vinha fundo perdido. Mais, nois peguemo usado, o trator plantadeira foi pegado usado, daí a carreta de ensilo de misturar ração tava lá em casa, tudo é fundo perdido, mais que nem o trator plantadeira foi usado, foi pegado do município, não sei como que foi daí ensiladeira, triturador, misturador de ração. Esse foi bom.

#### **2. Quais os motivos que levaram a se organizarem em Associação (econômico, político, cultural, etc.)?**

A iniciativa da própria gestão da prefeitura e nois também queria formar a associação. Eu tinha visto um assentamento indo pra Pitanga que eu fui pra trabalhar com tio meu. Lá tinha um grupo de assentamento que eles tinha trator, trabalhava pra tudo eles lá, mas não cheguei ver como que funcionava, mas é mais ou meno que a gente trabalha.

### **3. Como é sua experiência na Associação?**

Como se diz, nois somo meio que tudo, meio tratorista, meio gerente da associação. Exemplo se estraga alguma peça, ontem mesmo, o trator estragou uma peça nois foi pra Campo Mourão.

### **4. Qual a especialidade da Associação?**

Trabalhamo com leite, mas também plantamo um pouco de soja.

### **5. Qual a área de abrangência da Associação - municípios ou comunidades e número de associados?**

Quando começou era mais de quinze, daí foi diminuindo que o pessoal foi embora, diminuiu gente que nem o Ervino, ele parou, não saiu da associação, mas não tá mexendo, tá fora.

Até a última vez que me chamaram lá, na Emater, que era pra fazer um projeto pra vim recurso, que a gente sabia que ia só pra perde tempo, porque não sai nada, o rapaz da Emater falou assim, só cinco pessoas? É perigoso não sair! Eu falei assim: hoje é cinco se não sair pra manter esses cinco, daqui uns dias não vai ter nada. Se o governo não faze alguma coisa pra que nem eu memo, eu to ali mexendo com leite, to fazendo de tudo, mas do jeito que tá indo, não sei se aguento mais dois três anos, mais fácil eu desistir também.

### **6. Quais as principais ações da Associação em benéficos dos produtores (econômica, cultural, política, ambiental, etc. (ex. Programas e/ou projetos realizados)?**

Os negócios de associação, os recursos que eles falam que é pra vir memo, assim calcário, essas coisas, se viesse, nossa, ajudava muito pra nois aqui, pelo menos pra mim ia ser muito bom.

Nois não sabemo se os outros receberam, o que eu sei ninguém recebeu, a gente sabe que vê comentário que sai esse dinheiro e fica por ali, não chega até o agricultor. Assim comentário que a gente escuta, mas é muito fácil de saber, porque o chegado do prefeito entrou lá, os quatros anos, hoje ele ta com sítio, caminhonetona, com casa grande, um monte de coisarada e esse dinheiro desaparece, ninguém sabe, é complicado, é complicado.

### **7. A Associação tem acesso a algum tipo de benefício do Estado? Quais?**

Nois fizemo projeto desse um da Emater, que falaram pra gente lá que o governo ia mandar o dinheiro pra fundo perdido pra as associação compra maquinário, calcário e insumos, só ficou lá dentro da Emater. No primeiro ano que formou as associação, saiu o calcário, cada associação fez o projeto, foi mandado calcário, no primeiro ano das associação, aí depois esse calcário veio.

Aqui todo mundo tem a nossa região como a mais certa no que se diz ao IAP,

que tem poucas pessoas que não tem, eu mesmo tenho três alqueires de mato, peguei quinze mudas e plantei. E nessa parte de recuperação de mata, na verdade, nenhuma associação fez, todo mundo ficou sabendo lá, daí partiu da vontade de cada um.

Só nos dois primeiro ano, só no começo, conseguimos bastante coisa, não sei se depois, foi doação do trator, doado pra comunidade. Esse trator, eu vi na entrevista esses dias, que esse trator a prefeitura, se quiser tirar, ela tira de cada associação não só daqui, de todas as associação. Foi conseguido o trator, a carreta, o triturador, a ensiladeira, uns oito ou dez anos atrás.

Dizer que assim vamo dizer que num fez nada, no começo o Eliseu, ele fez a revisão do trator pra nós, só isso também, mais nada. Isso na época eles gastaram oitocentos mil reais no trator, a gente cuida bem, também daí nois não teve nada.

## **8. Quais as dificuldades encontradas pela Associação?**

Nois levamo, nois cinco, bem dizer, assim nois vamo levando do jeito que dá, o que nois podemo fazer.

A dificuldade nossa é o maquinário. Falta o maquinário, que a gente vê lá na prefeitura, chega um trator, um negócio, nois não temo, chega pra outra associação.

Que nem esses tempo atrás memo, o Romildo acho que lembra, uma roçadeira que era pra nois pode usar e uma associação lá de cima de Barro Preto, usasse a roçadeira que foi feito, como é que eles faz, foi feito o negócio lá, que era pra nois usa, e a associação de cima do Barro Preto usa pra as duas associação. Quando foi um dia ,eu fui lá com o cara, eu queria pega a roçadeira pra mim passa lá, bater uma panhada lá, o cara falou pra mim: não, aquela roçadeira, só se for o nosso trator, sei lá o que, e o que eles se fosse tipo assim, o preço nois trabalhamo dava, mas é o preço particular dele, e não cede pra nois, e tá lá tudo assinado o papel lá com cara, não sei como é que ele chama, que é pra as duas essa roçadeira.

Outro diz: Igual o caso dessa semeadeira que nois compramo, nois precisava, nois fazendo tudo errado aqui, na época nois, não sei se você pode entende, um pouco. Nois jogava aveia de leve e cobria com a niveladora, tudo errado, se vem uma chuva leva tudo pro rio, então estragando a terra, isso, aí tá estragando, fica, mexendo. A semeadeira não, ela cobre o chão, plantou e tá ali, e a semeadeira tá parada lá, né Robson, e nois fazendo desse tipo, fazendo um negócio errado.

Nois sabia que tava fazendo errado, tinha maquinário e não podia pega, entendeu. E se você for ali no assentamento hoje, tem cinco morador, um já é aposentado, não mexe mais com terra já foi arrendado, os outro também é tudo arrendado, esse um que tá com a semeadeira. Eu não sei se ta lá no barracãozinho dele, eu não sei, a semeadeira sempre tá lá na casa dele, do jeitinho que eu falei pra você, tá lá arrumadinha, coisa mais linda do mundo, ela não estraga mas também não trabalha, é só ele que fala só ele que sabe de tudo.

Eram duas associação, veio pra duas usa junto, eu acho que na Ata, deve de tá. Também parece que ele que era pra fazer o seguinte, também pegar a semeadeira porque é uma semeadeira, era pra pega e troca por uma grande, tava trocando um dia.

Foram na Coamo, eu tava junto nessa época, foram lá, fizeram tudo os negócios bem certinho, é fizeram os papel e tudo, nois ia pagar o restante de volta e daí quando chegou na hora H, ele foi lá, fez um maior do trupé e não aceitou.

Que a semeadeira no caso é curtinha e muito alta, daí ela não planta

direito, daí no caso, nois tivemo conjunto com eles pra nois trocar por uma maior e melhor, daí fizemo tudo lá, daí quando foi na hora h pulou pra trás. Na verdade, se for ver assim ponha os pingo nos is, ele tá sofrendo mais do que nois, se ele fosse um pouco mais sensato e tivesse com nois ele ia tá, uma época dessa, ele ia tá, com o milho plantado que já tá passando da hora, e na hora que ele precisasse de um trator bom, ele ia ter na mão. Nosso milho tá plantado, ele ia ter tudo no jeito e fazer o que ele quisesse, e por causa dele ser assim, ele depende da associação lá do Rio Azul, que lá são bastante gente até, foi um tratorzinho novo, agora, esses dias pra eles.

Eles tinham um trator lá, já na época que nois peguemo, ano passado que foi pra eles. Ele ali, ele depende dos caras planta milho pra ele, mais depois que terminam tudo lá, que vem ali. Só que nessa parte ainda ele tá se ferrando mais do que nois.

E se hoje ele chega lá e fala assim: olha Robson, a plantadeira tá aqui e dá pra nois faze alguma coisa ainda, uma parceria, nois combina, não tem briga. Da nossa parte nois combina, dá parte dele é que não combina, se ele quiser chega ali, fala, quero fica com o ceis aqui que dá mais certo, é melhor pra mim, não tem problema nenhum se ele quiser vir ali, porque daí é mais um e vizinho, seja como for, você sempre precisa dele. Daí se um dia ele pensa desse jeito e achar que dá, é do jeito que nois trabalhamo que um ajuda o outro, ele é bem vindo que não pensa assim, ele se revolta muito fácil, fica muito complicado de lidar com ele.

De quebrar maquinário, essas coisas quebra mesmo, um carro quebra sê tá ali. Que nem o Emílio o dia que veio, o pessoal vem de lá pra nois plantar o milho pra ele, eu fui lá, daí o trator deu problema, ele não quis plantar antes porque tava enrolado com serviço dele, agora ele tá esperando porque deu problema no trator, porque, se não, tava feito o dele também, ontem nois já viemo pra Campo Mourão, já compremo o negócio lá.

## 6. ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS

<b>ASSENTAMENTO SANTA RITA</b>
<p>Nome: Miguel korczak Sobrinho.            Idade: 56 Naturalidade: Pitanga Estado Civil: casado            Escolaridade: alfabetizado Tempo no Movimento: 27 anos</p>
Roteiro semi-estruturado da entrevista
<p><b>1- Quais os motivos da luta pelo acesso à terra?</b></p> <p>Começou em 1986, na verdade, eu morava no sítio do meu pai, nois era em 9 irmãos, morava em 10ha de terra, trabalhava na diária pra pode sobreviver, tinha bastante reserva. O sítio era em Pitanga, é daí onde surgiu esse ideia, comprava ou colhia e não tinha como comprar, tudo pobre, daí saiu o sindicato organizando o trabalho de base pra os pessoal adquirir mais terra. A Reforma Agrária que eles falavam motivou daí nois partimo pra esse lado. Nois saiu do sítio do meu pai em sete irmão. Famos direto para o MST, comecemo no trabalho de base, trabalhamo um ano e pouco, fazia reunião escondido, porque Deus o livre se os fazendeiros</p>

desconfiassem, mandavam matar, trabalhava muito bem escondido. Nós tivemos um ano e pouco reunião de noite, nas casas. Tudo em Pitanga. Saimo de lá pra outro lugar, era pra sair oitenta e cinco famílias, saíram quinze, não tiveram coragem na hora do pega mesmo. Cada um com uma lona, sabendo que ia acampa. Não, nunca tinha visto ninguém, não sabia nem onde ficava o estado do Paraná. Então saimo da nossa comunidade, era sete hora da noite, e chegamo no outro dia na fazenda, sete hora da manhã, daí a noite inteira pendurado num caminhão. Direto pra lá, já tinha gente, era oitocentas famílias em Canta Galo, Cavaco Canta Galo, Martins, ali no sul, daí ficuemo lá dois anos. Aí não comportava tudo nois, era muita gente, oitocentas famílias, 2 mil alqueires, a fazenda mato, era campo e mato na verdade, aí foi partido pra sorteio. Ficamo fora do sorteio, daí fomo sorteado pra voltar pra nossa região, voltemo pra Pitanga, ficamo em São Roque. Tinha um acampamento, aí ficuemo mais oito ano ali, acampado. Debaixo da lona, até formemo cooperativa daí trabalhemo dez ano provisório daí três ano na cooperativa que organizamo. O assentamento de lá até hoje não é legalizado. Hoje tá como do governo do estado, tá como estadual. Não, daí nois vimo que ali não dava pra nois, não dava certo, ali ainda não era município. Era distrito de Boa Ventura de São Roque, tem bastante ainda, só que desmanchou a cooperativa. E depois de São Roque, vim pra Pontal de Paranapanema. Ficamo cinco mês, daí de lá viemo pra cá, lá era pra uma área que nois ia pra ser acampado lá, tudo certo que seria lá, daí deu sessenta dias tava pedindo despejo, lá nois fomo ameaçado por pistoleiro, e eu trabalhava junto com a negociação. Persequimo, até que nois foi negociando e saiu essa área aqui, através, a nossa pressão com o Estado

Nois estava no Paraná, na divisa e pressionamo o governo do Paraná para conseguir uma área. Porque pra conseguir uma área onde nois tava, ia ficar, medir o lote e fazer uma cooperativa, aí procurar a direção do Movimento sem Terra, mais os líder de frente, porque a gente precisava se assentar, não queria ser despejado mais uma vez perder tempo porque daí ia ser despejo. Independente do lugar, nois queria marcar uma área. Daí o Roberto Barjo, um formador da Reforma Agrária também, era dirigente que avisou o Ireno e nós viemo.

## **2- Comente sobre o processo de formação do assentamento (organização política, identidades, redes de cooperação).**

Era treze famílias só, de lá nois saímos em treze família, mas daí tinha mais, é, em 98 tinha já em Cascavel. Ocupamos aqui 13 de novembro de 1986, o assentamento foi legalizado em um ano. Quando foi sorteado os lotes tava frio, viemo já terminando o inverno. A área aqui tem 120 alqueires só de um lado. Essa área estava em negociação com o Banco do Brasil. Foi uma ocupação pacífica porque o próprio estado falou, geralmente tem conflito com os latifundiários, aqui foi uma ocupação pacífica. Aqui não tinha problema, o fazendeiro abriu as porteiras e ele forneceu as casinhas que era dos empregados, ele falou assim: não, as casinhas pode ficar, se tiver alguém deficiente na família com dificuldade, tem idoso. O próprio fazendeiro, falou. Ele falou isso porque ele já tava com intenção de vender a área, tava endividado, daí ele recebeu bem o povo, tratou bem. ele vendeu a fazenda para o estado, pra ele foi a melhor coisa que ele fez porque o cara tava hipotecado, ia perder para o estado mesmo, assim ele recebeu o que tinha de direito ainda se fosse pra ele receber do banco talvez não ia receber nada, perdesse tudo.



O fazendeiro senhor João Luiz Werneck é morto agora, era dessa fazenda do lado aqui, é o lote 2, é o começo do assentamento, era uma fazenda só, daí, por azar nosso, desmembraram aquela ali, fizeram duas fazendas, se nós tivesse entrado três anos antes, tinha pegado aquela ali também, ali é fazenda da irmã do que era dono dessa não é assentamento. Quando viemos para cá nós tinha apoio do próprio Sindicato, da EMATER, Sindicato dos Engenheiros de Campo Mourão, os sindicatos que você conhece tava todo mundo lá. Eles chegaram, tava chovendo, eles ficaram no salão paroquial o nosso ex-prefeito, foi nosso adversário, João Carlos, daí a Igreja cedeu o salão, mas eles não levaram pão nada, nós nos mobilizamos a buscar pão, leite em Campo Mourão, o que tinha de criança aquele tempo e começou aumentar ainda mais. Ficaram lá uns três dias por causa da chuva.

Tivemos apoio de alguns Padres, há dezoito anos atrás, acho que o próprio Alziro ainda não tinha casado com a Lu Maria que era da APP.

Depois fui presidente da comunidade, duas vezes e dentro da organização mesmo é difícil fica sem cargo agora, sempre eu era, um pouco de experiência que procuravam a gente.

### **3- Os assentados em sua maior parte são das regiões paranaenses ou vieram de outras regiões do país? (identificar os principais municípios de origem das pessoas)**

Tudo paranaense. Vieram de Cascavel e nós de Pitanga, treze famílias. Eu não conhecia a região, só conhecia mesmo Pitanga e Pontal onde a gente tava que era de área e aqui a maioria é terra roxa.

Na verdade, o sistema é quase o mesmo o trabalho, nós mexia na nossa região era com animal, a terra era mais do animal e lá eles mexia mais com milho, mas o sistema é quase o mesmo.

Vixe, pra nós foi bom, não é querer falar. E a comunidade aí da São Jorge tinham um pouco de medo dos Sem Terras, mas nem olhava na gente porque não conhecia.

Eu sentia que eles tinha medo de conversar assim, pra arruma serviço era difícil, na época todo mundo precisava trabalhar, mas não tinha, tinha que ir uma, duas pessoas, não podia ir todo mundo.

### **4- Os camponeses assentados (ou acampados) têm algum tipo de acesso a benefícios do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção e das propriedades?**

Eu não posso fazer nenhum financiamento, o meu CPF foi seprocado, nem no PRONAF e tem mais gente aqui igual, fizemo financiamento no passado e não conseguimos pagar. Na época que nós chegemo aqui, uma certa quantia o pessoal era obrigado a pagar e tinha que mexer com plantio, não era pra criar gado nada, daí onde eu peguei a maior parte do investimento. Plantei na época milho em quatro alqueire e meio. Não pode pagar o financiamento, fiquei devendo para o Banco. Hoje tá em doze mil e setecentos e oitenta reais, agora tem que esperar ir pra união, esperar acabar a união pra ver o que nós vai fazer. Não, na verdade ninguém, nem os filhos, tá tudo no nome e sou casado com a Marli e na verdade nem eu, nem ela. Nós vamo tenta fazer o PRONAF Jovem.

Dona Marli: nois não pagamo porquê não podemo. E na época que saiu esse recurso nois queria investir tudo em vaca de leite, daí eles deixaram destinado pra agricultura, se aquele tempo fosse liberado pra nois fazer isso, nois tinha se saído porque nois tinha experiência. Não, naquele tempo não tinha nada de orientação da EMATER. O financiamento na época, saía quando o assentamento era regularizado, já sai o recurso. Na época saiu sete mil e meio. E a lavoura que eu fiz não consegui pagar. Quando sai a terra já tem direito a sete mil, saiu o dinheiro pra fazer a casa também. Primeiro sai o dinheiro pra fazer a casinha, depois sai o dinheiro pra começar a plantar. Esse da casinha foi roubado na verdade, dois mil e meio, trinta e uma família. Uma empresa de Nova Cantú, essa empresa, um tar de Paulo que ia fazer trinta e uma casas, ele ia fazer bem mais, cinquenta, não sei o certo. O meu genro ficou só no tijolo. Nois conseguimos levantar as quatro paredes, ia levando aos pouquinho, aí tinha um carrinho de mão, daí um dia eu pegava de lá e trazia no carrinho ajudava a trabalhar porque se não, eu louco pra ter casa eu ia trazendo no carrinho. Não, nessa época até a Odete que trabalhava no INCRA, que trouxe pra nós, ela apresentou essa empresa. Assinemo um contrato que pra fazer essas casas, a grande parte, não pegou com ela. É que demorava muito se pegasse só com uma, a turma se dividia, um pegava com uma firma, outros com outra firma, porque era muita casa pra fazer mais rápido. Daí eles falsificava a nota do jeito que tava ali, era pra assinar a metade do jeito que tá na foto, aí ele ia no banco e recebia, ele foi com esse papel pra assinar lembro, como se fosse hoje, ele chegou na porta do barracão.

Era mil e meio que ele ia tirar daí, ele pegou dois mil e meio, sacou tudo o dinheiro.

Marli: Eles tinham acesso à conta, e daí ficamo sabendo que não tinha mais nada no banco, já tinha tirado e parado também, na noite carregou tudo.

##### **5- Quais as dificuldades enfrentadas pelos camponeses assentados (ou pré-assentamento), em nível social, econômico, cultural e político?**

Marli: Igual nois começamo com uma horta em janeiro fez dois anos que nois tava mexendo com a horta, tava trabalhando muito bem com a horta, vendia no mercado, vendia na rua, lotava o carrinho ia pra cidade e vinha sem nada. Quando foi dia 27 de outubro, depois da eleição, roubaram a nossa bomba que era nossa, nois tinha meio alqueire lá em baixo, tinha uma horta grande, daí além da bomba, nois tinha dois mil e quinhentos pés de alface, já tava tudo certo a entrega deles, daí tirou a bomba fora as outras coisas, daí morreram tudo, nois não vencia regar na mão, daí veio a seca não teve jeito.

A dificuldade que temo hoje é isso, sem acesso a crédito e essa horta precisada bomba que custa dois mil. Eu não tenho dinheiro pra comprar essa bomba pra trabalhar de novo. Nós vendia na cidade, vendia aqui também, o pessoal vinha direto, tinha gente comprando, tinha vez que levava duas, três vez em Peabiru, vendia na rua nos mercados. Já aconteceu muito roubo. É gente barbada, a gente sabe quem é, mais não pode falar. A dificuldade também, as estradas tão ruim. Hoje aqui temos um pouquinho de mandioca que vendemo pra um mercadinho de Quinta do Sol. Tenho um pouco de criação, Mexo com leite. Tem uns carneiros. Tudo que sobra nois vende deixa do consumo e vende. Nois tem um resfriador da associação lá na frente, na minha cunhada. É da associação, samo em, na verdade, em dez associado.

**6- No Assentamento (ou Pré-assentamento) há uma preocupação com as questões ambientais.**

Na verdade, o meu lote é quase tudo reserva, tem esse fundo, por isso que eu falo, não era pra eu tá aqui, tinha que ter mudado daqui, porque não tem como, em baixo é reserva, eu só não tenho dinheiro pra fechar, se não fechava essa reserva só que é capoeira, hoje eu to preocupado com a reserva, o meio ambiente, na verdade. Aqui eu to explorando um pouco a natureza, tenho umas caixinhas de abelha, seis colméias.

Aqui é só banhado tem um poço, nois pega água de mina, na verdade, é o poço e a reserva grande, nunca faltou água.

**ASSENTAMENTO MARAJÓ - Município de Peabiru**

Nome: Natalino José Viana      Idade: 47      Naturalidade: Itauna do Sul – PR  
Estado Civil: casado      Escolaridade: 6ª do Ensino fundamental  
Tempo no Movimento: 13 anos

**Roteiro semi-estruturado da entrevista**

**1. Quais os motivos da luta pelo acesso à terra?**

O meu motivo de lutar pela terra, eu nem tinha noção do negócio no momento, apesar de sempre apoiar partido de esquerda, essas coisas falando de política esquerda, eu não tinha essa noção. Eu morei 23 anos em Foz do Iguaçu e no período, ali, eu fui um cara muito viciado apesar de poucos estudo no caso, eu consegui trabalhar em firma boas, muitas empresas, mais por causa dos vícios, aquilo foi me afastando aonde que aconteceu, a partir de 1999, uma história que vinha pra Mariluz, aonde que embarquei no ônibus para Mariluz. Surge aquele acampamento no Palácio Iguaçu, em Curitiba 1999, eu fui pra lá e fiquei três meses, mais ou menos, e dali eu vim pra Marajó, Quinta do Sol e to assentado até hoje.

Então a história no caso, a luta começou da necessidade de uma coisa que eu não tinha não tinha, onde morar praticamente, morava com minha mãe e meu pai, morava na cidade, no caso Foz do Iguaçu.

**2. Comente sobre o processo de formação do assentamento (organização política, identidades, redes de cooperação).**

O processo, a gente chega tipo depois, ali, no período de 1999, mês de setembro, mais ou menos, a primeira entrada, a primeira vez que a gente entra aqui, a gente é despejado em menos de 24 horas. Houve um despejo, no período, por causa da repressão que a gente sofria do governo na época e nois volta em 15 de novembro em torno de um mês e pouquinho, a gente volta com mais pessoal onde a gente consegue resistir, aí começa daí, no caso a luta pra tentar, no caso, a desapropriação da área. Em 1999, viemo e ocupemo, fomo despejado. Na primeira vez, a gente entra aí numa 35 familia a 50 familia, não aguentemo a força dos home, mais daí a gente volta depois com reforço, entra de novo com reforço de assentados e novos acampados, mais ou menos a gente chega numa 180 famílias, e aí a gente já consegue ficar. Viemo em posse da terra a gente e fomo despejado pelos arrendatário. Tinha um pessoal arrendatário aqui, tinha 3

arrendatários aqui dentro e o caseiro. Só, e daí, a partir desse momento, aí eles organizam, a gente consegue saber depois que eles conseguiram pelo apoio que eles tinha no município acontecer o despejo e quando nois volta, um mês depois, a gente consegue ficar

Olha, no período, eu mesmo tinha pouco conhecimento, eu fazia parte, tava dentro de um grupo em Curitiba, era acampado. Fiz, parte no caso, da direção na época ali, mas não entendia nada, ficava ali, colocaram o cara que não entende nada mesmo, deixa ele ali que o pau tava torando. Então pra te dizer exato como aconteceu, como descobriu a área ali, no momento, eu não sabia, fiquei sabendo na hora que falaram assim: você vai pro Marajó em Quinta do Sol, e então aí que a gente começou a ter aquela noção, porque até no período de Mariluz, Curitiba o nosso pessoal foi desistindo porque o pessoal foi falando: se não foi pra mim consegui aqui eu não vou pra lugar nenhum, porque eu vim pra pega terra aqui. Só que eu tinha aquela visão, eu não to comprando terra, se você compra você escolhe o lugar. Falei: eu não to comprando, onde sair vamo embora. Então a gente, naquele período lá, de umas cento e poucas famílias, nois sobrou em 13 assentamento ou menos, que hoje está assentada entre a Marajó e um assentamento próximo aqui o assentamento Roncador.

Hoje, nós somos em 58 aqui o Marajó, depois a gente chega num pessoal mais reforçada umas 180, mais ou menos, aí acaba ficando 58 e sai um novo assentamento na próxima aqui, mais ou menos uns 30 km, nós tem outro assentamento com 63 família.

No caso deles, não teve a polícia depois, no caso deles, mesmo eles cederam, no caso deles não tinha nem como eles reagir, com nois no caso seria mais ou menos 4 pessoas e a família que tava aqui hoje, inclusive está assentado com nois o Horlei e o pai dele hoje está assentado, a reação foi através da polícia, pediram: não sai, né, sai na paulada, vieram geralmente. Aquela medida, vamo ponha, coloca lá sete a dez polícia armado pra pegar um sem terra, com um pedaço de uma foice na mão.

Não foi despejado, foi juntado as coisas. Tem até um irmão de igreja que ele disse assim, até hoje fica falando, ele tinha aquele instrumento de assopro que sumiu, acho que caiu no meio da estrada, não achou mais. Do despejo, porque naquele período era o seguinte, a gente não tinha nem, como eu vou ter dizer assim, a gente não tinha possibilidade de ter um telefone pra começar, já era mais escasso se eu tivesse telefone, você tivesse um telefone no barraco, por exemplo, você era considerado um espião, um intruso ali que tava, então geralmente o assentado não tinha comunicação, só através de orelhão, quando ia na cidade e tal.

### **3. Os assentados em sua maior parte são das regiões paranaenses ou vieram de outras regiões do país? (identificar os principais municípios de origem das pessoas)**

No nosso caso aqui, a maioria é do Paraná, acho quase 100 por cento do Paraná, nois temo aqui no meu caso, que eu venho da região da Foz, nois tem camarada aqui que chegou morar no Paraguai, no caso, ali por perto ali, de Cascavel, a região de Idema. Nós temo então esse pessoal, tem pessoas aqui da cidade também, tem um mesclado, mais geralmente do Paraná, da região mais próxima, alguns sim, tinha alguns que já moravam, no caso, tocava tinha terra arrendada na época e tal. Pequenos arrendatário, no caso, eu, por exemplo, vim

da cidade, eu morei na roça até uns 9 anos por exemplo, aí a gente vai pra Foz, eu morei numa região aqui, não sei se você conhece, Tupansi, Assis. Sou registrado em Assis, então eu sou de Tupansi. Ali na época, mais ou menos por 73, 74, houve um fogo em toda região, aí onde meu pai vai pra Foz do Iguaçu, e a gente vai pra lá numas 13 famílias com mudança e tudo e um caminhão. Conseguimos chegar numas 13 famílias lá daí a partir dali que a gente dá retorno pra cá.

#### **4. Como é sua experiência no assentamento (ou acampamento)?**

Olha, a experiência no caso, ela é interessante porque antes, no caso como eu tava dizendo, eu apesar de pouco estudo no caso, eu trabalhei muito em tipo escritório, empresa e tal essas coisa assim. Eu já conhecia a terra, no caso, de piaçã, por exemplo, quando tinha idade de 16, 17 anos já trabalhava de boia fria e até uns 18 anos, 17 anos, mais ou menos, é carpino. Na época não tinha dessecação, aí a gente tinha que carpi soja, colhe algodão. Aí com 18 anos, eu vou pro quartel no caso, e paro de estuda, que até os 13, 14 anos eu não sabia lê, aí eu fiz o Mobral, lembra do Mobral? Fiz o Mobral, fiz num sei o que, daí consegui ir pra 7 série, aí eu abandonei. Mais dentro desse período aí, eu consegui trabaia, tipo assim, na ponte. Há eu trabalhei numa empresa, tinha empresa muito grande lá que era Textiosma que era de uns turco, trabalhei um tempo lá, aí trabalhei em uma empresa chamada Publiquix comunicação, com propaganda. Eu gostava de publicidade, eu pensava quando eu me forma, se eu consegui estudar, eu vou ser publicitário, gostava de desenho dessas coisas, aí passa esse período. Trabalhei no baú, não vendendo na rua, trabalhei registrado no grupo. Na época e fui indo, só que daí fui jogando pro ar porque tinha que entregar o malote lá em 4 hora e 4 hora, eu tava dibruçado em cima da escrivania, o cara do correio chegava, não tinha nada pronto, então foi a muita compricação. Então eu começo minha reestruturação, a partir da organização do MST, então quando eu venho pro MST eu to, mais ou menos, aí uns dois anos fora de vício de droga de bebia e tal, então aí eu começo já a me firmar e que, até hoje, tipo minha mulher, eu conheci no sem terra, a minha piázada esse aqui é o mais novo, o luri, aí daí tem a Mel e a Jheni. Então isso, depois de sem terra hoje posso ir na cidade lá e fala assim, e como é seu nome mesmo, e fala: o Áurea, pode ir ali no mercado que ele vai te vender alguma coisa em meu nome, que ele vai te vende lá. Antigamente ele não te vendia nem uma caixa de fósforo, aquele pau d'água lá, então eu consegui isso através da coordenação, então eu consegui essa estruturação através da organização.

Hoje no momento, sou coordenador do grupo coordenador de grupo, de grupo um, a gente faz parte. Tem o coordenador e a coordenadora que é dona Alice e a gente é muito criticado, porque a gente começa a querer levar o negócio pra um lado da discussão política, muitas vezes a companheirada não aceita isso aí. Então, a gente tem esse problema, então tem esse momento, dentro desse período, eu fui coordenador político das 58 famílias, já fui coordenador na época das discussões, era de segurança. Fui dirigente político da brigada por um período por causa daquele desacerto, no caso, a gente se afasta, a gente continua hoje até tentando dá uma aproximação, no caso falando de brigada e tudo. Mas, a gente consegue ter uma discussão de base de articulação dentro dos assentamento, temo uma certa aceitação. Qualquer lugar chegar e falar do Natalino alguém vai falar alguma coisa de bom ou alguma coisa de ruim, muitas vezes você ajuda um, mais arreventa outro.

## **5. Os camponeses assentados têm algum tipo de acesso a benefícios do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção e das propriedades?**

Benefício do Estado, no caso nois não temos nada, temo alguma coisa que aconteceu através do INCRA, tipo já instalado poço artesiano, estrada, as casa, mais fora isso aí no momento, nada temos. Muito proposta, papel, rapaz manda projeto, manda projeto, mas só.

Financiamento pelo banco do Brasil teve, a gente teve acesso na época em 2000/2001, mais ou menos, pelo Banco do Brasil através do INCRA, depois o crédito da habitação em torno de 2000,00 e 5000,00 mil reais, teve uma complementação, há pouco tempo, agora, acho que de 3 mil reais e tem uma proposta falando de mais três conto, falando de habitação. Na cidade fala, poxa lá é bom o governo dá pra vocês o dinheiro, casa e não sei o que. Falei: vai lá no banco que você vê nosso presente lá, deu a primeira vez agora mais nada, e você não consegue porque a gente pegou um valor e você vai investi no que aquela visão soja e milho se não consegue retorno daí foi afundando todo mundo, daí seca aí, vamo pro leite, se compra criação ruim, a gente não tem aquela noção exata, como na época, falta de assistência técnica.

Não, nois temos um valor no banco, aí no caso que você pega, hoje não sei no momento como que tá, em torno de 6 mil reais no PRONAF é o pronafrinho, que a gente fala aqui, que pegaria pra você prantar soja ou milho seria soja ou milho e num valor de 9 mil reais. Se fala de investimento pra vaca leiteira, fora isso aí nada, só que daí, tipo igual ao que eu to te, falando é um investimento, não chega na mão do produtor, tipo assim, um técnico chega e fala: Natalino, vai comprar lá 4 novilha que custa um valor x mais ela vai produzir tal valor de leite, por exemplo, tal quantidade. Não, esse dinheiro geralmente vai pra mão de um atravessador, através de nota e você é obrigado a pegar o que ele tem lá pra você, você vai lá e olha, não, essa é boa, depois que a nota já tá na mão deles, você não consegue recuperar mais, então dinheiro num veio pra gente. Tem aquela crítica, os cara pegaram, compraram criação que não valia nada, tive de vender, prantor não conseguiu, mas você só pega, como dizia meu pai, só o que restou lá, você não tem capacidade de chegar com um zootecnista, por exemplo, falando da criação um, o meu Deus como que fala, um veterinário e escolher um bicho de qualidade, então só um cara que quer trabalhar só pra ganhar o dinheiro que tem.

## **6. Quais as dificuldades enfrentadas pelos camponeses assentados, em nível social, econômico, cultural e político?**

Hoje a dificuldade maior nossa é tentar conduzir sem recurso é você tentar sobressair sem recurso, por exemplo, que daí você planta sem um investimento, não consegue um retorno e com investimento é muito caro, então é difícil. Por isso, a gente tá falando na diversificação o pessoal ta tentando ir pra esse lado, hoje a gente já tem uma feira permanente na cidade onde a gente, tipo do ano passado pra trás, a gente não conseguia vender nada, esse ano, o pessoal consegue, tipo, leva mandioca, leva mexerica o que tem você leva e consegue vende, então a gente tem um espaço, hoje conseguimos montar um espaço dentro da cidade. No caso, no centro específico, dentro, não é tão centro mais ali, que tá dando certo e que o pessoal tá conseguindo sobressair, mas com produção baixa ainda, porque a gente

não tem produção em quantidade, mas se tivesse já consegui, já tirar uma média boa no caso. Então, hoje, nós temos um encaminhamento, por exemplo, porque tudo que a gente fazia, aí estragava, você não conseguia vende, tipo assim prantava tipo uma quantidade de abobora não vendia, quiabo não vendia, hoje falta se os cara num tem, num tem porque a turma vai prantar pra deixar aí, então a partir daí, acho que a partir dessa safra o pessoal já começa a se ajeitar melhor dentro dessa diversificação de ter que trabalhar com pequenas coisas, fala pequeno produtor, mais com a cabeça do agronegócio lá soja e milho, então tem que mudar e é difícil mudar, por que é a formação, você chega ali, tipo, você pranta mandioca, por exemplo, tem um camarada da Emater que dizia assim: não, a mandioca ela é assim, como é que fala a mandioca é a roça do pequeno, só que você começa a trabalhar dentro dela, ali carpe, chapeia, depois rança, pagar caminhão. Isso é na hora que você vai colocar no mercado, pra você conseguir vaga é complicado, muitas vezes aconteceu comigo mesmo, num período que começou a chove, e eu não consegui entregar, então eu fiquei com dívida, fiquei devendo diária de mandioca pra mais de ano por exemplo. Então é uma coisa que eu sempre falo: pode tá 500 reais a tonelada de mandioca que eu não pranto mais. O feijão esse ano, conseguimos sobressai, não deu geadada, conseguimos colher aí em menos de 2 alqueires, 120 saca de feijão, então, deu, só que o preço também caiu de 200 e 30 poucos conto que tava, na época pra 110 de primeira qualidade, o outro tava 78 então na hora que a gente conseguimos colher, a gente não conseguimos um valor pra cobrir as despesas de novo.

É aquela facilidade, você vai lá na cooperativa, pega semente, pega não sei o que, pega o veneno e não sei o que, tudo beleza e passa, acabou. Aí você só entra pra colher, aí a ceifa leva um pouco, caminhão outro pouco, o mercado o resto e você fica sem nada. Aí vamo pro milho, pior ainda. Eu tava conversando com um camarada ontem mesmo, eu falei: poxa sobrou milho pra você? ele falou: tive que colocar 300 do bolso pra cobrir os 3 alqueires que foi prantado é o medo, tipo assim, de consegui tipo, eu calculo fazer uma pequena coisa, tem aquela visão, tipo, eu vou dividir o lote em 4 pedaço, por exemplo não vai dar, tipo assim, não vai dar retorno, então vou fazer desse jeito aqui que eu vou colher, vou ponha lá 100 saca só que você não colhe 100, colhe 70, por exemplo, e fora as despesas então tá começando a partir de agora. Áurea, nois tá com um pessoal com horta, tem um pessoalzinho que tá essa menina que chegou agora ai a pouco a dona Alice no caso começou e o pessoal criticando, criticando, hoje ela já tá no terceiro mês a aparecer como a que tá vendendo mais no município no nosso ponto comercial, começou com hortinha já tá beleza lá então aí, a gente tentando começar e eu tentando me reestruturar também. Agora, no caso, pra ver, por esse lado aí, tenho intenção de mexer com outras unidades maracujá, a vagem, não consegui a semente ainda, mas tem que vê se consigo. Pra começar a fazer alguma coisa, nessa área aí, no caso, que é coisa que o pessoal consome e que você vende direto, você não depende de caminhão pra levar pra lugar nenhum. Hoje seria por causa da feira. Isso a gente chegava comendava no mercado, por exemplo, lá se não pega mexerica tenho 22 pé de mexerica, dessa, dessa, como fala lá a monte negrino, não essa aí. Não adianta, a piizada vai pro sítio e traz aqui pra nois de saca, de graça mercado aí beleza, só que esse ano então não consegui vender tudo, porque eu não tinha transporte, o que eu consegui levar através do ônibus escolar mesmo, eu consegui vende aqui na cidade mesmo, na Quinta do Sol e do lado do mercado ali que tem uns mercado grande que não pegava de nois pra

revender. E hoje eles tenta, tipo um boicote, tenta fica injuriado porque os cara vende barato, por exemplo, que daí enquanto um quilo de laranja de repente tá 99 centavo, nós consegue vender lá. Onte tava até falando, coloca lá 10 laranja 50 centavos, daí o cara fala: você paga num docinho 40 centavos, então é desse tipo, Chuchu tá quase 3 real, o menino vende a 80 centavos e pra ele é lucro, porque perde, todo ano ele perde tudo isso, só que isso ta incomodando o pessoal do município. O comércio quase 100 % contra a gente por causa, uma portinha que se você for lá ver, uma coisinha de nada.

Aconteceu um negócio interessante, até acho que o cara arrependeu, o camarada, que era desse ponto, tinha uma padaria e ele tinha um lote em uma esquina, aí ele construiu um prédio bonito, cheio de história, um negócio bonito, nós entro no lugar dele ali, só que o pessoal fala: o movimento do menino lá, agora, fica com nois ali, porque os cara acostudou ali.

Isso, produtos da reforma agrária só que a gente tem uma um uma, como vou te dizer assim, a gente tem uma junção com o pessoal da cidade, nois tem uma cooperativa hoje, não sei se você tem informação, chama-se cooperivaí. Foi aberta aqui isso, nois temo na cooperivaí a Claudineia, ela chegou a ouvi aqui mesmo nessa mesa a gente tava discutindo sobre isso, então a gente tem a cooperivaí aonde tem produtor da cidade Engenheiro Beltrão, de Quinta do Sol e também com chance de entrar um pessoal de Peabiru.

Foi fundada aqui no Marajó. Ela está em funcionamento hoje, só que ela sai diferente, porque a primeira proposta que a gente tem pra acontecer a cooperativa é falando de brigada, o pessoal se retira e deixa nois sozinho no momento e, quando sozinho, o pessoal da UEM vem e continua dando suporte. Aonde a gente conseguiu registrar a cooperativa tá funcionando hoje, essa semana a gente já vai correr atrás pra emitir as notas eletrônica, então não tá 100% mas tá bom.

Hoje, dentro do ponto de venda lá da feira, alface, mandioca, queijo, tomate quiabo, essas coisa aí. E por enquanto, a gente tá com intenção de vender agora, não sei se vai dá, nois ta com mais próximo ai dum, que ta com uma dificuldade ai que num tem uma câmara fria, que seria iorgute, é, ou de repente arroz, essas coisa aí tá faltando.

Hoje, no caso, através da cooperativa, se nois tiver quantidade dá pra vender fora e a partir da hora que a gente conseguir ir alinhando porque o que acontece, a exemplo, nois fizemos uma reunião ali, chama todo mundo, só que ninguém quer reunião, quer projeto, quer recurso. Aí a hora que aconteceu dentro dessa proposta da cooperativa, muita gente saiu e quando saiu, uma semana depois a gente consegue o ponto. Aí volta pra querer vender, aí volta aquele tipo, os cara não é companheiro, os cara não quer deixar a gente vender, não é que não quer deixar você, não quer contribuir com despesa, você não que participar das discussões, mas na hora que tá dando certo, que tá dentro, então não tem como deixar muito barato.

Não tá 100%, nois tamo em 113 cooperado, mais ou menos 80% sem terra, mas nós temo dentro do assentamento aqui, muita gente de fora que hoje que entrar. A gente tem que fazer as próximas discussão pra ver como que vai fazer, porque a intenção nossa não é inchar a cooperativa, então vamo ver porque fulano lá não faz parte, tem uma quantidade de produto, vai vender, não é isso eu posso vender através dele, ele passa pra mim e eu vou vender, eu posso fazer essa transição pra ele, ganha sobre o produto dele, ganhar, como acontece, com o próprio atravessador. Se ele quiser fazer, parte ele tem que fazer parte das



discussão, ele tem que acompanhar as discussão e pra dentro, porque é fácil entrar, por exemplo, hoje você tem uma quantidade de morango, você ponha lá pra vender, não, eu vou fazer parte da cooperavaí pra vender o que você tem, depois não quer mais, to fora, não tem compromisso nenhum. Então a gente, temo um problema com isso porque tem uma resistência que acha que todo mundo é, não é tipo, uma Coamo, Cevale, não sei o que, lá os cara é uma cooperativa que ganha em cima dos cooperados. Nois, a nossa idéia é o seguinte, a gente retém 18% pra despesas da cooperativa e daí fica 72% pra gente, então fica lá 18% pras despesas e você pega seu dinheiro de volta, então não fica a cooperativa comprando carro, porque nossa discussão é o seguinte, nois não queremos ir aumentando o prédio da cooperativa nois quer vê se aumenta alguma coisa lá na casa do produtor.

O Presidente é o Valdir Rossi que é um pequeno produtor de Engenheiro Beltrão. É outra crítica que a gente leva, porque não é um sem terra, é um cara bom, é um camarada bom que a gente confia e nois tem gente com capacidade pra ser o presidente também, só que a gente teve uma avaliação assim que o Valdir tem mais capacidade de conduzir, no momento, por causa dos grupo que a gente tem de resistência, ele é neutro.

Cooperivaí, ela é registrada em Engenheiro Beltrão, acho eu não tenho bem certeza hoje, caramba, mais acho que é que nois comecemos em Engenheiro Beltrão. No momento, quando nois fizemo a discussão, quando nois começa a fazer a discussão era pra ser em Engenheiro, só que no meio do caminho, as autoridades deixaram nois na mão, entendeu, aí aonde a gente volta e o prefeito de Quinta do Sol aceita. No caso, se tudo der certo de repente, espaço pra montar barracão, a plataforma de leite, essa coisa aí, então ele começou a ceder espaço pra reunião e tal, aonde a gente começa a vim hoje fazer a sede em Quinta do Sol, então hoje muda, em vez de ser em Engenheiro Beltrão, vai ser em Quinta do Sol. Então, é mais ou menos por aí, só que a gente discutiu sobre a possível mudança do nome, no caso, ficou pra discutir na próxima Assembleia, porque tem uma resistência do nosso pessoal. Falando de organização, não tem nada de reforma agrária e a cooperativa dos produtores do Vale do Ivaí não entrou nada de reforma agrária aí, só que isso aí, vem por causa da resistência de grupo de não fechar acordo, tipo igual ao que eu te falo, não adianta eu ser coordenador se eu não consigo mobilizar o meu grupo. Então foi por aí se tivesse, se vê eu sempre penso assim Áurea, em você ceder, você cede pra ganhar lá na frente, então não adianta você ser muito radical que o pessoal é muito radical também, quando você quer ser radical talvez, coitadinho tá lá no lote, se acha que não vale nada, mas pra te derrubar ele é bom pra caramba. Só que eu vejo assim, a maioria é sem terra, pessoal da cidade, é pequeno produtor. Tem pessoal da Vila Rural junto, pessoal da Vila Rural que vende junto, e tal, é aqui da região é pertinho aí, então o pessoal que a gente tá com cuidado, no caso, pra não entrar grandes produtores e através dessa discussão nois consegue entrar, alguém conseguiu entrar, uma pessoa, só que através da mulher do camarada e tal, e a gente tá discutindo pra ver isso. A intenção nossa é, tipo, os cara hoje tá fácil entra, um grupo monta uma chapa e toma a direção, então a gente tá tendo muito cuidado pra isso aí, pra não deixar isso vaza. Até foi falado: a gente vai discuti como vai fazer pra entrar na cooperativa hoje, você chega lá hoje vai na Coamo, chega lá e coopera. A nossa proposta é de deixar aí, de 6 a 8 meses, participar das reuniões das assembleias como tá acontecendo a Cooperivaí, pra depois você se associar, não é tipo vou chegar hoje, vou me associar, porque eu fiz uma produção, vou vender. Então a gente vai evitar

isso aí.

A cooperativa nasce aqui dentro, mas não faz parte 100% de sem terra, é que a organização inteira tá contra isso aí, a gente depende de uma discussão forte pra resolver isso, porque vem uma coisa como que um grupo que tá se rebelando e não é, é um grupo que não concorda com as discussões de direção entendeu, não é contra o movimento, como te falei, se não fosse o movimento hoje tava morto, nem boné, os cara sempre me dão boné, eu falo assim: se vocês colocarem o símbolo do movimento, eu uso, porque vocês nunca me deram nada, então onde eu vou. Tem um camarada da Emater que fala assim: Natalino, se você vê algum ponto vermelho em algum lugar, é ele. Mas sou radical, eis gosta mais não muito, quem gosta mais é eu porque é isso, eu não gosto de fechar acordo, fazer alguma coisa pra você porque você fez alguma coisa pra mim. Não, eu vou fazer o que eu acho que é certo, no caso, e vou tentar te ajudar o possível, no caso, mas eu nunca vou aceitar ficar na tua mão então sou mais ou menos por esse lado.

Na hora que aparece alguma coisa que fala de projeto, todo mundo quer fazer parte, nois tem as associação aqui, nois tem aqui dentro que é a AMAM de um grupo de mulheres, que são 13 mulheres, que no caso, poderia ser todas as mulheres do assentamento, mas ninguém quis entrar, e nois temo o grupo chamado, uma associação chamada Durcelina Fulador que é a que eu faço parte, e tem uma outra associação que chama quinze de novembro. Aí, ai por que começa a surgir tanto grupos, nos poderíamos ser uma associação só, nois discute desde da época de acampamento, uma associação só que surge a Durcelina que é a mais antiga, só que o camarada começa a querer fazer grupo pra ser beneficiado não pra beneficiar as pessoas, as famílias, então começou a fazer isso. Então quando vem essa proposta de cooperativa, a gente achou que através da cooperativa elimina esses grupos paralelos, então tipo assim quando aparece um projeto, hoje um técnico até ligou pra mim sobre um projeto, e falou: tem um projeto e tem tantas mulheres que querem fazer parte e precisa de uma associação, aí falei assim: ó, nois fizemos várias discussões, teve despesa pra cobrir, ninguém quis entrar porque acha que a gente queria só pra pagar as despesas, e agora como vamo beneficia uma pessoa que tá praticamente 12 ano junto, 13 anos, não faz parte de nenhuma das dos grupos formalizados e vamo abrir mão só porque tem que ser beneficiado de um projeto do governo entendeu. Oia só pra você vê a dificuldade, você vai deixar um companheiro, uma companheira de fora, pra quem tá de fora poxa parece os cara os cara, nem é radical vamo fazer assim tão desfazendo das pessoas, como eu poderia colocar isso, mas não é, são pessoas que sabe o que tá acontecendo, não faz parte, mas na hora que sabe que o técnico tá chegando, ou o próprio pessoal da universidade e pode surgir alguma coisa, todo mundo quer ser beneficiado, mas vim aqui, sentar, ouvi, ninguém quer, nada disso.

## **7. No Assentamento há preocupação com as questões ambientais?**

Nois temo hoje, 100% legal, nós tem as áreas de reserva cercada com investimento do INCRA, a gente tem os 30 metros que caiu agora, acho que pra 3 metros, parece que os riozinho, a turma do agronegócio aí, até eu tava vendo aí, da televisão, até poxa, como o pessoal vota contra uma proposta dessa, se eles precisa de água, precisa é os produtor que mais precisa de água tem tudo, e no nosso caso, nois consegue de rio fora a fora. Se você anda aí, ele tem mais de 30 metros de preservação, nois deixa mais 7 mil metros fora, por que agora com essa

lei, nois num precisa deixar 7 mil metros nois tem 7 mil metros a mais e tem uma área coletiva que é esse morro, 7mil metros a mais de reserva, porque daí, na proposta de reserva coletiva faltou uma metragem, na época, e a gente deixou, só que agora não precisa deixar tudo isso aí, só que a gente deixou, todo mundo tá deixando mais 7 mil metros, então, isso nosso assentamento hoje já tem. Ontem o técnico tava me falando que parece que já tem o SISLEG e alguma coisa que a partir disso ai que sai a averbação da reserva e encaminhado pra esses lado, se é que já não tá pronta. Então, outras resistência que tem outros assentamentos não aceita o INCRA, não IAP, só que você não aceita, depois tem que aceita na força. Então as nascentes são protegida, tem uma resistência de alguns que querem drenarem porque aqui dá pra colher não sei quantos mais sacos de soja, não sei o que, a gente na discussão, no meu caso, ali por causa de uma drenagem que pode acabar com uma mina que nunca secou, e vai longe. De repente você cria um problema dentro, por defender uma ideia e que seja, pior que os próprios fazendeiros, quando nós conversamos aqui com os fazendeiros, o pessoal que trabalha ali, que a gente tem uma relação mais próxima. Quando falamos em 2.4.D, por exemplo, o pessoal concorda em evitar o uso e os nossos companheiros usa, poxa, então o fazendeiro mesmo, esse ano, não usaram o próprio milho transgênico mesmo falaram: não vou usar e a nossa própria turma usa. Quando se fala de fruta, essas coisas, tem essa barreira que ajuda a resolver isso.

Nós temo mais, nois sabemos quem usa isso aí, mais o recado já foi dado e um camarada me passou um número lá, não sei se um delegado do MDA, não lembro que setor ele faz parte, mas que me garantiu que se liga eles vêm e fala: você tem certeza que o camarada tá te prejudicando, então não tem mais aquele negócio. Então você pega, é uma situação tipo assim, os cara fala e vapura. Até eu falei um dia: então vamo fazer o seguinte, na horas que os ceis tive que o soja tive florando, eu vou dessecar o meu pasto com 2.4.D já que não prejudica ninguém. Pra eles prejudicar uma hortinha, pra eles não faz nada, isso não vale nada ou um pé de mamão, mas pra aquele que plantou? Eu acho que no nosso caso ali, eu calculo que, aqui dentro, a gente tá discutindo pra não ser proibido. Tem as etapa que eles pode usar. De setembro e outubro, é um período que quem mexe com mamão, abóbora, vai arrebentar, então não tem como tem a lei municipal que Peabiru tem Quinta do Sol tem, mas não consegue aplicar porque os cara, os mesmo que fazem a lei, é os que usam também, então é uma porcaria.

## ACAMPAMENTO NOSSA SENHORA DO CARMO

Município de Barbosa Ferraz

Nome: Esmeralda Davacena Junior

Idade: 44

Naturalidade: Palotina – Paraná

Estado Civil: viúva

Escolaridade: 1ª série do 1º grau

Tempo no Movimento: 9 anos

### Roteiro semi-estruturado da entrevista

#### 1. Quais os motivos da luta pelo acesso á terra?

São nove anos, levando barreira, chuva, despejo, levando a luta, fiquei viúva, falei: não vou desisti. Agradeço a meu filhos, uns bons rapaz, eles falava: “não vamo desisti mãe”. Agora, graças a Deus, estamos aqui, é uma coisa que eu gosto muito, é uma luta muito gostosa, mas que é sofrido. A gente passava até fome com meus filhos, e com ajuda dos outros, agora tenho meu cantinho, na barraquinha de

lona, mas to tranqüilinha, uma vida bem gostosa, não me arrependo. A gente está na luta a gente quer uma coisa pra frente. Eu não abandonei o acampamento por causa dos meus filhos, uma viúva com cinco filhos na costa, numa cidade, não ia manter eles, como mantenho aqui.

Eu morava na cidade, trabalhava de empregada, foi um primo meu, que morava num assentamento de Marilúz, ele falo para eu ir para o movimento, aí resolvi, eu vou, ganhei um lona, meus fios eram todos pequenos. Sabe, menina dó céu, a água que eu pegava pra bebe, toma banho, pra cozinha era 1 km, pra mim lavar roupa eu colocava a nenê dentro do saco de roupa e saía de casa 5 horas da manhã, quando eu conseguia o tanque pra lavar roupa era 3 ou 4 horas da tarde, consegui esse passamento todinho. Através do meu primo que to no movimento, e graças a Deus, eu to nessa vida. Ele falou: com 20 dias você terá seu lote. Mais, muitos vinte dias eu já passei (7 anos). Eu vim da roça, fui pra cidade trabalhar de boia-fria, eu era solteira, sempre trabalhei na roça, de doméstica, fiquei uns 4 anos, abandonei o emprego, para consegui meu terreno.

Eu fui morar na cidade, eu era solteira, só que nois morava em fazenda trabalhava, roçava, fazia tudo quanto é tipo de serviço, então a gente foi pra cidade trabalha na boia-fria. A minha luta foi tão difícil, menina do céu, por isso que eu não estranho a roça por causa disso, a minha luta foi tão difícil que eu trabalhava, carregava caminhão de tora - essas toras pequenininha - assim, de boia-fria. Até agora, vinhemo pra cá, eu saía daqui a pé, andava esses assentamentos tudo para trabalhar por dia, não lembro, era sorteira, nem pensava em ter filho, já era boia-fria - tenho 44 mas toda vida eu trabalhei na roça. Fui pra cidade, aí comecei trabalhar na roça de boia-fria, aí que eu consegui um serviço pra mim trabalhar de empregada doméstica, aí sai do emprego pra mim vim pro assentamento. Eu trabalhei uns 4 a 5 anos, minha vida era muito cansada, daí não tinha sossego, aí falei: não, eu vou arrumar um emprego, que meno assim, se torna mais fácil. Acabou que abandonei o emprego, eu vim pra vida do sítio, é mio, agora tenho minha terrinha, queria que você fosse lá pra ver meu cantinho, pensa num lugarzinho gostoso. Incrível que agora tenho as minhas galinha, uns peruzinho, que toda a vida tive aquele sonho quando a gente morava numa fazenda a gente tinha, mas era coisa que a gente morava, mas era do fazendeiro. Agora tenho meu lugarzinho tranqüilo, consegui comprar umas cabecinhas de gado. To levando minha luta, então a gente tamo trabalhando pra vê se daqui mais pra frente eu consigo fazer minha casa, se Deus quiser. Meu piá fala: mãe, nois podia fazer uma casinha, aí eu falo: não, meu fio, debaixo da lona tá tão bonito, comprei uma lona azul, aí de noite não precisa vela, sabe, que fica clarinho, eu acendo só uma vela e aquilo ali fica bem tranqüilinho.

## **2. Comente sobre o processo de formação do assentamento.**

Quem chegou aqui, no caso, primeiro foi o motivo dessa terra aqui, até que nois saímo de laranjeira, um assentamento que tinha, fomo pra Nova Cantú num assentamento de Nova Cantu, aí o rapaz que era acampado junto com nois, o nome é Edson o apelido dele era Chefia, mora em Campo Mourão, então ele falou desse assentamento e nois num conhecia esse lugar, daí pegamo, mas antes nois fiquemo pensando, nois vai ou nois num vai. Incrível, vortemo de novo pra Laranjeira, daí nois fomo pra casa de pedra. Ali ficamo 8 dias só na casa de pedra, porque minha menina, Aninha, tava com o braço quebrado e não consegui fazer o

tratamento dela do braço, porque não tinha condições.

Um dia o seu Ireno chegou, fez uma reunião com nois pra nois vim pra cá, então viemo em 15 famia aqui, nesse lugar, eu tava na guarita fazendo a segurança, aí chegou um rapaz e me chamou, eu chorava dia e noite, eu não comia, não bebia, minha vida era fuma e o Levi falava: o, Esmeralda, você vai morrer e falei: não, eu quero ir embora. Daí fizemo uma reunião à noite e viemo pra cá. Ai colocaram o nome no sorteio, eu falei: não vou colocar meu nome no sorteio e aí o Paulo Sérgio, não sei se você conhece ele, é do assentamento do Rio da Lontra, ele falou pra mim não precisa pôr seu nome no sorteio porque você vai pra lá mesma coisa. Falei: mas eu não conheço nada lá, sabe eu queria ir embora. Daí coloquei meu nome no sorteio, parece que Deus foi tão grande que o primeiro nome foi o meu. Vê que coisa eu tava chorando, mais chorando eu fiquei. Daí no outro dia nois viemo pra cá. Incrível, graças a Deus, tamo aqui e ninguém vem incomodar nois. Então é assim, nois viemo pra cá, através desse, só que nois num cunhecia, viemo pra cá em 15 famia, agora só tamo em 6 famia.

Saímo do Laranjeira, um acampamento que tem aqui perto, tem o nome de Laranjeira fica ali perto do município de Luiziana, daí viemo aqui. Só que fiquemo ali, viemos se acampar ali, só que fiquemo 8 dias só, nós chegamos na sexta-feira, quando chegou na sexta-feira fazendo oito dia. Faz 7 ano, todo dia de Nossa Senhora do Carmo faz ano, vai fazer 7 anos que estamos aqui.

Sabe de uma coisa, num acampamento não é fácil, morar de baixo de uma lona num é fácil, se não tem aonde se vira, então é uma coisa que você não tem aquele jeito de se manter. Quando é uma pessoa que tem como mante a vida aí a pessoa vive no acampamento. O último que saiu daqui, seu Lorenço, foi pro acampamento da Campina da Lagoa, mais os outros saíram mesmo, desistiu.

Aqui era a coisa mais linda, um barraquinho pertinho do outro, sabe aí depois que passados uns dias foi indo. Daí foi desistindo, fazendo um barraco mais longe um do outro. Agora cada um tá no seu lote um mais pra baixo, um mais pra cima.

### **3. Os assentados em sua maior parte são das regiões paranaenses ou vieram de outras regiões do país?**

Todos do Paraná, Nova Cantu, não é muito longe, a Meire vei de Campina da Lagoa mais a região dela é de Altamira, o Gustão é de Roncador e o Poroca também, a famia dele é de Roncador e Levi, que é meu irmão, é de Nova Cantu e o Cidão também é de Nova Cantu. Tudo da roça, tudo do sítio aqui tudo é grosseiro.

### **4. Como é sua experiência no assentamento (ou acampamento)?**

Aí eu tenho que falar alguma coisa, até que eu fico meio acanhada, assim que cheguei logo nos acampamentos era uma coordenadora, mais eu trabalhava mais com a saúde, então o pessoal ficava doente, eu carregava ía pra Campo Mourão eu arrumava carro eu ía pro hospital, conseguia remédio, então era assim a minha correria. Eu não ficava em casa, sabe, minha vida era anda, então agora eu fiquei aí cheguei pra aqui fiquei mais afastada, que a nenê era doente, ela tinha probrema, tinha que tomar remédio controlado, então eu fiquei meio parada. Agora eles: me puseram de coordenadora de novo, agora só eu falo pra eles gente eu não sei mais o que falar, porque antes eu falava alguma coisa, agora sou mais tímida, mais ou menos alguma coisa eu falo, então assim se vocês me colocaram como

coordenadora então é porque sabe que a gente sabe alguma coisa. As veis a gente fala um pouquinho mais estressada, mais tem que fala pra mode ver como funciona as coisa.

Cada um tem o seu setor, comunica comigo e como vai fazer. Até que incrível, domingo não teve reunião, aí eu expliquei pra eis, voceis vinha hoje, aí nois fizemos a nossa aí, esperando vocês chegarem pra gente conversa, eles aqui dentro mas o pessoal do movimento. A Martina já chega aqui, já procura o coordenador daqui, que sou eu, e o Levi, então nois tem que segui, não podemo fazer coisa errada, que eis cobra a gente, então a gente tem que andar firme pra eles não cobrar a gente.

**5. Os camponeses assentados (ou acampados) têm algum tipo de acesso a benefícios do Estado, em relação ao desenvolvimento da produção e das propriedades?**

Olha, acho que você sabe, nois não tem nenhum benefício do Estado, aqui é só mesmo o que nois consegue do nosso suor mesmo e do nosso trabalho mesmo. Nois não conseguimos nada até agora.

**6. Quais as dificuldades enfrentadas pelos camponeses assentados, em nível social, econômico, cultural e político?**

Muito, que aqui as coisa é muito dificutoso demais por causa da saúde, que as veis fica uma pessoa doente, a gente tem que corre procurar um carro, as veis esse carro não está disponível na hora. Mais, é uma vida bem gostosa, já morei em acampamento que a vida era sofrida, bem mais sofrida que aqui. Aqui é sofrida sim, a gente que ir em Barbosa, o ônibus é segunda, terça e quinta, então esses outros dias, se a gente quer ir em Barbosa, tem que paga um carro, então é isso a única dificuldade que a gente tem é isso. Tem por que tudo é da gente, nois tem tudo, a gente tem que compra semente, veneno e tanta coiseira então a gente tem aqui. Então se a gente não tiver um dinheiro pra gente fazer tudo isso, a gente talvez fica até sem pranta, mais depois que a gente da uns pulinhos aqui, ali. Energia mesmo, que a Mere acabou de fala ali, nossa luta, já faz um bom ano que a gente tá na luta, se fosse outros, a preguiça no caso, já tinha todo mundo desistido que não é fácil buscar água longe, é difícil.

Para nois diverti, temo o campo de futebol ali, na sede do assentamento ali do lado, tem sempre baile, eu pego meus 5 fio e vamo fazendo caminhada, vamo indo a pé até que o Vardo vai fazendo a bardiação, vai levando nois até que nois chega no baile e é, desse jeito é que eu sou, mais que gosto de sair com as crianças, mas antes eu ficava presa com as crianças porque não tinha nada.

**7. No Assentamento (ou Pré-assentamento) há uma preocupação com as questões ambientais?**

Só cumprimo mesmo o que tá na lei, aí é coisa que nois não mexe, reserva ninguém põe a mão, até pra derruba uma madeira a gente não põe a mão, pra preserva.